

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO –
MESTRADO E DOUTORADO**

ESTER LIBERATO PEREIRA

**CONFIGURAÇÕES SOCIOHISTÓRICAS DA EQUITAÇÃO NO RIO GRANDE DO
SUL: UMA INVESTIGAÇÃO DAS REDES DE INTERDEPENDÊNCIA NAS
PRÁTICAS ESPORTIVAS EQUESTRES**

Porto Alegre – RS

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Ester Liberato

Configurações sociohistóricas da equitação no Rio Grande do Sul: uma investigação das redes de interdependência nas práticas esportivas equestres / Ester Liberato Pereira. -- 2016.

256 f.

Orientadora: Janice Zarpellon Mazo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. História do Esporte. 2. Equitação. 3. Hipismo. 4. Equoterapia. 5. Tiro de Laço. I. Mazo, Janice Zarpellon, orient. II. Título.

Esta pesquisa é dedicada aos meus pais, Jane e Nelso, por proporcionarem que eu vivesse o meu sentimento pelos cavalos, o qual me fez querer ser melhor com e para eles.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta tese de doutorado, resta-me registrar os meus sinceros e leais agradecimentos a todos que, de diversas formas, cooperaram para que a mesma se tornasse uma realidade. No término desse processo tão intenso de formação, é extraordinário poder agradecer a um grupo especial de pessoas e instituições que dele tomaram parte direta e/ou indiretamente. À sua maneira e ao seu tempo, cada qual colaborou de forma incontestável para tornar possível o alcance dessa aspiração.

Agradeço, infinitamente, aos meus pais, Jane e Nelso, e irmão, Davi, por representarem “o laço fundamental da teia desta configuração”. Em especial, nessa ocasião, adoraria agradecer-lhes por terem me proporcionado uma formação de qualidade durante todo o meu percurso escolar. Muitos dos êxitos que trago, aqui, são produtos desses investimentos prévios.

À minha orientadora, a Professora Doutora Janice Zarpellon Mazo, por toda a atenção, compreensão e dedicação reveladas ao longo de todo o processo tão completo de orientação. Muito obrigada por todo o crescimento proporcionado ao longo desses dez anos de parceria acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de investigação, juntamente com o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) e com a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sem a ajuda dos quais este projeto não teria sido viável. Obrigada, em particular, ao PPGCMH e à UFRGS pela confiança. Conquistar a condição de “professora doutora” em uma instituição universitária de tamanho prestígio é um privilégio imenso. Aqui, tive garantido meu direito à educação de qualidade em um espaço que colaborou para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Agradeço aos professores membros da banca: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, Prof. Dr. Flávio Castro, Prof. Dr. Mauro Myskiw e Prof. Dr. Otávio Guimarães Tavares da Silva. Sou grata por me indicarem outras direções, a partir de suas reflexões.

Agradeço muito aos colaboradores Prof. Dr. João Carlos Jaccottet Piccoli, Petra Garbade, Olga Calçada Weinheber, Grace Mara Mariath Chagastelles, Pery

Menezes Moreira e Luana Martins pelas explicações a respeito dos clubes, sociedades e materiais compartilhados.

Sinto-me muito agradecida a Marco Danguí Pinheiro, então Secretário Geral da Federação Gaúcha de Esportes Equestres, o qual permitiu o contato com a documentação da entidade nos acervos da mesma. Da mesma maneira, agradeço à Adriana Ávila, Assessora do Departamento de *Marketing* do *Jockey Club* do Rio Grande do Sul, a qual esteve pronta a ajudar no acesso às informações existentes no acervo do local.

Aponto meu agradecimento, também, ao Coronel da Brigada Militar Valmor Araújo Mello, o qual me indicou os caminhos até o Museu da instituição, e ao Major Leandro Andreoli Balen, então no comando do 4º Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar (Regimento Bento Gonçalves), que me disponibilizou materiais do acervo da instituição. Reconheço e agradeço muito, ainda, ao Tenente Anselmo Neetzow, do Exército Brasileiro, então responsável pelo setor de Museologia do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda (Regimento Osório), o qual me permitiu o acesso a fontes. Agradeço às funcionárias da Biblioteca Edgar Sperb, desta universidade, assim como aos funcionários do PPGCMH, pela recepção sempre afetuosa.

Agradeço aos colegas pesquisadores do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (NEHME). Todos os períodos juntos serviram como avanço pessoal e acadêmico, além de promoverem discussões apresentadas nesta pesquisa. Às minhas amigas Laura, Tássia e Juliana, pelas oportunas mostras de companheirismo e de encorajamento...

Agradeço ao meu querido Gustavo Dias, pelo amor, ternura, paciência, calma e companheirismo incansáveis. Sem ele, a chegada a esta linha final seria simplesmente impossível. Minha eterna gratidão por ser esse ouvinte tão atento e vigilante de minhas dúvidas, inquietações, aflições, desânimos e sucessos, pelo apoio, ajuda, pela confiança, pelo tempo que a cada dia lhe subtraía, e pela valorização sucessivamente tão afeiçoada do meu trabalho, brindando-me, desta forma, com coragem e entusiasmo para ultrapassar os obstáculos até o fim.

Ninguém chega lá sozinho. Portanto, a todos, o meu mais profundo agradecimento.

RESUMO

Esta tese trata de investigar as configurações das práticas equestres no estado do Rio Grande do Sul, no século XX. A proposição da pesquisa parte da noção de que as práticas tiveram um papel relevante para a história do Rio Grande do Sul, em particular nos campos da sociabilidade, lazer e preservação das culturas. No cenário sul-rio-grandense, a pesquisa dedica atenção ao desenvolvimento das carreiras de cancha reta, do turfe, do hipismo, do tiro de laço, do freio de ouro e da equoterapia. Tais práticas equestres foram conjecturadas por uma perspectiva socio-histórica, cuja análise foi guiada pela categoria “configuração”. Esta foi operacionalizada a partir da obra de Norbert Elias, conduzindo o estudo no sentido de compreender o processo de emergência, distinção e as relações de interdependência estabelecidas entre as práticas equestres no estado. A investigação assentou-se na análise de documentos escritos e impressos, os quais foram concebidos enquanto materiais e textos históricos, portadores de mensagens, sentidos e intuítos reservados à sua conjuntura. As fontes revelaram que o processo de desenvolvimento de configurações no cenário equestre sul-rio-grandense sublinhou uma reconstrução da variada e heterogênea rede de interdependências entre os domínios socializadores representados pelas corridas de cavalos, pelo hipismo, pela equoterapia e pelo tiro de laço. De igual forma, as transformações ocorridas no contexto destes domínios socializadores, ao longo do tempo, derivam das relações de interdependência entre os mesmos, nas esferas do trabalho, da cultura, do lazer, do esporte e da reabilitação. Por conseguinte, a noção de configuração entre práticas equestres pode auxiliar a compreender um campo mais amplo de interações e intercâmbios entre os esportes em geral enquanto domínios socializadores.

Palavras-chave: História do Esporte. Equitação. Hipismo. Equoterapia. Tiro de Laço. Freio de Ouro.

ABSTRACT

This thesis is to investigate the configurations of equestrian practices in the state of Rio Grande do Sul, in the twentieth century. The proposition of the research builds on the notion that the practices had a significant role in the history of Rio Grande do Sul, in particular in the fields of sociability, leisure and preservation of cultures. In the scenario of Rio Grande do Sul, the research devoted attention to the development of straight line horse races, horse racing, equestrianism, shot of lasso with horse and equine-assisted therapy. Such equestrian practices were conjectured by a socio-historical perspective, whose analysis was guided by the category "configuration". This was operationalized from Norbert Elias work, leading the study in order to understand the process of emergence, distinction and interdependence of relations between the equestrian sports practices in the state. The research was based on the analysis of written and printed documents, which are designed as historical materials and texts, carrying messages, meanings and intentions reserved to their conjuncture. The sources revealed that a configuration development process in Rio Grande do Sul's equestrian scene emphasized a reconstruction of the varied and heterogeneous network of independencies between socializing areas represented by the horse racing, equestrian sports, equine-assisted therapy and shot of lasso with horse. Similarly, the changes occurred in the context of these socializing areas, over time, derived from the interrelationship between them, in the spheres of work, culture, leisure, sport and rehabilitation. Therefore, the notion of a configuration between equestrian practices can help understanding a new broader field of interactions and exchanges between the sports in general as socializing areas.

Keywords: History of Sport; Equestrian sport; Equestrianism; Equine-assisted therapy; Shot of Lasso with Horse; Golden Bridle.

ESTER LIBERATO PEREIRA

**CONFIGURAÇÕES SOCIOHISTÓRICAS DA EQUITAÇÃO NO RIO GRANDE DO
SUL: UMA INVESTIGAÇÃO DAS REDES DE INTERDEPENDÊNCIA NAS
PRÁTICAS ESPORTIVAS EQUESTRES**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências do Movimento Humano.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janice Zarpellon Mazo

Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Porto Alegre – RS

Agosto, 2016

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
1 INTRODUÇÃO	21
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	30
2.1 Referencial teórico	30
2.2 Procedimentos Metodológicos	47
3 PRÁTICAS EQUESTRES DE CORRIDA E SUAS INTERDEPENDÊNCIAS COM O LAZER E O ESPORTE NO RIO GRANDE DO SUL	60
3.1 Introdução	60
3.2 A presença do cavalo na formação do estado	61
3.3 Uma prática equestre com elementos de esportivização	64
3.4 As carreiras de cancha reta em diferentes regiões do estado.....	73
3.5 Uma configuração cultural entre as carreiras de cancha reta e o turfe	77
3.6 Turfe: a profissionalização das práticas equestres no estado	84
3.7 Esportivização das carreiras de cancha reta: interdependência com o turfe.....	103
3.8 Apontamentos finais.....	113
4 A PRÁTICA DO HIPISMO ENQUANTO UM ESPAÇO PLURAL	116
4.1 Introdução	116
4.2 O hipismo dentro dos muros da caserna.....	117
4.3 Configurações entre turfe e hipismo.....	123
4.4 Abertura do espaço hípico para os civis.....	125
4.5 Novos espaços hípicos: o hipismo avança para o interior do estado	129
4.6 A primeira abertura para a prática hípica entre civis	132
4.7 Caça à Raposa: constituição de uma configuração cultural	135
4.8 Regulamentação da prática do hipismo sul-rio-grandense.....	141
4.9 Representação olímpica do hipismo sul-rio-grandense.....	152
4.10 A inserção do capital privado no hipismo sul-rio-grandense	158
4.11 Apontamentos finais.....	159

5 UMA RELAÇÃO PERMANENTE E DINÂMICA COM O HIPISMO: A PRÁTICA DA EQUITAÇÃO TERAPÊUTICA NO ESTADO	163
5.1 Introdução	163
5.2 Equitação Terapêutica ou Equoterapia	164
5.3 Primeiras iniciativas da prática da Equoterapia no Rio Grande do Sul	169
5.4 Projetos e Cursos em Equoterapia.....	174
5.5 A organização da Associação Gaúcha de Equoterapia	179
5.6 Possíveis relações com uma equitação de lazer.....	181
5.7 Centro de Equoterapia Cavalos Amigos	182
5.8 O hipismo e a prática esportiva para-questre no Rio Grande do Sul.....	184
5.9 Apontamentos finais.....	187
6 A EQUITAÇÃO RURAL E SUAS INTERDEPENDÊNCIAS COM O ESPORTE NO RIO GRANDE DO SUL	191
6.1 Introdução	191
6.2 O trabalho rural e campeiro no Rio Grande do Sul	193
6.3 Representação de uma manifestação cultural do tiro de laço	197
6.4 Organização da Federação Gaúcha de Laço.....	202
6.5 Um elemento-chave nas interdependências entre trabalho campeiro, cultura e esporte: o cavalo crioulo	208
6.6 Crioulaço: o reforço de uma identidade na prática do tiro de laço.....	210
6.7 Elementos de esportivização com um fim utilitário: o Freio de Ouro.....	212
6.8 Apontamentos finais.....	218
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS.....	229
APÊNDICE – QUADROS DE PUBLICAÇÕES DE ARTIGOS CIENTÍFICOS.....	255

PREFÁCIO

Ninguém se envolve com cavalos para se tornar um ser humano melhor, ou para encontrar um significado maior na vida, ou para tornar o mundo um lugar melhor... Mas, às vezes, isso é exatamente o que acontece... (MILLER; LAMB, 2014, p.15)

A temática desta presente tese parece já ter sido definida desde, aproximadamente, o início da década de 1990. Este é o período a partir do qual passo a recordar memórias de minha existência; e, coincidentemente, também é o momento de que me lembro de correr até a janela ao ouvir o som de cascos no asfalto para olhar e permanecer ali, intrigada com a beleza daquele animal emissor de tal som... Ele trazia, com toda a sua força, um carro grosseiro que transportava cargas e pessoas, o qual contrastava com os delicados contornos de seu corpo... E eu o mirava até que não fosse mais possível acompanhar sua trajetória... Esta também é a ocasião em que me lembro de saber desenhar somente um animal: o cavalo, mesmo que este se resumisse, àquela altura, a um retângulo com um pescoço, uma cabeça e quatro traços retilíneos a lembrar de suas patas... Este é o tempo em que a opção era apenas uma ao ter a intenção de presentear-me: um cavalo, fosse de brinquedo, pequeno ou grande (o que resultou em uma coleção significativa ao alto destes 30 anos) ou fosse de verdade, pequeno ou grande (embora este, até hoje, ainda um sonho...). Esta é a época em que eu já havia decidido, mesmo sem conseguir precisar um momento ou uma razão específica, qual seria a maior das paixões de minha vida: os cavalos. Estar perto deles. Cavalgar neles. Interagir com eles... E, acima de tudo, aprender sobre e com eles...

Apesar de, em minha família, até então, ninguém possuir tal entusiasmo por estes animais ou algum contato mais expressivo com os mesmos, tal sentimento recaiu sobre mim. A despeito de morar, desde o nascimento, em meio urbano, o que teoricamente dificulta mais o acesso ao contato com os cavalos, nasci com esta admiração por eles.

Contudo, à cultura do Rio Grande do Sul, Estado em que nasci, está atrelada a presença e a associação do cavalo desde os primórdios de sua conformação e desenvolvimento. Desde atividades campeiras de trabalho, até atuais atuações também urbanas, associadas, além do trabalho, ao lazer, ao esporte e à terapia, o cavalo esteve presente ao lado dos sul-rio-grandenses.

Porém, dentre tantas atividades, inúmeras provocações me inquietam ao longo de minha trajetória. Como exemplos, indagações minhas e de pessoas com as quais tive a oportunidade de refletir acerca das mesmas: o que configura a “equitação”? E o “hipismo”? Ambas as palavras tratam de um mesmo significado? Ou uma está contida na outra? A partir de tais desafios, vislumbrei a ideia inicial de um ponto de partida para esta tese. Passei, assim, à procura exaustiva pelos pontos de origem dos fatos históricos, os quais, aqui elencados, demandaram-nos uma atitude investigativa que se manifesta como uma “releitura” ou uma “nova versão” de possíveis portas já abertas por outros pesquisadores. Assim, tenho ciência de que nada “inventei”, já que a própria Equitação, enquanto arte, ciência, técnica, como a apresentam alguns de seus estudiosos, não permitiria tal ambição. Almejei, sim, “reinventá-la”, em um espaço e tempo específicos, acompanhada da convicção de que jamais se repete, de forma exata e definitiva, uma história a cada intento de narrá-la.

Tratou-se, assim, de adentrar as peculiaridades da arte de um pesquisador que se volta para a história. Deste modo, emerge a importância de se estar ciente de que esta pesquisadora está submersa em uma coletividade na qual os homens podem ser considerados os autores e as criaturas de seu próprio ambiente, capaz de passar por constantes alterações e realizá-las para se adaptarem às suas respectivas necessidades; o pesquisador de uma história é um agente que cumpre uma ação de amplo valor para a preservação e busca do conhecimento, contribuindo para a reconstrução da identidade humana e lidando com os crescentes desafios na produção do saber histórico. Conforme fontes e fatos históricos foram, então, sendo decifrados na perspectiva da releitura, emergiu, concomitantemente, além do texto, uma nova construção de mim. Ou seja, muita vida ocorreu nesses 48 meses, os quais, seguramente, somente em parte estarão contemplados nas páginas seguintes.

Neste momento, assim, em que formalmente estão contidas, neste texto-

produto, as reflexões finais, a concisa fala de Robert Miller, aqui citada como epígrafe, aclara a compreensão de que a relação com os cavalos, bem como a aprendizagem junto a um ser de natureza tão distinta à nossa, permite, justamente, que nos reinventemos, que descubramos novas versões nossas, melhores que anteriores. Apesar das diferenças, o cavalo estabelece confiança mútua para atuar junto a nós. É por isso que me debruço desde há muito tempo nesse aprendizado e persisto investindo no mesmo.

Outra opção que fiz para minha vida, para além da proximidade e compreensão dos cavalos, e que aprecio como uma das mais acertadas, foi a de seguir a carreira de professora pesquisadora. Esta, por sua vez, permitiu-me a consumação de uma aspiração há muito sonhada e projetada: ser professora universitária, ou seja, ensinar e trocar conhecimentos com futuros professores de Educação Física. Atualmente, com orgulho, articulo este texto a partir dessa posição que, com a dimensão de sua responsabilidade me envolve de tal maneira que me completa. Se a partir de agora discorrerei brevemente a respeito de todos os percursos que segui na vida e que me permitiram ocupar hoje esse lugar, foi em razão de uma variedade de encontros que me conduziram a esta profissão.

Ao avistar, assim, minha trajetória, noto que as escolhas feitas durante o caminho resultaram em um percurso composto por muitas narrativas. Abram os, portanto, a porteira de tais narrações.

Minha trajetória junto à Equitação inicia-se em 1996, quando passo a ser praticante de Hipismo Clássico (modalidade Salto). A partir daí, participei de muitas competições regionais, sendo atleta do Centro Hípico Recanto do Pinheiro, do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda (Regimento Osório) e da Escola de Equitação Cristal, da qual componho parte da equipe até hoje. Com base nesta experiência, adquirei conhecimento e técnica na área.

Em função de tal ligação com a prática esportiva, optei por ingressar no curso de graduação em Licenciatura em Educação Física, em 2004, na Escola de Educação Física (ESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o objetivo de ser uma futura professora na área da Equitação ao nível acadêmico. Ao longo deste período, portanto, procurei direcionar a

maioria de minhas experiências práticas e trabalhos acadêmicos para este campo.

Assim, durante as duas bolsas de intercâmbios acadêmicos realizados no período da graduação, procurei buscar mais experiências na área, por meio do conhecimento da Equitação em realidades e contextos distintos. O primeiro intercâmbio, em 2007, foi realizado na Faculdade de Desporto (FADEUP) da Universidade do Porto (UP), onde constatei a ausência de uma disciplina específica sobre Equitação; porém, tive a oportunidade de conhecer o panorama da organização da Equitação em Portugal, a qual se encontra, atualmente, superior à brasileira e, conseqüentemente, tem muito a contribuir para o avanço do esporte equestre no Brasil.

Ainda em 2007, tomei contato, pela primeira vez, com a vertente terapêutica da Equitação: a denominada Equoterapia, no Brasil, pela qual me interessei muito, principalmente em função de sua característica de atuação interdisciplinar entre as áreas da Saúde, da Educação e da Equitação. Tal contato deu-se por meio de um curso de extensão e formação profissional do qual participei, promovido pelo curso de pedagogia do Centro Universitário UniRitter e pela Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-BRASIL): o Curso Básico de Equoterapia.

Em função disto, durante o segundo intercâmbio acadêmico, realizado em 2008, na *Facultad de Educación Física (FACDEF)* da *Universidad Nacional de Tucumán (UNT)*, em *San Miguel de Tucumán*, na Argentina, também procurei por conhecimentos e atividades afins à área. Apesar de lá também não existir uma disciplina específica na área, foi por meio do vínculo com esta universidade que consegui realizar um estágio voluntário, por um semestre, na área da Equoterapia, na *Fundación Minka*, situada dentro do Hipódromo da cidade, que se localizava ao lado da FACDEF.

Em 2008, ingressei em outro estágio voluntário na área da Equoterapia e Iniciação à Equitação no Centro de Equoterapia Porto Alegre (CEPA), com duração de um semestre. Neste período, fui monitora do Curso Básico de Equoterapia (principalmente das atividades práticas que o compõem), o mesmo do qual havia sido aluna em 2007.

No final do ano de 2008, apresentei meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), já na área das práticas equestres. Esta pesquisa versou sobre a prática do Turfe em Porto Alegre e seu processo histórico de desenvolvimento. Entre 2008 e 2009, fui contemplada com uma Bolsa de Iniciação Científica (BIC) para dar seguimento a esta pesquisa, com seus desdobramentos apresentados no Salão de Iniciação Científica da UFRGS e da PUCRS, tendo conquistado o destaque da sessão de apresentações em ambos os eventos, incluindo a indicação para o Prêmio Jovem Pesquisador UFRGS.

Posteriormente, no ano de 2009, concluí a graduação na ESEF/UFRGS. Participei do Curso de *Horsemanship* Básico, no Centro Equestre Gallop, em Porto Alegre, curso que aborda e propõe experiências de desenvolvimento na relação com os cavalos, conhecimento em etologia e a técnica em Equitação. Em 2010, realizei estágio e os cursos de “*Horsemanship* Avançado” e “*Horsemanship* nas férias” (por ser realizado em período de recesso das atividades de educação), no mesmo local.

Neste mesmo ano, 2010, tive minha primeira experiência profissional após o término da graduação. Passei a compor a equipe multiprofissional do Centro de Equoterapia Cavalo Amigo, sediado na Sociedade Hípica Porto Alegrense. Lá, atuei por três anos como professora de Educação Física com intervenção interdisciplinar nas áreas da Saúde, Educação e Equitação. Durante este período, além da larga experiência prática na área, ministrei muitas palestras nas oficinas que eram promovidas pelo local. Também ministrei duas oficinas promovidas por este centro de Equoterapia em Itá/SC e Sorriso/MT, conhecendo estas diferentes realidades da prática, portanto.

Também em 2010, ingressei no curso de mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da ESEF/UFRGS, sob a orientação da Professora Janice Zarpellon Mazo. Durante este período, no início de 2011, participei do I Curso de Formação de Instrutores de Equitação, promovido pela Universidade do Cavalo (UC), situada em Sorocaba/SP. Neste mesmo ano de 2011, voltei à UC para participar do Curso de Pilates para Cavalos, em vista da importância, detectada em minha prática, de se zelar pelo bem-estar do animal para que se possam desenvolver

atividades benéficas e prazerosas tanto para o ser humano quanto para o cavalo.

Ainda em 2011, passei a frequentar o Curso de Especialização *Lato Senso* em Equoterapia na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), em Curitiba/PR. Este curso é o único na área da Equoterapia, no Brasil, aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pela ANDE-BRASIL. Em 2012, concluí minha dissertação, a qual apresentou uma continuidade dos estudos iniciados durante meu TCC na graduação e foi intitulada “As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo da esportivização”, e esteve vinculada à Linha de Pesquisa Representações Sociais do Movimento Humano.

Aqui destaco a oportunidade que tive de participar do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física¹ (NEHME) desde o período do TCC e durante todo o tempo do mestrado e doutorado. Esse grupo, conduzido pela Prof.^a Janice, proporcionou-me muitos momentos de reflexões e debates, afora o estímulo para a preparação de um número importante de artigos que publiquei e, especialmente, a participação em congressos científicos e demais eventos.

Neste mesmo ano de 2012, concluí, também, o Curso de Especialização em Equoterapia, apresentando meu TCC sobre o processo de utilização do cavalo como recurso terapêutico em entidades hípicas de Porto Alegre. Estes dois trabalhos (especialização e mestrado) geraram artigos científicos e apresentações orais e em pôster em eventos, tais como no III Fórum Latino-Americano de Equoterapia, ocorrido em novembro de 2012, em Montevideu (Uruguai); no *21st International Seminar on Olympic Studies for Postgraduate Students*, em setembro de 2014, em Olímpia (Grécia); no VIII Seminário do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2014, em Belo Horizonte

1

Endereço eletrônico:
<<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043708JCBR3WX>>. Acesso em: 16 jan. 2014. Para mais informações: <<http://www.ufrgs.br/nehme/>> e/ou <<http://www.facebook.com/nehme.rs>>.

(Minas Gerais). Tal produção acadêmica relacionada às práticas equestres pode ser acompanhada pelo currículo *Lattes*.

Ainda em 2012, ingressei no curso de doutorado do PPGCMH da ESEF/UFRGS, sob a orientação da Professora Janice Zarpellon Mazo, dando seguimento aos meus estudos advindos desde a graduação, a especialização e o mestrado: as práticas equestres. Desta vez, minha pesquisa versou sobre o processo de configuração da Equitação, estendendo para o âmbito do Rio Grande do Sul. A partir daí, foi com o passar do tempo que os contornos foram sendo afinados, especialmente a partir do processo de qualificação, em maio de 2014, em que as linhas assumiram, efetivamente, conteúdo e configuração.

Em março de 2013, fui convidada a coordenar e compor a mesa-redonda "Equitação Terapêutica: Atuação Interdisciplinar de uma Equipe Multidisciplinar" com o tema "O papel do Instrutor de Equitação e do Professor de Educação Física na Equitação Terapêutica", no 39º Encontro Nacional dos Profissionais de Educação Física / 23º Congresso Científico de Educação Física em Tramandaí/RS.

No mesmo ano, fui convidada pelo Programa "Memória TVE" para gravar entrevista acerca do processo histórico das corridas de cavalos em Porto Alegre. Ainda em 2013, em função da condição de aluna de doutorado e de minha ligação com a prática esportiva do Hipismo, passei a compor a equipe do "Projeto Referências para o Desenvolvimento do Plano Nacional de Esporte de Alto Rendimento no Brasil", na dimensão da Pesquisa Científica Aplicada ao Esporte de Alto Rendimento no Brasil - Ciências do Esporte.

A partir desta experiência, e devido ao fato de já obter o título de mestre, também em 2013, passei a ser um membro pesquisador junto à Academia Paralímpica Brasileira (APB). Tal conquista também se deu em função da minha trajetória na área da Equoterapia, a qual propicia a introdução ao esporte paraequestre. Ainda em 2013, participei do Seminário Internacional de Equoterapia e 1º Encontro Sul-Americano de Centros de Equoterapia, promovido pela ANDE-BRASIL, em Porto Alegre.

Em janeiro de 2014, com o intuito de estar sempre buscando renovação e atualização em conhecimento e técnicas, participei da clínica de verão "Retomando as Rédeas", em Florianópolis, a qual se configurou como um

curso e uma oportunidade para aprimorar noções e metodologias do Hipismo Clássico e contou com aulas ministradas pelo cavaleiro brasileiro de nível pan-americano César Almeida.

Em 2015, pude seguir na divulgação científica de desdobramentos da dissertação de mestrado já aliados a reflexões do doutorado; desta forma, apresentei um desses estudos na *15th Annual International Conference on Sports: Economic, Management, Marketing & Social Aspects*, em Atenas (Grécia). Ainda em 2015, fui convocada pela Federação Gaúcha dos Esportes Equestres (FGEE) a compor a equipe que representou o estado do Rio Grande do Sul no Campeonato Brasileiro de Escolas de Equitação, promovido pela Confederação Brasileira de Hipismo, ocorrido em Florianópolis, sagrando-me campeã brasileira por equipes na série principal desta competição. Esta experiência contribuiu significativamente para ampliar meu entendimento de todo o contexto envolvido em um campeonato de nível nacional, predominantemente direcionado ao esporte de rendimento.

Para além desta formação complementar, os quatro anos de doutorado foram assinalados, além das reuniões do grupo de pesquisa, pelas disciplinas curriculares obrigatórias e eletivas, e pelo estágio-docência no curso de Licenciatura em Educação Física. Deste modo, delineada a linha que conecta meu caminho de formação, expõe uma complementação de conceitos e referenciais entre os processos de mestrado e doutorado, nos quais uma área de pesquisa muito específica e plena de possibilidades de interpretação abriu-se diante de mim: o estudo das práticas equestres que compõem a equitação. Submergindo-a de forma intensa e apaixonada, torna-se imperativo pontuar, a partir de agora, as exposições iniciais da investigação; mas, antes, se faz necessário referir uma citação de Rink (2008, p. 34): “O mundo encolheu e tudo ficou ao alcance da sua ambição: [...] a união simbiótica homem-cavalo quebrou a barreira do tempo biológico da humanidade e deu início à história, como a conhecemos”.

1 INTRODUÇÃO

O cavalo foi domesticado, treinado para batalhas e empregado nas lendárias e avassalantes cargas de cavalaria, no sul do Brasil. No estado do Rio Grande do Sul, já havia redutos de criação de cavalos nas denominadas reduções jesuíticas, onde os indígenas tiveram seu primeiro contato com estes animais, passando a utilizá-los, paulatinamente, como meio de transporte, tração, auxiliar da caça, de disputas por territórios e montaria (RUBERT, 1998). No que concerne à configuração sociocultural do estado sul-rio-grandense, portanto, o cavalo e os habitantes desta região se associaram ao longo de sua história.

Neste cenário, não seria surpreendente que tal parceria entre homem e animal estivesse presente, também, nos momentos de diversão e sociabilidades, tais como nas carreiras de canchas retas e o turfe, desde o final do século XIX. Conforme Burke (2005), um determinado modo de viver está conectado com as opções que os indivíduos e os grupos podem fazer dentro de um universo continuamente circunscrito de alternativas possíveis. Estudos (PEREIRA, 2012a; PEREIRA; MAZO; LYRA, 2010; SCHERER, 2014; PEREIRA; SILVA; MAZO, 2014; XAVIER; FREITAS; RIGO, 2014) atestam que outras práticas equestres foram apropriadas pelos sul-rio-grandenses no princípio do século XX e, ao longo desta época, algumas delas foram esportivizadas (PEREIRA, 2012a).

Lemos e Carvalho (1919), no texto intitulado “O Cavallo”, que compõe o primeiro capítulo do álbum *Rio Grande do Sul Sportivo*, exibem indícios da simbologia do cavalo para o estado, como também das práticas equestres à construção das identidades dos sul-rio-grandenses. Segundo esses autores: “[n] os torneios gaúchos, nas cavalhadas, nas corridas, o cavalo é fator primacial do gozo dos filhos do Rio Grande” (1919, p. 3). A institucionalização gradual de práticas equestres possibilitou que uma parcela maior de civis se inserisse nas associações ou fosse assistir as disputas de cancha reta ou de turfe nos hipódromos/prados.

Durante um longo período, o associativismo esportivo desempenhou papel central na expressão das identidades culturais dos imigrantes e seus descendentes, como também foi um meio de demarcação do espaço sociocultural no Rio Grande do Sul (MAZO, 2003). Ao final do século XIX, Porto Alegre já contava com um total de 30 associações que promoviam práticas apreciadas como esportes naquele momento, tais como bolão (MAZO, 2006), tênis (PEREIRA; MAZO; BALBINOTTI, 2010), ginástica², tiro ao alvo³, natação⁴, esgrima⁵, futebol (MAZO; PEREIRA; SILVA, 2013), corrida rústica (MAZO; MADURO; PEREIRA, 2010), futebol de salão (VICARI, 2014), turfe⁶, remo⁷ e ciclismo⁸ (MAZO et al, 2012). Assim como os teuto-brasileiros, os imigrantes portugueses e seus descendentes (luso-brasileiros), os imigrantes italianos e seus descendentes (italo-brasileiros) e os imigrantes ingleses e seus descendentes (anglo-brasileiros), também fundaram suas associações esportivas.

As associações, afora comporem ambientes de práticas corporais, sendo algumas esportivizadas, também eram espaços de sociabilidade, de diversão, de lazer e preservação da cultura dos imigrantes e seus descendentes. No âmbito das sociabilidades, os anos 1940 e 1950 marcaram, em particular, o auge dos bailes das elites econômicas nacionais. No Rio Grande do Sul, mais especificamente em Porto Alegre, destacavam-se o Clube do Comércio, as festas de caridade na Sociedade Leopoldina Juvenil, os bailes

² Para mais informações: MAZO, Janice Z.; LYRA, Vanessa B. Nos rastros da memória de um Mestre de Ginástica. **Motriz**: Revista de Educação Física (Online), p. 967-976, 2010.

³ Para mais detalhes, ver: ASSMANN, Alice; MAZO, Janice. As *schützenvereine* sociedades de atiradores de Santa Cruz do Sul: um tiro certo na história do esporte no Rio Grande do Sul. **Esporte e Sociedade**, Niterói, v. 7, p. 122-153, 2012.

⁴ Para uma consulta mais apurada: SILVA, Carolina da; ASSMANN, Alice; MAZO, Janice Zarpellon. A natação em piscinas nos clubes da cidade de Porto Alegre (décadas de 1930 e 1940). **Kinesis** (Santa Maria), 2014.

⁵ Pesquisa mais apurada em: CARMONA, Eduardo; MARTINI, Sérgio; MAZO, Janice. O ensino da esgrima no Rio Grande do Sul: o caso das cidades de Porto Alegre e Pelotas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte** (Online), 2013.

⁶ A este respeito, ver: PEREIRA, Ester; SILVA, Carolina da; MAZO, Janice. O turfe em Porto Alegre/Rio Grande do Sul: aspectos históricos de uma prática cultural esportiva. **Lecturas Educación Física y Deportes** (Buenos Aires), v. 15, p. 1-15, 2010.

⁷ Para aprofundar: SILVA, Carolina Fernandes da. **O remo e a história de Porto Alegre, Rio Grande do Sul**: mosaico de identidades culturais no longo século XIX. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2011.

⁸ Por mais informações: FROSI, Tiago; MORAES, Ronaldo; CRUZ, Lucas; MAZO, Janice. A prática do ciclismo em clubes de Porto Alegre/RS. **Pensar a Prática** (UFG. Impresso), v. 14, p. 1-18, 2011.

de gala do clube de golfe – Porto Alegre *Country Club*, do *Jockey Club* do Rio Grande do Sul e dos clubes de vela da zona sul da cidade. Em alguns destes salões, além de apresentar suas debutantes, a sociedade promovia carnavais memoráveis (COSTA, 1997).

Ressalta-se que muitas práticas esportivas foram introduzidas, no Rio Grande do Sul, pela iniciativa dos clubes. A partir daí, os eventos esportivos foram assumindo uma dimensão essencial na vida urbana, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. No transcorrer das décadas seguintes, algumas práticas esportivas passaram a conquistar espaços e adeptos no Rio Grande do Sul. Este panorama ocasionou uma expansão de criação de ligas e associações por todo o estado.

Em meio à tradição sul-rio-grandense de uma elite rural na criação e aperfeiçoamento de raças de cavalos, aliada ao acompanhamento do processo de desenvolvimento das cidades e de sua população, as primordiais carreiras de cancha reta favoreceram a fundação dos primeiros hipódromos (prados) de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé, importantes cidades nos séculos XVIII e XIX no estado, além de também constituírem uma prática comum em outras cidades da região da campanha⁹ e do Vale do Taquari¹⁰. Ao longo do século XX, contudo, enquanto a prática turfística apenas mantinha-se existente, sem mais registrar seu prestígio outrora conquistado, outra prática equestre passava a imprimir, de forma mais consistente, seus primeiros passos no estado.

Trata-se do salto do hipismo, o qual, inicialmente, estava restrito aos âmbitos militares do Rio Grande do Sul, a fim de melhor preparar e condicionar seus cavalos e cavaleiros para exercer o policiamento ostensivo montado no Estado. Posteriormente, a partir do final do primeiro quarto do século XX, de forma paulatina, o salto do hipismo passa a ter seu acesso expandido oficialmente à população civil também, por meio da fundação de sociedades e clubes (SOCIEDADE..., 1931). Em algumas fontes, como, por exemplo, na *Revista do Globo*, acessada por meio do catálogo organizado por Mazo (2004),

⁹ Região sudoeste do Rio Grande do Sul, localizada próximo à fronteira com o Uruguai, cuja produção agropecuária é destacável.

¹⁰ Região central do Rio Grande do Sul, com população formada, predominantemente, por descendentes de imigrantes alemães, italianos e açorianos.

foram identificados os primeiros indícios de uma sociedade que, além de promover a prática do salto do hipismo, permitia o acesso da população civil de Porto Alegre a este esporte: a Sociedade Hípica Rio-Grandense, fundada em 1925. O salto do hipismo, inclusive, não encontrava resistência em já compor parte das atividades de instrução das mulheres, em especial daquelas pertencentes às camadas ligadas às elites econômicas.

Desta forma, na década de 1930, o hipismo já era promovido pelas seguintes entidades, na capital do estado: Sociedade Hípica Rio-Grandense, Porto Alegre *Country Club* e Sociedade Hípica Porto-Alegrense, além da Brigada Militar. Posteriormente, muitos integrantes da Sociedade Hípica Rio-Grandense passaram a compor o quadro de Equitação do Porto Alegre *Country Club*, quando da sua provável fusão, em 1934. Tal departamento hípico, próximo à década de 1950, passou a integrar a Sociedade Hípica Porto Alegrense, que, neste momento, contava, pela primeira vez, com uma sede própria, na zona sul da cidade, a qual é vigente até os dias atuais (PEREIRA; SILVA; MAZO, 2015a).

Na década de 1930, observou-se um crescimento da prática no estado com a fundação de novas associações esportivas promotoras do salto do hipismo. Tal expansão do fenômeno do associativismo esportivo desencadeou a fundação da Federação Hípica Sul Rio-Grandense (FHSRG) – atual Federação Gaúcha dos Esportes Equestres (FGEE) – na década de 1940, situada em Porto Alegre. A FGEE emerge com o intuito de inaugurar uma nova fase no processo de construção e desenvolvimento das práticas equestres não só na capital, como em todo o estado do Rio Grande do Sul (FONTANA, 1946). A prática do esporte hípico passou a ser dirigida pela nova entidade e intensificada.

O hipismo clássico, deste modo, representando uma maneira distinta de se viver, era associado ao treinamento militar e às elites econômicas, como uma manifestação oriunda da Europa. A este respeito, inclusive, conforme Archetti (2001), o ato de montar a cavalo, no continente europeu, constituía uma atividade eminentemente aristocrática e um símbolo de distinção, de tal modo que, quando os nobres entravam no exército, optavam pela arma da “cavalaria”, e só excepcionalmente a da “infantaria”.

Na presente pesquisa, as práticas¹¹ equestres classificadas como do hipismo clássico são determinadas modalidades consideradas pertencentes ao hipismo pelo *Atlas do Esporte no Brasil* (2006), pelo livro organizado pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), *O que é hipismo* (VIEIRA; FREITAS, 2007), pela Confederação Brasileira de Hipismo (CBH) e pela Federação Equestre Internacional (FEI), por estas possuírem origens militares e aristocráticas semelhantes: Concurso Completo de Equitação (CCE), Adestramento, Salto¹², Polo, Enduro, Volteio e Adestramento Paraequestre.

A partir disto, faz-se importante ressaltar que, nesta pesquisa, partiu-se do entendimento de “equitação” tal qual utilizada por Roessler e Votre (2002). Estes autores, em seu texto acerca dos esportes hípicos, a definem como “atividade esportiva de competição e de lazer desenvolvidas pelo conjunto ser humano/cavalo, sempre que o primeiro estiver sobre o dorso do segundo” (2002, p. 25). Com base neste entendimento, Roessler e Rink (2006), a respeito dos esportes hípicos no *Atlas do Esporte no Brasil*, ainda contribuem com uma proposta de organização das práticas da equitação presentes no nosso país abarcando quatro vertentes de definição: a equitação de lazer, o hipismo clássico, a equitação terapêutica e o hipismo rural.

Ressalta-se que além de uma equitação de trabalho urbano, como no caso do policiamento montado, por exemplo, e interurbano, como no caso de uma equitação com fins de transporte, existe, ainda, uma equitação acoplada ao trabalho rural e campeiro. É a partir deste que emergem, por exemplo, as

¹¹ Vale registrar que as disciplinas equestres reconhecidas pela Confederação Brasileira de Hipismo (CBH), de acordo com a Federação Equestre Internacional (FEI), são: Salto, Adestramento, Paraequestre, Concurso Completo de Equitação (CCE), Enduro, Rédeas, Atrelagem, Volteio e Tambor. Todavia, os esportes que integram o programa dos Jogos Olímpicos de Verão, bem como os Jogos Pan-Americanos, são os seguintes: Saltos, Adestramento, Concurso Completo de Equitação (CCE). Com relação aos Jogos Paralímpicos de Verão, a modalidade do hipismo está representada pela prática do Adestramento Paraequestre. O hipismo foi adicionado como esporte nos Jogos Paralímpicos na edição de 1996, em Atlanta (EUA) (MELLO; OLIVEIRA FILHO, 2012). A FEI, que gerencia o Adestramento Paraequestre, é reconhecida pelo Comitê Paralímpico Internacional (CPI).

¹² Destaca-se que, atualmente, a capital do Estado sedia, uma vez por ano, dois dos principais eventos do calendário nacional deste esporte: o Festival Hípico Noturno da Brigada Militar – o mais antigo evento hípico noturno do país (FAGUNDES JUNIOR, 2010) - e o *The Best Jump* – um dos mais relevantes da América Latina, válido como classificatória para a Copa do Mundo de Hipismo e para os Jogos Pan-Americanos. Além disto, é de suma importância o fato de que uma de suas entidades ligadas ao esporte, a Sociedade Hípica Porto-Alegrense, já contou com dois representantes, André Johannpeter e Christina Johannpeter, em três edições dos Jogos Olímpicos (1988, 1996, 2000). O atleta André Johannpeter, inclusive, foi medalhista olímpico por duas vezes (VIEIRA; FREITAS, 2007).

práticas do tiro de laço e do Freio de Ouro, disputas que se baseiam no que é concretizado nas estâncias, quando há a necessidade de capturar, isolar e/ou imobilizar um boi/novilho para cuidá-lo ou marcá-lo (COELHO, 2003) e, desta forma, apropriando-se de e reproduzindo tal atividade rural.

Com base neste panorama procurou-se investigar as práticas equestres como uma questão histórica e sociocultural, identificando e compreendendo as relações de interdependência entre si. Emerge, de tal modo, o problema de pesquisa: como se configuraram as práticas equestres no contexto histórico e sociocultural do Rio Grande do Sul no século XX. Essa pesquisa se limita ao Rio Grande do Sul na medida em que, no estudo de Mazo (2003), foi evidenciado que, desde as primeiras manifestações do fenômeno do associativismo esportivo no Estado, por volta da segunda metade do século XIX, as práticas que abarcavam a participação do cavalo já ocorriam em terras sul-rio-grandenses. No entanto, a pesquisa delimita-se temporalmente no século XX, pois é neste período que foi potencializado o processo de esportivização das práticas equestres no estado, conforme estudo de pesquisadora (PEREIRA, 2012a).

Ao considerar os fatos referidos, cabe expor que a problemática que envolve a prática da equitação no Rio Grande do Sul, ainda precisa ser enfocada de diversos tempos e lugares. Nesta pesquisa, a preocupação fundamental foi a de arquitetar uma narrativa que contemplasse o problema proposto, desdobrado em três questões norteadoras. De tal modo, para responder o problema de pesquisa, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

a) Quais as práticas equestres que emergiram e foram instituídas no Rio Grande do Sul, durante o período histórico investigado;

b) Quais os atributos das práticas equestres no Rio Grande do Sul, durante o período histórico investigado;

c) Que relações de interdependência foram estabelecidas entre as práticas equestres esportivas no Rio Grande do Sul, durante o período histórico investigado.

Importa indicar que as três questões norteadoras do estudo foram abordadas neste texto de forma a completarem-se na constituição do

argumento central de tese, a saber: na equitação esportiva do Rio Grande do Sul se estabeleceu uma configuração de redes de interdependência entre suas práticas constituintes, não obstante, conservaram seus significados particulares. Para abordar a complexidade do problema de pesquisa, a investigação ocorreu por meio da coleta de fontes documentais e impressas. As fontes documentais foram os documentos oficiais das associações hípicas, enquanto que as fontes impressas foram jornais, como o Correio do Povo, por exemplo, e as revistas que circulavam no período, como a Revista do Globo. Além disso, foram consultados álbuns comemorativos, livros, artigos, monografias, dissertações e teses. Para analisar as fontes históricas, foram utilizados pressupostos teóricos alicerçados na perspectiva dos estudos históricos e socioculturais (BURKE, 2005; ELIAS; DUNNING, 1986). Deste modo, são apresentadas as noções de práticas e representações culturais e configuração (ELIAS, 1994).

Ao analisar o passado, procurando decifrar as maneiras pelas quais as pessoas modificaram seus ambientes de socialização, de acordo com as mudanças no contexto social, fez-se necessário, assim, problematizar as relações de interação, conflitivas ou harmoniosas, entre tais espaços e agentes. A partir de tal exercício de problematização, é possível, inclusive, transpor esta análise para o período atual, respeitando as especificidades de cada época. Parte da atual construção social passou pela convivência dentro das associações esportivas.

O estudo da configuração das vertentes da equitação, desta forma, nos desvela uma realidade social e cultural que contribuiu para este processo no cenário esportivo sul-rio-grandense. Assim, procurou-se por indícios que apontassem para a relação dos agentes, tais como instrutores de equitação, atletas, com as instituições específicas das diferentes vertentes da equitação e do sistema esportivo formal – como federações, associações, clubes, sociedades e outros. Além de reconhecê-la no presente, pôde-se, assim, vislumbrá-la em um possível futuro, pensando na possibilidade de manifestação deste fenômeno na medida em que outros clubes, grêmios, sociedades e associações são constituídos, os quais promovam práticas da equitação ou de diferentes esportes.

Em função disso, contrariando uma coerência temporal, determinadas informações podem aparecer na escrita de forma recorrente, pois, em muitas ocasiões, tornou-se imprescindível a volta aos alicerces de composição do campo da equitação no Rio Grande do Sul, anteriores ao recorte temporal proposto neste estudo, a fim de progredir na compreensão. Ainda cabe observar que uma questão feita à determinada realidade histórica proporciona respostas que se reformulam recorrentemente. Assim, as questões norteadoras realmente convieram à tarefa de orientar a composição dos capítulos, considerando que suas respostas podem ser localizadas em diferentes partes do trabalho, para além dos limites dos capítulos a que se propuseram estar inicialmente. Para que, ao leitor, seja apresentado um vasto espectro da lógica segundo a qual tais informações foram codificadas nesta narrativa, a seguir é exposta a composição organizacional dos capítulos que a compõem.

As considerações iniciais da pesquisa são expostas no capítulo intitulado **Introdução**. Para além deste, a tese está estruturada em mais sete capítulos. O **capítulo 2**, intitulado “Pressupostos Teórico- Metodológicos”, dividido em dois subcapítulos, apresenta, em “Referencial Teórico”, as filiações teóricas fundamentais que ampararam e acompanharam a constituição deste estudo. Neste subcapítulo, a narrativa foi regida no sentido de esclarecer ao leitor as escolhas conceituais básicas realizadas no campo teórico. No subcapítulo “Procedimentos metodológicos”, buscou-se expor as opções metodológicas e, especialmente, tornar palpáveis as suas operacionalizações na interpretação do objeto de estudo. Ainda neste tópico, são apresentadas as fontes coletadas.

Os cinco capítulos seguintes apresentam os resultados deste estudo, evidenciando a interpretação das informações coletadas. No **capítulo 3**, intitulado “Práticas equestres de corrida e suas interdependências com o lazer e o esporte no Rio Grande do Sul”, procurou-se demonstrar que as práticas equestres de corrida expressaram-se enquanto espaços plurais de múltiplas relações sociais dinâmicas nos momentos de divertimento e lazer para a maior parte da população envolvida em seu contexto. Desta forma, buscou-se evidenciar que as carreiras de cancha reta e o turfe constituíram uma configuração cultural.

No **capítulo 4**, por sua vez, denominado “A prática do hipismo enquanto um espaço plural” buscou-se evidenciar o pioneirismo militar na prática do hipismo no Rio Grande do Sul, bem como o paulatino processo da expansão de sua abrangência, inicialmente mais restrita ao âmbito militar, à parcela civil da sociedade. Na sequência, o **capítulo 5**, intitulado “Uma relação permanente e dinâmica com o hipismo: a prática da equitação terapêutica no Rio Grande do Sul” explora a disposição da prática da Equoterapia, bem como de suas primeiras iniciativas de composição registradas, a partir das quais são estabelecidas conexões com o hipismo.

Um panorama de práticas equestres esportivas que possuem seus primórdios associados à lida campeira com o gado, abarcando, principalmente, as práticas do tiro de laço, oriundas do trabalho rural nos campos do Rio Grande do Sul, foi delineado no **capítulo 6**, intitulado “A equitação rural sul-riograndense e suas interdependências com o esporte no Rio Grande do Sul”.

Na sequência, no **capítulo 7**, são apresentadas as considerações finais do estudo, as quais expõem os resultados obtidos para o problema a respeito da elaboração da tese. E, por fim, foram listadas as referências consultadas para a elaboração do presente estudo.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Esta tese explora a configuração histórica das práticas equestres esportivas, no Rio Grande do Sul, na modernidade, e suas contribuições para as transformações socioculturais regionais. Portanto, em termos teóricos, utilizados no campo da História do Esporte, este estudo aloca-se dentre aqueles que se propõem a pesquisar uma história de determinadas práticas corporais e esportivas.

Nesta pesquisa, foi considerado como as manifestações esportivas são representativas de certos significados históricos e comportamentais, e não simples exercícios físicos. As práticas equestres esportivas, portanto, podem ser compreendidas como atividades sociais vinculadas a inúmeros domínios da vida diária sul-rio-grandense. Assim, “examinar o esporte, nas suas formas insólitas ou clássicas, implica penetrar na compreensão das expectativas e dos fascínios de uma determinada cultura” (SANT’ANNA, 2000, p. 21).

Neste capítulo, são delineados os referenciais teórico-metodológicos que ampararam o eixo central deste estudo e sustentaram a análise dos dados coletados com o fim de contemplar o problema de pesquisa proposto. No primeiro subcapítulo, intitulado “Referencial teórico”, é apontada a compreensão que se teve sobre o campo de fenômenos analisado (práticas culturais/esportivas que compõem a equitação no Rio Grande do Sul), bem como os conceitos e categorias utilizados na elaboração reflexiva desta versão dos fatos ocorridos e exposta, posteriormente, nos resultados do estudo. No segundo subcapítulo, denominado “Procedimentos metodológicos”, são detalhados os passos que identificam os processos acerca da coleta de dados e da constituição de documentação, como também das análises destas informações e das fontes envolvidas nesta investigação histórica.

2.1 Referencial teórico

Primeiramente, faz-se importante destacar e, simultaneamente, assumir a localização desta pesquisa no domínio¹³ da historiografia do esporte, aqui

¹³ Entende-se que um determinado domínio da História refira-se aos temas, aspectos históricos, ambientes sociais e/ou objetos de estudo que eventualmente são examinados (BARROS, 2009a).

apreendida como um campo profissional de investigação histórica¹⁴ que tem como objeto de análise o que se refere ao tempo e aos espaços esportivos. Ao discutir especificamente peculiaridades de práticas equestres no Rio Grande do Sul, esta tese contribuiu para o campo da História do Esporte.

O arranjo de uma área de pesquisa histórica que apresenta por objeto as práticas corporais institucionalizadas¹⁵, no panorama internacional, data da transição dos anos 1960 e 1970 (MELO; BITTENCOURT, 2013). Já no Brasil, apesar de desde o século XIX existir experiências vinculadas à preservação da memória de diversas práticas esportivas, foi somente na década de 1990 que emergiram os sinais elementares de uma maior estruturação dos estudos históricos que se debruçam sobre tais objetos. Naquele período, outras disciplinas das Ciências Sociais, especialmente a Antropologia e a Sociologia, já cultivavam uma aplicação maior ao desdobramento das pesquisas precursoras de José Sérgio Leite Lopes, Simoni Guedes e Roberto DaMatta (MELO e BITTENCOURT, 2013).

De tal modo, se as fronteiras se aproximam de forma muito íntima entre História e Esporte, é indispensável que exista, por parte do pesquisador, uma inserção densa e empenhada nos pressupostos destas áreas. Para um trabalho sério e relevante, o pesquisador que se lança a analisar os aspectos históricos do Esporte necessita conhecer bem as teorias e metodologias da História e saber da prática com arquivos para que possa concretizar a denominada “operação historiográfica” (DE CERTEAU, 1975, p. 27).

A História do Esporte, assim, ao ser apreendida como uma subdisciplina, desde o início dos anos 1970 (BOOTH, 2011; STRUNA, 2000), teve seus

¹⁴ Este campo profissional vem sendo apresentado, nas últimas décadas, não apenas por “historiadores de formação”, mas, seguramente, por pesquisadores que, independentemente de sua filiação acadêmica original, buscam acerrar-se dos debates teóricos e metodológicos da disciplina História, conforme Melo e Fortes (2010).

¹⁵ Compartilha-se aqui do entendimento de “práticas corporais institucionalizadas” conforme a concepção deste termo por Melo e Bittencourt (2013), definindo-as enquanto certas práticas corporais, as quais, mesmo com particularidades, passaram por processos aproximados de institucionalização, composição de uma área ao seu redor, podendo ser pesquisadas por campos de investigação específicos: esporte, Educação Física (apreendida tanto como uma disciplina escolar quanto como uma ciência), ginástica, dança, atividades físicas alternativas (antiginástica, eutonia, ioga, etc.), determinados fenômenos análogos de épocas precedentes à Era Moderna (as práticas de gregos, os gladiadores romanos, os torneios medievais, um amplo número de manifestações lúdicas de longa existência), dentre diversas outras como, por exemplo, a capoeira.

pesquisadores mais expressivos começando a trabalhar, especialmente, dentro de dois paradigmas: história social ou história cultural. Historiadores trabalhando no paradigma da história social caracteristicamente congregam o esporte em elementos holísticos de sociedade e aplicam conceitos e teorias sociológicas para aclarar alterações na natureza do esporte; em termos gerais, seu enfoque segue o modelo para o estudo da sociedade desenvolvido pelas ciências naturais modernas. Por outro lado, a mudança mais recente para a análise cultural, que reside no conhecimento hermenêutico, permite identificar o engajamento dos historiadores do esporte em novas teorias narrativas como formas de compreender como as pessoas interpretam seus mundos e suas experiências. Neste estudo, trabalhou-se com noções dos dois paradigmas, como uma maneira de adaptar os princípios modernos da história social e as assimilações pós-modernas da história cultural.

Procurou-se, portanto, analisar as práticas da equitação, em particular aquelas que compõem esportes equestres, por meio de suas características culturais, imbricadas por um contexto de hábitos e costumes significativamente arraigados na relação homem-cavalo no Rio Grande do Sul. Nesta medida é que se tem uma relação da cultura transformando a dimensão biológica da vida humana (CAMINHA, 2009). Um modelo para transparecer tal alteração é a prática esportiva, que é um exercício físico, constituído por determinados valores socialmente definidos e adotados. O esporte é uma expressão cultural vivida pelo corpo. A conduta motora passa a receber um significado de prática cultural, que não é exclusivamente o desempenho mecânico de movimentos, mas a demonstração de um estilo de vida. O presente estudo colaborou para expandir as pesquisas sobre as práticas equestres esportivas e, portanto, conservar sua memória no cenário esportivo regional e nacional.

Considerou-se, destarte, que a “instância cultural” pode ser entendida como a produção de sentidos sobre o mundo construídos pelos homens do passado (PESAVENTO, 2008). Neste caminho, buscou-se construir uma versão da história da configuração da equitação no Rio Grande do Sul, alinhando-a sempre com o universo cultural em que as práticas equestres esportivas que a compõem eram exercidas e os significados a elas conferidos pelas respectivas coletividades que as concretizavam. Deste modo, tem-se que

toda a vida cotidiana está inquestionavelmente inserida no mundo da cultura (BARROS, 2005). Assim, explorou-se como as atividades diárias e triviais de transporte, trabalho, lazer e diversão, desempenhadas junto ao cavalo, possibilitam um amplo cenário a ser explorado, tensionando este espaço em suas possíveis causas, efeitos, rupturas, permanências e apropriações, manifestas ou latentes. Os objetos da história, assim, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que gerem, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as táticas incorporadas pelos grupos, as comunidades, as famílias, os indivíduos.

Tem-se, então, que a noção de transmissão cultural, conforme Dawkins (2007) pode ser análoga, por exemplo, à transmissão genética, no sentido de que, ainda que seja essencialmente conservadora, pode ocasionar algum tipo de desenvolvimento. Desta forma, todos estes elementos presentes nas práticas equestres possibilitam afirmar que praticamente tudo o que diferencia o ser humano dos demais seres (animais e plantas) pode ser resumido no entendimento de “cultura”, considerando o emprego deste termo em meio científico. Cabe destacar que a equitação é reconhecida como uma das mais ilustres e importantes conquistas da humanidade (RINK, 2008). Pode-se estabelecer, assim, uma ponte com o pensamento de Morin (1979, p. 81), para quem a cultura deve ser “transmitida, ensinada, aprendida, ou seja, reproduzida em cada novo indivíduo no seu período de aprendizado”, para poder autoperpetuar-se e perpetuar a elevada complexidade social.

Desta forma, uma construção temporal fez-se necessária a fim de respeitarem-se as constituições conceituais correspondentes a distintos tempos culturais. Portanto, foi a partir de uma delimitação temporal que esta pesquisa pôde tratar de questões de teor histórico e sociocultural.

Ao considerar o aporte teórico proporcionado pela historiografia do esporte, este estudo leva em conta o fator da temporalidade nas transformações vivenciadas pelas práticas equestres esportivas no Rio Grande do Sul. Cabe recordar, como nos aponta White (2003), o caráter genuinamente provisório das caracterizações dos fatos, dos indivíduos e das instituições, bem como das representações históricas apresentadas nesta pesquisa, as quais são suscetíveis de revisão infinita à luz de futuras novas evidências. Buscou-

se, assim, reconstruir uma parte da memória do Rio Grande do Sul vinculada à equitação. Para tal, corrobora-se com Llosa (2002), quando este aborda uma função da história, qual seja a de reconstituir possíveis distinções e adversidades compartilhadas com os demais na condição de indivíduos gregários. Tais noções históricas, para o autor (2002), apresentam-se como imprescindíveis para acessar-se a um possível passado e talvez a um provável futuro como coletividades humanas.

Conforme Elias (2001, p. 30), há uma sobreposição da conjuntura sobre o objeto, porque a história está consecutivamente sendo reescrita. Todo período, portanto, com sua orientação principal, apropria-se dela, atribuindo-lhe seus pensamentos. Em seguida, a luz e a sombra são distribuídas aos fatos, também em conformidade com os critérios e interesses de cada pesquisador.

Para além de interpretar as fontes documentais coletadas, fez-se necessário considerar, constantemente, a conjuntura (sociocultural, política, econômica, etc.) da época vigente no estado do Rio Grande do Sul. Ao ter isto em vista, procurou-se construir uma História enquanto narrativa de representações do passado regional, elaborando uma versão plausível sobre a configuração das vertentes da equitação, mais especificamente das práticas equestres que a compõem nesse estado brasileiro enquanto experiência que se passa por fora do vivido. Nesta direção, também se busca apoio teórico na noção de representações sociais, as quais se manifestam por meio de palavras, sentimentos e comportamentos e se institucionalizam historicamente. As representações podem ser analisadas a partir da apreensão das condutas sociais. “Sua mediação privilegiada, porém, é a linguagem, tomada como forma de conhecimento e de interação social” (MINAYO, 1995, p. 108).

Desta feita, a partir das definições e origem da equitação apresentadas por Roessler e Rink (2006), ao tratar da mesma no Atlas do Esporte no Brasil os autores constroem a ela uma tipologia, ao criar e organizar as suas práticas constituintes em grupos. Com base em tal sistema de classificação, o presente estudo buscou contribuir para o desenvolvimento de tais reflexões, ao analisar se as práticas equestres esportivas seguiam e como seguiam, no Rio Grande do Sul, tais vertentes definidas ao nível nacional.

Desta forma é que se pôde aproximar-se das representações culturais construídas pelas práticas equestres esportivas, ao analisar a maior variedade possível de fontes, abarcando documentos oficiais, normas, decretos, correspondências, entre outros, especialmente das entidades ligadas a tais práticas no Rio Grande do Sul.

A partir deste tipo de reflexão, esta tese acercou-se das ideias de Elias e Dunning sobre a concepção do esporte enquanto um fenômeno essencial do processo histórico de civilização. Corroborando com tal pensamento, o próprio Dunning (1992), em entrevista concedida a Gastaldo (2008), avalia sua obra em parceria com Elias como relevante porque, dentre outras razões, “[...] demonstra claramente que os esportes modernos emergem, em primeiro lugar, como parte de um ‘processo civilizatório’[...]” (GASTALDO, 2008, p. 224). O termo “esportivização”, inclusive, um neologismo proveniente do que Elias (1992) designa por “desportivização”, constitui um processo por meio do qual os jogos, passatempos e divertimentos vão se transformando em práticas institucionalizadas nomeadas desportos, no contexto da sociedade inglesa industrial do século XIX e, a partir daí, disseminados mundialmente como processo civilizatório para a inserção de sociedades na modernidade.

Deste modo, ao configurarem-se enquanto esportes modernos, abarcando a finalidade do prazer pela prática em si indicada por Elias e Dunning, algumas práticas equestres esportivas, tais como a prática do hipismo, assim como o turfe, por exemplo, estão em consonância com um contexto de modernização (PEREIRA, 2012a). Nesta conjuntura, as ideias humanistas, as quais conferiam valor crucial à aptidão do ser humano, especificamente à sua capacidade racional, estavam em voga. Por este motivo, nesta pesquisa, consideram-se as práticas esportivas equestres da equitação como modernos esportes equestres e propôs-se analisá-las no âmbito do estado do Rio Grande do Sul. Assim, para explorá-las como um ato concreto de constituição de representações socioculturais modernas, é imperativa a existência de um duplo significado: por um lado, indivíduos dotados de aptidões características, identificadas pelas suas atitudes e disposições, assinaladas pelas práticas e, por outro lado, uma aceção destes esportes condicionada a dispositivos discursivos e formais específicos para eles, já que uma prática

esportiva moderna também é assinalada por regulamentos e formas de competição específicas (MARQUES; ALMEIDA; GUTIERREZ, 2007). O esporte moderno emergiu no início do século XIX como consequência de transformações sociais. Instaurou-se como importante fenômeno sociocultural ao longo desse século e do XX, passando, no final deste último, por ampla modificação de seus valores e, em especial, de sua abrangência e alcance.

No que se refere especificamente às práticas equestres do hipismo, por exemplo, em seus primórdios, no Rio Grande do Sul, apresentavam uma restrição de classe para praticá-las. Até o final da década de 1910, pelo menos, sua prática restringia-se aos muros de quartéis (PEREIRA, 2012a). Desta forma, a instituição do hipismo em associações esportivas, a partir da década de 1920, representa um primeiro movimento em direção à incorporação da característica de igualdade de acesso à prática, inerente ao esporte moderno.

Contudo, não se pôde deixar de lançar um olhar sobre reportagens de jornais e revistas, as quais revelam indícios de que, apesar de ultrapassar as limitações do ambiente militar, a demarcação de uma restrição do acesso à prática ainda persistia; desta vez, o acesso às práticas esportivas equestres era relativizado por meio da distinção de classe de seus praticantes, vinculados a uma camada com maior poder e capital econômico.

Com base no que foi dito anteriormente, procuramos identificar o período histórico em que determinadas práticas equestres, no Rio Grande do Sul, com seus indivíduos e instituições de apoio, passaram a funcionar como um campo exclusivo de determinadas classes sociais e, posteriormente, foram tendo seu acesso expandido. Assim, buscou-se problematizar determinadas continuidades e rupturas intrínsecas ao processo de constituição de uma história das práticas equestres modernas no Rio Grande do Sul.

Ao longo dos demais capítulos, com base nas fontes localizadas, procurou-se apresentar práticas equestres que, historicamente, permitiram verificar como ocorreu o processo de expansão de seu acesso em sua configuração no Rio Grande do Sul. Este conjunto de análise é enredado com mais um elemento ao atentar-se ao tipo de capital possuído, o qual se sistematiza, conforme Vigarello (2005). O conceito de capital é importante para

apreender a dinamicidade com que se estabelece o espaço social, no que tange à definição do gosto e dos estilos de vida (SOUZA; JÚNIOR, 2010).

No contexto da equitação, pode-se considerar como capital cultural, por exemplo, a equitação gaúcha, a qual, conforme Jacques (2008) refere-se à forma de andar a cavalo desenvolvida no continente sul-americano, e ao fato de tratar de um povo pastor em suas origens. Trata-se de uma equitação utilitária, de cotidiano, em que o seu embasamento é o uso dos recursos naturais como forma de sobreviver. Neste território, denominado Pampa Platino¹⁶, o cavalo crioulo desenvolveu-se como uma consequência coesa deste complexo de situações ou de condicionantes de ambiente, solo e relevo.

Desta forma, para garantir esta sobrevivência, aplicou-se o princípio do objetivismo utilitário nas práticas e modos de se fazer e trabalhar nesta lida campeira, isto é, permaneceram e resistiram ao tempo as maneiras e os costumes que eram práticos e econômicos no que se refere ao esforço. Aquilo que era trabalhoso, gerando esforço excessivo, e não possuía um melhoramento racional, foi abandonado (JACQUES, 2008). Por esta razão, grande parte do povo sul-rio-grandense, em especial aqueles envolvidos com a vida campeira, agem com respeito à tradição. Isto resulta, conforme Jacques (2008), na sujeição a muitos princípios e na esquematização de um legado que se difunde aos descendentes, sustentando os pilares de uma cultura.

Elias (1997) elabora, para esta ideia, o conceito de *habitus*, delineando-o como a composição social do indivíduo, o arranjo de que emergem os atributos particulares mediante os quais um indivíduo difere dos demais membros de sua sociedade. Em outras palavras, a família, por exemplo, contribui para a formação, na criança, de uma determinada base cultural durante seu processo de socialização, que compreende saberes, valores, práticas, expectativas quanto ao futuro profissional e a atitude da família em relação à escola

¹⁶ “Pampas” são os grandes campos e planícies incultas da América do Sul, cobertos, geralmente, de pastagens de gramíneas, com raros arbustos e árvores, que servem para criação de gado, principalmente bovino, cavalar e lanígero (NUNES; NUNES, 1994, p. 112-113). O termo “platino” refere-se ao Rio da Prata, estuário formado pelos rios Paraná e Uruguai na costa atlântica da América do Sul. Portanto, “pampa platino” trata, essencialmente, dos pampas dos países da bacia hidrográfica do Rio da Prata, notadamente Argentina e Uruguai.

(MENEZES, 2009). A família¹⁷, assim, pode também ser considerada como responsável pela difusão de um patrimônio econômico e cultural.

A este respeito, pode-se analisar a equitação clássica ou acadêmica, a qual, por sua vez, conforme Rink (2008), tem suas raízes nas academias que se desenvolveram na Europa. As escolas europeias destinavam-se, especialmente, para a instrução da aristocracia na arte equestre, a qual, ao longo de sua consolidação, passou a compreender, essencialmente, três disciplinas clássicas: o adestramento, o salto e o Concurso Completo de Equitação (CCE). Desde seus primórdios até a atualidade, tais práticas equestres estão associadas às camadas economicamente privilegiadas da sociedade. Consequentemente, o que predomina no universo equestre constituído em torno de tais esportes é a importância da posse do capital econômico, expresso, fundamentalmente, pelo significativo valor dos cavalos que atuam nestas práticas, equipamentos e instalações específicos.

De tal modo que, ao ponderar sobre os contrastes, pode-se aprofundar o espectro das práticas equestres (esportivas ou com alguns elementos de esportivização), fundamentando-o em gostos sociais, maneiras de ser, sensibilidades coletivas, os quais são capazes de orientar escolhas e preferências (VIGARELLO, 2005). Ao ter em vista as oposições de práticas equestres de uma maneira mais ampla, pode-se focalizar oposições de filiações sociais a cada uma delas associadas. É o caso, por exemplo, das

¹⁷ Retoma-se a noção de *habitus* (Elias, 1997). Ao ter em conta que a família constitui o primeiro espaço social com o qual se estabelecem relações, tem-se o exemplo da família Gerdau Johannpeter, em Porto Alegre. Pelo menos desde a década de 1930, quando o alemão naturalizado brasileiro Kurt Johannpeter chega ao Brasil e casa-se com Helda Gerdau, a prática do hipismo faz parte do cotidiano desta família. A seção hípica do Porto Alegre *Country Club* e a Sociedade Hípica Porto Alegrense foram os ambientes equestres frequentados regularmente não somente pelo referido casal, mas também, por exemplo, pelos seus filhos Klaus e Jorge Gerdau Johannpeter, bem como pelos filhos deste último, Carlos, André, Karina, Beatriz e Marta Johannpeter (ÁLBUM..., 2009). André e Karina são detentores de títulos internacionalmente expressivos, como medalhas olímpicas (1996 e 2000) e pan-americanas (2007 e 2011), respectivamente. Nesta exemplificação, tem-se que a prática esportiva equestre do salto, em sua manifestação motora, parece proporcionar o nascimento dos integrantes desta família, metaforicamente, já no interior de uma pista, sobre o dorso de um cavalo. Isto pode demonstrar os princípios incorporados, a presença funcional das vivências passadas, que, postas em todo corpo sob a configuração de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, acercam-se, com mais certeza do que todos os princípios formais e todas as formas explícitas, da garantia da conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo. Tal família também foi muito atuante no cotidiano de organização do esporte hípico na cidade por meio da atual Federação Gaúcha de Esportes Equestres (FGEE).

práticas equestres que compõem o Freio de Ouro, mais ligadas à população predominantemente rural, com elevados recursos financeiros, de vida campesina e de lida campeira e, por outro lado, a prática do salto do hipismo, predominantemente conectada às elites mais urbanas e privilegiadas economicamente (ADELMAN, 2006). Apreciar os contrastes assinala uma visão panorâmica e um espectro distribucional do espaço das práticas equestres: a relação e a comparação de práticas diversas. Por outro lado, a decisão de apontar sensibilidades e gostos confere um segundo requisito teórico: o de vincular cada preferência de prática equestre a um estilo de vida.

Em função disto, para realizar uma história destes mesmos distintos grupos sociais sul-rio-grandenses, há a necessidade de um estudo mais temporalizado da concorrência entre os grupos e o realce de seus interesses. Na experiência de compor uma rede de esportes, conforme Vigarello (2005), melhor se assegurou uma sociologia do esporte. Um território amplamente intrincado formou-se delineando a distribuição social dos esportes, aquelas dos praticantes, a dos estilos de práticas e de condutas.

Os mecanismos da conservação da ordem social operam, por exemplo, por meio do declínio das oportunidades salariais e perspectivas de carreiras ao longo das gerações. No contexto das práticas equestres, mais especificamente no turfe, o engajamento dos jockeys, geralmente oriundos de classes mais populares, pode representar uma tentativa de mobilidade social vertical ascendente, na medida em que vislumbram, nesta prática, uma oportunidade profissional salarial, a construção de uma carreira e, conseqüentemente, melhor posição e *status* sociais.

É plausível instituir uma tipologia destas táticas, que se destacam pela ocorrência no contexto do hipismo no Rio Grande do Sul: a) Estratégias educativas, isto é, táticas escolares das famílias ou dos filhos escolarizados, por exemplo, tendendo a produzir autores sociais dignos e aptos a receber o legado do grupo, e de transmiti-lo, por sua vez, ao grupo; b) Estratégias de investimento econômico, que são encaminhadas para a perpetuação ou para a ampliação do capital sob suas diferentes espécies; c) Estratégias de investimento social, propondo instaurar ou sustentar relações sociais diretamente úteis ou mobilizáveis a curto ou longo prazo, transformando-as em

comprometimentos duradouros, especialmente pela troca de dinheiro, de trabalho, de tempo; e d) Estratégias de investimento simbólico, as quais se configuram em atos que visam manter e aumentar o capital de reconhecimento.

Ao ter-se em conta que a prática da equitação confere “lucros de distinção” aos seus praticantes, uma análise dos esportes equestres no Rio Grande do Sul pode indicar representações construídas a partir de tais práticas, as quais contribuíram para uma demarcação de classe. A comparação das práticas equestres entre si e com as demais práticas esportivas é uma abordagem que ressalta as especificidades de cada uma e direciona ao questionamento de seus significados. Assim, ao confrontar o salto do hipismo, por exemplo, a outras práticas equestres sul-rio-grandenses, podem-se originar aspectos sobre a singularidade da configuração atual do salto e sobre os seus sentidos característicos que emergem por contraste.

A partir das diferenças observadas, torna-se presumível identificar os atributos de cada prática. Por procedimento semelhante foi que Norbert Elias optou para analisar as características do esporte em relação a diferentes práticas lúdicas, ao confrontar as formas contemporâneas do esporte com os ancestrais jogos populares (BROMBERG, 2008). Ademais, considerou-se que explorar o espaço das práticas esportivas equestres segundo distintas classes sociais conduz a explorar diferentes espaços os quais lhe são coextensivos ou que lhe podem ser superpostos, tais como aqueles do gosto estético, do gosto em relação ao vestuário e do gosto alimentar, por exemplo.

No que se refere às práticas equestres esportivas, tem-se, no turfe, “[...] uma profissão em que a própria vida está constantemente ameaçada, pois uma ‘rodada’¹⁸ não é coisa com que se brinque [...]” (CAPIROT, 1957, p. 67). Os jóqueis também demonstravam, para com o seu corpo, tal relação apresentada anteriormente, a qual estava atrelada às classes operárias, tipicamente detentoras de um menor capital cultural. Corroborando com tal fato, reportagem da *Revista do Globo* registrou que os jóqueis amiúde apresentavam “[...] relativamente pouco estudo [...]” (CAPIROT, 1957, p. 67).

¹⁸ O termo ‘rodada’, no turfe, refere-se a um tipo de acidente que pode ocorrer durante uma corrida, em que o cavalo, em alta velocidade, perde o controle sobre seu corpo (ou tropeça) e roda em torno de seu próprio eixo, resultando na queda de ambos (cavalo e jóquei).

As relações entre cada uma das práticas esportivas associadas às camadas populares, operárias, bem como entre cada uma das práticas relacionadas com as elites econômicas, de ocupantes de cargos superiores e profissionais liberais, são conduzidas por uma expressão: a homologia (VIGARELLO, 2005). No que concerne às práticas equestres, aquelas mais populares (os jóqueis no turfe e nas carreiras de cancha reta) assemelham-se entre si, assim como as práticas equestres de elite (salto e polo equestre). O espaço dos esportes pode ser compreendido como homológico aos demais espaços sociais; assim, explorá-lo induz-nos a melhor compreender estes espaços. Tal maneira de se analisar as práticas esportivas, característica da abordagem da sociologia francesa do esporte, deriva outras duas consequências, de acordo com Vigarello (2005).

É nesta conjuntura de distintas classes sociais e elementos históricos (essencialmente refletidos por meio de práticas esportivas equestres atreladas a um recorte temporal e espacial) que o conceito de configuração de Norbert Elias foi explorado nessa tese. Assim, propôs-se considerar as práticas equestres esportivas componentes da equitação, no Rio Grande do Sul, como domínios socializadores que coexistem em uma intensa relação de interdependência, isto é, domínios que configuram um formato constante e dinâmico de relação entre tais práticas culturais.

Almejando demonstrar como as práticas equestres, no Rio Grande do Sul, foram produzidas em diversos espaços sociais e agregam práticas socioculturais de distintos grupos sociais, que circularam e circulam nesses espaços, explorou-se, nesta tese, o conceito de configuração cunhado por Elias, para demonstrar essa interdependência. Esta tese considera que o estudo das práticas esportivas equestres não pode ser reduzido ao estudo de uma única modalidade e nem confinada ao local onde a mesma é praticada. Argumentou-se que não basta a apreensão de aspectos da conduta ou dos atos das pessoas, individualmente apreciadas; é preciso acenar para a interdependência, para as configurações que as pessoas instituem umas com as outras. Tais configurações, portanto, se referem “[...] à teia de relações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras” (ELIAS, 1992, p. 25). A dinamicidade e a mutabilidade

das ações de um (a) pluralidade/grupo de pessoas interdependentes interferem de maneira a formar, além da família, a escola, as estratificações de classes e, até mesmo, o esporte, caracterizando cada um destes como configurações específicas que as pessoas constituem umas com as outras (ELIAS, 1980).

Deste modo, tais redes de interdependência entre os seres humanos são o que os ligam (ELIAS, 1994). Estas formam o nexos do que Elias (1992, 1994) denomina como configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e, mais tarde, por meio da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poder-se-ia arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. Eis o motivo porque não é particularmente frutífero conceber os homens à imagem do homem individual. Muito mais apropriado será conjecturar a imagem de numerosas pessoas interdependentes formando configurações (isto é, grupos ou sociedades de tipos diferentes) entre si; dentre elas, associações esportivas.

O conceito de configuração, assim, foi colocado justamente porque anuncia mais aberta e inequivocamente que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, isto é, “sociedade”, não consiste nem em uma abstração de características de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem em um “sistema” ou “totalidade” para além dos indivíduos, mas na rede de interdependências por eles formada (ELIAS, 2011). Seguramente, é plausível discutir acerca de um espaço relacional da equitação sul-rio-grandense, ou seja, o aparelho de coordenadas que definem a situação dos seres humanos envolvidos com tais práticas, uns em relação aos outros, em dado momento.

Deste modo, por meio de uma leitura a respeito do conceito sociológico de configuração, cunhado por Elias, procurou-se demonstrar como as práticas equestres esportivas, no Rio Grande do Sul, podem ser analisadas enquanto processos sociais históricos fundamentados não apenas em uma esfera coletiva, mas também nas atividades individuais. Considerou-se que indivíduos, por meio de suas disposições básicas – isto é, suas necessidades - são orientados uns para os outros e vinculados uns aos outros dos mais diversos modos. Esses indivíduos, assim, estabelecem “teias de interdependência” que

produzem “configurações” de muitos tipos: desde a família, passando pela noção de cidade, estado, e até de nações. O conceito de configuração pode, de tal modo, ser aplicado onde quer que se constituam conexões e teias de interdependência humana, ou seja, em grupos relativamente pequenos ou em agrupamentos maiores, podendo-se considerar, inclusive, neste estudo, as associações vinculadas ao esporte.

Assim, as configurações emergem da interdependência entre os indivíduos e instituições (no caso do objeto de estudo aqui privilegiado, os atletas, dirigentes e associações, entidades, clubes e sociedades esportivas e regimentos), que se equilibram em uma balança de poder (simbólico, cultural, econômico), cultivando suas inter-relações sob uma tensão característica (ELIAS; DUNNING, 1986; ELIAS, 1992; ELIAS; SCOTSON, 2000). Além disso, o desenvolvimento das cadeias de interdependência está acoplado ao grau de evolução da sociedade de forma recíproca. Quanto mais desenvolvida a sociedade, mais complexas e interdependentes são suas relações.

A partir disto, ao evidenciar-se a dificuldade da repartição das oportunidades de poder que jaz no centro das articulações e conflitos entre estabelecidos e outsiders, torna-se mais simples identificar um problema subjacente que costuma passar despercebido (ELIAS; SCOTSON, 2000). Os grupos vinculados entre si sob a forma de uma configuração de estabelecidos-*outsiders* são compostos de seres humanos individuais. O problema é saber como e por que os sujeitos percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem reciprocamente dentro das fronteiras grupais que instituem ao anunciar “nós”, enquanto, simultaneamente, afastam outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a um grupo diferente e a quem aludem coletivamente como “eles”.

Lucena (2001) acrescenta às reflexões elisianas que, uma vez que nos permite progredir sobre uma oposição impelida entre indivíduo e sociedade — já que nenhum indivíduo é um “eu” independente de um “nós” — o conceito de configuração oferece a oportunidade de discutir as interdependências humanas não somente como um fato valorativo, possível só entre semelhantes ou aliados; e também permite avançar no processo relativamente independente constituído pela conjuntura das relações sociais e das pessoas individuais. E

finalmente, oportuniza refletir sobre o conjunto de pessoas como algo tão sólido como a pessoa individual.

Assim, não se aceita o pressuposto de que as práticas esportivas equestres examinadas nesta tese tenham fronteiras e limites especificáveis, pois as cadeias de interdependência na sociedade sul-rio-grandense escapam a delimitações e definições abrangentes. Desta forma, a complexidade de se pesquisar determinadas configurações esportivas em um determinado contexto histórico e sociocultural transcorre do fato de que as cadeias de interdependência são maiores e mais distintas.

Por este motivo é que foram analisadas as práticas equestres esportivas componentes da equitação no Rio Grande do Sul como parte de uma determinada “configuração” em detrimento da ideia de um “sistema”, em função da inconstância das relações entre seus sujeitos, constatada por meio da interpretação das informações obtidas durante a pesquisa. Foi imprescindível, então, a busca permanente pela identificação de uma configuração, de um arranjo particular entre tais práticas naquele contexto temporal e espacial, em uma perspectiva histórica, para se apreender experiências específicas de socialização. Para ser possível perceber tais instâncias, apreciando sua interdependência e o modo como os seus atos e experiências se interpenetram, constituindo um tipo de configuração, foi imperativo identificar o arranjo variado, a relação de forças e o equilíbrio entre elas a partir da experiência de socialização de práticas particulares.

Desta forma, pôde-se entender que a rede de ligações e de interdependência que se estabelece entre as práticas equestres esportivas da equitação, no Rio Grande do Sul, não ocorria simplesmente ao acaso. Esta rede constituiu o reflexo de estratégias instauradoras e mantenedoras das instituições e entidades hípicas dentro de suas relativas posições e manifestações de poder que se fazem presentes em todo processo social. Assim, com o intuito de compreender as estruturas e os processos sociais da configuração da equitação no Estado, não seria suficiente estudar um único estrato funcional, isto é, uma prática equestre, de seu campo social mais amplo, ou seja, o campo da equitação. “[P] ara serem mais bem apreendidas, estas estruturas e este processo exigem um estudo das relações entre os

diferentes estratos funcionais que convivem juntos no campo social” (ELIAS, 1994, p.239) e que, em função de uma mudança mais lenta ou mais rápida nas relações de poder provocada por uma estrutura específica deste campo, são, no curso do tempo, reproduzidas sucessivas vezes.

Tendo em vista o trabalho de campo historiográfico, bem como a experiência da pesquisadora, considera-se que o estudo de uma configuração socioesportiva não pode ser reduzido ao esboço de um elemento, isoladamente. Não é suficiente a compreensão de aspectos do contexto ou das ações das pessoas ligadas somente às práticas equestres, analisadas de forma particular. Foi preciso acenar para a interdependência, para as configurações que tais práticas estabeleceram umas com as outras e com as demais práticas esportivas contemporâneas às mesmas no Rio Grande do Sul.

Assim, cabe recuperar o entendimento de configuração aqui adotado, o qual serve como uma ferramenta conceitual e didática que apresenta como desígnio romper com a ideia de que as instituições e entidades hípias, socializadoras, e seus sujeitos, sejam opostos. Salientar a relação de interdependência dos domínios/sujeitos da socialização, condição para conviverem enquanto configuração consiste em uma forma de assegurar que a relação colocada entre eles pode ser de aliados ou de adversários. Podem ser relações de continuidade ou de ruptura. Podem, então, produzir uma gama variada de experiências de socialização.

A base em que se movimentam as configurações é fugaz, não se vincula a determinismos nem a códigos científicos. A partir disto é que se deparou com a necessidade de interpretar as peculiaridades do contexto sociocultural e político-econômico, além de imergir em particularidades da conjuntura de cada uma das práticas equestres. De tal modo, pôde-se contemplar o movimento entre tais práticas, bem como narrá-lo, não atribuindo normas rígidas de ocorrência de tais relações de interdependência.

A este respeito, inclusive, Costa (1999) nos apresenta a ideia de que, em torno das práticas, redes e tramas são arquitetadas, compartilhando entre si discursos, sentimentos intensos vivenciados nestas práticas e os sentidos pelos praticantes conferidos a tais práticas. Identifica-se, assim, que as

dimensões culturais que envolvem a percepção e o gosto pelo esporte tornam visíveis seus atributos simbólicos, corporais e técnicos.

De igual forma, procurou-se trabalhar com a variabilidade de possibilidades de intercruzamento entre distintas práticas em determinado espaço e tempo em detrimento de procurar elaborar preceitos rígidos acerca do modo como se estabelecem estas possíveis relações. Isto porque os indivíduos estão vinculados entre si e as relações que instituem com os outros são, fundamentalmente, relações de poder, cujo equilíbrio é variante. Assim, houve ligações entre as práticas em que tais indivíduos estavam atrelados, estabelecendo relações também de poder, as quais, dependendo da configuração, penderam para um lado ou para o outro, ou ainda estiveram em uma condição momentânea de equilíbrio. Na essência da configuração, deste modo, não se possui um controle total das trocas e das relações.

Procurou-se identificar uma configuração cultural da equitação sul-riograndense, de acordo com a qual o processo de constituição de identidades sociais passou a ser mediado pela coexistência de distintos domínios socializadores produtores de valores e referências culturais. Tais domínios, neste estudo, foram representados por cada uma das práticas equestres.

A análise de Norbert Elias sobre a sociedade mostra os meios pelos quais se compreendem os envolvimento sociais em suas diferentes épocas, oportunizando, então, um entrelaçamento entre a história e a sociologia. Estabelece-se, assim, um canal entre as duas perspectivas de análises realizadas acerca das práticas componentes do objeto de estudo: a noção de configurações de Elias. Relacionado a esta, Roger Chartier (1994), por exemplo, encontra uma definição mais consistente sobre a aplicação da teoria do processo civilizador em relação à sociedade ao demonstrar que, para garantir a cientificidade de um estudo sobre sociedade e suas inter-relações, não se pode prescindir das questões trabalhadas por Norbert Elias. Isto porque os parâmetros acentuados por este autor são considerados fundamentais para um plano de estudos sobre a atuação de cada um neste contexto; no caso deste estudo, um contexto cultural-esportivo.

2.2 Procedimentos Metodológicos

O estudo foi contemplado por meio do modelo qualitativo com concepções metodológicas predominantemente ideográficas ou interpretativas com o apoio teórico-metodológico de alguns fundamentos da perspectiva dos estudos históricos e socioculturais (BURKE, 2005; ELIAS; DUNNING, 1986). Desta forma, neste subcapítulo, dissertou-se a respeito das fontes utilizadas e, em seguida, a propósito dos procedimentos metodológicos empregados para organizá-las em um *corpus* documental definido e para interpretá-las. Uma vez que noções da História Cultural auxiliaram durante o processo de decodificação dos documentos históricos, procurou-se, durante a tessitura do texto, conforme preconiza Pesavento (2008), aliar a dimensão simbólica para a crítica das configurações dos arranjos sociais. Este procedimento é uma forma de entendimento segundo a qual os homens elaboram formas cifradas de conceber o mundo, produzindo palavras e imagens que articulam e apontam para mais além do que aquilo que é anunciado e indicado nos registros.

Com base em um diálogo de áreas de conhecimento e, especialmente, em um crescente compartilhamento de objetos de estudo, procurou-se conceber os espaços em que estão sendo produzidas as pesquisas históricas acerca do esporte nos últimos dez anos (2006-2016). Com esse fim, fez-se uma busca quantitativa por artigos científicos que privilegiassem o estudo do Esporte em uma perspectiva histórica. Os números citados nos quadros 1, 2 e 3 (ver apêndices) foram localizados nos principais periódicos especializados nas áreas da Educação Física, História e História do Esporte, e foram consequência de uma ação que empregou como instrumento de busca os descritores “História do Esporte” e “História da Educação Física”. O alvo inicial enfocou os títulos e as palavras-chave dos trabalhos localizados e, a seguir, uma apreciação mais minuciosa nos remeteu à leitura dos resumos de cada um deles. Cabe ressaltar que, nesta tarefa, os periódicos elegidos estão dentre aqueles de maior valor agregado pelo sistema *Webqualis*, para cada área de conhecimento específica.

Nessa conjuntura, percebeu-se a necessidade de localizar este estudo na tradição historiográfica que o ampara no campo científico. Ou seja, tornou-se importante integrar esta tese no rol de trabalhos acadêmicos em nível de

pós-graduação, em todo o país, que se ocuparam em analisar a prática da Equitação, e, de um modo particular, sob a perspectiva histórica. Para isso, recorreu-se ao Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), empregando como ferramenta de busca os descritores “Equitação” e “História”, e delimitando como intervalo de tempo os anos de 2006 a 2016. Ao utilizar-se apenas o descritor “Equitação”, localizamos cinco trabalhos.

Em nível de mestrado, foram localizados três trabalhos: um na área das Ciências da Saúde (Psicologia) e dois na área da Educação. Em nível de Doutorado, foram encontrados dois trabalhos: um na área das Ciências da Saúde (Medicina) e um na área das Engenharias (Engenharia Biomédica). Dentre os trabalhos de mestrado, o primeiro localizado com tais características foi a dissertação intitulada “As influências da equitação terapêutica no desenvolvimento de crianças e adolescentes com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade”. Essa pesquisa foi defendida, em 2011, pela autora Camila Spengler Escobar, no Programa de Mestrado em Psicologia, da Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande. O segundo trabalho foi a dissertação “Fronteiras sociais e a educação das crianças em famílias de alta renda”. A pesquisa foi defendida, em 2012, pela autora Karen Teresa Marcolino Polaz, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Campinas. O terceiro trabalho, localizado em nível de Mestrado, foi a dissertação intitulada “Educação não formal e Equoterapia: o galope do educador na arena da terapia”. Tal pesquisa foi defendida, em 2012, pela autora Priscila Fernanda Bertola dos Santos, no Programa de Mestrado em Educação, do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, de Americana.

Em nível de doutorado, a busca apontou, como primeiro trabalho, a tese “Efeitos de um simulador de montaria no controle postural de crianças portadoras de paralisia cerebral”. A pesquisa foi defendida, em 2011, pela autora Maria Beatriz Silva e Borges, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas, da Universidade de Brasília. O segundo trabalho mapeado foi a tese de nome “Análise de gases expirados utilizando diferentes métodos de obtenção de sinais para avaliação do desempenho físico humano”. Tal pesquisa foi defendida em 2012, pelo autor Fabiano de Barros Souza, no

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Biomédica, da Universidade do Vale da Paraíba, em São José dos Campos.

Já ao empregarem-se os descritores “Equitação” e “História” concomitantemente, foi apontado um dos trabalhos já mencionados anteriormente, especificamente um dos estudos de mestrado na área da Educação, da autora Karen Teresa Marcolino Polaz. Contudo, ao acessar o seu resumo, identificou-se que sua abordagem não é histórica, mas, sim, situa-se na linha de pesquisa que envolve sociedade, cultura e educação.

Observa-se, que os campos da Saúde e da Educação são os que mais operam com o termo, ao menos quando se trata dessa modalidade de divulgação científica. Foi identificado, também, que os trabalhos analisados e os respectivos campos de onde provêm, quando utilizam o termo, fazem-no estabelecendo uma relação mais próxima com as ciências biológicas, havendo uma lacuna da análise desta prática vinculada às ciências humanas e sociais, como esta pesquisa propôs-se.

Ao considerarmos, especificamente, a área da Educação Física, localizamos um trabalho de mestrado e um de doutorado ao utilizarmos o termo “hipismo”. Vale destacar que ambos estes estudos estão vinculados ao viés das Ciências Humanas e Sociais sobre a Educação Física. Ao nível de mestrado, foi identificada a minha dissertação, intitulada “As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo de esportivação (1920-1940)”, defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No que se refere ao nível de doutorado, localizou-se a tese intitulada “Os sentidos da aventura de cavalgar: rastreando pegadas no imaginário social”. O estudo foi defendido em 2006, pela autora Martha Maria Ratenieks Roessler, no Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro.

Faz-se importante considerar, também, a relevância do ensaio de Pontes e Pereira (2014), precisamente por ser um dos precursores a refletir a presença de hierarquias de gênero no hipismo brasileiro. O estado da arte das pesquisas referentes a essa temática das práticas equestres mostra-se como

muito atual e ainda circunscrito, predominantemente, ao campo da Antropologia e Sociologia.

A literatura assinala que tais inquietações tiveram princípio, ao nível nacional, no ano de 1999, com Miriam Adelman, sendo complementadas por Luiz Fernando Rojo em 2007. Com relação à Educação Física, o primeiro estudo desenvolvido por pesquisadores desta área sobre o tema, só foi realizado entre os anos de 2010 e 2011, pela pesquisadora e sua orientadora, a professora Janice Zarpellon Mazo.

Também se fez uma busca quantitativa por artigos científicos que privilegiassem o estudo da Equitação em uma perspectiva histórica. Assim, pesquisou-se, com o descritor “Equitação”, nos mesmos periódicos citados nos quadros anteriores (ver apêndices) e somente uma ocorrência foi localizada, no periódico *Recorde: Revista de História do Esporte*, em 2012, o qual trata de uma revisão da prática dos *Juegos de Cañas*¹⁹ na Espanha durante os séculos XII ao XIX (TRUAN; ORTHOUS, 2012).

No que se refere a publicações internacionais, foram localizados dois artigos científicos no periódico *Journal of Sport History* por meio dos descritores “Equitation” e “Equitación”. Contudo, ambos localizam-se temporalmente fora do recorte de dez anos atrás (2006-2016). Um deles aborda a influência hispânica na história do rodeio no período de 1823 a 1922 (LECOMPTE, 1985) enquanto a outra publicação trata da decadência do *gaúcho*²⁰ e a ascensão do esporte equestre na Argentina (SLATTA, 1986).

¹⁹ Durante a Guerra de Tróia, menciona-se, na *Ilíada* (século VIII a.C.), que os jovens nobres troianos realizavam um jogo equestre usado para fortalecer seus espíritos nas batalhas. O historiador grego Xenofonte (360 a.C.) menciona este jogo com o nome de *Djerid*, que é a origem do atual *Cirit*, que se pratica na Turquia. Posteriormente, os equitadores romanos difundiram esta atividade lúdica equestre por todo o Mar Mediterrâneo nos dias de pagamento das tropas, com o nome de “ginástica hípica”. Na Espanha, esta prática continuou a se realizar graças à necessidade de formar, no domínio da cavalaria, os cavaleiros que deveriam defender as fronteiras durante a reconquista da Andaluzia e, posteriormente, seriam as cavalarias que se encarregariam de manter a prática viva até o século XIX, unidas às celebrações das touradas, com o nome de *Juego de Cañas*.

²⁰ *Gaúchos* são, no estudo referido, entendidos como os caçadores de gado selvagem dos pampas ou planícies argentinas, desenvolvidos como um grupo social identificável com uma subcultura equestre distinta durante o século XVIII. Os *gauchos* viveram a montar a cavalo, e, não surpreendentemente, muitas de suas principais formas de recreação envolviam concursos equestres. Os *gauchos* envolviam-se em jogos (formas organizadas de jogo) e concursos (jogos competitivos). Eles também gostavam de participar em exposições individuais de *horsemanship* e coragem.

Ainda dentre a literatura internacional, foram localizados, com os descritores “equitación”, “historia” e “deporte”, na base de dados do *Google Acadêmico*, também fora do recorte temporal (2006-2016), os estudos de León e Aguiar (1999), acerca da história da Educação Física e do Esporte nas Canárias no século XIX, destacando a prática da equitação; Díez (2004) que, ao apresentar uma história do esporte da região de La Rioja, na Espanha, também aponta para a Equitação como uma das práticas esportivas existentes em tal região; Faz (2005), na mesma linha, proporciona um panorama do esporte na região espanhola de Málaga, assinalando a participação do cavalo em tais práticas; Lalaguna (2004), ao expor uma síntese da história da arquitetura para o esporte na Espanha, também aborda a equitação.

Desta forma, identifica-se que a participação do cavalo junto ao ser humano nas mais diversas atividades e finalidades ao longo do processo histórico configura-se como um campo de investigação que ainda apresenta muitas possibilidades àqueles que por essa temática se interessarem. Com base na revisão bibliográfica realizada, assim, tem-se que, especialmente ao nível nacional, há poucos estudos historiográficos abordando a importância social, econômica, política e cultural do cavalo, como bem atesta Rink:

Na busca por uma identidade moderna, o inconsciente coletivo brasileiro “esquece”, com frequência, o seu arrojado passado equestre. É natural, faz parte do processo de crescer. Mas a saga da formação equestre no Brasil é tão, ou mais, aventureira quanto as histórias romaneadas da conquista do oeste Americano. O que falta na História do Brasil não são cavalos – é memória. [...] Do ponto de vista político-econômico, seria impossível se consolidar administrativamente um país das dimensões do Brasil sem a velocidade da ‘Dinâmica Equestre’ (RINK, 2008, p. 341).

De tal modo que esta pesquisa histórica propõe a realização de uma interpretação de práticas equestres. Por meio de uma pesquisa documental (ABREU, 2008), procurou-se acessar ao passado por meio de fontes impressas. Nesta direção, são apresentados, sequencialmente, os procedimentos aplicados na coleta de informações das fontes, bem como os processos de análise dos dados obtidos por meio de tais fontes.

Com base nos pressupostos teóricos apresentados anteriormente e procurando aproximar-se da realidade gerada pelas práticas da equitação sul-rio-grandense da segunda metade do século XIX até a atualidade, realizou-se uma coleta de informações em fontes impressas de diversas naturezas, a saber: revistas, jornais, Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul, *Atlas do Esporte no Brasil*, *Álbum do Rio Grande do Sul Sportivo*, livros comemorativos de clubes esportivos que promoviam tais práticas, monografias, dissertações, teses e artigos. Tais fontes foram localizadas em arquivos das sociedades (*Jockey Club* do Rio Grande do Sul, Federação Gaúcha dos Esportes Equestres, Federação Gaúcha de Laço, Associação Gaúcha de Equoterapia), arquivos públicos, bibliotecas, clubes, regimentos (3º Regimento de Cavalaria de Guarda do Exército – Regimento Osório -, 4º Regimento de Polícia de Montada – Regimento Bento Gonçalves – e 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado – Regimento Marechal José Pessoa) e museus (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Museu da Comunicação Hipólito José da Costa). A coleta de dados na Federação Gaúcha dos Esportes Equestres foi realizada em seus documentos oficiais, tais como: álbuns, discursos, atas e relatórios, além de correspondências oficiais, nas quais foram encontradas informações esclarecedoras sobre a fundação das instituições, como: presidentes, datas dos torneios, premiações, eventos hípicas, eventos sociais importantes, entre outros.

Além das fontes citadas anteriormente, esta tese conta também com a consulta de fontes secundárias como, por exemplo, jornais e revistas. A investigação em jornais e revistas da segunda metade do século XIX até a atualidade percorreu as seguintes publicações: *Jornal Correio do Povo*; *Zero Hora*; *Jornal Diário de Notícias*, *Jornal A Época*, *Jornal O Momento*, *Jornal A Federação* (estes três últimos acessados via Hemeroteca Digital Brasileira), *Jornal Correio Mercantil*, *Jornal Diário Popular*, *Jornal Gazeta de Porto Alegre*, *Jornal do Hipismo*, *Jornal A Plateia*, *Jornal Minuano*, *Jornal NH*, *Catálogo O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo* (MAZO, 2004), a revista *Panorama Equestre*, revista *Equusul*, revista *Semanário Turfista*, revista *Canter*, revista *Suplemento* e o livro *Associações esportivas no Rio Grande do Sul: lugares e memórias* (MAZO et al, 2012), que consiste em um banco de

dados com aproximadamente 950 associações esportivas. Nessa consulta, encontraram-se duas citações à “equitação”, 12 referências ao “hipismo”, nove alusões ao “turfe”, uma referência ao termo “equestre”, quatro ao termo “hípico”, dois ao termo “jôquei”, duas ao termo “prado”, seja de espaços físicos, clubes e federações. As notícias veiculadas nos jornais foram classificadas a partir do editorial, da reportagem e do conteúdo. Este enfoque justifica-se pela estabilidade característica deste tipo de fontes, conforme Triviños (1987), além da facilidade de acessá-las o número de vezes desejado.

O *Correio do Povo*, fundado em 1895, consiste no mais antigo jornal na capital sul-rio-grandense ainda em circulação. No período demarcado da pesquisa, era um jornal de grande destaque, trazendo muitas notícias sobre as práticas equestres; dentre estas, o turfe e o hipismo figuravam frequentemente em suas páginas, demonstrando a evidência destas na sociedade.

O jornal *Zero Hora* (ZH) é um dos maiores periódicos de circulação diária do Brasil. Daí a importância de incluí-lo neste *corpus* documental. É editado em Porto Alegre e controlado pelo Grupo RBS. Foi constituído em quatro de maio de 1964 pelo jornalista Ary de Carvalho (SACCHITIELLO, 2015). Sua contribuição para esta pesquisa consistiu na identificação de como foram retratadas as diferentes práticas equestres em suas páginas.

A prática do turfe, por exemplo, sempre que presente em reportagens deste jornal, localizava-se na seção esportiva. Tal fato auxiliou a interpretação desta tese acerca do turfe enquanto uma prática equestre esportiva. Já a prática do hipismo, por sua vez, na maior parte das ocorrências de reportagens a seu respeito, constava de uma nota na seção esportiva, denominada “Caderno de Esportes”, abordando resultados de competições ocorridas, quase que exclusivamente em Porto Alegre. Para, além disto, na mesma edição que apresentava tais resultados das competições de hipismo, uma seção inteira da coluna social, denominada “Segundo Caderno” também era dedicada a ilustrar os bastidores desses eventos hípico, revelando pessoas de destaque nestes ambientes (atletas, proprietários de cavalos, assistência vinculada a uma elite econômica), enfatizando hábitos e estilos de vestimenta. Esta constatação amparou a análise desta pesquisa acerca do hipismo como uma prática produtora de representações de distinção social.

Também vale ressaltar a constante presença de reportagens acerca de práticas ligadas ao cavalo crioulo, em especial aquelas componentes do Prêmio Freio de Ouro. Estas, por seu turno, encontraram-se sempre na seção denominada “Campo e Lavoura”, a qual apresenta, essencialmente, notícias sobre agronegócio. Esta ocorrência sustentou a apreciação de tais práticas deste prêmio enquanto práticas não esportivas, fundamentalmente em função do fim utilitário do melhoramento de uma raça equina.

O *Diário de Notícias*, por sua vez, fundado em 1925, em Porto Alegre, trabalhava em consonância com a TV Piratini (precursora no Estado), Rádio Farroupilha e Revista *Campo*. Sua essencial importância para esta tese consistiu no significativo número de reportagens acerca do hipismo, em especial da Sociedade Hípica Rio Grandense e suas atividades e estatutos, bem como registros sobre a prática do turfe também.

O Jornal *A Época*, de Caxias do Sul, foi fundado em 1938 com o claro desígnio de combater células fascistas regionais, sustentando estreita ligação com a Liga de Defesa Nacional da cidade e com o Centro Cultural Tobias Barreto. Sua consulta apresentou a importante contribuição de representar o desenvolvimento de algumas práticas equestres na região serrana do Estado, tais como as carreiras de cancha reta e o tiro de laço em rodeios.

Por sua vez, o Jornal *O Momento*, também de Caxias do Sul, apresentava uma ampla circulação no nordeste do Estado. Além disso, por meio de sua consulta, puderam-se acessar muitas informações acerca das corridas de cavalos e das práticas campeiras na região da serra, em especial.

O jornal *A Federação*, difundido no estado entre 1884 e 1937, também foi analisado, em função de ter veiculado notícias acerca de algumas práticas equestres (em especial, o turfe) e, inclusive, imprimir, em suas oficinas gráficas, o “Codigo de Corridas” da “Associação Protectora do Turf” (SANTIAGO et al, 1925). Este diário consistia explicitamente em um dos veículos de exposição dos ideais políticos do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Concorrente do *Correio do Povo*, a edição inicial de *A Federação* circulou em janeiro de 1884 e apresentava, em suas publicações, assuntos políticos acoplados ao Estado e ao Brasil, além de apresentar acontecimentos policiais e alguns anúncios. No início do século XX, este diário

atualizou-se, abandonando o caráter exclusivamente político e econômico e abordando matérias que tratassem de esporte (dentre estes, o turfe e o hipismo) e artes, além de dar destaque aos anúncios comerciais²¹.

A Hemeroteca Digital Brasileira, coordenada pela Fundação Biblioteca Nacional, proporcionou a aquisição de dados divulgados em periódicos, não apenas tornando mais confortável a consulta aos títulos, como também pelo mecanismo de busca disponibilizado, bastante útil dadas as particularidades das produções do século XX. Nesta pesquisa, fez-se uso desse recurso, como fontes, utilizando os jornais *A Época*, *A Federação* e *O Momento*, publicados no Rio Grande do Sul no período pesquisado.

O Jornal *Correio Mercantil* é um periódico da cidade de Pelotas, publicado diariamente de 1875 a 1931, o qual se anunciava como laico, independente e apartidário, isto é, não era um jornal que representava oficialmente um partido, um governo, uma religião ou uma determinada classe. Em suas páginas, localizaram-se muitos registros acerca das corridas de cavalos nesta cidade do sul do Estado. Também vale destacar que o *Correio Mercantil* foi um dos veículos por meio dos quais a obra de Simões Lopes Neto se apresentou aos leitores, como contos e folhetins, com publicações em vida do autor. Como exemplos, destacam-se “A mandinga”, de 1893, “Negrinho do Pastoreio”, de 1906, e “Casos do Romualdo”, de 1914. Este era um dos jornais pelotenses comparáveis, pela qualidade editorial e gráfica, às melhores publicações porto-alegrenses.

O acesso ao jornal *Diário Popular* proporcionou informações especialmente sobre o turfe e seus primeiros momentos de organização na cidade de Pelotas, no sul do Estado, onde este periódico circulava desde 1890. Para além disto, este jornal também contribuiu para a identificação do cenário mais amplo sociocultural e político-econômico da cidade.

A *Gazeta de Porto Alegre* constituiu um dos jornais fundados em Porto Alegre na extensa vida na imprensa do empresário, político, jornalista e escritor alemão, naturalizado brasileiro, Karl Von Koseritz. Este periódico teve sua

²¹ No começo, a despeito de ser bem impresso, apresentava uma diagramação pouco atraente, sem manchetes e escassos tipos de letras. A última sede deste periódico, o qual foi extinto em 1937, é, atualmente, o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, local de pesquisa documental para este estudo.

primeira edição no dia primeiro de janeiro de 1879 e forneceu muitos registros acerca do turfe sul-rio-grandense, especialmente de seus primórdios de organização no estado.

O *Jornal do Hipismo*, por sua vez, criado em 1994 pelo jornalista e pai de uma amazona, Lupi Martins, contribuiu significativamente para esta pesquisa, em especial em função de retratar o hipismo de todo o estado do Rio Grande do Sul. Além disto, em suas primeiras edições, também abordava o turfe em suas páginas, além da prática da Equoterapia.

O jornal *A Plateia*, de Santana do Livramento, mostrou-se efetivo em seu retrato da fronteira entre Brasil e Uruguai. Além disto, proporcionou importantes informações acerca do hipismo na região sul do Rio Grande do Sul.

Por meio do acesso ao jornal *Minuano*, de Bagé, um periódico que emergiu impresso em 1994, pôde-se acessar informações do hipismo da região sudoeste do Rio Grande do Sul. Este jornal é pertencente à Fundação Áttila Taborda, mantenedora da Universidade da Região da Campanha (URCAMP).

Ao acessar o *Jornal NH*, o qual foi fundado em 19 de março de 1960, pôde-se ter acesso a uma das poucas iniciativas ligadas à prática esportiva paraequestre no estado. Este periódico traz um intenso contorno comunitário, destacando notícias de Novo Hamburgo, Campo Bom, Estância Velha, Taquara, Montenegro e outras 41 cidades que compõem o Vale dos Sinos, Vale do Paranhana, Vale do Caí, Região Metropolitana, Região das Hortênsias e Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

A *Revista do Globo* trata-se de um destacado quinzenário editado no estado do Rio Grande do Sul pela Livraria Editora Globo por quase quatro décadas, no período de 1929 a 1967. Tornou-se a mais importante das revistas desta empresa, constituindo a vitrine da livraria da Rua da Praia. Desta forma, teve-se acesso a tais reportagens por meio do catálogo *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo*, elaborado por Mazo (2004). Foi por meio desta publicação que se pôde ter contato com um vasto número de imagens e informações acerca do turfe e do hipismo – seus atletas, cavalos e competições – ao longo de 72 reportagens referentes ao turfe e 24 referentes ao hipismo – por meio das quais foram construídas representações sobre estas práticas equestres. Da mesma forma, foram produzidas representações

culturais acerca de seu contexto e da participação de homens e mulheres em cada uma destas práticas esportivas.

A revista *Panorama Equestre* apresentou-se como mais uma publicação específica do meio hípico sul-rio-grandense, dedicada a todos os “hipistas”, como mencionado em sua página de apresentação. Ao emergir no final da década de 1970, mais especificamente em 1978, almejava ser aceita como “um novo filho na família do hipismo gaúcho” (TEIXEIRA, 1978, p.1). De fato, esta fonte impressa contribuiu significativamente com informações específicas acerca do cotidiano desta prática esportiva equestre no estado.

Através da revista *Equusul*, também se pôde acessar informações acerca das atividades em torno do cavalo no Rio Grande do Sul. Ao emergir com a finalidade de promover toda e qualquer atividade realizada no estado a respeito do cavalo, no final da década de 1980, mais precisamente em 1989, esta revista proporcionou, a este estudo, dados sobre a criação de haras, lida do campo, passeio e competição.

Por meio das revistas *Semanário Turfista*, *Canter* e *Suplemento*, foi possível acessar um amplo número de informações acerca do panorama turfístico sul-rio-grandense. Em especial, dados relacionados aos criadores de cavalos, jóqueis, corridas e resultados das disputas configuravam-se como os principais subsídios a essa pesquisa localizados nestas fontes.

O *Atlas do Esporte no Brasil* (DACOSTA, 2006) também compôs as fontes impressas pesquisadas, por ser considerado a maior base de dados de acesso gratuito em língua portuguesa, abarcando a Educação Física, os esportes e as atividades físicas de saúde, lazer e turismo no país. O *Atlas do Esporte, Educação Física e Atividades Físicas de Saúde e Lazer no Rio Grande do Sul* (MAZO; REPPOLD, 2005) também fez parte das fontes, uma vez que este tem por finalidade fazer um mapeamento dos esportes e áreas correspondentes, desde as suas origens até a situação atual, no Estado. Por meio destes, puderam ser clareadas as relações das práticas equestres no Brasil e, assim, relacioná-las com seu desenvolvimento no Rio Grande do Sul.

O *Álbum do Rio Grande do Sul Sportivo*, organizado em 1919 por Antenor Lemos e Edmundo de Carvalho, por sua vez, apresenta um histórico dos principais centros esportivos do Estado, sendo ilustrado com mais de mil

gravuras. Neste álbum, estava cunhada a representação do cavalo para a construção da identidade do sul-rio-grandense. As informações auxiliaram a compreensão do significado das práticas equestres para o Estado.

Justifica-se a pesquisa documental em jornais por considerar-se que, na imprensa do período, temos um elemento que nos permite compreender melhor a sociedade da época estudada. Tem-se, assim, um veículo onde eram retratadas as relações entre a conjuntura social, política e cultural da cidade e a ocorrência dos eventos e competições relacionados às práticas equestres, bem como as ambições da população quanto a este fenômeno cultural.

Após a fase da coleta e registro das informações, conforme sugestão de Pimentel (2001), a documentação foi arquivada segundo o local onde foi encontrada. Posteriormente, começou-se a problematizar tais fontes, uma vez que, conforme Abreu (2008), estas não discorrem por si. Como primeiro passo para tal problematização, portanto, as fontes coletadas foram submetidas à técnica de análise documental, conforme os termos descritos por Bacellar na obra organizada por Pinsky (2010). Esta técnica de análise destaca, principalmente, três aspectos: fichamento, análise propriamente dita dos documentos e cruzamento de fontes.

No sentido de se desvelar as evidências, fez-se uso do paradigma indiciário (GINZBURG, 1990). Tal paradigma sugere a produção do conhecimento por meio de saberes indiciários, lendo e interpretando as pistas e os indícios. Diante de uma realidade opaca, afirma: “[...] há zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1990, p. 177).

Contudo, não são indicadas normas formalizadas com vistas a sua aplicação. Assim, procurou-se concentrar atenção não somente nos dados mais aparentes e visíveis das fontes, codificados verbalmente, na medida em que, em consonância com a História Cultural, se faz fundamental reconstruir sentidos atribuídos ao mundo, manifestos em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas, etc., superando uma leitura superficial dos mesmos. Para tal, respeitou-se a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação dos resultados, os quais compõem os aspectos do critério interno de verdade, contudo com intersubjetividade – critério externo – ainda presente. Conforme Triviños (1987) são as condições dos resultados que devem estar presentes

para o estudo oferecer subsídios científicos às ciências humanas. A partir disto, passou-se a contemplar, individualmente, cada uma das fontes impressas objetivadas para a pesquisa, atentando, por exemplo, para a caracterização do grupo responsável pela publicação, a identificação dos principais colaboradores, do público a que se destinava, entre outros aspectos.

Após a coleta e o tratamento do material selecionado para a pesquisa, procedeu-se à análise do *corpus* documental, isto é, ao confronto das fontes impressas em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se inseria. Tal triangulação/cruzamento de dados, portanto, permitiu comparar informações obtidas/construídas a partir de diferentes fontes. Os capítulos que seguem apresentam os resultados obtidos por meio da análise das informações.

3 PRÁTICAS EQUESTRES DE CORRIDA E SUAS INTERDEPENDÊNCIAS COM O LAZER E O ESPORTE NO RIO GRANDE DO SUL

Uma vez dominado o modo de conduzir um cavalo para o trabalho diário, o segundo passo é o de provar aos amigos quem é que tem o cavalo mais veloz da redondeza. (RINK, 2003, p. 38)

3.1 Introdução

No contexto do Rio Grande do Sul, por volta da segunda metade do século XIX, na área do lazer da população, destacavam-se as corridas de cavalos conhecidas por “carreiras em cancha reta”. Ao final do século XIX, a prática do turfe já estava consolidada como um espaço de sociabilidade nas principais cidades em desenvolvimento no Estado. Desta forma, neste capítulo, ao abordar, principalmente, as práticas equestres de corrida, no Rio Grande do Sul, procurou-se demonstrar que as mesmas se expressaram enquanto espaços plurais de múltiplas relações sociais dinâmicas nos momentos de divertimento e lazer para a maior parte da população envolvida em seu contexto. Da mesma forma, buscou-se evidenciar que as carreiras de cancha reta e o turfe constituíram uma configuração cultural. A partir desta, a coexistência de ambas em uma relação permanente e dinâmica de interdependência propiciou com que as carreiras de cancha reta passassem por um processo de esportivização e profissionalização, características primeiramente manifestadas pelo turfe. A construção das carreiras de cancha reta enquanto parte da identidade social sul-rio-grandense também foi identificada neste capítulo.

Diferentemente, portanto, da proposta em nível nacional do *Atlas do Esporte no Brasil* (DACOSTA, 2006), em que a prática do turfe é apresentada em capítulo à parte dos esportes hípicas que compõem a equitação, esta tese argumenta que, no panorama do Rio Grande do Sul, as corridas de cavalos manifestaram-se como domínios socializadores constituídos por sujeitos em intensa e contínua interdependência entre si, com o lazer, com outras práticas equestres esportivas e com o cenário esportivo mais amplo sul-rio-grandense.

Com o intuito de explorar tal hipótese, este capítulo estrutura-se em sete subcapítulos. Essas subdivisões buscam conformar tal arguição por meio da identificação da presença do cavalo e das práticas esportivas equestres das carreiras de cancha reta e do turfe na formação do Rio Grande do Sul. Para tal, apresenta-se a cancha reta enquanto uma prática de sociabilidade, bem como o turfe e o papel do prado na profissionalização de tais práticas realizadas com a presença do cavalo no Rio Grande do Sul.

3.2 A presença do cavalo na formação do estado

Este subcapítulo trata da presença e da apreciação do sul-rio-grandense pelo cavalo, as quais remontam à formação do Rio Grande do Sul. Desta forma, procurou-se demonstrar que a participação do cavalo ao longo do desenvolvimento do estado proporcionou a construção de um processo de socialização, compreendido enquanto um fenômeno histórico-cultural temporalmente determinado antes mesmo da fundação oficial da primeira povoação portuguesa na capitania do Sul (1737), período em que o cavalo já estava presente nos pampas sul-rio-grandenses²². A definição deste território de fronteiras como brasileiro é, portanto, graças a, significativamente, homens que, montados a cavalo, ocuparam e defenderam a terra em muitos combates (ROZANO; FONSECA, 2005).

O cavalo não esteve presente apenas nas guerras. Este animal fez parte da história do Rio Grande do Sul durante suas diversas fases de ocupação, colonização e crescimento econômico. No meio rural, nos rodeios, como montaria, ou tração, o cavalo e o sul-rio-grandense sempre estiveram associados. Tal parceria, desde tempos muito remotos, foi significativamente estabelecida, como bem nos atesta Callage (1929) em uma passagem de seu livro, publicada na *Revista do Globo*:

não erguemos ainda um monumento ao gaúcho, um monumento ao cavallo²³, um monumento a ambos, já que ambos estão de tal forma ligados na vida campeira e na vida

²² Campos sul-rio-grandenses cobertos de excelentes pastagens, as quais servem para criação de gado, principalmente bovino, cavalar e lanígero (NUNES; NUNES, 1994, p. 112-113).

²³ Nas citações literais, optou-se por manter a grafia original do período, a fim de não descaracterizar ou alterar o sentido contido na fonte primária.

guerreira que seria offender a justiça, separar um do outro em qualquer homenagem daquela natureza. (p. 10)

Um importante texto para esta pesquisa, inclusive, é “O Cavallo”, elaborado por Lemos e Carvalho (1919), que compõe o primeiro capítulo do álbum *Rio Grande do Sul Sportivo*, em que é apresentada a ideia de que o cavalo, para a identidade do sul-rio-grandense, representava um de seus símbolos. Neste capítulo introdutório do álbum, os autores (1919) registraram que: “No Rio Grande do Sul, o cavallo tem influencia directa nos desdobramentos de seu progresso” (p. 3). Além disto, Del Priore (2009) mostra que também em âmbito nacional, a presença do cavalo em atividades de lazer e esporte, por meio dos chamados “jogos de cavalheiros”, fazia-se sentir significativamente já na segunda metade do século XIX. Ainda, a dissertação de mestrado de Pereira (2012a) procurou compreender como se sucedeu a esportivização das práticas equestres em Porto Alegre, em particular do salto do hipismo, nas décadas de 1920 a 1940.

Considerando-se, assim, o envolvimento do povo do Rio Grande do Sul com os cavalos desde o período das conquistas de território do estado, não surpreende que, desde a segunda metade do século XIX, as oportunidades preferenciais de diversão e lazer dos sul-rio-grandenses estivessem relacionadas aos cavalos, em especial às touradas, às cavalhadas e às corridas de cavalos. De forma especial, as corridas de cavalos, especialmente dos rústicos cavalos crioulos, os quais têm sua origem no cavalo ibérico, conforme Teixeira (2011), já se configuravam como uma destas preferências.

Os cavalos da raça crioula, em especial, são os principais companheiros dos sul-rio-grandenses em suas lidas diárias de trabalho campeiro. Estes animais desempenham uma função importante na cultura do Rio Grande do Sul por apreender-se que são, legitimamente, originados na região do Pampa (GIANLUPPI et al, 2009). O jornal *A Gazeta de Porto Alegre*, inclusive, por ocasião da inauguração do primeiro hipódromo da cidade, em 1880, publicava: “[...] o Rio Grande é a Hungria do Brazil, - é a província em que todos sabem andar a cavallo e em que o cavallo desempenha um importantíssimo papel na economia social” (INAUGURAÇÃO..., 1880, p. 1).

Dois anos antes, em 1878, o primeiro hipódromo de Pelotas, conhecido por *Jockey Club* de Pelotas, no bairro Fragata, mais precisamente na então estrada do Fragata, já era inaugurado, conforme reportagem do *Correio Mercantil*. Neste caso, uma importante companhia inglesa é que passou a promover esta sociedade que representava a chegada muito mais do que de uma nova prática esportiva, mas de uma ideia de modernidade (INAUGURAÇÃO..., 1878). No programa do espetáculo²⁴ de inauguração deste novo espaço equestre, além de uma carreira denominada “romana” - na qual os concorrentes disputariam em pé sobre dois cavalos -, identificou-se uma carreira de palhaços sobre os cavalos pequenos e um burro - uma carreira cômica -, e a ocorrência de carreiras de cancha reta. Dentre as quais, destaca-se uma disputa somente entre amazonas (as quais, atualmente, no turfe, são denominadas joquetas), como apresentado no periódico *Correio Mercantil*:

4º Grande carreira de **Amazonas**. Lady, montado por Mile, Williams. Black Beys, montado por Mile, Amalia. Washington, montado por Mile, Louisa. Distancia, 1,063 metros. (INAUGURAÇÃO..., 1878, p.3, grifo nosso)

Nas carreiras, quando se fala da presença das mulheres, os silêncios são mais frequentes, possibilitando um estudo acerca da participação das mesmas nesse cenário, aparentemente relacionada à submissão (SCHERER, 2014). A ocorrência da participação de mulheres como joquetas em uma carreira, ainda no século XIX, portanto, configura algo não comum para o período, em que, às mulheres, era, comumente, reservado o lugar da assistência. É possível, assim, que a participação de Williams Mile, Amalia Mile e Louisa Mile tenha configurado uma exceção. Talvez conectada ao fato de um possível parentesco entre elas, já que apresentam o mesmo sobrenome, conseqüentemente, poderiam estar vinculadas a uma família ligada às elites econômicas e culturais, para as quais o ato de montar a cavalo compunha parte da educação das meninas. Contudo, o que mais se identificava, ao longo

²⁴ Este tipo de ocorrência, no século XIX, também foi identificado no Rio de Janeiro por Melo (2007), onde até mesmo alguns eventos de hipismo eram observados em determinadas atividades turfísticas, durante páreos. Isso ocorreu no período em que as associações de corridas começaram a testar novidades para atrair uma assistência maior (entre as quais, corridas noturnas, corridas de carros romanos, corridas femininas e provas de ciclismo). A despeito disso, jamais gozaram de amplo sucesso, pois o público prestigiava mesmo as corridas “rasas”.

do século XIX, era grande parte da população local sendo mobilizada para as disputas em cancha reta, promovendo encontros entre amigos e configurando-se, também, como um ambiente para ver e ser visto, considerando que até mesmo as mulheres passaram a compor a assistência (PEREIRA, 2012a).

Vale a ressalva, contudo, de que, apesar deste novo espaço destinado a um novo esporte, com novas representações, as antigas carreiras de cancha reta seguiram ocorrendo e ocupando este ambiente. Ambas as práticas equestres de corrida, assim, ainda ocupavam uma posição de visibilidade; no caso específico das carreiras de cancha reta, tal evidência, possivelmente, seguiu em função de seu recurso de ter emergido essencialmente no contexto da cultura do Rio Grande do Sul.

3.3 Uma prática equestre com elementos de esportivização

Neste subcapítulo, é abordada a prática equestre das carreiras de cancha reta, a qual, juntamente com o turfe, trata-se de um domínio que configura uma forma permanente e dinâmica de relação social nos espaços e tempos de lazer e esporte dos sul-rio-grandenses. Ao comporem práticas promotoras de sociabilidade, as corridas de cavalos constituem-se como domínios organizados por sujeitos em intensa e contínua interdependência entre si. Desta forma, enquanto ambiente de experiência cultural, momento de demonstração da vitalidade e da sensibilidade dos homens (MARCELLINO, 2007), as carreiras de cancha reta consistiram na primeira prática equestre com elementos de esportivização a ser composta por atores que se pressionaram mutuamente no jogo simbólico da socialização pelo lazer e pelo esporte no Rio Grande do Sul.

No contexto do Rio Grande do Sul, desde o estudo de Mazo (2003), já se possuem evidências de que, por volta da segunda metade do século XIX, na área do lazer da população, se destacavam as corridas de cavalo conhecidas por “carreiras em cancha reta” (PEREIRA; MAZO; LYRA, 2010). Tais carreiras constituíam o passatempo preferido dos sul-rio-grandenses campeiros.

Assim, na transição do século XIX para o XX, no que se refere ao lazer e às diversões ao ar livre, praticamente só havia o antigo costume das carreiras de cancha reta, o que é condizente com a estrutura rural predominante no

estado naquele período. Melo (2009a) afirma que os primitivos esportes²⁵ eram distinguidos pela presença e pelo uso de animais, sobretudo do cavalo, o que instituíra, na urbe, uma ligação com a tradição campeira, unindo a nova prática com antigos sentidos e significados. Esta prática preservava os homens de maiores ostentações corpóreas em um período em que os desdobramentos dos fatos da modernidade ainda eram incipientes.

Embora já ocorressem carreiras de canchas retas na periferia de Porto Alegre e, algumas vezes, em região mais central da cidade, no Campo da Várzea (atual Parque Farroupilha), as corridas de cavalos com um novo formato (circular/elíptico) são registradas apenas em 1872 na capital do estado. Foram realizadas algumas exposições no Campo da Várzea (AMARO JUNIOR, 1947), onde tantas iniciativas tiveram lugar e onde surgiram muitas agremiações esportivas (ROZANO; FONSECA, 2005).

Após o término da Revolução Farroupilha (1835-1845), pôde-se perceber um novo período de reconstrução em todo o estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, a capital, estava à frente na retomada do desenvolvimento, com a construção de harmoniosos prédios públicos e a realização de melhorias urbanas. Ainda assim, diante de um cenário atravessado pelos ares da modernização, procurava-se uma maneira de conciliar a antiga paixão dos gaúchos: as corridas de cavalos. Muitas disputas, portanto, ocorriam em trechos de estradas de acesso à cidade, na periferia ou em alguma várzea, antes mesmo da inauguração do primeiro hipódromo em Porto Alegre. De acordo com Rozano e Fonseca (2005), em 1852, já há registros de corridas tipo cancha reta no Passo do Feijó, antigo nome de Alvorada, atual município limítrofe de Porto Alegre (atualmente, Passo do Feijó é o nome de um bairro de Alvorada). Isto indica que as disputas que agradavam aos sul-rio-grandenses do interior do Estado ocorriam também em plena capital, o que estabelecia,

²⁵ Refere-se ao esporte em seu sentido moderno, como uma prática moderna, apesar de poderem-se identificar fenômenos semelhantes em outros períodos históricos. Trata-se, aqui, do esporte que localiza as suas raízes na Inglaterra do século XVIII, sendo mais nitidamente sistematizado nas *public schools* inglesas no século XIX (CURRY; DUNNING, 2006) e velozmente se dissemina por outros países, entre os quais, pioneiramente, a França e os Estados Unidos da América. A propagação do esporte moderno está intimamente relacionada com o desenvolvimento da Segunda Revolução Industrial, com a busca de novos comércios e o avanço dos relacionamentos econômicos universais. No Brasil, segundo Melo (2009a), o campo esportivo principia a sua estruturação em meados do século XIX.

muitas vezes, conexões e teias de movimentação entre estes indivíduos em busca das disputas.

Ao encontro de tal ideia, Franco (1998) apresenta o fato de que a corrida de cavalos – diversão predileta do campeiro sul-rio-grandense – foi praticada em Porto Alegre desde tempos muitos remotos. O mesmo autor (1998) ainda acrescenta que Aquiles Porto Alegre, em uma de suas crônicas, escreveu sobre esta prática equestre na capital na segunda metade do século XIX. Aquiles relatou que as corridas de cavalos, antes de existirem os hipódromos na cidade, eram realizadas em algum trecho de estrada ou no Campo da Várzea (atual Parque Farroupilha), próximo ao Colégio Militar. Este local parecia ser a cancha preferida, como bem retrata Franco (1998): “Aí se reuniam aos domingos e dias feriados, os moradores dos subúrbios e dos povoados vizinhos, que tinham paixão pelas corridas de cavalos” (FRANCO, 1998, p. 204). O Morro de Teresópolis, no entanto, era o lugar mais conhecido da cidade pelas disputas de carreiras (MACEDO, 1973; FRANCO, 1998).

Os ginetes (cavaleiros, soldados, regulares ou de piquetes, peões ou mesmo índios missioneiros), em pleno campo, se desafiavam, no retorno das campeiradas, conjeturando sobre quem possuía o cavalo mais veloz. A partir disto, emergem as denominadas *carreiras de cancha reta*, disputas em pistas retas, sob a medida de quadras²⁶, em uma cancha com o solo sem vegetação, ou seja, capinada, com a terra plana e raias pequenas e estreitas (ROZANO; FONSECA, 2005). O hábito das *carreiras*, ao passar a permitir a presença de espectadores, assim, apresenta um invariável volume de dinheiro envolvido no jogo com as apostas, acabando por transformar-se, também, em uma atividade de negócio e sociabilidade. Tais espectadores eram compostos por grande parte da população masculina sul-rio-grandense, independentemente da condição social (BISSÓN, 2008).

²⁶ As canchas possuíam metragens de 300, 400 ou 500 metros (KILPP, 2008), ou seja, cerca de duas, três ou até quatro quadras, respectivamente, já que uma quadra equivalia a 128 metros (ROZANO; FONSECA, 2005). Os *carreiristas* sempre preferiam uma cancha reta com uma metragem não muito longa, com um percurso de aproximadamente 260 a 400 metros, ou duas a três quadras no máximo. Bento (2002, p. 17) destaca que, mesmo depois da instituição do sistema métrico pela Lei n. 1157, em 1862, as corridas de cavalos ainda foram realizadas por quadras ou voltas por muitos anos ainda.

As carreiradas, inclusive, constituíam um evento propício para o convívio social. Grande parte da população local era mobilizada, promovendo encontros entre amigos e configurando-se, também, como um ambiente para ver e ser visto, considerando que até mesmo as mulheres passaram a compor a assistência. A este respeito, vale a ressalva de que, no programa do espetáculo de inauguração do hipódromo de Pelotas, em 1878, destaca-se a ocorrência de carreiras de cancha reta, dentre as quais, sobressai uma disputa entre dois jóqueis e uma joqueta, como apresentado na chamada do periódico *Correio Mercantil*:

1° carreira de Jockeys - Maduga, montado pelo jockey Fernando Pexé - Este cavallo é propriedade do Sr. Boaventura Barcellos. Black Beys, montado pelo artista Sr. Eduardo Arabesca, montado **pela artista Sra Bella**. (INAUGURAÇÃO..., 1878, p.3, grifo nosso)

É possível que a participação da 'Sra Bella' tenha configurado uma exceção. O fato de esta mulher ser denominada como 'artista' pode sugerir que se tratasse de uma 'senhora' com atitudes e comportamentos diferenciados para a época, bem como pertencer a uma elite econômica e cultural, e, conseqüentemente, significar o anunciar de novos tempos que estavam por vir, os quais também trariam, consigo, paulatinamente, maior presença e conquista de espaço pelas mulheres no contexto das corridas de cavalos no Rio Grande do Sul (PEREIRA, 2012a).

Os habitantes ocupavam todos os espaços aos dois lados da cancha e, ali, passavam o dia inteiro. Desta forma, barracas eram armadas para vender comidas e bebidas, além do tradicional churrasco na região. A passagem seguinte, da Revista *Sportiva*, editada em Porto Alegre, pode auxiliar a fornecer um cenário de um dia de carreiras:

E as carreiras em desafio foram acentuando, aos poucos, o ardor e o entusiasmo por esse gênero de esporte. (...) Um desafio, precedido sempre de comentários e provas determina o 'juntamento' de centenas de pessoas. É um espetáculo interessante o que decorre de uma carreira em tais condições. A cavalo, de carro e outros meios de locomoção, o povo vai chegando e nota-se a cancha ladeada por enorme massa popular. Improvisam-se casas de pasto, onde além do tradicional churrasco e o clássico chimarrão, se vendem outras

iguarias. A viola entra em ação e o despique se dá entre os trovadores e os presentes. (REVISTA *SPORTIVA*, 1907, p. 23)

Apesar de consistir em uma primitiva prática equestre, percebe-se, pela citação anterior, que tal publicação denominava as carreiras de cancha reta como um “esporte”. Como uma das práticas equestres primordiais no estado do Rio Grande do Sul, tais carreiras, também constituíam o esporte e o jogo de preferência do homem do pampa. Isto é, o habitante dos campos sul-riograndenses admirava e prestigiava tais corridas, as quais, além de fazerem parte de negócios que envolviam grandes somas de dinheiro, integravam as brincadeiras telúricas, ocorrendo nas tardes dos fins de semana na capital e em muitas cidades do interior do Estado também. Há relatos, inclusive, de que a tradição das corridas de cavalos, no Rio Grande do Sul, exista desde a chegada dos primeiros animais em seu território (ROZANO; FONSECA, 2005). Desta forma, Archetti (2001) nos auxilia a compreender este cenário, em que “o gaúcho²⁷ era um homem livre somente se tivesse seu cavalo [...] em pleno pampa” (p. 53).

Conforme Pereira, Mazo e Lyra (2010), durante a sua trajetória, a prática das carreiras de cancha reta desenvolveu elementos de esportivização. Isto em função de que, no contexto desta primitiva prática equestre, já se podia observar uma preocupação com a participação com certa garantia de sucesso, ou seja, a característica pressão moderna pelo resultado, da qual resulta a especialização, de acordo com Pereira (2012a). Deste modo, emergiram duas especialidades atreladas às carreiras de cancha reta: a do “compositor” e a do jóquei. Até os dias atuais, no pampa, o treinador de cavalos é chamado de “compositor”. Eram estes treinadores que determinavam a alimentação e o treino básico dos animais. De tal modo, alimentavam os cavalos com milho e alfafa fenada, além de aplicar-lhes banhos. Como parte do treinamento, as arrancadas e as corridas tinham o intuito de deixar estes animais fortes e

²⁷ O termo “gaúcho” ou, em espanhol, “gaucho”, é empregado, aqui, em seu sentido mais primordial, qual seja, a referência aos descendentes dos remanescentes de tribos guerreiras que viviam na Argentina, no Uruguai e no Rio Grande do Sul, às vezes amestiçados com portugueses e espanhóis (NUNES; NUNES, 1994).

velozes. Percebe-se que, neste contexto, o treinamento²⁸ parecia restringir-se somente aos animais.

Igualmente, passou a ocorrer uma especialização dos cavalos que disputavam tais carreiras: os mais aptos para tal, em função das qualidades físicas exigidas de força e velocidade aliadas, eram os cavalos de trabalho, os crioulos. Estes equinos, de procedência ibérica, possuíam predominância de sangue árabe. Com o passar dos séculos, foram apurados e terminaram se definindo como raça específica do Cone Sul (nome comumente relacionado à parte meridional da América do Sul) e muito valorizada nas atividades de pastoreio. Argumenta-se que a incorporação de elementos de esportivização nestas práticas de lazer tradicionais envolvendo cavalos indica que estavam exibindo um caráter esportivo inicial (PEREIRA; SILVA; MAZO, 2015b).

Os primeiros registros de corridas de cavalos em cancha reta na capital do Estado indicam que teriam ocorrido na periferia da cidade no ano de 1852 (ROZANO; FONSECA, 2005). Tal forma de manifestação cultural é, assim, condizente com a estrutura rural predominante na cidade no século XIX (PEREIRA; MAZO; LYRA, 2010). De acordo com Rozano e Fonseca (2005), tais disputas se configuraram como a forma de lazer e diversão ao ar livre mais bem-reconhecida que o Estado possuiu durante muito tempo, encontrando seus principais fatores de sucesso nas numerosas apostas e no massivo público que as prestigiava.

Durante todo o século XIX, o que predominara em termos de práticas de lazer entre os porto-alegrenses foram atividades lúdicas em recinto fechado: o teatro, a música, o baile, o recitativo, os bilhares e a antiga paixão ibérica do carteadado. A exceção ficava por conta dos imigrantes alemães e de seus descendentes nascidos em terras brasileiras, os teuto-brasileiros. Estes se

²⁸ O termo “treinamento”, inclusive, fixou-se na passagem do século XIX para o XX cruzando o conjunto de métodos e práticas de técnicas corporais, as quais prenunciavam um corpo mais flexível, mais harmonioso, mais belo (VIGARELLO, 2008). A expressão “treinamento”, ao longo de muito tempo, ainda foi designada como trabalho de preparação dos cavalos de corrida. Este método consistia em corridas seguidas de cuidados que apresentavam por finalidade livrar o cavalo de seu ‘supérfluo’ e ensiná-lo a correr, conforme Vigarello (2008). A banalização das ginásticas no fim do século XIX, a do desempenho esportivo, a de sua preparação ampliaram, em contrapartida, essa palavra ao conjunto dos métodos de exercício. “Treinar” configuraria praticar esses exercícios, o que, mais do que nunca, significaria entrar na modernidade.

mostravam afeitos à ginástica²⁹ e ao tiro-ao-alvo, e, posteriormente, ao remo. Conforme Mazo (2003), por volta de 1850, as associações esportivas alemãs passavam a ser organizadas, em um período em que houve uma maior dinamização da vida intelectual e social da comunidade alemã – principal influente na emergência do associativismo esportivo na cidade de Porto Alegre.

Nos anos de 1870, chegou à capital Porto Alegre o domador capitão Luiz Jácome de Abreu e Souza, que disseminava um novo método de domar potros, aspecto muito importante antes de se iniciar a preparação de um cavalo para qualquer prática equestre. Segundo Franco (1998), Luiz Jácome era um apaixonado hipólogo e professor de equitação que pretendia despertar o interesse pela criação do cavalo puro-sangue inglês (a raça desenvolvida para as corridas de cavalos) e, na mesma medida, pelo turfe.

Apesar do significativo sucesso da iniciativa de Luiz Jácome, somente cinco anos mais tarde, em 1877, é que foi valorizada a nova proposta de corridas que, posteriormente, viria a constituir, em Porto Alegre, o que conhecemos por “turfe”³⁰, e, por consequência, o primeiro hipódromo³¹ da cidade foi construído. Igualmente, na Argentina, país fronteiriço com o Brasil, houve a incorporação paulatina dos esportes e divertimentos equestres britânicos, como Archetti (2001) nos diz. Não apenas as práticas esportivas

²⁹ A equitação era uma das práticas corporais abarcadas pelo termo Ginástica, no século XIX, na Europa, juntamente com exercícios militares de preparação para a guerra, jogos populares ou da nobreza, acrobacias, saltos, corridas, esgrima, danças e canto. Quando os ambientes científicos se debruçam sobre o seu conteúdo, almejam apresar todas as formas/linguagens dos exercícios físicos sob a designação exclusiva: ginástica (SOARES, 2000).

³⁰ O turfe, conforme Melo (2007a), é uma prática esportiva que envolve corridas de velocidade de cavalos estruturadas e organizadas por clubes. O mesmo autor ainda acrescenta que tais corridas, nas quais os cavalos são conduzidos por um jóquei, sempre são realizadas em pistas ovas, de grama ou areia (MELO; MAIA, 2005).

³¹ Segundo Melo (2007a), hipódromos são os locais adequados para a prática do turfe, normalmente constituídos de uma pista oval ou quadrangular (de diferentes dimensões e formatos), arquibancadas, uma estrutura para a preparação dos cavalos para as corridas (local do encilhamento), as casas de apostas, além da parte de convívio e parte social (bares e/ou restaurantes). O referido autor destaca que, no Brasil, os hipódromos foram as primeiras instalações especificamente dedicadas à prática esportiva. No que diz respeito às nomenclaturas, adota “prado” de maneira intercambiável e equivalente a “hipódromo”. Ao consultarem-se dicionários da língua portuguesa, também se encontra o emprego como sinônimos dos conceitos de “hipódromo” e “prado”. O termo “prado” tem sua origem em razão das amplas áreas verdes onde eram construídos os hipódromos com o novo formato (circular/elíptico) no estado do Rio Grande do Sul. Em função disto, os frequentadores começaram a denominar estes locais de prados, já que todos eles se situavam em meio a campinas planas, cobertas de pastagens (BISSÓN, 2008).

passaram a ser vistas como importantes, mas, também, o melhoramento da raça cavalar crioula.

Assim, no último quartel do século XIX, mais precisamente em 1877, o Prado Porto-Alegrense, o primeiro hipódromo³² de Porto Alegre, posteriormente denominado como *Boa Vista*, foi inaugurado entre os atuais bairros Partenon/Santana, na atual Rua Vicente da Fontoura (BENTO, 2002). O advento das corridas em pistas circulares ou elípticas, além do fato de que as corridas de cavalos passaram a constituir espetáculos ainda mais emocionantes, levou a um aumento na afluência, passando a exigir locais mais adequados para o público (BISSÓN, 2008).

Já, em 1880, por ocasião da inauguração do primeiro hipódromo porto-alegrense, constata-se, em reportagem da *Gazeta de Porto Alegre*, que “a raça cavallar da provincia necessita muito de sangue novo e o melhor meio de se animar a introdução de animaes de fina raça, são as corridas” (INAUGURAÇÃO..., 1880, p. 1). Exemplificava com o que houvera ocorrido em São Paulo e em Pelotas: depois que, nestes locais, haviam progredido *clubs*³³ de corridas, com frequência, eram introduzidos cavalos de raça apropriada que muito colaboraram para aperfeiçoar a já existente em cada uma destas regiões.

Em função disto, e porque as carreiras se configuravam como o entretenimento predileto de todo “verdadeiro filho da provincia”, é que se costumava estranhar que, em Porto Alegre, cidade mais populosa do estado naquele momento, não houvesse um *club* de corridas com organização regular (INAUGURAÇÃO..., 1880, p. 1). Apresentava, assim, os “cavalheiros” que tomariam para si tal honrada empreitada de aparelhar a associação do

³² Na capital de um dos países vizinhos ao Rio Grande do Sul, Buenos Aires (Argentina) o primeiro hipódromo foi inaugurado, no Bairro Belgrano, em 1857 (ARCHETTI, 2001). Nas duas décadas seguintes, a expansão dos hipódromos pelas províncias pampianas é um fato. Neste contexto, a superioridade dos cavalos ingleses puros importados, nas corridas mais longas, é indiscutível. Com a fundação do *Jockey Club* de Buenos Aires, em abril de 1882, um marco importante na história equestre da Argentina ocorre. O objetivo principal deste clube foi a modernização e melhora da raça cavalar do país. Em 1888, o Hipódromo de Palermo estava concluído em tempo recorde e a nova associação podia dedicar-se à sua tarefa principal. Na memória deste ano, se reconhecia que a abundância cavalar não devia ser confundida com qualidade, já que o país não podia exportar cavalos ao mundo. As corridas nos hipódromos foram, assim, sem dúvidas, uma vitrine importante para a melhora da raça cavalar, apesar do seu caráter predominantemente associado a um jogo de azar em detrimento a um esporte.

³³ O termo *clubs* repetiu-se com bastante frequência nas reportagens de jornais consultados referentes ao período do século XIX, possivelmente denotando a relação e vinculação que a prática do turfe, no Brasil, teve, em seus primórdios, com os imigrantes ingleses.

Hipódromo como prestadores de um excelente serviço e dignos de reconhecimento público. Percebe-se a importância significativa atribuída à concretização de um espaço destinado a tal prática na capital do estado.

Deste modo, como a reportagem refere-se a um período um pouco precedente à inauguração do Prado, é manifestada uma grande expectativa com relação ao público presente a tal festa inaugural, já que, apesar de predileta, tal diversão das carreiras ainda não era usual no novo formato ora proposto. Assim, as carreiras, no Rio Grande do Sul, passam a ser consideradas, em geral, na reportagem, como pertencentes a um sistema muito “primitivo”, ou seja, os “corredores” em trajes muito informais, com um lenço atado à cabeça, e em cavalos não encilhados (INAUGURAÇÃO..., 1880, p.1). Percebe-se, assim, a manifestação de um movimento a favor de mudanças na forma como as carreiras estavam estruturadas no estado, e, mais especificamente, ao utilizar o termo “primitivo”, tem-se um indício de que tais alterações, encaradas como necessárias, apontariam para um possível ‘processo civilizador’ destas disputas.

Há indícios de uma incipiente racionalização da prática do turfe desde seus primórdios. Uma reportagem da *Gazeta de Porto Alegre* de 1880, por ocasião da inauguração do primeiro hipódromo da cidade, pode evidenciar a necessidade que se sentia de adequar-se às exigências dos novos tempos, o que implicava superar as antigas carreiras de cancha reta.

[...] a civilização³⁴ tem suas exigências; os usos do século passado não servem para o nosso século; uma populosa cidade, como a nossa, deve possuir um club de corridas, **em que o estrangeiro possa reconhecer o sistema usual em todos os países** (INAUGURAÇÃO..., 1880, p. 1, grifo nosso).

A notícia publicada manifesta a preocupação com a fundação de um “club de corridas” que seguisse o modelo internacional. Para tanto, enfatiza o cumprimento de regras, as quais passam a ser universais no esporte moderno. Gradualmente, os regulamentos tornam-se aceitos em todos os lugares.

³⁴ Tem-se ciência de que a grafia atual correta é “civilização”; contudo, optou-se por manter a grafia original e literal do período em citações diretas.

Vale destacar, contudo, o termo “civilização” utilizado na reportagem da *Gazeta de Porto Alegre* na passagem destacada. Percebe-se uma possível proximidade com as ideias de Elias e Dunning (1992) acerca de sua concepção do esporte, caracterizado como fenômeno essencial do processo histórico de *civilização*. Para além disto, a ideia de adotar códigos e formatos internacionalmente comuns, pode denotar uma vinculação com o ideário acerca do esporte moderno e seus preceitos característicos.

Porém, a ideia exposta na reportagem, de que as carreiras de cancha reta deveriam ser substituídas pelo novo, “civilizado” e moderno formato de corridas do turfe, pode ser questionável, na medida em que cada uma destas práticas não depende necessariamente da outra para ocorrer, assim como não impede a ocorrência de cada uma, não sendo necessário, portanto, ocorrer uma substituição ou abandono de uma para a adoção da outra. Isto, provavelmente, em função dos distintos contextos socioculturais de emergência de cada uma.

3.4 As carreiras de cancha reta em diferentes regiões do estado

Este subcapítulo aborda a disseminação de uma identidade social sul-rio-grandense por meio das representações das carreiras de cancha reta como populares e típicas do Rio Grande do Sul, as quais são negociadas em referência àquelas do turfe, sistemáticas e europeias. Ao ter em conta que a constituição de uma identidade social pode dar-se a partir da noção de *habitus*, o qual é traçado pela interação de distintos espaços e relações, em sua configuração, tem-se que esta construção efetua-se tanto nas relações interdependentes cotidianas dos sujeitos envolvidos no contexto da prática como por meio das representações veiculadas e construídas por meio dos jornais do período, por exemplo. Esta identidade, portanto, constantemente envolve mudança, sucessão e transformação em função do domínio socializador que as carreiras de cancha reta constituem, enquanto produtoras e promotoras de saberes, valores e representações socioculturais.

As corridas de carreira, como eram chamadas, apresentavam, assim, características diferenciáveis do turfe desde a sua estrutura básica, ao envolver, essencialmente, duas modalidades: disputa de dupla (parelha) ou penca/trio/califórnia (três animais ou mais). Ou seja, disputa entre dois cavalos

e entre três cavalos. Na parelha, a chegada era governada por três árbitros, um de cada proprietário de cavalo e um terceiro designado pelo árbitro da carreira, o que dava a largada, no caso da disputa de dupla. Então, ele que anunciava quem havia ganhado e com qual distância: cabeça, pescoço, paleta ou 'de luz'. Tal expressão, 'de luz', referia-se a quando o cavalo passava um corpo inteiro na frente (KILPP, 2008). Essa medida era completamente controlada por balizas precisamente dispostas para que o árbitro visualizasse o vitorioso e a extensão que arrebatava dos demais.

Na disputa de 'penca', havia um árbitro de cada proprietário dos cavalos e o árbitro da carreira também, perfazendo quatro. Nas corridas, não tinha nenhum tipo de barreira para ir assisti-las. Ricos ou pobres, com formação ou não; era uma diversão unânime. As apostas, muitas vezes, se davam oferecendo um almoço, um churrasco e, até mesmo, um animal (KILPP, 2012).

Os cavalos provinham de vários lugares da região central do estado: Linha Schmidt, Mariante, Taquari, Boa Vista. As corridas unicamente aconteciam de acordo com o tempo. Se chovesse, a corrida era adiada por sete ou quatorze dias (KILPP, 2008).

Também havia uma cancha no Bairro Teutônia (na região hoje nomeada de várzea) onde ainda se observam as marcas das raias (KILPP, 2012). Na Linha Clara, uma família de proprietários de uma casa comercial estabelecida em 1880, também era conhecida por possuir uma cancha de carreira (hoje Hípica Linha Clara), onde ocorriam campeonatos de corrida com cavalos. Infelizmente, não há registros da data de sua fundação (MAGEDANZ, 2004).

Na Linha Schmidt (hoje município de Westfália), existia uma cancha onde atualmente está o campo do Flamengo. Ainda são observadas as marcas das raias, por onde os cavalos cruzavam perpendicularmente à extensão do campo (KILPP, 2008). Uma dificuldade, contudo, era o *doping* nos animais. Alguns minutos antes das corridas, eram injetadas substâncias no animal para que este corresse mais e, além disso, ainda injetavam outras substâncias nos concorrentes as quais provocavam a perda de forças pelo cavalo, que praticamente parava durante a disputa (KILPP, 2012). Armava-se, então, guarda em frente às cocheiras para que nenhum estranho passasse por perto. Afora o *doping* e as discórdias entre sócios, as brigas nas disputas por dinheiro

de apostas começaram a se tornar corriqueiras. Então, a contratação de segurança e apoio policial começou a enfraquecer os lucros (KILPP, 2008).

Em Estrela, existia um Hipódromo, implantado no dia 24 de dezembro de 1887, chamado de 'Prado da Vila de Estrela'. No sítio de Felisberto Fagundes Mena Barreto, foi exposto o plano dos regulamentos para corridas de cavalo e velocípedes (ciclismo) para 10 acionistas e escolheu-se a diretoria (HESSEL, 2004). Em Estrela, também já existiam bicicletas em 1888 e já se praticava o ciclismo, por isso a cancha reta foi também instituída como uma zona de prática do ciclismo em Estrela.

Também há registros da ocorrência de corridas de cavalos em cancha reta na região do Vale do Taquari, com particularidades e singularidades na prática destas carreiras e contribuições para a constituição histórica, social e cultural do Vale do Taquari (SCHERER, 2014). Os imigrantes recém-estabelecidos nesta região também eram adeptos das carreiras, conforme nos apresenta Scherer (2014). Segundo a autora, esta prática cultural, que possui uma organização própria, desenvolveu-se dentre os imigrantes mantendo o formato característico que apresentava nas diferentes partes do estado, conservando, até mesmo, as expressões e os termos exclusivos de carreira, apenas modernizando determinados elementos culturais. Tem-se uma possível paulatina construção e consolidação de uma identidade social sul-rio-grandense, uma vez que, enquanto representação social, conforme Pesavento (2008), uma identidade constitui uma construção simbólica de significado que estabelece um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento.

Até a década de 1940, ainda era veiculada a ocorrência de carreiras de cancha reta na denominada "Cancha Pitaluga", em Uruguaiana. A *Revista do Globo*, em 1946, expõe uma reportagem tratando da ânsia por parte dos sul-rio-grandenses pela espera durante toda a semana até chegar o dia – o domingo – de escolher o seu cavalo favorito para apostar. A menos que chovesse forte, o povo estaria em uma cancha reta aos domingos, vibrando, gritando, torcendo.

Contudo, como neste período da década de 1940 o turfe já estava bem consolidado na cidade, por meio de corridas aos sábados e domingos no Prado Independência, tal reportagem é iniciada pelo questionamento se os turfistas

daquele momento já haviam ouvido falar em 'cancha reta'. Para o repórter José Amádio, inclusive, a cancha reta, muito pitoresca, era muito conhecida no sul, mas, no centro e no norte do país, ele não sabia dizer (AMÁDIO, 1946).

Porém, com relação ao significado das carreiras de cancha reta para os sul-rio-grandenses, chega a expor "Carreiras! Eis aqui um t ermo que significa para o gaúcho o mesmo que g olfe para os ingl eses e *swing* para os norte-americanos." (AMÁDIO, 1946, p.29). Por meio de tais comparações, procura expressar a importância das carreiras para o povo do Rio Grande do Sul por meio de identificações entre grupos culturais e práticas.

Ao noticiar "[...] uma tradição rio-grandense, onde os gaúchos da gema correm os seus parceiros" (AMÁDIO, 1946, p.29), o texto deste registro já emprega um termo bem específico desta prática, já que 'parceiros' refere-se aos dois cavalos a disputar uma carreira de apenas dois concorrentes. Outro termo muito empregado neste contexto das carreiras era 'clar o', como, por exemplo, "ganhou com grande 'clar o'". Isto significava uma vitória com uma distância considerável de vantagem ao segundo colocado.

Desta forma, ainda na década de 1940, as carreiras de cancha reta, muito proeminentes na fronteira do Estado com o Uruguai, causavam admiração e surpresa para quem não fosse sul-rio-grandense e com elas se deparasse pela primeira vez, como relata Am dio: "Um dia d esses falei com um pernambucano de voz cantada que andara na fronteira e ele me confessou que jamais vira coisa tão emocionante como uma carreira em cancha reta. Nem tão pitoresca" (AMÁDIO, 1946, p. 29).

Outra região em que foram localizados registros da ocorrência de carreiras de cancha reta foi a zona serrana do estado, mais precisamente na região de Caxias do Sul, Vacaria e Antônio Prado. No jornal *A época*, de Caxias do Sul, havia uma coluna denominada "Parando Rodeio", a qual, conforme o texto presente na fonte, era composta por "páginas soltas de anotações campeiras", escritas por Benito José Fattori, do "35 Centro de Tradições Gaúchas", de Porto Alegre. Em especial, uma edição desta coluna, de 21/09/1952 (p.3), é intitulada "Carreiradas", apresentando a informação de que, na década de 1950, no nordeste do Estado, ainda eram muito comuns as

carreiras de cancha reta e que, como outrora, não tinham perdido quase nada da sua agreste condição primitiva.

Assim, no denominado Morro Grande, antes de se chegar a Vacaria, havia uma cancha reta, onde se costumava realizar ainda as clássicas carreiras. Nestas ocasiões, conforme o texto, a mesma afeição de antigamente agitava a “gauchada” de léguas de distâncias, que iam chegando à véspera, em grupos. E, assim, ecoavam gargalhadas; sons dos cascos dos cavalos; desordem da “peonada”, isto é, de um grande número de peões; agitação dos “ginetes”, como eram conhecidos os “jóqueis” das carreiras de cancha reta; mistura de desconhecidos falando como se fossem velhos amigos. Bolicheiros improvisados, que iam de longe, de Vacaria ou de Antônio Prado, e que, nas suas carretas ou barracas, iam comercializando bugigangas e bebidas. Por qualquer “disque-disque” que gere a carreira realizada, não era incomum a gauchada se incomodar e, então, ter início uma briga de facção, que era um acontecimento tão sério que habituavam dizer: “fechou o tempo, negrada!” Escutava-se uma voz esganiçada de alguma pessoa dizendo, dentre o tinir do aço dos facões – “se avetive que vae ferro”. Gritos; correrias; silêncio, depois!

Ainda naquele período, testemunhavam-se estes habituais alvoroços, que costumavam, outrora, avivar os espaços esplêndidos das carreiradas. A Carreira, enfim, seguia como um divertimento, uma brincadeira que permanecia constantemente arraigada na alma do gaúcho e que dificilmente seria abandonada. Qualquer guasca (geralmente um sinônimo para sul-riograndense) ou “índio velho” ansiava pelas carreiradas.

3.5 Uma configuração cultural entre as carreiras de cancha reta e o turfe

O presente subcapítulo trata de uma configuração cultural emergida a partir da existência de cada uma destas práticas - carreiras de cancha reta e turfe -, a partir da qual são estabelecidos tipos de relações interdependentes entre ambas, tais como, por exemplo, um mercado de criação de uma raça de cavalos apropriada às duas práticas (o puro sangue inglês), frequentadores e apostadores comuns, proprietários de animais comuns às duas práticas e até mesmo prados destinados a tais práticas simultaneamente; portanto, desta

forma, a própria coexistência das carreiras de cancha reta e do turfe, até os dias de hoje, exemplifica bem tais relações instituídas.

O surgimento dos prados acabou contando com a contribuição das condições criadas mais ao final do século XIX em Porto Alegre, com o novo quadro viário da cidade e a transição dos arraiais/arrabaldes a bairros. Tais prados, além de aprimorar, com pistas circulares ou elípticas, as carreiras de cancha reta, também colaboraram para o desenvolvimento dos bairros em que se localizavam. A prática equestre das carreiras de cancha reta teve seu processo histórico acompanhando o processo de modernização de Porto Alegre e de sua população (PEREIRA; MAZO; LYRA, 2010).

O sistema das carreiras de cancha reta não é subestimado de maneira absoluta com o advento das corridas no formato circular/elíptico do turfe. Assim, concomitantemente, em reportagens de jornal, é demonstrado que se tem ciência do modo pelo qual montam os “[...] nossos centauros³⁵ da campanha”, ainda que seja extremamente diferente da escola de montaria empregada na Europa (INAUGURAÇÃO..., 1880, p.1). Os cavaleiros deste tipo de escola eram considerados como ‘heróis’, vinculados ao seu cavalo de tal forma que não havia ameaça que os assustassem, obstáculo que os detivessem, desde que estivessem “bem montados”, uma expressão que significa estar montado no dorso de um bom, adequado e apropriado cavalo. Especificamente neste caso, possivelmente, a expressão também faz uma alusão aos cavalos de raça.

Apesar disso, uma análise similar é aplicada às carreiras de cancha reta, as quais funcionavam com base no velho sistema da província. Assim, as suas características de audácia, agilidade e força são exaltadas como recorrentes nos “[...] nossos corredores do interior” (INAUGURAÇÃO..., 1880, p.1). Apesar do uso da expressão “do interior”, têm-se registros de que as carreiras ocorriam

³⁵ O termo “centauro”, aqui empregado, faz referência ao mito do centauro, a primorosa figura meio homem, meio cavalo, tendo Homero como um de seus primeiros citadores, e que representa e faz uma alusão aos cavaleiros da Ásia Central que, desde o terceiro milênio a.C., arrasavam os povos agricultores em amplas partes da Eurásia (RINK, 2008). As invasões das cavalarias nômades apenas abrandaram cinco séculos antes da Era de Ouro da Grécia Clássica, deixando, no seu rastro, o mito do Centauro. Por isso, a mitologia grega é dúbia em relação ao Centauro – às vezes, apresentando-o como um inimigo artilheiro e, em outros momentos, como inteligente, conhecedor da equitação, caça, música e medicina. Portanto, a causa desta dualidade de atitude é que o Centauro – o guerreiro das estepes – era, quando amigo, o mais precioso e, quando inimigo, o mais ameaçador.

também em Porto Alegre, em suas regiões central e periférica (ROZANO; FONSECA, 2005; PEREIRA; LYRA; MAZO, 2010). Entretanto, é bem plausível que ocorressem em maior número e frequência nas cidades do interior, até mesmo pela maior disponibilidade de áreas propícias para tal.

Para, além disso, determinados termos específicos começam, mesmo que timidamente, a compor o linguajar popular. Assim, a expressão *utile dulce* é cunhada e constantemente empregada na trajetória do turfe em terras brasileiras, de acordo com Melo (2013a). Isto porque, sem deixar de configurar-se como um entretenimento, a prática era compreendida como um contributo para as necessidades da nação, tanto àquelas vinculadas à economia quanto às relacionadas à constituição societária. Também se tornou mais habitual o uso de *racers* e *chargers* para indicar os cavalos apropriados às corridas (MELO, 2001). Posteriormente, a linguagem do turfe chegaria aos mais distintos espaços das cidades onde houvesse um Prado em atividade.

O primeiro hipódromo fundado na capital sul-rio-grandense em 23 de maio de 1880 foi o Hipódromo Porto-Alegrense, para cuja festa inaugural era esperado um grande público e interesse por aquela tão “útil instituição”, como anunciava a reportagem acerca de sua inauguração (INAUGURAÇÃO..., 1880, p.1). O texto da *Gazeta de Porto Alegre* também apontava a necessidade de que a capital do estado imitasse o exemplo da corte (Rio de Janeiro, na ocasião), de São Paulo e até mesmo de Pelotas, uma vez que todas estas já possuíam *clubs* de corridas em completa consolidação.

Isto porque a população sul-rio-grandense seria extraordinariamente inclinada a esse modo de passatempo, constituindo uma tradição que lhe vinha do passado. Aproximadamente por volta de 1830, os sul-rio-grandenses não conheciam outras diversões públicas além das carreiras e das cavalhadas. Posteriormente, mais ao final do século XIX, ainda não havia, na campanha, festa sem a diversão das cavalhadas e não passava uma semana em que não houvesse carreiras.

Contudo, é apontado o fato de que a raça do cavalo inglês (cuja introdução era já há muito almejada) não estaria habituada a correr sem sela e que, portanto, não se adaptaria ao sistema usual das carreiras de cancha reta sul-rio-grandenses. Porém, tal justificativa não apresenta profunda

fundamentação, uma vez que, dentre outros fatores, aos cavalos podem ser ensinadas e treinadas novas técnicas, atividades e maneiras de executá-las (FERNANDES, 2014). E cabe reforçar a não necessidade de extinção de uma prática para a ocorrência da outra ao tratar-se das carreiras de cancha reta e do turfe, já que, apesar de sua essência ser praticamente a mesma (a vitória baseada no conjunto cavalo/jóquei que percorrer a distância determinada no menor tempo possível), muitas diferenças existem em suas normas, parâmetros, formatos, origens, contextos, etc.

Assim, nas reportagens de jornais, é elogiada a iniciativa do Hipódromo Porto-Alegrense, o qual já emergia com a adoção do sistema de corridas usual na Europa, qual seja: “jóqueis de pouco peso, cavalos encilhados e observação de todos os preceitos de ordem” (INAUGURAÇÃO..., 1880, p.1). Entretanto, as carreiras de cancha reta também ocorriam com a participação de jóqueis de pouco peso, com a predominância de jovens, os quais muitas vezes trabalhavam como peões nas estâncias dos proprietários dos animais que participavam das disputas. Nem sempre as carreiras ocorriam com os cavalos desencilhados e os jovens “montando em pelo”, isto é, sem sela; algumas vezes, os cavalos eram equipados com alguns elementos da típica e tradicional encilha sul-rio-grandense de trabalho de lida diária no campo com o gado.

Por fim, com relação ao respeito por princípios, códigos e normas, identificava-se a ocorrência desta dinâmica no contexto das carreiras, ao existirem regras específicas, relativas à medida das canchas, aos momentos de partida e chegada, com juízes responsáveis por tais tarefas, ao número de concorrentes simultâneos, etc., as quais eram acatadas e cumpridas (AMÁDIO, 1946); tal organização das carreiras, porém, não parecia configurar a “ordem” almejada pela reportagem da *Gazeta de Porto Alegre*, a qual apresentava um discurso muito atrelado à exaltação de um contexto moderno tal como a conjuntura europeia representava, possivelmente em função de seu redator ser de origem alemã. Também é mencionada, nessa direção, a adoção do traje oficial dos jóqueis, o qual, além de mais cômodo para a prática, seria conveniente, especialmente para distinguirem-se ao longe os corredores, quando não se pudesse distinguir o pelo dos animais.

Mas os diretores do hipódromo não quiseram privar o povo inteiramente do seu “antigo sistema”, como denominavam as canchas retas. Desta forma, iriam proporcionar uma corrida em cavalos sem selas, permitindo que os próprios donos montassem os seus animais nesta corrida “propriamente rio-grandense”, outra expressão utilizada pela *Gazeta de Porto Alegre* para designar as carreiras em cancha reta (INAUGURAÇÃO..., 1880, p.1). Isto parece reforçar uma representação da vinculação das origens desta prática com uma identidade sul-rio-grandense e, concomitantemente, distingui-la do novo modelo e padrão europeu de corridas ocorrentes em hipódromos.

Desta forma, portanto, por ocasião da inauguração do primeiro hipódromo da capital do estado, a direção da entidade é elogiada pela inteligência que demonstrou ao procurar consultar as preferências da população, bem como contemplar tais distintos gostos já na sua reunião inaugural. A preocupação seria, a partir dali, que as corridas seguissem contando com uma expressiva assistência regularmente e, como citado no texto da reportagem, prestigiando “[...] o nosso *Longchamps*” (INAUGURAÇÃO..., 1880, p.1), como é denominado o hipódromo francês de Paris, ou seja, estabelecendo, novamente, uma alusão ao progresso que representava este novo tipo de corridas.

Vale ainda ressaltar que, desde esse período inicial, os prados eram considerados como empresas, as quais, portanto, apresentariam, como uma de suas principais metas, manter-se em funcionamento e progredir. Em função disto, nas próprias reportagens, são feitas chamadas para que a população inscrevesse-se como sócios. Entretanto, para tal, não bastava manifestar a vontade; claramente explícito nesses textos, estava presente também a condição de possuir “meios para isso”. Estabelece-se, já aí, uma distinção condicionante para tomar parte deste contexto de uma maneira privilegiada e baseada na pertença ou não às elites econômicas; ao passo que, simultaneamente, é recomendado “ao povo”, referindo-se, desta vez, conseqüentemente, aos indivíduos não pertencentes a tais elites econômicas, a, “ao menos”, comparecer às corridas. Percebe-se, assim, que é estabelecida e completa, aí, uma dinâmica de ocorrência e de relações próprias da prática e construídas já desde as representações veiculadas nas reportagens referentes

ao primeiro espaço destinado oficialmente ao turfe na capital do Rio Grande do Sul (INAUGURAÇÃO..., 1880, p.1). Representações estas que são construídas com base na ideia do turfe significar um espaço de entretenimento para os membros dos grupos pertencentes a uma elite econômica e com características vinculadas ao interesse por um status social de tais grupos, como Melo também apontou no turfe carioca do século XIX (MELO, 1998).

Porém, ao mesmo tempo em que se parecia buscar demarcar uma diferenciação entre carreiras em cancha reta e o turfe, na *Gazeta de Porto Alegre* também se identifica um discurso de quase fusão entre ambas em determinados momentos. Em algumas passagens, para o leitor, ora poder-se-ia ter a compreensão de que estas corridas fossem quase que opostas e ora de que se tratassem praticamente da mesma atividade, já que, como mencionado anteriormente, concomitantemente, o princípio operacional e a estrutura básica destas práticas são muito semelhantes (percorrer uma distância determinada no menor tempo possível), assim como também há diferenças em seus regulamentos, parâmetros, formatos, origens, conjunturas, etc.

Também importa destacar que, ao ocorrer tais aproximações entre estas duas manifestações de corridas nas reportagens, em especial na *Gazeta de Porto Alegre*, também se operava uma articulação com uma identidade sul-riograndense. Como exemplo, tem-se a seguinte passagem: “Trata-se no caso d’um ramo de *sport*, que é inteiramente próprio da província, e que está aliás nas nossas tradições populares” (INAUGURAÇÃO..., 1880, p.1). Pode-se identificar, assim, uma conformidade com um imaginário apoiado em um sistema de representações que sustenta uma versão deste ideário de que as disputas em velocidade a cavalo, de uma maneira mais ampla e geral, teriam seus primórdios arraigados ao Rio Grande do Sul.

Têm-se, contudo, registros de que praticamente em todos os povos e culturas onde tenha se desenvolvido uma equitação, houve a organização de corridas a cavalo, cada qual com as peculiaridades socioculturais que lhe cabiam diante do contexto mais amplo de cada um destes grupos, como, por exemplo, mongóis, ingleses, entre outros. (RINK, 2008). Com respeito a estes últimos, não apenas cunharam, por volta do século XVII, a prática do turfe na configuração estrutural que se conhece até hoje, como também contribuíram

significativamente para que o próprio termo *Sport* conquistasse a repercussão que obteve no século XIX (ELIAS, 1986). Identifica-se uma imprecisão, intencional ou não, por parte dos autores das reportagens ao referirem-se ao *sport* turfe, originalmente inglês, como parte das tradições do estado.

Isto poderia ser expresso com relação às carreiras em cancha reta, enquanto uma prática cultural originária do Rio Grande do Sul. Inclusive, tal ambiguidade ao referir-se às práticas de corridas a cavalo na reportagem pode ser intencional para uma possível maior aderência à assistência das disputas no novo hipódromo que iniciava seus trabalhos por parte, também, dos apreciadores das carreiras em cancha reta aos quais, eventualmente, pudesse ser causado certo estranhamento com relação ao novo formato, espaço, normas e dinâmica de competições.

Assim, conclamava-se a população em reportagens da *Gazeta de Porto Alegre* para que não se permitisse acabar o hipódromo como haviam acabado as experiências de *Clubs* de Corridas antecedentes, tal como a iniciativa anteriormente referida de Luiz Jácome. Caso contrário, era alegada que seria um acanhamento para Porto Alegre se não se conseguisse cultivar um estabelecimento que Pelotas, São Paulo e Rio de Janeiro possuíam e desenvolviam cada vez mais. Para lograr tal feito, era indicado que, em Porto Alegre, existiam todas as condições imperativas para uma longa constância do prado, tais como adequados cavalos e competentes jóqueis, além de um povo que entendia do assunto (INAUGURAÇÃO..., 1880).

Concomitantemente, destacava-se a certeza de que o gosto das corridas pelo “sistema europeu” conquistaria mais adeptos e, a partir de então, seriam importados cavalos de raça, conseguindo-se, de tal modo, o fim utilitário da então nova instituição (INAUGURAÇÃO..., 1880, p.1). Desta forma, tem-se reforçada, mais uma vez, tanto a diferenciação entre as carreiras em cancha reta e o turfe, como a intensa vinculação entre a organização do hipódromo e a busca por estabelecer um mercado em torno da prática, e, conseqüentemente, não priorizando, ainda, pelo menos neste momento, o seu caráter esportivo.

A utilização do cavalo acompanhava, assim, o processo de desenvolvimento do Estado, adaptando-se não somente às novas condições impostas pela paulatina urbanização, mas também aos novos sentidos

atribuídos às práticas equestres. Se em um determinado período o cavalo representou, para o sul-rio-grandense, um auxílio/arma de guerra e duelos por conquistas de territórios, em outro momento este animal passava a simbolizar a possibilidade de trabalhar nos campos com o gado bovino. Uma prática equestre que representava momentos de lazer e um jogo de azar, como as carreiras de cancha reta, ao relacionar-se com o contexto sociocultural e político-econômico, passa a incorporar elementos de esportivização. Contudo, o turfe ainda sustenta as representações de oportunidades de diversão e lazer, além de um jogo de azar e apostas; percebe-se, assim, que entre as carreiras de cancha reta e o turfe não há somente rupturas, mas também continuidades.

Desta forma, estes espaços plurais destas práticas propiciavam a construção de um processo de socialização em torno de seu contexto cotidiano, compreendido e determinado temporalmente. A partir deste, emergia uma nova configuração cultural, a qual enfatizava tanto uma possível rede de tensão entre interesses distintos para com estas práticas culturais, como também uma luta simbólica entre as representações de cada uma destas. Tal configuração também passava a mediar, assim, um processo de constituição de uma identidade social sul-rio-grandense por meio da coexistência dos distintos domínios produtores de valores e referências culturais representados pelas carreiras de cancha reta e pelo turfe.

3.6 Turfe: a profissionalização das práticas equestres no estado

O presente subcapítulo versa acerca da prática equestre esportiva do turfe, a qual, até o final da década de 1890, ocorria simultaneamente, conforme dito anteriormente, em quatro hipódromos em Porto Alegre, afora demais prados em outras cidades importantes economicamente no estado, tais como Rio Grande, Pelotas, Canoas, etc. Tal fato possibilitou o desenvolvimento do turfe sul-rio-grandense, que se transformou em um dos principais espetáculos esportivos no início do século XX. Portanto, para além da utilização do cavalo para o lazer, especialmente no contexto das carreiras de cancha reta, emerge, no estado, a prática esportiva do turfe, a qual, ao longo de seu desenvolvimento, passou por um processo de profissionalização no estado.

A institucionalização do turfe, no Brasil, só começou a partir da ação do grupo fundador do *Club* de Corridas, no Rio de Janeiro. Dentre tais fundadores, encontravam-se militares como major Suckow e Luiz Alves de Lima e Silva, então Conde de Caxias, e presentemente Patrono do Exército Brasileiro. No fim do século XIX, o turfe chegou a apresentar cinco prados funcionando concomitantemente na cidade do Rio de Janeiro, o que significa que havia uma ampla aceitação da prática (MELO; MAIA, 2005). Tal cenário também foi verificado em Porto Alegre, onde, na década de 1890, havia quatro prados funcionando simultaneamente na cidade (PEREIRA; SILVA; MAZO, 2014). A presença de vários prados, por algum tempo, possibilitou o desenvolvimento do turfe sul-rio-grandense, que se transformou em um dos principais espetáculos esportivos no início do século XX, em Porto Alegre. O estudo de Pereira, Silva e Mazo (2010), apresenta tal período de auge do turfe porto-alegrense (1892-1894), prática que ocupou um espaço de destaque no cenário da cidade.

Os hipódromos, para a prática do turfe, possuíam, em sua estrutura, arquibancadas ao redor da pista oval, circular ou elíptica, permitindo que a assistência pudesse visualizar as corridas em todo o seu percurso. O novo formato das pistas também admitia um número maior de competidores.

Nos domingos porto-alegrenses, uma das atrações esportivas e de lazer passou a consistir nas corridas de cavalos, a exemplo do que ocorria no Rio de Janeiro, de acordo com Melo (2009a). Nestas, os jóqueis apresentavam-se bem vestidos, em espaços onde os integrantes da elite econômica, de procedência nomeadamente rural, podiam exercer o seu anseio de distinção, com seus suntuosos trajes. Esta prática esportiva, no país, neste período, parecia consistir em um espetáculo, propiciando à população uma oportunidade de observar e ser observada. Os hipódromos favoreciam a exibição da presença, em função de sua localização, disposição e, até mesmo, de sua estrutura física. Outro aspecto que pode compor parte de seu sucesso no período é o fato de consistir em um entretenimento nas cidades, necessitadas de alternativas deste caráter, uma vez que se tratava de uma atividade pública que admitia distinguir as diferenças de classe.

No contexto turfístico de Porto Alegre, também se pôde identificar indícios de profissionalização - através de um crescente processo de

burocratização em tal prática esportiva - tão logo foram estabelecidos quatro hipódromos atuantes simultaneamente na cidade, na década de 1890: Hipódromo Boa Vista, Hipódromo Rio-Grandense³⁶, Hipódromo Navegantes e Hipódromo Independência (ROZANO; FONSECA, 2005). Cada um destes hipódromos constituía uma associação anônima, visando a lucros mercantis. Assim, conforme reportagem do Semanário Turfista, ao estarem “em jogo altos interesses financeiros com os significativos valores que eram apostados em cada corrida, ocorriam atritos entre diretorias destas associações” (7 DE SETEMBRO, 1930, p. 2).

O período (1892-1894) representou, assim, o auge do turfe porto-alegrense, tendo esta prática ocupado um espaço de destaque no cenário esportivo da cidade. Importante realçar que a identidade do turfe estava muito relacionada à sociedade aristocrática rural. Porém, com o surgimento de novos focos de interesse, tais como o futebol, o cinema, bem como com a concorrência significativa entre prados e sociedades turfísticas, uma crise à prática turfística foi gerada. A mudança nas características valorizadas pela nova cultura burguesa em formação, e a crise econômica advinda da Revolução Federalista, também contribuíram para a consolidação deste período de decadência no turfe porto-alegrense.

Os prados constituíram, assim, “um fenômeno transitório e surpreendente na cidade, pois com o novo século os espaços do turfe cederiam seu lugar aos do futebol” (FRANCO, 2000, p. 91). Os hipódromos também foram cedendo espaço para outros empreendimentos em Porto Alegre, como, por exemplo, edificações. As primeiras décadas do século XX assinalam um período efervescente em Porto Alegre, uma vez que abarcaram o advento do capitalismo, a chegada significativa de imigrantes europeus, a acentuação no processo de industrialização, a urbanização e a emergência de novas classes – a burguesia e o incipiente proletariado.

Deste modo, o Rio Grande do Sul passava por transformações sociais, políticas e econômicas, que repercutiram na ocupação de seus espaços.

³⁶ Este Prado ainda promovia, no século XIX, em suas atividades, carreiras de cancha reta em seu interior, além de corridas ainda medidas em voltas (MAZERON, 1950). Este fato poderia constituir uma resistência em não abandonar uma prática cultural do estado em função de uma nova configuração das corridas, importada da Europa.

Conseqüentemente, novos modelos para homens e mulheres, condizentes com um incipiente cenário que se impunha, passaram a ser importados de outras metrópoles, especialmente do Rio de Janeiro, capital do país no momento, e que passava por aceleradas transformações nas condutas dos habitantes, devido ao, dentre outros fatores, considerável desenvolvimento tecnológico. Conforme Melo (2006, p. 7), “o papel de metrópole polarizadora cabe perfeitamente ao Rio de Janeiro, que passa a redimensionar e ditar (ainda mais) modas, comportamentos, sistemas de valores, formas de viver”. Em consonância com esta conjuntura capitalista, uma inspiração político-filosófica positivista, com seus anseios de ordem, progresso e modernidade, passa a constituir a vitrine da cidade, concretizada não somente no estilo arquitetônico dos prédios, mas também nos valores cultivados.

Em meio à rápida modernização do estado, emergiram, também, associações esportivas, ou seja, sociedades, ligas, clubes e federações dedicadas à organização ou promoção de práticas corporais e esportivas (MAZO, 2003). Estas, paulatinamente, passariam a ser orientadas como um meio para a constituição de corpos dispostos a tratar a representação capitalista como valor ético primordial. As novas práticas passam a enfraquecer as carreiras de cancha reta e o turfe, apesar de outrora, na última década do século XIX, terem representado uma das principais formas de lazer da população da capital, como atesta Franco (1998): “o Prado era o estádio de futebol do porto-alegrense” (p. 103). As citadas práticas equestres não mais condiziam com a nova ordem que se aproximava: o moderno, o urbano, a força no físico humano e não mais o arcaico, agrário e patriarcal esporte representativo da força animal.

Neste momento, houve uma diminuição das imposições de caráter moral no que se refere à exibição do físico, sendo desenvolvida a notoriedade das práticas nas quais o movimento humano é o item principal. Trata-se aqui do remo, assim como da natação e do atletismo. Estes esportes aproximam-se mais daquilo que atualmente se idealiza, genericamente, para a prática esportiva: desafio, superação, higiene, saúde (MELO, 2009b).

Outro aspecto que também tem relação com a desaceleração do turfe diz respeito à identidade desta prática esportiva equestre, eminentemente

relacionada à sociedade aristocrática rural e que passa a confrontar com a cultura burguesa em formação. Esta nova classe social passou a atacar o turfe devido ao seu caráter de jogo, já que os burgueses identificavam-se com o remo, o ciclismo, o futebol, incorporando a modernidade da virada do século (MELO, 2006). Processo semelhante é apresentado por Melo (1999), no Rio de Janeiro, onde o turfe e o remo também disputavam a prioridade no espetáculo urbano em fins do século XIX, representando, na esfera esportiva, a transição do patriarcado da oligarquia agrária brasileira para uma sociedade urbana, moderna e europeizada.

Ao considerar o turfe em São Paulo, Gois Júnior (2013) identifica indícios característicos de um declínio nas representações deste esporte para a elite paulistana no início do século XX, processo muito similar e concomitante apontado por Pereira (2012a) em Porto Alegre, nomeadamente em função da mudança nas características valorizadas pela nova cultura burguesa em formação, e a crise econômica advinda da Revolução Federalista, a qual também contribuiu para a consolidação deste período de decadência no turfe porto-alegrense. Na revista ilustrada paulistana *A Vida Moderna*, Gois Junior (2013) ainda identificou os problemas do turfe evidenciados na cidade, tais como tentativas de lucro por algumas pessoas, projetando atos pouco honestos, o que acabava por desmoralizar o turfe enquanto uma prática esportiva. Tal aspecto também constitui um dos elementos relacionados com a decadência do turfe sul-rio-grandense (PEREIRA; SILVA; MAZO, 2014), o que pode sugerir que, para além das localidades, tal declínio, possivelmente, estava relacionado com outro aspecto que também está vinculado com a decadência desta prática esportiva equestre e que diz respeito à sua identidade, eminentemente relacionada à sociedade aristocrática rural e que passa a confrontar com a cultura burguesa em formação.

Foi inaugurada, assim, no dia primeiro de outubro de 1899, a primeira entidade que tentava minimizar os conflitos e proporcionar benefícios ao turfe: o *Derby Club*. Esta agremiação, a qual contava com representantes de todos os hipódromos, atuou no Hipódromo Independência, assim como mais tarde organizaria corridas no Hipódromo Boa Vista e no Hipódromo Rio-Grandense. Embora influente, o *Derby Club* não teve a duração esperada.

Ao receber o embate despertado pelo interesse dos integrantes dos demais hipódromos, descontentes com a situação, o *Derby Club* acabou por ser extinto e reaberto por várias vezes no meio social e esportivo de Porto Alegre, com distintos nomes. Em 1907, um grupo expressivo de turfistas fundou o *Turf-Club*, tendo sua sede no Hipódromo Rio-Grandense. Não obstante, esta sociedade nova também durou pouco tempo, já que surgiu uma divergência entre seus organizadores, visando a instituir outra entidade. Ainda no mesmo ano, a proposta de organização de uma nova associação foi aceita e vingou como entidade representativa do turfe sul-rio-grandense de forma permanente: a *Associação Protetora do Turf*, a qual, em 1944, passa a constituir o *Jockey Club do Rio Grande do Sul* (ROZANO; FONSECA, 2005), vigente até os dias atuais. A fundação da *Associação Protetora do Turf* foi uma estratégia para recuperar esta prática na cidade: da pluralidade de prados, o turfe partiu para a unificação, visando preservar e consolidar a prática.

A prática do turfe atraía multidões ao hipódromo da *Associação Protetora do Turf* – o Hipódromo Independência³⁷, o único remanescente após a unificação do turfe em uma única entidade. Desta maneira, passa a ser perceptível a concreta decisão de impulsionar e respeitar o turfe como uma prática esportiva, e não simplesmente como um jogo de azar. A partir de então, se pode perceber outra postura frente às corridas de cavalos. Testemunha-se uma mobilização pelo turfe com configurações e expressões de uma associação esportiva (PEREIRA; SILVA; MAZO, 2010). A *Associação Protetora do Turf* contava, frequentemente, com a presença de autoridades, como o presidente do Estado no final da década de 1920, Getúlio Vargas, e sua esposa, assim como a *miss Rio Grande do Sul* (NAS CORRIDAS..., 1929). Getúlio Vargas é citado como “incentivador apaixonado” por todos os esportes

³⁷ Sendo o único centro turfístico da cidade, o local logo se tornou acanhado e obrigou o *Jockey Clube do Rio Grande do Sul* a procurar novas instalações. Assim, o *Jockey* cedeu espaço para o Parque Moinhos de Vento, o Parcão, que ocupa ampla área verde com boa infraestrutura. O Hipódromo Independência (Moinhos de Vento) foi transferido para o Bairro Cristal, onde se situa até os dias atuais. Todavia, a transferência tardou; somente em 5/11/1959, o Prado da Avenida 24 de Outubro terminava suas atividades, promovendo a sua última reunião. Ao transferir-se para o Cristal, passou a apresentar uma arquitetura atraente, além de duas pistas, uma de grama e outra de areia. Sendo inaugurado em 22/11/1959, o novo Hipódromo do Cristal (nova sede do *Jockey Club* do Rio Grande do Sul), foi construído na grande várzea do Cristal, à beira do Guaíba, onde já havia existido, sucessivamente, uma hospedaria oficial para imigrantes e um quartel da Brigada Militar, o qual sediara a Escolta Presidencial da corporação (ROZANO; FONSECA, 2005).

em que o cavalo, tão necessário na paz como na guerra, é fator colaborador com o homem, como o turfe e o hipismo (NOVOS..., 1938, p. 20). Com base nestas informações, evidencia-se que o turfe era uma prática esportiva vinculada à elite porto-alegrense, sendo este um meio de atrair olhares.

A elite passou a preferir o turfe como seu esporte predileto neste período. A tradição desta elite rural na criação de cavalos, possivelmente, foi um dos fatores que favoreceu a fundação dos primeiros prados em Porto Alegre. Na obra *Álbum d'O Rio Grande do Sul Sportivo*, organizada por Lemos e Carvalho (1919) são dedicadas 12 páginas a um texto intitulado "O Cavallo", no qual são destacados os criadores de cavalos com fotografuras que parecem representar figuras heroicas. A maioria dos criadores de cavalos era constituída de portugueses e luso-brasileiros, fato que pode ser constatado na listagem de nomes relacionados: Pedro Jobim Ferreira Porto, Ramiro Fortes Barcelos e Luiz Manoel de Azevedo. Eram médicos, militares, conselheiros e industrialistas, que integravam a elite sul-rio-grandense ligada à vida rural.

Neste mesmo passo, a cidade de Rio Grande, no sul do estado, conforme Xavier, Freitas e Rigo (2014), também reúne, em sua colonização, portugueses, para além de ingleses, os precursores do fenômeno das corridas de cavalos. Esta cidade é composta por empreendimentos e pessoas que abalizam a intensa presença dos imigrantes ingleses. Como exemplo, tem-se a linha de ferro que conectava o balneário do Cassino à cidade e o porto marítimo, que era a abertura para a Inglaterra, a qual possuía diversos acordos comerciais com o Brasil e com ação importante na economia local.

De tal modo, a manifestação das práticas esportivas modernas e, nomeadamente, do turfe, também ocorreram a partir desse *ethos* europeu que vigorava na cidade e na região em meados do século XX (XAVIER; FREITAS; RIGO, 2014). A sociedade riograndina, assim, constituiu seu prado³⁸ no dia 29 de junho de 1922, sustentando suas atividades até o final da década de 1990, com o seu encerramento. Ao longo de sua existência, contudo, estabeleceu

³⁸ Atualmente, o espaço físico do hipódromo é representado pela pista oval, pelas ruínas do *paddock* (local de preparação dos cavalos antes das corridas), das arquibancadas, das tribunas, da *photochart* (local construído na linha de chegada, onde ficavam os fotógrafos e os árbitros), do salão de festas, da bilheteria, e pelas cocheiras que foram invadidas por populares, que as transformaram em moradias. O restante da área foi vendido por meio de um leilão (XAVIER; FREITAS; RIGO, 2014).

relações com o *Jockey Club* do Rio Grande do Sul, localizado na capital, a fim de obter seu apoio e fortalecer suas atividades promovidas, tais como, por exemplo, o Grande Prêmio Cidade de Rio Grande. Este auxílio, porém, nem sempre ocorria; e, diante da realização das festas turfísticas de Pelotas e Rio Grande na mesma época, dificultava o desenvolvimento do turfe de ambas as cidades (VITORIOSAS..., 1950).

Também localizada no sul do estado, há indícios de que a cidade de Pelotas tenha contado com três hipódromos. O mais importante deles, vigente até os dias de hoje, é o Hipódromo da Tablada, onde, no ano de 1936, foi instituído o clássico Grande Prêmio Princesa do Sul, em homenagem à alcunha da cidade, também conhecida por 'Princesa do Sul'. Até hoje, este é estimado como o mais importante páreo da Tablada. Em sua edição de 1950, por exemplo, até mesmo um representante do *Jockey Club* Brasileiro, do Rio de Janeiro, esteve presente prestigiando a disputa (RIFLE..., 1950).

Assim, desde o momento de sua criação, este páreo apresentou ampla repercussão na imprensa pelotense. O progresso do turfe de Pelotas acentuou-se, a partir de então, rapidamente, a ponto deste páreo passar a ocorrer entre os melhores cavalos do estado (GRANDE..., 1936). Tamanha é a importância desta disputa que, em seus 80 anos de história, apenas por duas vezes não ocorreu: em 1968, por uma interrupção do trânsito de equinos no Brasil; e em 2010, quando a Carta Patente do Hipódromo da Tablada³⁹ foi cassada.

Durante a década de 1950, eram até mesmo anunciados os embarques de cavalos campeões do turfe porto-alegrense para a participação no Grande Prêmio Princesa do Sul. Por meio de uma embarcação, portanto, é que os animais eram transportados da capital até o sul do estado. Estas participações de cavalos de Porto Alegre, assim, eram noticiadas como um fator extra de atração à disputa. Para tal, os jornais da capital, tais como o *Correio do Povo*,

³⁹ Passados os anos de prestígio, em 14 de janeiro de 2010, o Jockey Club teve sua Carta Patente – documento expedido pelo Ministério da Agricultura que aprova o funcionamento da prática do turfe no Brasil – invalidada, acarretando, de tal modo, o encerramento e o momento mais conturbado da história desta instituição. Após 10 meses, a atual diretoria, composta por Carlos Mazza e Renato Braga, obteve a renovação da Carta Patente, de forma que, em 24 de outubro de 2010, o Jockey Club voltou a receber as clássicas carreiras dominicais. Teve início, então, o período destinado a reerguer o hipódromo, tendo seu apogeu, até o momento, no tradicional Grande Prêmio Princesa do Sul, quando computa milhares de espectadores (FECHAMENTO..., 2016).

enfaticavam até mesmo possíveis rivalidades entre animais campeões: “Mais onze dias portanto, e a ‘afición’ rio-grandense, entre vibrantes aclamações, vai saudar o campeão dos Moinhos de Vento, na várzea da Tablada. Será Carcel? Ou Cravete?” (CRAVETE..., 1950). Percebe-se, assim, um trânsito estabelecido entre as práticas do turfe de Porto Alegre e Pelotas, imbricando a movimentação não somente de sujeitos, mas também de cavalos, e, até mesmo, de apostas, uma vez que os guichês do *Jockey Club* do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, abriam para recebê-las (G.P. PRINCESA..., 1950), instituindo, possivelmente, uma intensa e contínua interdependência entre si.

Evidencia-se que esta cidade apresenta uma larga tradição em corridas de cavalos, de modo que já em 1836, Nicolau Dreys afirmava “presenciamos uma dessas carreiras na planície ondeada que medeia entre a cidade de Pelotas e o Rio de São Gonçalo; vimos infinita gente, muita alegria, montões de ouro e prata, e nenhuma desordem” (DREYS, 1990, p.101). Ao longo do século XIX, as corridas aconteciam em um hipódromo situado além da atual Estação Férrea. Sabe-se, pelas reportagens localizadas no *Correio Mercantil*, que as corridas também ocorriam no prado localizado no Bairro Fragata, o primeiro hipódromo da cidade, do *Jockey Club* Pelotense (INAUGURAÇÃO..., 1878).

Em 1930, um grupo de adoradores do turfe começou a se reunir com o fim de constituir uma associação hípica de caráter civil e sem fins lucrativos. Esse grupo deu origem ao *Jockey Clube* de Pelotas. Depois de nomeada, a primeira diretoria apresentou, como encargo, concretizar a ideia que até então permanecia exclusivamente no imaginário de seus idealizadores. Em 10 de dezembro de 1932, na segunda diretoria, aconteceu a primeira corrida oficial. Nesse período, aconteceu, ainda, a primeira exibição de potros do Rio Grande do Sul. Essa gestão foi responsável pelo lançamento da pedra fundamental do Hipódromo da Tablada. A inauguração, porém, somente ocorreria alguns anos depois, em 1936 (O JOCKEY..., 1936).

Na gestão do Dr. Álbio Faria Petrucci do Hipódromo da Tablada, entre 1947 e 1948, foi concretizada a aquisição da atual sede social, situada na Rua Sete de Setembro, imóvel que, até então, era alugado pelo *Jockey Club*. Em seguida, na década de 1950, foi constituído o serviço veterinário permanente com uma balança de pesagem para o controle dos animais, como também o

seguro de acidentes de trabalho para os profissionais do turfe. E, em 7 de maio de 1954, foi assinada a escritura de aquisição do terreno do hipódromo em cerimônia realizada na Prefeitura Municipal de Pelotas (AQUISIÇÃO..., 1954).

Também fundamentalmente organizada por uma elite luso-brasileira, a “Protetora do Turfe”, enquanto uma associação, tinha o intuito de reanimar o turfe na cidade, o qual passava por uma crise na primeira década do século XX. Seus objetivos, registrados na ata histórica que oficializou a fundação, eram: promover a unificação e impulsionar o esporte hípico em Porto Alegre. De acordo com a ata, a Protetora surgia para unificar:

[...] elementos que pugnassem seriamente pelo engrandecimento do esporte atualmente em crise bem difícil. A nova associação será criada visando dividir entre jockeys, tratadores e inscriteiros os lucros líquidos que forem apurados em suas festas esportivas e empenhará a maior severidade pela máxima moralidade em suas corridas e festas esportivas. (CANTEIRO, 1907, p. 1)

Identificam-se, assim, desde o seu estabelecimento, elementos que podem sugerir os primórdios de um processo de profissionalização por meio desta associação. Nesta medida, ao longo desse processo, os sujeitos envolvidos podem passar a ser percebidos como profissionais que dominam e organizam o conhecimento relativo à prática, o qual é paulatinamente sistematizado e difundido por esta configuração europeia das corridas de cavalos. Identifica-se, assim, uma variação no arranjo da configuração das corridas no Rio Grande do Sul, em que a relação de forças e o equilíbrio entre elas vão pendendo para um processo de profissionalização com base nas experiências de socialização aí propiciada.

No princípio do século XX, portanto, com a fundação da *Associação Protetora do Turf*, se tem a intenção concretizada de promover e respeitar o turfe⁴⁰ sob o ponto de vista esportivo, e não simplesmente lucrar com este

⁴⁰ Faz-se importante destacar que, na imprensa, tanto no Rio Grande do Sul quanto em São Paulo, por exemplo, nas primeiras décadas do século XX, identifica-se o emprego do termo “hipismo” para designar um conjunto mais amplo de práticas do que o seu atual uso pressupõe, especialmente no sistema esportivo formal (INAUGURAÇÃO..., 1878). É assim que, até mesmo o turfe estava abarcado dentro deste entendimento da palavra “hipismo”. Isto pode dar-se, possivelmente, dentre outros fatores, em função da compreensão mais ampla que já se teve deste termo, o qual, inclusive, é apresentado em dicionários de língua portuguesa, até os dias de hoje, em geral, considerando-o como o esporte hípico que compreende a equitação, as

esporte. A mobilização em torno do turfe porto-alegrense passa a configurar-se como uma expressão do associativismo esportivo (PEREIRA, 2008).

Ao consolidar a sociedade que congregava os turfistas sul-rio-grandenses, a Associação Protetora do Turfe, ideias convergiam para um objetivo, qual seja: direcionar o turfe do Rio Grande do Sul, especialmente de Porto Alegre, a um concreto caminho de vitórias e, cada vez mais, incentivar a criação do puro-sangue inglês de corridas no estado, já vitorioso em várias exposições realizadas no Rio de Janeiro, então capital federal (ROZANO; FONSECA, 2005). Desta forma, a imprensa jornalística carioca e porto-alegrense conclamava o governo a instigar tais atividades. O argumento principal era o referido benefício que as corridas poderiam acarretar para o aprimoramento da raça dos cavalos brasileiros, isentando o país da dependência da importação de animais adequados, uma vez que, deste modo, os cavalos nacionais poderiam rivalizar com os europeus em termos temperamentais, morfológicos e funcionais. Ainda se fazia presente um argumento tido como determinante, segundo o qual a Inglaterra e a França já teriam percebido as potencialidades do turfe para contribuir com este ‘moderno’ modelo de indústria que se delineava. Assim, um mercado começava a ser gestado em torno desta prática. Tal processo, ao transformar esta atividade mediante a circunscrição de um domínio de conhecimentos e competências específicos, constitui mais um indício de profissionalização da prática.

A “Associação Protectora do Turf”, desta forma, possuía um “Código de Corridas”, o qual versava e buscava o controle acerca de inúmeros aspectos desta prática desde, por exemplo, a mais básica noção do que se considerava como ‘corrida’ ou ‘reunião’. Estes termos compreendiam a ideia do “[...] conjunto dos pareos componentes de um programma em um mesmo dia, e ‘carreira’ o modo de correr cada pareo da corrida” (SANTIAGO et al, 1925).

corridas de cavalos, polo, etc., a partir do radical grego “hipo”, o qual pode expressar e estar associado a “cavalo”, “hipódromo”, “hípico”, “hipismo”. Contudo, pela leitura deste estudo, pode-se depreender que se abordou e se tratou da “equitação” enquanto uma noção mais ampla da relação homem/cavalo, a qual abarcaria a compreensão das práticas das corridas de cavalo, polo, hipismo, etc. Identifica-se, assim, um incipiente aspecto de relação entre as práticas do hipismo e do turfe, a partir de uma compreensão e designação primária que já foi comum em seu termo e conceito na imprensa sul-rio-grandense e paulista.

Além disto, ao analisar-se tal código de corridas, percebe-se que há indícios de um grande poder de decisão concentrado e centralizado na diretoria da associação, a qual, por exemplo, poderia alterar a ordem dos páreos; organizar e publicar a lista dos grandes prêmios e dos dias em que deveriam ser disputados; cassar a matrícula por tempo determinado ou não, ou aplicar a pena de expulsão, segundo a gravidade do delito cometido por um proprietário, tratador, jóquei ou cavalição que insultasse ou desacatasse, por qualquer forma, os membros desta diretoria, sócios ou empregados da sociedade; obrigar os proprietários, tratadores, jóqueis, aprendizes e cavalições a cumprir as disposições do “Código de Corridas”, sob pena de suspensão ou expulsão, conforme a gravidade da falta; impor, confirmar ou agravar todas as penalidades aplicadas em virtude deste código (SANTIAGO et al, 1925).

Assim, tem-se um exemplo de que não se tratavam de estruturas pressionando-se umas às outras para que um determinado rumo de desenvolvimento da prática fosse tomado em detrimento de outro; trata-se de um domínio constituído por sujeitos que se pressionam mutuamente em um jogo simbólico de socialização no interior da prática do turfe, uma vez que, ao adquirir aspectos de profissionalização, as corridas de cavalos passam a compor um campo de poder simbólico, com elementos que vão legitimando uma dominação de alguns sujeitos sobre outros.

Com relação à nova postura assumida diante do turfe, a de vislumbrá-lo enquanto um esporte, existia uma preocupação com a igualdade de condições de competição na década de 1930, na medida em que se procurava fazer com que todos os cavalos corressem com um peso exato sobre o seu dorso (TALHA, 1939, p. 37). Caso o jóquei de um cavalo, juntamente com a sela, não atingisse tal peso, acrescentavam-se chumbos à sela, como até os dias atuais costuma-se proceder nestas competições. Outra evidência localizada nas fontes, a qual também demonstra esta preocupação com a igualdade de condições nas disputas turfísticas, diz respeito ao emparelhamento da pista de areia, o qual era realizado após cada páreo (TALHA, 1939, p. 37). Tal ação era levada a cabo por meio de um conjunto de dois muares, os quais tracionavam um gradil com o intuito de nivelar o máximo possível a pista de competições, constituindo mais um indício de esportivização nesta prática equestre.

O turfe porto-alegrense, na década de 1940, contava com tecnologia a seu favor. Em reportagem da *Revista do Globo* há um parágrafo dedicado à explanação do emprego do cronômetro no cotidiano de treinos das corridas de cavalos, em que “o bom tratador nunca pode se divorciar do cronômetro” (RIBEIRO, 1944, p. 26). A prática do turfe, paulatinamente, ia adequando-se à ideia de que o esporte necessitaria ser acentuado como uma atividade física que pode ser medida em pontos ou no sistema c-g-s (centímetro – grama – segundo). As estatísticas do turfe, no Rio Grande do Sul, representavam elementos ou componentes das estatísticas da sociedade moderna. Ademais, em uma balança de poder entre tradicional e moderno, o turfe busca ajustar-se a um padrão de profissionalização que é solicitado dentro desta nova figuração mercantilizada do esporte que começa a emergir.

Com relação à reflexão acerca de uma igualdade de acesso à participação da competição, as reportagens de jornais e da *Revista do Globo*, ao mencionarem características dos jóqueis, não fazem referência à cor da pele dos mesmos. Corroborando com tal silêncio das fontes, as imagens das reportagens tampouco nos podem elucidar acerca disto. Além da baixa qualidade de definição das imagens dificultar a identificação, a opção da maioria dos autores das fotos era reservar o foco de tais registros preferencialmente para os cavalos em detrimento do jóquei.

Tal fato repetia-se nos textos das reportagens jornalísticas e da *Revista do Globo*, os quais predominantemente realçavam a vitória e o sucesso dos cavalos ao invés do conjunto jóquei-cavalo. Esta posição das publicações parece estar em consonância com a declaração do jóquei Mário Oliveira, em reportagem da *Revista do Globo*, o qual reforça a maior importância do cavalo no conjunto jóquei-cavalo para uma prática bem sucedida no turfe:

Muitas vezes está dependendo do jockey a vitória de um cavalo e, conseqüentemente, o dinheiro de muita gente. O jockey, **depois do cavalo**, é o instrumento mais importante numa corrida. É preciso saber conduzir o animal (TALHA, 1939, p. 36, grifo nosso).

O fragmento “é preciso saber conduzir o animal”, extraído do depoimento de Mário Oliveira, corrobora com o estudo de Bjarke Rink (2008) sobre a relação homem-cavalo e suas conseqüências históricas. Ao confirmar

o aspecto “físico” dos esportes equestres, este autor afirma que os mesmos provocam a plena atividade do cérebro humano, desafiando não somente os sentidos, a propriocepção, a flexibilidade e os movimentos, mas também a própria capacidade de liderar. A capacidade de tomada de decisões é o principal auxílio do ser humano para o conjunto cavalo-cavaleiro na equitação.

Um ser humano que comanda os movimentos de um animal pesando, em média, 500 kg, e que, para isto, necessita administrar, por meio de seu sistema nervoso, as ações de um cérebro como o do cavalo, estruturado para mobilizar um organismo muitas vezes mais potente do que o do homem, demonstra a importância de sua ação na prática equestre. Em outras palavras, não basta possuir um cavalo com ótimas qualidades para determinada prática esportiva; é necessário possuir um cavaleiro/amazona (jôquei/joqueta, no caso do turfe) que saiba conduzir tais virtudes do animal para um bom desempenho do conjunto no esporte.

No que se refere ao contexto brasileiro do turfe, tanto historicamente quanto no momento atual, a origem dos jôqueis e joquetas são, em sua maioria, de pessoas oriundas das classes populares (ADELMAN; MORAES, 2008). Desde os primórdios do turfe no Brasil, os primeiros jôqueis apresentavam uma origem humilde e a sua participação esportiva se instituía como o exercício de uma profissão, por meio da qual se poderia ascender socialmente (MELO, 1998). Por outro lado, a assistência, os proprietários de animais e os apostadores, em geral, pertenciam às camadas mais privilegiadas economicamente. Para estes, as representações desta prática associavam-se, conforme argumenta Rodrigues (2006), à distinção que ela poderia proporcionar não apenas para aqueles que a prestigiassem, com as suas elegantes e apuradas indumentárias, a exemplo dos eventos ingleses e franceses, mas também para a cidade que a promoveria. Em reportagem da *Revista do Globo* de 1939, pode-se verificar tal desejo de identificação com a elegância da sociedade e da cidade:

O turf constituiu sempre um dos mais elegantes esportes das grandes cidades, Paris, Londres, Buenos Ayres, Rio de Janeiro e outras fazem de seus hipódromos o ponto de reunião de sua elite, em que as figuras de relevo da política, das artes e do comércio fazem do turf o esporte predileto. (TURF, 1939, p. 36)

Especificamente em Porto Alegre, as tribunas oficiais dos hipódromos acomodavam um público tão conexo com as elites econômicas da cidade que, frequentemente, até o presidente do Estado prestigiava as disputas turfísticas e fazia-se ali presente também, como exemplificado em uma reportagem da *Revista do Globo* (A GRANDE..., 1929). Cabe ressaltar que o turfe, segundo Adelman e Moraes (2008, p.2-3), congregava um “trânsito entre ‘dois mundos’”, na medida em que, concomitantemente, constituía lazer para alguns e trabalho para outros. Enquanto as elites econômicas vislumbravam um local de diversão, distração e desfile de elegância e distinção nos hipódromos, as camadas mais populares/trabalhadoras os tinham como oportunidades de sustento e conseqüente ascensão social e econômica. De acordo com Damo (2002), a conformação esportiva do amadorismo e do profissionalismo no futebol seguiu determinados caminhos.

No processo de “democratização funcional”⁴¹ do futebol, com a entrada das classes trabalhadoras neste esporte, as elites econômicas passaram a perceber tais classes como uma ameaça abarcando questões de identidade e prestígio social. Damo (2002) mostra que as elites modificaram a prática do amadorismo para uma ideologia e se recolheram nas sociedades e ligas que lhes ofereceram base, enquanto que aqueles que preferiram, primeiramente, vincular-se ao profissionalismo, acabaram migrando para o domínio administrativo das ligas e clubes. De tal modo, foram capazes de se perpetuar, mesmo que como um grupo limitado e com autoridade política, assumindo a responsabilidade de projetar, desenvolver, regulamentar, por fim, raciocinar sobre o futebol. Esta análise mobilizou certa reflexão no âmbito do turfe.

Apesar de o turfe ter preservado seus valores aristocráticos – a prática como um fim em si mesmo – pelas classes mais privilegiadas economicamente, admitia profissionais⁴² (jóqueis, tratadores e treinadores de

⁴¹ A noção de “democratização funcional” é apresentada pela literatura especializada ao fazer menção ao ingresso das camadas operárias aos esportes modernos. Trata-se de uma ação de massificação/popularização/democratização dos esportes burgueses, simultâneo à estabilização do Estado e do avanço progressivo das cadeias de interdependência entre sujeitos e grupos (DAMO, 2002; ELIAS, 1992).

⁴² Até os dias atuais, a profissão de “jóquei” segue representando a oportunidade de sustento de muitas famílias. Além do fato de a remuneração ser relativamente baixa, este ofício ainda exige determinados atributos físicos, tais como: estatura de até, aproximadamente, 1m60cm, e peso máximo correspondente ao adequado para tal estatura. Uma reportagem do jornal *Zero*

cavalos) que necessitavam ser recompensados financeiramente pelo tanto que deixavam de receber em termos de remuneração ao trocar outros trabalhos pelo esporte. Isto demonstra mais um elemento de esportivização, com a especialização das funções do atleta/jóquei profissionalizando-se. Simultaneamente, os hipódromos eram administrados pela elite econômica, por meio de associações e entidades anônimas, as quais visavam, também, a lucros mercantis (ROZANO; FONSECA, 2005).

Em seus primórdios, tem-se que, para jóqueis e joquetas, ou seja, praticantes das camadas populares, o turfe representava e ainda representa uma atividade profissional. Vislumbra-se aí a possibilidade deste engajamento profissional conceber, para os jóqueis, a tentativa de uma mobilidade social vertical ascendente, caso estes jóqueis alcancem vitórias. Ou seja, ao conquistar prêmios, estes praticantes do turfe teriam uma oportunidade para circular entre categorias e classes sociais. Caso contrário, para os jóqueis que não atingem vitórias nas disputas, tal mobilidade não seria concretizada e estes permaneceriam na reprodução social. O jóquei sem conquistas segue permanecendo à classe popular, sendo simplesmente mais um praticante de turfe qualquer, que deve empenhar-se por meio de seu esforço físico para atingir reconhecimento e capital (econômico, social, simbólico).

Concomitantemente, para a assistência, integrante da classe alta e média alta, o turfe significa a possibilidade da prática pelo amadorismo, isto é, pelo puro prazer da prática em si, pelo lazer, considerando-o como cultura vivenciada no “tempo disponível”, conforme entendimento de Marcellino (2007). Constitui-se em mais uma estratégia mobilizada, assim, para a reprodução da ordem social, conservando-se ou apropriando-se de capital social e simbólico, especialmente. Tal fato pode estar relacionado, ainda, com o que Jesus (1999) relata acerca da sociedade brasileira no período de auge do turfe, a qual apresentava um forte preconceito no que se refere às atividades que exigiam

Hora exemplifica tal situação, apresentando um ex-jóquei que, por não ter cumprido com os requisitos físicos exigidos pelo esporte ao atingir a fase adulta, teve que abandonar a profissão, passando a ser carroceiro pelas ruas de Porto Alegre para poder prover a sobrevivência de sua família (JÓQUEI..., 2008, p. 29). Curiosamente, optou por seguir dependendo dos cavalos para trabalhar, apesar de, então, passar a utilizar estes animais para a tração de cargas.

esforço muscular: qualquer atividade física que fosse mais exigente era considerada como degradante da moral.

Na prática do turfe sul-rio-grandense, nas fontes localizadas, também se observam passagens que registram recordistas. Contudo, tais recordistas não são os jóqueis, mas sim os cavalos. Os periódicos semanais específicos do meio turfístico da cidade de Porto Alegre destacavam as conquistas dos animais, em especial no que se refere tanto à sua quantidade de vitórias como ao tempo necessário para percorrer toda a extensão da pista, o qual diminuía com regularidade, isto é, a noção de recorde. Este é o caso do semanário de turfe intitulado *Canter*. Em 1939, este periódico publicava, com ênfase, o fato de que o cavalo Maritain, o qual já havia desempenhado uma prodigiosa campanha em pistas argentinas, encontrava-se em solo porto-alegrense para a disputa do Grande Prêmio Bento Gonçalves, a prova mais importante do turfe sul-rio-grandense. Tamanho realce dedicado à presença deste animal devia-se, conforme a publicação, à participação do “Derrubador de recordes em São Paulo e no Rio” (G.P. BENTO GONÇALVES..., 1939, p. 81).

O treinador deste cavalo, na mesma edição do semanário, afirmou que “[...] Maritain derrubará mais esse recorde, que já é seu” (G.P. BENTO GONÇALVES..., 1939, p. 81), referindo-se ao alcance de uma marca por ele próprio estabelecida no ano de 1937 na pista de corridas do prado Moinhos de Vento. Este cavalo era conhecido dos *turfmen*⁴³ porto-alegrenses desde o final de 1937, quando era propriedade de sul-rio-grandenses. Neste referido ano, Maritain havia vencido o Grande Prêmio Bento Gonçalves, com uma facilidade notável, “[...] quando teve a oportunidade de estabelecer o recorde da maior distância corrida em nosso turfe” (G.P. BENTO GONÇALVES..., 1939, p. 82). Anos mais tarde, este cavalo foi vendido para um proprietário de São Paulo, onde começou um longo caminho de conquistas em disputas nos dois maiores hipódromos do Brasil, localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro. O desempenho deste cavalo corresponde a uma sequência de significativas vitórias alcançadas sobre animais de reconhecido valor nos principais centros turfistas do continente.

⁴³ Designação para todos que se envolviam com o turfe, como jóqueis, dirigentes ou unicamente como assistência entusiasta (MELO, 2007a).

O periódico *Suplemento*, também dedicado ao turfe, em 1939, anunciava a chegada de Maritain para o Grande Prêmio Bento Gonçalves como o “Derrubador de *Records*” (VEM CORRER..., 1939, p. 11). Registrava que no mês anterior à competição Maritain “[...] havia estabelecido mais um *record* para os 2.800 metros” (VEM CORRER..., 1939, p. 11). Como justificativa para esta atuação, referia sua condição de “[...] um dos cinco maiores ‘performers’ das pistas brasileiras, recordista na Gávea [Rio de Janeiro] e na Mooca [São Paulo], nos Moinhos de Vento [Porto Alegre] e laureado em nossa prova máxima [G.P. Bento Gonçalves]” (MARITAIN..., 1939, p. 8).

Tamanha importância direcionada ao cavalo também acabou manifestando-se dentre medidas adotadas pelo governo federal para o desenvolvimento do turfe. Desta forma, sob a justificativa de uma “transcendental importância para o ‘*elevage*’ rio-grandense” (VÃO..., 1950, p.13), é ainda na década de 1950 que uma resolução é publicada no jornal *Correio do Povo*, a qual foi tomada pela diretoria do *Jockey Club* do Rio Grande do Sul. Tratava-se de um enquadramento da entidade local à “Lei de Nacionalização do Turfe”, mais especificamente ao que se referia aos cavalos considerados de raça mestiça, os quais passariam a ser dispensados, definitivamente, de seus programas turfísticos. A partir disto, só poderiam correr, no Prado Moinhos de Vento, os cavalos mestiços que já estivessem atuando e os potros nascidos “nas duas últimas primaveras” (VÃO..., 1950, p.13). Possivelmente, contudo, tal medida almejasse o fortalecimento do mercado interno de animais, especificamente da raça puro sangue inglês, enfatizando, assim, o desenvolvimento profissional e mercadológico no meio turfístico sul-rio-grandense e nacional.

Outra medida anunciada pelos jornais ainda no início da década de 1950, e que também apresentava, como fim precípuo, o desenvolvimento da raça cavalgar de corrida no Brasil e, conseqüentemente, o fortalecimento do turfe não só como um esporte, mas ainda como um espaço de negócios, foi o fomento ao transporte aéreo internacional de cavalos de corrida. Neste período, já existia uma linha regular de transportes, conectando Buenos Aires, na Argentina, a Miami, nos Estados Unidos da América, com escalas por Montevideú, no Uruguai, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belém, no Brasil, e San

Juan, em Porto Rico. Embora fossem poucas as possibilidades de se exportar animais para o estrangeiro, uma vantagem era oferecida por esta linha, pertencente à *Panamerican Airways*. Por meio desta, o turfe sul-rio-grandense poderia trazer animais da Argentina e do Uruguai (TRANSPORTE..., 1950).

Ainda na década de 1950, passa a ser anunciado o início das obras no então novo hipódromo do *Jockey Club* do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Para tal, conforme reportagem do *Correio do Povo* foi necessário iniciar pelo 'enrocamento', isto é, formação de uma barreira de pedras, do rio Guaíba, na parte fronteira destinada ao hipódromo, o qual já era anunciado como muito mais amplo que o anterior. Os trâmites eram noticiados como ocorridos entre a diretoria e presidência do *Jockey Club* no período e o então Ministério da Viação e Obras Públicas (SERÃO..., 1950).

A fim de tratar de importantes assuntos relativos ao novo hipódromo, foi, inclusive, composta uma comissão pró-construção do hipódromo, a qual tinha suas reuniões realizadas no *Jockey Club* e anunciadas, até mesmo, no *Correio do Povo*. Ela era composta, entre outros, pelo presidente do *Jockey Club* na ocasião, Daniel Krieger, e por Breno Caldas, um importante jornalista (COMISSÃO..., 1950). O Hipódromo do Cristal só viria a ser inaugurado, porém, quase uma década depois, em 1959.

Ao analisar-se o turfe no Rio Grande do Sul, portanto, pode-se afirmar que se trata de uma prática esportiva equestre que paulatinamente foi passando por um processo de profissionalização. Desde a organização dos primeiros prados da cidade, observam-se manifestações das características propostas pelo autor para classificar uma prática como tal. Como anteriormente havia ocorrido com as carreiras de cancha reta, a utilização do cavalo no lazer é apropriada, mas desta vez conformando um esporte profissional: o turfe.

Com o advento das loterias e outros jogos de azar do governo federal, operados pela Caixa Econômica Federal aproximadamente a partir da década de 1970, os hipódromos perderam apoio político e foram atropelados por tal concorrência. Em meados de 1970, as corridas de cancha reta não eram mais tão admiradas como já tinham sido. Então, a maioria abandonou a prática. Além disso, as canchas, que eram de um conjunto de sócios, começaram a ter

problemas com a divisão de lucros, que também começavam a ser pequenos com a redução do público.

3.7 Esportivização das carreiras de cancha reta: interdependência com o turfe

Após a apreensão de cada um dos domínios socializadores – carreiras de cancha reta e turfe –, este subcapítulo reforça o argumento acerca da interdependência entre ambos. De forma especial, procurou-se abordar o modo como as ações e as experiências ocorridas no turfe sul-rio-grandense, ao interpenetrarem o cenário das carreiras de cancha reta, não somente formaram um tipo de configuração cultural, como propiciaram um rearranjo entre a relação de forças entre elas. Assim, este equilíbrio evidenciou uma pendência para uma experiência de socialização das carreiras de cancha reta que resultou em um processo de esportivização e profissionalização das mesmas.

A partir da década de 1950, quando a verticalização de Porto Alegre aumenta significativamente (COSTA, 1997), as carreiras de cancha reta retornam, paulatinamente, quase que exclusivamente à periferia da cidade. Esta prática passou a ocorrer, assim, sobretudo nas proximidades do município de Viamão, em centros de treinamentos equestres.

Deste modo, o ritmo de disseminação desta prática pelo interior do Estado passa a ser incrementado a partir deste momento. Atualmente, o Rio Grande do Sul configura-se como o estado que concentra o maior número de canchas retas do Brasil (MENEGETI, 2013), possivelmente em função da profunda conexão cultural das atividades dos sul-rio-grandenses junto aos cavalos e da consequente antiga ocorrência desta prática em suas terras. Tais locais são denominados, hoje, não mais simplesmente ‘canchas’, mas, sim, de jóqueis-clubes, além de operarem legalmente e terem suas instalações inspecionadas desde 2013, algo que nunca havia ocorrido até então. Estes dados podem sugerir um rompimento com a ideia de que os domínios socializadores das carreiras de cancha reta e do turfe, bem como seus sujeitos, fossem antagônicos. Em detrimento disto, tais informações podem indicar e salientar a relação de interdependência destes domínios e de seus sujeitos, em

uma socialização que, até mesmo, propiciou a incorporação de termos do turfe no contexto das carreiras de cancha reta.

Tal indício pode seguir denotando alterações nesta prática, conforme o passar do tempo, as quais a direcionam para uma racionalidade e especialização cada vez mais proeminentes. A fiscalização das atividades, inclusive, passou a conferir maior credibilidade às corridas, assegurando o bem-estar dos equinos envolvidos nesta prática com elementos de esportivização, além de regularizar a situação que envolve as apostas.

Para obterem o alvará que dá direito à operação, inclusive de cobrança de apostas, os hipódromos devem acatar a uma série de requisições que abarca infraestrutura, controle *antidoping* e comprimento de pista de, no mínimo, 700 metros na reta (MENEGETI, 2013). Notam-se paulatinas alterações que direcionam as canchas retas para uma proximidade cada vez maior com o esporte. As cartas-patente são aprovadas muito lentamente.

Nos últimos oito anos, por exemplo, somente três hipódromos foram autorizados. Atualmente, assim, nas pistas regularizadas e sujeitas ao Código Nacional de Corridas, os cavalos necessitam permanecer confinados entre seis e oito horas antes da prova, sem contato algum com proprietários, tratadores ou jóqueis, a fim de impedir o *doping*. Além de todo este cuidado, para expandir a credibilidade das provas, precisa existir uma comissão de corrida composta por cinco membros que ajuízam as corridas.

Compete ainda, aos hipódromos, anotarem o desempenho dos concorrentes, bem como tornarem as informações acessíveis aos interessados, para que saibam o seu retrospecto. Estas novas características incorporadas ao cotidiano das carreiras de cancha reta apontam para a coexistência destas com o turfe enquanto uma configuração. Por sua vez, constitui uma forma de afirmar que a relação estabelecida entre tais práticas mostrou-se, por um lado, como uma relação de aliadas, ao promoverem o desenvolvimento das corridas de cavalos, e, por outro lado, como uma relação de adversários, ao constituírem mercados distintos, apesar de interdependentes.

Conforme Menegheti (2013), sustentar uma estrutura regularizada, desde os últimos anos de desenvolvimento das canchas retas, custa caro no Brasil. A conservação do *Jockey Club* do Rio Grande do Sul, um hipódromo da

prática esportiva do turfe, de circuito fechado e de categoria B, situado em Porto Alegre, custa por volta de R\$400 mil mensais. Em função disto, muitas das canchas retas existentes no Estado enquadram-se no que se pode chamar de limbo jurídico: trabalham com apostas, porém não acatam a legislação.

Afora a estrutura citada, é preciso atentar à autorização de circulação dos animais, possuir no mínimo um serviço veterinário e realizar uma série de exames que comprovem a imunidade a zoonoses. Porém, na prática, a inspeção é precária, também em razão das dezenas de pistas existentes no interior do Estado. Apesar disto, tais ações podem seguir apontando para uma burocratização cada vez maior das carreiras em cancha reta e, conseqüentemente, para a possibilidade de constituírem uma prática esportiva nos termos compreendidos por Elias e Dunning (1992), quais sejam, essencialmente, a finalidade do prazer pela prática em si para a composição de um esporte moderno. Portanto, relações de continuidade vão sendo identificadas entre carreiras de cancha reta e turfe, podendo determinar uma gama variada de experiências de socialização no ambiente específico de cada uma, bem como no espaço comum entre ambas.

Para se ter uma ideia do que mobilizaram as corridas de equinos no Estado nos últimos anos, somente as duas maiores canchas retas do Rio Grande do Sul com carta patente adequada (Carazinho e Alegrete) moveram mais de R\$2 milhões em apostas em 2012 (MENEGETI, 2013). Apenas Carazinho foi responsável por R\$1,8 milhão. Contudo, esta circulação já foi bem maior. O setor está em colapso se comparado com o que já foi um dia. Prova disso é que são escassos os hipódromos no Estado cuja circulação em apostas, extraindo os custos, resulta em arrecadação acima de R\$47.500,00. Hoje, é incomum existir faturamentos maiores do que este.

Assim, bem diferentemente de seus primórdios, o saldo do faturamento das canchas retas, desde há alguns anos, é constituído pela adição do dinheiro das apostas mais as inscrições dos proprietários dos animais. Funciona, atualmente, como um remate. É leiloado o resultado do cavalo na competição, do lance maior para o menor. Quem adquire o maior lance, recebe se o cavalo for o vitorioso. Outra característica, é que o setor é umbilicalmente ligado à atuação do agronegócio no Estado. Se for bem, as apostas são maiores e vice-

versa. Amostra disso é que existiu uma temporada em que as inscrições e as premiações eram feitas em produtos como o ouro, soja e boi, nas chamadas penca⁴⁴, as disputas nas canchas retas. A premiação da oleaginosa, que ocorria no *Jockey Club* de Carazinho, foi a mais celebrada. Segundo Menegheti (2013), dessas, as únicas existentes são a do arroz e do boi. De tal modo, podem-se pensar, também, as relações entre os domínios destas práticas e a conjuntura político-econômica mais ampla. Pode-se analisar, assim, que tais práticas equestres, em uma relação dinâmica criada pelo conjunto de seus integrantes, seus recursos e suas trajetórias particulares, mantiveram-se estreitamente alinhadas com o cenário de desenvolvimento do estado.

Outra importante alteração que se detecta nas últimas décadas nas canchas retas refere-se à raça equina predominante nas disputas. Se em seus primórdios era a raça Crioula que dominava as raias, atualmente, a raça Puro Sangue Inglês (PSI), primeiramente empregada no turfe no país, é que tem sido soberana no contexto desta prática no Estado. Ainda que a raça Quarto-de-Milha leve vantagem em curtas distâncias, o PSI ainda é o favorito nas canchas retas do Rio Grande do Sul. A cidade de Bagé, inclusive, é a meca da raça na América Latina (MENEGETI, 2013).

Para se ter uma ideia do valor deste município para as canchas retas, conforme informações da Associação Brasileira dos Criadores e Proprietários do Cavalo de Corrida (ABCPC), das 3.000 éguas reprodutoras em atividade no Brasil, 1.800 estão nos haras desta cidade. Dos 1.900 nascimentos de exemplares puros por ano, 70% vão correr no turfe e 30% seguem para as canchas, de acordo com Menegheti (2013). É evidenciada, assim, uma dinâmica criada pela relação que os sujeitos constroem na totalidade do cenário das corridas de cavalos no Rio Grande do Sul. Estas ações e experiências é que foram conformando um jogo simbólico entre sujeitos e entidades que acabou, por um lado, aproximando as duas práticas ao contarem com a participação de um mesmo tipo de cavalo, mas, por outro lado, afastando-as pela concorrência pelos melhores animais.

⁴⁴ As corridas de carreira apresentavam duas modalidades: disputa de dupla (parelha) ou penca/califórnia (três animais ou mais) (ESPINILLO, 2001).

O país, inclusive, consiste em um dos raros lugares onde se faz pressão de seleção genética para criar exemplares capazes de desenvolver ampla velocidade. Este é o motivo, portanto, pelo qual existem tantos interessados na genética brasileira. O animal mais caro da raça já comercializado no Brasil chegou a USD 200.000,00, a égua *She Wants*, ganhadora de quatro provas entre os prados de Cidade Jardim (SP), Gávea (RJ) e Tarumã (PR), de criação de um haras sul-rio-grandense (MENEGETI, 2013).

Ao tratar-se de cavalos PSI, é possível que campeões das canchas retas tenham sucesso, posteriormente, no turfe, e vice-versa. No caso de *She Wants*, há quatro anos, ela foi eleita a melhor em cancha reta do país. Normalmente, a carreira de um cavalo de corrida tem início aos dois anos de idade e perdura por duas ou três temporadas. Conforme a sua atuação, vai servir como reprodutor ou matriz (égua reprodutora). Tem-se, assim, mais uma evidência da profissionalização e do conseqüente mercado estabelecidos pela dinâmica da configuração das entidades turfísticas e de cancha reta, bem como de seus sujeitos e de sua socialização.

No comércio de produção de campeões, é habitual, ainda, que haras brasileiros tragam campeões das pistas dos Estados Unidos, Europa e Emirados Árabes. Um desses campeões mítos foi o reprodutor estadunidense Artax (Marquetry), que estava alojado em um haras sul-rio-grandense. Artax, que correu entre os dois e os quatro anos nos Estados Unidos, amealhou sete conquistas, abarcando a almejada prova da *Breeders Cup Sprint*, no percurso de 1.200 metros em pista de areia, tornando-se, de tal modo, o primeiro e único ganhão campeão desta prova a servir na criação brasileira. Artax competiu três anos ainda no Brasil. Dentre as gerações de 2010 e 2011, possui cerca de 280 filhos, conforme Menegheti (2013).

É configurado, assim, um jogo que profissionaliza e gera um mercado em torno das corridas, sejam elas em uma pista reta ou elíptica. Diferentes pressões e coações que cada uma dessas práticas equestres sofre uma em relação à outra se apresentam como pressões que têm origem na relação de interdependência, no jogo de ação e reação entre seus sujeitos, que se pressionam, inclusive, pela conquista do animal com maiores chances de proporcionar vitórias ao conjunto cavalo-jóquei.

Porém, o Brasil não só importa campeões, mas também exporta exemplares. Em média, 180 cavalos são enviados para o exterior, entre eles para correr nos Estados Unidos, na Europa e nos Emirados Árabes. Contudo, os principais mercados dos produtos PSI do Brasil são o Uruguai, a Argentina, os Estados Unidos, o Oriente Médio e a África do Sul, de acordo com dados da ABCPCC (MENEGETI, 2013).

Desta feita, ocorrem, anualmente, sete leilões de cavalos Puro Sangue Inglês (PSI) velocistas, especializados em cancha reta, no Rio Grande do Sul. Isso representa a entrada de um número aproximado de 500 exemplares no mercado. Apesar de não haver um levantamento oficial, estima-se que eles vão competir em um número de 150 a 200 canchas retas estaduais. Os primeiros meses do ano no Brasil são considerados a entressafra da raça, uma vez que a reprodução e os nascimentos do PSI acontecem de julho a dezembro. Segundo Menegheti (2013), a cada temporada, portanto, entram em ação os cavalos nascidos dois anos antes. Identifica-se que há uma tendência para certo equilíbrio de forças entre o mercado dos domínios socializadores das corridas de cavalos no Rio Grande do Sul, uma vez que a interdependência funcional entre estas é uma condição para o exercício e continuidade do processo de socialização, desenvolvimento e fortalecimento das mesmas.

Aproximadamente, de 800 a 1000 garanhões e éguas PSI correm no Rio Grande do Sul a cada temporada. Como a carreira de um puro sangue nas raias é relativamente curta, chegando, no máximo, a três anos, ao fim de temporada, sobram somente 30% dos velocistas. Daí advém a necessidade de reposição constante (MENEGETI, 2013).

Apesar disto, muitos afeiçoados em canchas retas e proprietários de animais não consideram a atividade como um investimento, mas como um *hobby*. Ao pensar, assim, a relação entre os domínios socializadores das canchas retas e do turfe (e seus sujeitos) com base no conceito de configuração, buscou-se compreender o equilíbrio não só de poder entre estes, entendendo este poder enquanto relação, como uma característica das relações entre grupos e instituições ligadas às corridas. Também foi possível identificar o equilíbrio almejado entre profissionalização e lazer por estes grupos, especialmente daqueles vinculados às carreiras de cancha reta. Isto

pode sugerir uma ruptura e uma continuidade simultâneas no processo de desenvolvimento e transformações das canchas retas; houve, portanto, um direcionamento para o prosseguimento do caráter de lazer e diversão destas corridas, especialmente para a assistência e para os proprietários de animais, apesar da ruptura em busca da profissionalização.

Assim, nos últimos anos, o compromisso anual mais importante tem sido a penca organizada pelo Haras Ponta Porã, em Carazinho, no *Jockey Clube Carazinhense*, nos primeiros meses do ano. Nesta, correm de 12 a 13 animais no primeiro dia de competições e quatro finalistas no segundo dia. As corridas mais apreciadas são as dos inéditos, promessas que ainda não se consolidaram. Os proprietários 'ocultam' seus cavalos até o dia da corrida. Normalmente, os exemplares são adquiridos aos dois anos, entram em doma e, aos dois anos e meio de idade, começam a correr. Uma vez que o garanhão ou a égua ganham uma, duas, três corridas, fica complicado conseguir competidores sem ceder determinado tipo de vantagem. Na cancha reta, costuma-se aceitar que o jóquei seja de 2 a 4 quilos mais pesado, conforme Menegheti (2013), o que constitui algo bem particular do contexto desta prática, bem diferente da conjuntura do turfe, em que o cuidado com a igualdade de condições do peso carregado pelos cavalos é cuidadosamente gerido.

Uma vez que os potros são domados, partem para o treino, começando com 200 metros, 400 e logo acabando com 500 metros. Cavalos que correm nas canchas retas são mais exigidos do que os de turfe. Um exemplar de 500 quilos que chega a uma velocidade de 60 quilômetros por hora suporta um impacto de quatro toneladas na curva. Cavalos de cancha reta apresentam mais explosão muscular e devem desenvolver extraordinária velocidade em 400 metros, 500 metros (MENEGETI, 2013).

Os prováveis campeões são indicados pela filiação e pelo tipo; contudo, às vezes, acontecem enganços, tanto para o bem quanto para o mal. Foi o caso, por exemplo, da égua 'Espetacular Dance', a qual foi eleita só para motivar outra fêmea nos treinamentos. Porém, aconteceu o oposto. Ela despontou como um animal muito mais veloz; tanto é que, no seu primeiro compromisso,

ganhou o prêmio da competição Turfe Gaúcho⁴⁵ do *Jockey Club* do Rio Grande do Sul. Com essa atuação, 'Espetacular Dance' seguiu para o Rio de Janeiro para correr naquele hipódromo, de acordo com Menegheti (2013). Mais uma vez, assim, pode-se pensar, a partir desta conjuntura, a relação entre as práticas de corridas de cavalos (e seus sujeitos) com base no conceito de configuração. A partir dos recursos de cada grupo e instituição (cavalos, jóqueis, proprietários, treinadores, prados, assistência, etc.) poderes entre estes vão constituindo-se em seus espaços de socialização, ocasionando uma dinâmica e permanente busca por equilíbrio de forças nessa configuração, permitindo, inclusive, o trânsito de cavalos entre as pistas de ambas as práticas: canchas retas e turfe.

Ao longo dos últimos anos, o Rio Grande do Sul tem se configurado como o estado em que há o maior número de prados com cartas patentes no país. Para se ter uma ideia, é responsável por sete das 17 licenças do Brasil. Existem três hipódromos de volta fechada – Porto Alegre (categoria B), Pelotas (categoria C) e Cachoeira do Sul (categoria D) – e quatro de cancha reta: Carazinho (B), Alegrete (C), Bagé (B), que não está realizando corridas, e Júlio de Castilhos (C) (MENEGHETI, 2013).

Dentre os regularizados, o de Carazinho é disparado o mais importante no contexto da cancha reta, estimado como o de maior expressão na América Latina. Contudo, sem a autorização do Ministério da Agricultura, atualmente, há uma abundância de pistas. Somente para exemplificar, ao longo dos últimos anos, foram se constituindo as seguintes canchas: São Borja, Uruguaiana, Jaguarão, São Jerônimo, Marau, Morro Redondo, Rio Pardo, Pantano Grande e Butiá, dentre muitas outras. Nos distritos de Alegrete, por exemplo, acontecem de três a quatro carreiras, no 'mano a mano'⁴⁶, que chegam a congregar 2.000 pessoas a cada fim de semana. Ainda hoje, portanto, constitui o divertimento do sul-rio-grandense, segundo Menegheti (2013). Portanto, ao

⁴⁵ Esta prova é considerada uma 'penca'. Esta denominação foi trazida pelos povoadores ibéricos, estabelecendo-se, no cone-sul da América, particularmente onde viviam os sul-rio-grandenses (ESPINILLO, 2001). O Turfe Gaúcho, disputado no Hipódromo do Cristal, é destinado a cavalos de dois anos, inéditos nas pistas. O percurso é feito em galope plano, entre raias individuais, em linha reta, na distância de 700 metros, em pista de areia. Ocorrem, primeiramente, as eliminatórias e, após o intervalo de duas semanas, é corrida a prova final.

⁴⁶ Expressão correntemente utilizada no idioma espanhol para descrever qualquer tipo de competição entre duas partes as quais tentam superar uma à outra.

identificar os arranjos particulares, bem como as vivências específicas destes sujeitos nesta prática singular das canchas retas, tem-se que o processo de alterações nesta prática cultural, ao longo de distintas contextualizações temporais e históricas no Estado, foi associado à esfera do lazer.

Enquanto campo permitido e controlado da vida social, conforme Marcellino (2006), o lazer e a significativa opção entre os sul-rio-grandenses por preenchê-lo com as carreiras de cancha reta, faz com que a agenda no Estado seja intensa, com pencaas ocorrendo todos os fins de semana. A primeira grande prova anual é o Turfe Gaúcho, de 700 metros de pista, o qual acontece já desde 1969, com raias individuais para cada animal. A segunda prova de vulto é a mais importante. Acontece, geralmente, em março, em Carazinho, no Haras Ponta Porã, o qual promove uma penca onde correm de 12 a 13 cavalos na eliminatória e três a quatro 'bólios' na final, com premiação total de R\$ 300.000, 00. Na sequência, vêm as pencaas na Fazenda Rio Grande, no Paraná, Alegrete, Tupanciretã, São Borja, Lajes, em Santa Catarina, Palmeira das Missões, culminando na penca dos campeões, que acontece em outubro (MENEGETI, 2013).

Mas, ainda que o Rio Grande do Sul consista na referência em cancha reta no país, o haras mais importante na atualidade é o Ponta Porã, na cidade de mesmo nome, em Mato Grosso do Sul. O número de matrizes, 250, aloca o estabelecimento como o segundo maior do mundo em produção – um total de 150 exemplares anualmente. E não jazem somente na quantidade os feitos do haras. De 20 pencaas mais importantes que ocorrem no país, o Ponta Porã chega a fazer 15 vencedores. Com mais de 40 anos de atuação, os proprietários viram os domínios do PSI diminuir. Nos anos 1970 e 1980, existiam cerca de 1000 criadores. Atualmente, são 300. No Brasil, o Ponta Porã chegou a produzir 8000 potros em uma temporada. Hoje, estão em 1900. Os grandes criadores conseguem sobrepujar as crises, enquanto que, os pequenos, importantes para o mercado, permanecem no meio do caminho. A cancha reta tem sido, assim, o forte da demanda da genética do Haras Ponta Porã, conforme Menegheti (2013). De tal modo, também diante desta contextualização temporal e histórica, é que se faz possível apreender o jogo de forças que embasa, mais especificamente, a relação entre os proprietários

de animais e a prática das canchas retas, tendo estas enquanto apoio e sustentáculos para um processo mais amplo de profissionalização e mercantilização em torno das mesmas.

Nesta mesma direção, ao considerar a lei sancionada em janeiro de 2014, pelo então governador do estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, e de autoria do deputado estadual Edegar Pretto, a qual declarou as carreiras em cancha reta como um bem integrante do Patrimônio histórico e cultural do estado (CARREIRAS..., 2014), é possível que o impacto e as consequências dessa proposta atinjam objetivos para além do discurso sobre representação e identidade cultural. Com base no desenvolvimento rumo à profissionalização resultante do equilíbrio conjuntural das carreiras de cancha reta, sugere-se que as relações funcionais aí mantidas possam apresentar, como objetivo do reconhecimento destas corridas como patrimônio cultural, uma valorização mercadológica das mesmas. A comemoração oficial ocorreu em fevereiro de 2014, na Cancha da Caneleira, no 5º Distrito de Piratini. O então secretário de Estado da Cultura, Assis Brasil, representou o governo no evento que reuniu centenas de pessoas na primeira corrida dentro da nova lei, e declarou: “É muito bom quando uma lei não vem para dizer o que a comunidade deve fazer, mas sim que o que a comunidade faz é tão bom que merece ser apoiado por uma lei” (CARREIRAS..., 2014, p.1).

Ele lembrou, que a carreira em cancha reta é tão importante que se constitui no centro da lenda mais significativa do Rio Grande do Sul: a lenda do Negrinho do Pastoreio. “As carreiras geram uma sociabilidade, congregam pessoas de todas as idades; só este caráter agregador já justifica esta lei. Saio daqui enriquecido emocionalmente ao ver consolidada uma das expressões mais importantes do Rio Grande” (CARREIRAS..., 2014, p.1). A disputa em 400 metros levou o nome do autor da lei: Grande Prêmio Edegar Pretto.

O deputado agradeceu e contou que a construção do projeto atendeu à demanda da comunidade e dos movimentos tradicionalistas da região. “A lei foi aprovada por unanimidade e se constitui em um patrimônio pela forma como se organiza nos municípios” (CARREIRAS..., 2014, p.1). O então prefeito de Piratini, Wilson Gomes, agradeceu a sensibilidade do governador Tarso Genro ao sancionar a lei, e afirmou que o mesmo “mostrou que é um homem

realmente republicano por valorizar algo que há muito tempo faz parte da nossa história cultural” (CARREIRAS..., 2014, p.1). Dentro desse horizonte, contudo, é possível questionar se o propósito e o interesse que permeia esta política de preservação das carreiras de cancha reta enquanto patrimônio cultural não estaria refletindo a proximidade de um direcionamento político que a nortearia a um universo econômico de consolidação do capitalismo.

Desta feita, Wilson Gomes também agradeceu a parceria que o município de Piratini tem ao nível estadual e federal. “Nunca se fez tanto por Piratini em toda a história do município. Hoje, é um dia histórico”, concluiu o prefeito. Também presente no encontro, o deputado federal Dioniso Marcon destacou a importância da união de uma comunidade em busca de um objetivo comum, declarando que “quando a comunidade se une na busca de um sonho a conquista é certa” (CARREIRAS..., 2014, p.1). O Rio Grande do Sul possui, hoje, 750 canchas retas de carreira. Trata-se de uma prática equestre que desenvolve uma cadeia econômica no setor da veterinária, alimentação animal, além de gerar empregos para tratadores, treinadores e jóqueis.

3.8 Apontamentos finais

Ao analisar a presença do cavalo no Rio Grande do Sul, tem-se que a mesma remonta à própria formação do estado. Desta forma, nos espaços e tempos de lazer e esporte dos sul-rio-grandenses, as práticas equestres das carreiras de cancha reta e do turfe apresentaram-se como domínios que configuraram uma forma permanente e dinâmica de relação social com base na coexistência de ambas. No contexto do Rio Grande do Sul, assim, aproximadamente desde a segunda metade do século XIX, na área do lazer da população, destacavam-se as corridas de cavalo, especialmente aquelas conhecidas por “carreiras em cancha reta”.

O hábito das carreiras, portanto, ao passar a permitir a presença de espectadores, começa a apresentar um invariável volume de dinheiro envolvido no jogo com as apostas, acabando por transformar-se, também, em uma atividade de negócio e sociabilidade. A partir disto, os sujeitos interligados no panorama desta prática cultural estabeleciam um equilíbrio conjuntural conveniente, o qual permitiu levar a apreender as relações funcionais mantidas

entre si para a conquista de tal estabilização. Ao longo de sua trajetória, contudo, esta prática desenvolveria elementos de esportivização.

Com o advento das corridas em pistas circulares, o turfe, além do fato de que as corridas de cavalos passaram a constituir espetáculos ainda mais emocionantes, levou a um aumento na afluência, passando a exigir locais mais adequados para o público: os prados. Contudo, as carreiras de cancha reta não só não deixaram de existir, como passaram a ocupar e compartilhar destes novos espaços com o turfe. Isto permite apreender que as relações singulares e particulares das diferentes práticas estabeleceram uma configuração específica entre ambas, a qual comportava as forças entre os sujeitos e instituições de cada uma, tal como variações de combinações entre si.

Esta configuração cultural emergida a partir da existência de cada uma destas práticas - carreiras de cancha reta e turfe -, estabelece tipos de relações em teia, isto é, interdependentes entre ambas, tais como, por exemplo, um mercado de criação de uma raça de cavalos apropriada às duas práticas (o puro sangue inglês), frequentadores e apostadores comuns, proprietários de animais comuns às duas práticas e até mesmo prados destinados a tais práticas simultaneamente; portanto, desta forma, a própria coexistência das carreiras de cancha reta e do turfe, até os dias de hoje, exemplifica bem tais relações instituídas, as quais se sucedem constantemente. A partir da disseminação das carreiras de cancha reta pelo Estado, contudo, acaba por difundir uma identidade social sul-rio-grandense por meio das representações destas práticas culturais como populares e típicas do Rio Grande do Sul, as quais são negociadas em referência àquelas do turfe, sistemáticas e europeias.

Esta prática equestre esportiva do turfe, por sua vez, transformou-se em um dos principais espetáculos esportivos no início do século XX no Estado. Portanto, para além da utilização do cavalo para o lazer, especialmente no contexto das carreiras de cancha reta, emerge, no Rio Grande do Sul, a prática esportiva do turfe, a qual, ao longo de seu desenvolvimento, passou por um processo de profissionalização. Deste modo, estes domínios socializadores das carreiras de cancha reta e do turfe estabelecem uma coexistência em uma relação de interdependência. Resulta, assim, que ações e experiências ocorridas no turfe sul-rio-grandense, ao interpenetrarem o cenário das carreiras

de cancha reta, não somente formaram um tipo de configuração cultural, como propiciaram um rearranjo entre a relação de forças entre elas. Assim, este equilíbrio evidenciou uma pendência para uma experiência de socialização das carreiras de cancha reta que resultou em um processo de esportivização e profissionalização das mesmas, características de desenvolvimento identificadas, também, em práticas esportivas que foram desenvolvidas posteriormente no estado, tais como a prática do hipismo.

4 A PRÁTICA DO HIPISMO ENQUANTO UM ESPAÇO PLURAL

O cavaleiro de salto atua como um general impetuoso, cuja estratégia para a vitória é a velocidade e o avanço implacável sobre qualquer obstáculo à sua frente. (RINK, 2008, p. 85)

4.1 Introdução

A prática do hipismo, no Rio Grande do Sul, por volta da segunda década do século XX, apresenta a predominância de um pioneirismo militar, seguida de um paulatino processo de expansão de sua abrangência. Desta forma, apesar de inicialmente mais restrita ao âmbito militar, seu acesso expande-se à parcela civil da população sul-rio-grandense. Assim, neste capítulo, buscou-se evidenciar a organização e desenvolvimento do hipismo, em especial da prática do salto⁴⁷, bem como sua interdependência entre os ambientes militares e civis no estado. A partir disto, procurou-se revelar uma transposição de obstáculos identificada desde a institucionalização das primeiras associações e entidades hípias no estado do Rio Grande do Sul, na década de 1920, e o espaço plural estabelecido entre estes ambientes e os regimentos de cavalaria, originando, nesta confluência, múltiplas relações sociais dinâmicas. A composição de tal panorama, futuramente, possibilitaria a emergência de atletas e cavalos olímpicos (PEREIRA; SILVA; MAZO, 2015a).

De tal modo, semelhante às origens mais gerais desta prática esportiva em nível mundial, este alto grau de desenvolvimento e rendimento do hipismo descortina-se em um estado brasileiro em que os espaços de caserna apresentaram-se como promotores primordiais deste esporte com o intuito de melhor preparar e condicionar cavalos e cavaleiros para exercer seus serviços de guarda, vigilância e segurança. A partir disto, a conquista de espaço por parte dos civis no contexto desta prática, no Rio Grande do Sul, instituiu relações entre estes e os militares, assim como entre suas respectivas entidades, posicionando-os distintamente em função de sua visibilidade e recursos disponíveis para legitimar-se neste círculo.

⁴⁷ O salto é a modalidade mais divulgada do hipismo (VIEIRA; FREITAS, 2007).

Com o intuito de pesquisar a hipótese de que a prática do hipismo compôs-se como um espaço plural entre instituições e sujeitos militares e civis, este capítulo está organizado em 12 subcapítulos. Tais seções procuram expor a argumentação, em um primeiro momento, por meio da identificação dos momentos iniciais do hipismo no Rio Grande do Sul, os quais ocorreram dentro dos muros da caserna e, mais especificamente, da Cavalaria da Brigada Militar. Além disto, também são apresentadas as competições militares que criaram e mantiveram relações entre turfe e hipismo, instituindo, a partir daí, uma configuração. Em seguida, exploram como, após tal fortalecimento do hipismo sul-rio-grandense, tem-se a abertura do espaço hípico para os civis.

4.2 O hipismo dentro dos muros da caserna

Este subcapítulo versa acerca dos primeiros momentos de instituição e desenvolvimento da prática do hipismo no Rio Grande do Sul, os quais se estabeleceram no interior dos ambientes militares, tais como da Polícia Militar e do Exército Brasileiro. Assim, buscou-se evidenciar que, em meio à rápida modernização do estado na primeira metade do século XX, emergiram regimentos de cavalaria e associações esportivas, ou seja, sociedades, ligas, clubes e federações dedicadas à organização ou promoção de atividades ligadas a uma ou mais práticas esportivas, as quais, paulatinamente, passariam a ser orientadas como um meio para a constituição de corpos dispostos a tratar a representação capitalista como valor ético primordial. Tais práticas passam a enfraquecer as carreiras de cancha reta e do turfe. Apesar de outrora, na última década do século XIX, as corridas de cavalos terem representado uma das principais formas de lazer da população da capital, já não mais condiziam com a nova ordem que se aproximava: o moderno, o urbano, a força no físico humano e não mais o arcaico, agrário e patriarcal e representativo da força animal (PEREIRA; MAZO, 2014c).

Assim, o hipismo e, mais especificamente, o salto hípico, no Rio Grande do Sul, apresenta um processo de desenvolvimento, desde sua emergência, muito semelhante ao observado no contexto histórico mundial desta prática. Isto porque seus primórdios estão vinculados aos âmbitos militares no estado,

mais especificamente à Brigada Militar⁴⁸ (Polícia Militar do Rio Grande do Sul) (4º RPMon, 1916), na segunda década do século XX, a primeira entidade a promover este esporte em Porto Alegre, capital sul-rio-grandense. A prática do salto do hipismo imprimia seus primeiros passos no estado, deste modo, por meio da denominada Escolta Presidencial, a qual atuava desde 1913 como um destacamento mantido na sede do governo, o Palácio Piratini (GOULART, 2016). Contudo, em 25 de janeiro de 1916, o então presidente do Rio Grande do Sul, Salvador Ayres Pinheiro Machado, por meio do Decreto-Lei n. 2.172, transformou a chamada Escola Presidencial em uma nova unidade da Brigada Militar, autônoma e independente desta.

A Escolta Presidencial, então, tinha por missão principal exercer o serviço de guarda, vigilância e segurança do Palácio do governo do Estado e realizar a segurança pessoal do Presidente da Província – atual governador do Estado. O primeiro comandante desta nova unidade foi o capitão Lourenço Galante, que, auxiliado por um tenente e um alferes, esteve à frente de um efetivo composto por 87 homens. E, a fim de melhor preparar e condicionar seus cavalos e cavaleiros para exercer tais funções de policiamento ostensivo montado, esta Escolta desenvolvia a prática do hipismo neste contexto militar na capital do Estado.

Os integrantes desta milícia sul-rio-grandense, que executavam tais tarefas, eram denominados *Dragões Farroupilhas* e pertenciam, originariamente, ao esquadrão destacado do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, situado na cidade de Santa Maria, no interior do Estado do Rio Grande do Sul (4º RPMon..., 2009). Através desta alcunha, verifica-se o caráter de força e regionalismo que caracterizava estes cavaleiros militares.

⁴⁸ Conforme reportagem da *Revista do Globo* (CANTO, 1952), no segundo quartel do século XIX, uma das graves dificuldades do Rio Grande do Sul era a inexistência de um aparelhamento policial competente. De tal modo, desde 1830, o governador da província, Caetano Maria Lopes Gama, solicitava, junto ao Imperador, D. Pedro I, a fim de cunhar “um sistema de polícia que tenha alguma coisa de especial, indispensável nesta província onde a impunidade dos malfetores é favorecida, como tenho ponderado, por diversos motivos que não são em tudo comuns a outras províncias do Império” (p.46). Só em 1837, entretanto, é que emergiu o “Corpo Policial da Província”, com um efetivo de 363 homens, entre cavaleiros e infantes. Posteriormente, com a Proclamação da República, o corpo policial passou a ser denominado “Guarda Cívica”. Contudo, é somente em 1982 que o nome que cultivava até os dias atuais foi conferido a esta polícia: Brigada Militar.

O serviço propriamente dito dos Dragões Farroupilhas não foi muito diferente daquele executado antes da criação da Escolta Presidencial. Entre outras atribuições, destacavam-se durante os desfiles das forças desta corporação nas comemorações cívicas. Quando designado oficialmente, este grupo passou a ter a importância de uma unidade da Brigada Militar, inaugurando sua primeira sede no Bairro Cristal, na capital do Estado.

Desta forma, tem-se que o espaço da cavalaria da Brigada Militar, ao abrigar as suas ações e treinamentos, constituiu-se como um ambiente precursor para o desenvolvimento do hipismo no contexto sul-rio-grandense. Ainda no século XIX, Porto Alegre avançava em direção ao Bairro Cristal⁴⁹ como parte de seu processo de urbanização. De forma modesta, um dos primeiros sinais de tal urbanização deu-se por meio da instalação da Hospedaria para Imigrantes⁵⁰, em 1891, localizada onde atualmente situa-se o Hipódromo do Cristal. Todavia, este edifício acolheu estes estrangeiros somente por um breve período de tempo. Oito anos mais tarde, em 1899, parte deste abrigo foi requisitada com o intuito de acampar o 3º Batalhão de Infantaria da Brigada Militar. Em 1916, a Escolta Presidencial também é instalada neste espaço. Ao encontro desta informação, Ribeiro (1953) menciona a vigência de um regimento de cavalaria da Brigada Militar no Bairro Cristal já no ano de 1918. Procurou-se aproximar do conjunto dos integrantes desta instituição, bem como de suas práticas, recursos e trajetórias particulares, com o intuito de articulá-lo com suas relações na configuração estabelecida com a população civil no meio hípico sul-rio-grandense.

Com o passar dos anos, a Escolta Presidencial foi sofrendo modificações e teve o seu efetivo gradativamente aumentado até que, em cinco de janeiro de 1922, já contava com 136 homens trabalhando na unidade. A

⁴⁹ Cristal é um bairro nobre situado na zona sul da capital do estado do Rio Grande do Sul. Foi cunhado em 7 de dezembro de 1959 pela lei municipal 2022 (PREFEITURA..., 2003). Esta alcunha é originária da composição do solo do bairro, rico em quartzo. Este atributo fazia com que o solo brilhasse aos olhos dos navegantes do lago Guaíba, levando-os a alcunhar a zona de "cristal". Originalmente uma região de chácaras, o Cristal começou a ser urbanizado em 1891 com a constituição de uma hospedaria estadual para novos imigrantes da cidade. Em 1899, Bento Gonçalves trouxe o batalhão da Brigada Militar para a hospedaria, aproveitando os campos ao redor para treino de montaria.

⁵⁰ A Hospedaria para Imigrantes asilava os estrangeiros que, geralmente, eram provenientes da cidade de Santos, em São Paulo, para serem ali orientados com relação às terras que lhes seriam designadas (PREFEITURA..., 2003).

partir de então, alguns feitos da Escolta Presidencial passaram a acontecer, como, por exemplo, em 18 de novembro de 1923, quando uma diligência composta por 20 homens e comandada pelo alferes Camilo Diogo Duarte marchou para o município de Viamão a fim de combater uma quadrilha que perturbava aquela localidade. Neste momento, a esfera de atuação da Escolta Presidencial estava transposta: a unidade começava a atuar na manutenção da ordem pública.

Além da incorporação de mais uma tarefa no seu quadro de ações, a Escolta Presidencial também teve sua localização alterada, apesar de certa imprecisão nas fontes consultadas com relação ao período em que isto ocorreu. A mudança de sua sede efetuou-se para o Quartel das Bananeiras, na Chácara das Bananeiras, na antiga Rua Dois Irmãos, atual Avenida Coronel Aparício Borges, nº 2351, onde se encontra o atual 4º Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar ou Regimento Bento Gonçalves (RBG). Tal denominação é uma homenagem ao patrono do regimento, o general Bento Gonçalves da Silva, um combatente da Revolução Farroupilha (1835-1845).

Ao mesmo tempo em que são mostradas imagens, na *Revista do Globo*, de cavaleiros e cavalos praticando o salto do hipismo em torneios hípicas na então região da Chácara das Bananeiras em 1929, um livro sobre o histórico do RBG (4º RPMon, 1916) aponta a mudança do regimento do Bairro Cristal somente no ano de 1945 para a nova localidade (atual Bairro Partenon, onde a sede situa-se até hoje). A partir das fontes localizadas, pode-se considerar que até 1945, as atividades hípicas que ocorriam na Chácara das Bananeiras tratavam-se apenas de competições equestres, enquanto que a sede da Escolta Presidencial mantinha-se no Bairro Cristal. Apresentando mais indícios nesta direção, Pimentel (1945, p. 599) afirma que o Bairro Cristal ainda contava com “seu tradicional quartel” no ano de 1945.

Independentemente da localização exata desta escolta, as informações ratificam que a prática do salto do hipismo tem seus primórdios, no Rio Grande do Sul, associados ao contexto militar; ou seja, era restrita somente aos policiais e oficiais militares, reportando às possíveis origens de desenvolvimento deste esporte ao nível mundial. Posteriormente, expande-se também para a parcela civil da população, aproximando-se de uma igualdade

de acesso para compor um esporte moderno. Além de as fontes históricas não ocultarem que tal prática era somente acessível aos detentores de capital social e econômico, elas também realçavam e reforçavam tal distinção por meio do emprego de termos tais como “elegante”, “elite porto-alegrense”, “figuras destacadas da sociedade gaúcha” (A FESTA..., 1929; FESTA..., 1943). Esta característica inerente a um esporte moderno, a igualdade de acesso à prática, apesar de expressar-se de uma forma muito particular e com limitações, estava presente no contexto do hipismo do Rio Grande do Sul. Teve-se, assim, a constituição de um corpo de cavalarianos que passaram a compor uma cavalaria específica no interior desta instituição.

A Cavalaria apresenta-se como uma das armas mais clássicas desde a concepção do Exército Brasileiro. A equitação, assim, foi prática frequente dentre seus militares desde o início da constituição da instituição. Isto porque os cavalos consistiam no meio de transporte fundamental no século XIX e, até em batalhas militares, ainda amplamente empregados no Brasil. No ambiente civil, entretanto, a equitação e a propriedade de animais de grande porte eram atividades vinculadas à aristocracia rural, especialmente pelas elevadas despesas de sustento e tratamento dos equinos. E, no processo de caracterização das forças armadas brasileiras no final do século XIX e início do século XX, Cancelli (2014) nos apresenta que o Exército Brasileiro era composto, essencialmente, por grupos menos abastados da sociedade e mais associados ao cotidiano citadino. Os membros da aristocracia, ao procurarem o militarismo, frequentemente se direcionavam para a Marinha do Brasil.

A este respeito, conforme nos apresenta Cancelli (2014), vale a ressalva de que os militares que optavam pela Marinha, em um contexto nacional, apresentavam uma importante aproximação e consentimento com a prática do remo, atividade muito atrelada à cidade e aos critérios “modernos” defendidos no período; muitos até mesmo envolvidos na organização desta prática e concorrentes em clubes no ambiente civil desde meados do século XIX. Identifica-se, deste modo, uma “inversão” nas aproximações com as práticas esportivas: integrantes do Exército, relacionados ao dia-a-dia da cidade, vincularam-se à equitação, mais especificamente ao turfe e ao hipismo, atividades características da aristocracia rural; enquanto isso, os militares da

Marinha, habitualmente aristocráticos, acercaram-se do remo, esporte do espaço urbano. Essa concisa explicação acerca das aproximações com práticas esportivas distintas por parte de cada uma das instituições militares evidencia somente um espectro das inúmeras contradições que compunham a sociedade brasileira naquele momento. É importante destacar que, nesse caso, as aproximações com as atividades esportivas específicas estavam mais vinculadas ao desenvolvimento de aptidões funcionais, características de cada uma das forças (remo para a Marinha e equitação para o Exército), do que com as práticas ligadas aos distintos grupos sociais que compunham a sociedade.

No contexto sul-rio-grandense, mais precisamente, no processo histórico da Brigada Militar, a chamada arma da Cavalaria coleciona feitos importantes, conforme Canto (1952), além de consistir parte da denominada Tropa da corporação, juntamente com a Infantaria. O 1º Regimento de Cavalaria de Guarda foi criado em Santa Maria, uma cidade da região central do estado. Posteriormente, o 2º Regimento de Cavalaria é instituído na cidade de Marcelino Ramos, próxima à divisa do estado com Santa Catarina; o 3º Regimento de Cavalaria é organizado em Alegrete, na região oeste do estado, próximo à fronteira com a Argentina; e o 4º Regimento de Cavalaria, constituído em Porto Alegre, capital do estado. Como é possível perceber, os regimentos de cavalaria são sempre fundados em pontos estratégicos político-militares para eventuais necessidades de ação de ataque/defesa de território.

Enquanto reserva do Exército Nacional, a Brigada Militar segue todo o desenvolvimento das armas brasileiras, de acordo com Canto (1952). Em função disso, seus oficiais são orientados em duplo sentido, ou seja, recebem ensino militar para caso de guerra e preparação para a função policial especializada. Todos os cursos mantidos pela Brigada Militar ficavam concentrados no Quartel das Bananeiras (atual 4º Regimento de Cavalaria de Guarda – Regimento Bento Gonçalves⁵¹), no antigo arrabalde Partenon, hoje

⁵¹ Este referido regimento – Regimento Bento Gonçalves – é constituído pela antiga Escolta Presidencial, a qual, em 1936, passa a assumir esta denominação de Regimento Bento Gonçalves (GOULART, 2016). Somente em 1974 é que este regimento seria transformado em 4º Regimento de Polícia Montada, abreviado, em seguida, para 4º RPMon, sendo seu primeiro comandante o capitão Lourenço Galant. Em sua extensa trajetória, o Regimento Bento Gonçalves participou dos mais importantes acontecimentos da história do Rio Grande do Sul.

bairro Aparício Borges (na zona leste de Porto Alegre), onde funcionavam o Curso Especial de Equitação, Curso para Formação de Cabos e Sargentos, Curso de Monitores de Educação Física para Sargentos, Escola de Adestramento de Ataque e Defesa, entre outros. Contudo, o curso mais importante ali mantido era o de Formação de Oficiais, conhecido pelas iniciais CFO. O Curso Especial de Equitação da Brigada Militar constituía uma verdadeira escola de campeões. Cultivava-se, ali, com disciplina, “as tradições gauchescas do hipismo” (CANTO, 1952, p.48).

Entretanto, não somente a Brigada Militar, mas também o Exército investia na formação de oficiais, como os da cavalaria, por exemplo. Esta instrução envolvia, fundamentalmente, a concepção e participação em competições.

4.3 Configurações entre turfe e hipismo

O presente subcapítulo versa acerca de uma configuração cultural emergida a partir de uma dinâmica criada pela relação que os militares construíram entre turfe e hipismo. Desta forma, procurou-se demonstrar e exemplificar de que forma este conjunto de forças pôde constituir uma configuração das entidades e dos sujeitos envolvidos neste cenário hípico, contribuindo, em decorrência, para a promoção e desenvolvimento de ambas as práticas equestres. Para isto, certo equilíbrio destas forças entre estes domínios socializadores, no Rio Grande do Sul, procurava ser constantemente atingido. Esta estabilização propiciava uma interdependência funcional entre os mesmos, a qual se apresentava como condição para a continuidade do processo de socialização, desenvolvimento, fortalecimento da sociedade, da cultura e da economia envolvidas neste panorama hípico.

Assim, tem-se, como exemplo, o exército, que, dentre seus eventos hípicos, realizava a Semana do Cavalo de Guerra. Esta era mais uma oportunidade de integração de autoridades políticas e militares, como governador do estado, prefeito da capital, generais e comandantes da Brigada Militar e da Região Militar do Exército Brasileiro (A SEMANA..., 1932, p. 33).

Também chamada de Campeonato Nacional Cavalos D'Armas⁵², a Semana do Cavalos de Guerra congregava competidores militares do exército e da Brigada Militar. Uma das provas realizadas neste campeonato era a *steeple-chase* – um tipo de corrida de cavalos com obstáculos a transpor, semelhante ao atual Concurso Completo de Equitação (CCE)⁵³ -, tomando lugar no Hipódromo da Associação Protetora do Turfe (CAMPEONATO..., 1935).

Estas competições hípicas em meio a algumas atividades turfísticas também foram observadas por Melo (2007a) no Rio de Janeiro, já desde o século XIX, no meio de alguns páreos. É provável que isto ocorresse com o intuito de os clubes testarem inovações para atrair um público maior que já tivesse o gosto pelas práticas equestres. Portanto, é possível que, ao abrir seu espaço para manifestações da prática do hipismo, as entidades e sujeitos envolvidos com o turfe, em um jogo de relações de ação e reação entre ambas as práticas, proporcionassem a propagação e o desenvolvimento das mesmas.

Desta forma, tem-se um indício de uma relação de interdependência entre os domínios socializadores do turfe e do hipismo e suas respectivas instituições e sujeitos, em uma coexistência que compartilhava espaços físicos e a presença de autoridades políticas, civis e militares. Esta configuração de compartilhamento e interdependência pode estar relacionada com a vinculação anteriormente referida dos integrantes do Exército à equitação, mais especificamente ao turfe e ao hipismo, atividades características da aristocracia rural. Poder-se-ia estabelecer, assim, uma configuração constante e dinâmica de relação.

Outro indício desta configuração tomou parte em 1937, quando da realização de um destacado evento social e esportivo denominado Concurso

⁵² No Brasil, o denominado Campeonato do Cavalos D'armas era realizado frequentemente antes da mecanização das unidades hipomóveis do exército brasileiro. De origem europeia, em suas primeiras versões, tinha como meta preparar os cavalos para combates. Por este motivo, o esporte era conhecido como cavalos d'armas. Os animais deveriam ser ágeis, rápidos, obedientes, resistentes e corajosos. Apesar da mecanização da cavalaria e da escassez das guerras, a prática continuou sendo desenvolvida, principalmente, na Europa, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia (VIEIRA; FREITAS, 2007). Pelo fato de ser disputado apenas por militares, este gênero de competição passou a chamar-se *military* (MORGADO, 1990). A primeira competição internacional foi registrada em 1902 (VIEIRA; FREITAS, 2007).

⁵³ O Concurso Completo de Equitação figurou, pela primeira vez, no calendário dos Jogos Olímpicos em 1912 (Estocolmo – Suécia), como um campeonato militar, não admitindo, na competição, em um primeiro momento, cavaleiros civis nem amazonas (MORGADO, 1990).

Internacional de Hipismo, realizado na *carrière*⁵⁴ – pista para a prática esportiva com equinos - do Livramento Tênis Clube, na cidade de Santana do Livramento, na região sudoeste do estado (CONCURSO..., 1937). Esta importante competição contou com a participação de delegações do Exército Nacional, Brigada Militar do Estado e do Exército Uruguaio. Assim, percebe-se que este campeonato, de cunho internacional, contou apenas com a participação de atletas militares. Contudo, ocorreu no interior de um espaço civil, um tênis clube, em detrimento de um regimento de cavalaria. Desta forma, pode-se reforçar a hipótese de que, dentro o processo de socialização estabelecido entre militares e civis no meio hípico, fosse possível identificar a emergência de uma configuração cultural expressa por meio de um processo de construção de identidades sociais de cada um destes grupos. Este processo seria mediado pela coexistência destes distintos grupos neste ambiente, produtores de seus respectivos valores e referências culturais.

4.4 Abertura do espaço hípico para os civis

Este subcapítulo aborda o contexto de abertura do espaço do hipismo sul-rio-grandense para a população civil do estado e a consequente relação que passa a ser constituída entre este grupo social e o grupo dos militares envolvidos com esta prática. A partir da pluralidade originada da convivência estabelecida entre ambos os grupos neste meio, é composta uma configuração cultural entre os mesmos. Assim, procurou-se demonstrar que a consequente busca por equilíbrio de poder das relações entre estes grupos e suas instituições, neste cenário, contribuiu para o desenvolvimento e fortalecimento desta prática equestre no estado.

O hipismo começa a fortalecer-se no Rio Grande do Sul na década de 1930, ao passar a ser promovido pelas seguintes entidades: Sociedade Hípica Rio-Grandense, Porto Alegre *Country Club*, Sociedade Hípica Porto Alegrense e Brigada Militar. Reportagens da *Revista do Globo* registram a presença deste esporte nas associações: “A Sociedade Hípica Porto Alegrense proporcionou [...] um espetáculo magnífico aos esportistas da cidade [...] realizando um

⁵⁴ Este termo francês refere-se à pista de competições de Hipismo clássico.

concurso equestre” (QUINZENA..., 1939, p. 48). Tal informação sugere que a prática do salto do hipismo e seus eventos em Porto Alegre, eram valorizados como entretenimento pessoal, uma peculiaridade associada por Damo (2002) ao esporte amador, em particular como ocorreu no caso do futebol.

O hipismo, assim, limitava-se à esfera amadora, tanto com relação aos seus praticantes como à sua assistência, uma vez que todos estes se encontravam ligados à classe com maior poder econômico do Estado, a qual, como a assistência do turfe, primava pelo puro prazer e liberdade da prática em si, sem a existência de qualquer forma de remuneração ou incentivo material. Os próprios títulos de reportagens de revista e jornais de Porto Alegre, entre as décadas de 1920 a 1940, acerca do hipismo, sugerem e reforçam um caráter festivo e prazeroso vigente no contexto hípico daquele período, em detrimento de indícios de profissionalização do mesmo: “Festa Hípica”, “Tarde hípica magnífica”, “Espetáculo magnífico” (FESTA..., 1943, p. 38; FLAGRANTES..., 1938, p. 39; QUINZENA..., 1939, p. 48).

No estado e, em especial, na capital, apesar deste novo período consolidar melhorias, tais como bondes elétricos, cafés, cinemas e automóveis, estas não contemplavam a todos. O Plano Geral de Melhoramentos criado para a cidade, idealizado por João Moreira Maciel, da Diretoria de Obras da Intendência, em 1914, e implantado a partir de 1924, previu avenidas, bulevares e rótulas para a mesma, procurando torná-la semelhante a Paris, uma ampla vitrine de mercadoria do capitalismo (JÁ EDITORES, 1997). Além deste espelhamento, há outros, como práticas europeias, dentre estas, o salto do hipismo. Há evidências de que este esporte tenha vindo, com os imigrantes ingleses, mas também na bagagem cultural dos imigrantes alemães.

Conforme Melo (2009b), o hipismo fazia parte das práticas esportivas que, no início do século XX, eram consideradas como sinais de “status” e distinção, marcas de classe e hierarquia social. A *Revista do Globo*, ao publicar na década de 1940 a divulgação da organização de uma temporada hípica, realçou que as associações esportivas que a promoveriam “[...] congregam figuras destacadas da sociedade gaúcha [...]” (FESTA..., 1943, p.38). Nesta medida, homens, mulheres e crianças já são vistos como protagonistas nas imagens desta prática esportiva. Inclusive, a equitação era concebida como

parte da educação de mulheres jovens das elites, sendo apreciada em função de que elas deveriam desenvolver determinadas capacidades que lhes consentissem satisfazer com propriedade os novos papéis sociais esperados. Na prática do hipismo, era mais trivial e plausível a participação das mulheres, especialmente das elites, as quais já tomavam parte ativa nas competições.

Nos espaços hípicas no estado, assim, realizavam-se inúmeras festas hípicas contando com a presença de importantes e destacados membros da sociedade da época, ladeados por autoridades, passando a constituir outro ambiente de diversão e lazer. No hipismo, como ocorre, por exemplo, no salto, não há um fim utilitário na prática além do prazer provocado pelo anseio do praticante, especialmente no momento em que o cavalo descola seus membros anteriores do solo, inicia a fase de voo e supera sua pontuação anterior.

As festas hípicas realizadas no Campo da Redenção (atual Parque Farroupilha) (FESTA..., 1932), costumavam contar, além da presença de militares do Exército e da Brigada Militar, com a significativa presença das mulheres nas disputas a cavalo, na década de 1930. O hipismo, associado a mais de um grupo cultural de origem europeia no Rio Grande do Sul – os quais trouxeram os influentes ideais das lutas das mulheres e apresentando novas perspectivas para as brasileiras – propunha uma nova expectativa à participação social das mulheres das elites econômicas, compondo parte de sua educação (PEREIRA; SILVA; MAZO, 2011). Melo (2007b) também identificou, no Rio de Janeiro, que desde os primórdios do hipismo, da primeira década do século XIX até aproximadamente o início do século XX, este esporte também constituía uma prática na qual se podia perceber uma participação das mulheres mais efetiva. Tal fato pode estar relacionado à concepção desta prática como um elemento do ensino das jovens das elites, além de consistir em um sinal de *status* e distinção, um saber, uma capacidade.

Ao deter-se mais especificamente na prática do salto do hipismo, no Rio Grande do Sul e, mais detidamente na capital Porto Alegre, ainda na década de 1930, os certames ocorriam essencialmente entre a Sociedade Hípica Porto Alegrense, o Porto Alegre *Country Club* e a Brigada Militar. Quando estes concursos equestres eram promovidos pela Sociedade Hípica Porto Alegrense, os mesmos aconteciam no então Campo de Polo da Várzea (atual Parque

Farroupilha), uma vez que esta sociedade hípica, nesse período, ainda não contava com uma sede própria (QUINZENA..., 1939, p. 48).

Como apontado por Pereira (2012a), na prática do salto do hipismo, já na década de 1930, em Porto Alegre, também já há indícios de um caminho tecnológico da quantificação, quando os certames entre as sociedades hípicas e a Brigada Militar eram decididos com base no tempo e na quantidade de faltas cometidas pelos conjuntos cavaleiros-cavalos. Como exemplo, tem-se o aspirante da Brigada Militar, Vasco de Melo Leiria, o qual é apresentado, em reportagem da *Revista do Globo*, como vencedor da prova principal da disputa de um destes concursos equestres promovidos, “[...] tendo coberto o percurso em 55s 2/5, com 1 falta” (QUINZENA..., 1939, p. 48).

Este tipo de ocorrência nas práticas esportivas sul-rio-grandenses sugere uma relação com o contexto de um estado que se contagiava pelos ares da modernidade (FEIX, 2003), com padrões e valores de diversas metrópoles, onde um novo homem e uma nova mulher viriam a emergir. Deste modo, as trajetórias dos produtos e símbolos da modernidade, das sociedades urbanas e industriais, se entrelaçam e se confundem. A prática esportiva se alarga na mesma velocidade com que se desenvolvem bairros e cidades industriais, refletindo uma nova organização social do trabalho, por meio da disciplina – pela demarcação das regras, do controle do tempo e da hierarquia – da especialização das funções e o trabalho coletivo, em contraposição à configuração artesanal do trabalho; da quantificação dos resultados e da competitividade (STÉDILE, 2010).

No contexto hípico sul-rio-grandense, há indícios de recordes, pois havia a quantificação e registro do número de conquistas de títulos em competições. É o caso, por exemplo, do Coronel Gerson Borges, da Brigada Militar:

[...] é o cavaleiro que possui o **maior número de títulos** na equitação nacional. Foi inúmeras vezes campeão brasileiro, participou de olimpíadas, Jogos Pan-americanos e outros campeonatos internacionais nas modalidades de salto e adestramento. (I COPA..., 1989, p. 20, grifo nosso)

Verifica-se que o cavaleiro porto-alegrense de destaque pertencia à instituição responsável pelos primeiros passos de caráter mais oficial do salto do hipismo na cidade: a Brigada Militar. Possivelmente, tal fato pode estar

relacionado com uma estruturação mais sólida da formação e instrução equestre proporcionadas aos integrantes da corporação militar.

As sociedades hípcas e o governo do Estado de São Paulo, também reconheciam o Cel. Borges como o cavaleiro diferenciado do hipismo nacional. Uma homenagem foi prestada a ele no final da década de 1980, pelo Departamento Hípico do clube Farrapos de Porto Alegre, o qual criou a Copa de Hipismo Cel. Gerson Borges (I COPA..., 1989). Este evento passou a constituir o calendário hípico do Rio Grande do Sul, concedendo aos vencedores (poderia ser disputado apenas por equipes) o troféu de mesmo nome, cuja posse decisiva do prêmio seria concedida à equipe que vencesse o torneio por três anos sucessivos.

A instituição do campeonato pelo clube Farrapos também pode estar relacionada com o fato da associação congregar os oficiais da Brigada Militar. Desta forma, para além de uma homenagem à destacada atuação do Cel. Gerson Borges como cavaleiro sul-rio-grandense, estaria aí implícito um tributo a um oficial e atleta integrante da Brigada Militar. Imagens localizadas no Museu da Brigada Militar também reforçam a quantidade de vitórias alcançadas pelo atleta, especialmente nas décadas de 1930 e 1940. O Cel. Gerson Borges destacou-se, inclusive, em provas internacionais, como no Uruguai. Somadas as conquistas, por meio da quantificação e dos recordes, estabelece-se a oportunidade de qualquer cavaleiro/amazona posterior ao Cel. Gerson Borges disputar com o mesmo pelo maior número de vitórias atingidas por um atleta sul-rio-grandense do hipismo. A prática do salto do hipismo, assim, paulatinamente, foi desenvolvendo-se e ocupando outros ambientes não só em Porto Alegre, como em outras cidades do Rio Grande do Sul.

4.5 Novos espaços hípicos: o hipismo avança para o interior do estado

Nesse subcapítulo, procurou-se identificar possíveis arranjos particulares e vivências específicas dos sujeitos envolvidos e suas eventuais práticas singulares. A partir disto, pôde-se apreender que o jogo de forças de parceria entre militares e civis, um em relação ao outro, ainda assim não proporcionava a abertura plena do espaço hípico, posto que uma limitação e uma reserva do ingresso à prática foram identificadas e ainda prosseguiram, desta vez, por meio

da distinção de classe de seus praticantes, atrelados ao grupo com maior poder e capital econômico.

Desta forma, ao longo da década de 1940, a prática do hipismo seguia sendo disseminada pelo estado, em especial pela região serrana. Em Caracol, na região colonial do Rio Grande do Sul, mais precisamente no interior de Canela, a quase 1000 metros de altitude, com o clima ameno no verão e rigoroso no inverno, muitos veranistas porto-alegrenses eram atraídos para o local no verão. Havia luxuosas casas e excelentes hotéis naquelas montanhas. E as festas de verão, festas da serra, transcorriam alegremente em alguma propriedade de um dos criadores da região (FESTA..., 1945).

Ao ocorrer a inauguração de uma pista de hipismo instalada no alto do morro, em Caracol, em 1945, o então governador do estado, Ernesto Dornelles, que se encontrava descansando na serra, desfilou à frente de numerosos cavaleiros e amazonas pertencentes às associações local e porto-alegrense -, seguindo-se um festejo oferecido pelo proprietário do haras, sr. Rosenfeld, durante o qual se fizeram apresentações de alta cavalaria. Excelentes cavaleiros, os habitantes de Caracol e elementos das sociedades hípicas de Porto Alegre executaram diferentes provas complexas, algumas delas características da região, cuja população era composta por colonos descendentes de alemães e italianos. A importância dedicada a estas provas foi tamanha que os porto-alegrenses até mesmo levavam seus próprios cavalos para competirem na serra. O cavaleiro e diretor da Sociedade Hípica do *Country Club*, Carlos Weinheber, de Porto Alegre, por exemplo, um dos mais competentes e celebrados montadores no Rio Grande do Sul, esteve presente nestas competições serranas.

Uma das provas, por exemplo, consistia em, a todo o galope, tentar apanhar um lenço no chão, diante de uma grande assistência, na sua maioria amante do hipismo. Outra prova dentre as mais difíceis instituídas pelos cavaleiros de Caracol constituía-se de fazer passar uma lança por pequena argola suspensa, com o cavalo a galope. A prova do ovo mostrava-se como a mais difícil, a qual consistia em andar a cavalo equilibrando um ovo sobre uma colher, o mais depressa possível e ao longo de toda a pista. Muitos cavaleiros completaram a volta sem deixar cair o ovo de madeira (FESTA..., 1945).

Estas disputas assemelham-se aos denominados “jogos dos meninos do Reino”, de Portugal, os quais ocorriam em nível nacional, relacionados com a transmissão cultural proposta pelos padres jesuítas no Brasil. Dentre estes jogos, constava o “correr argolinhas”, que consistia em uma espécie de imitação de torneio medieval, em que as crianças, notadamente indígenas, tinham que acertar argolas em lanças sem ponta, retirando-as de postes, dos quais pendiam presas por uma garra (DEL PRIORE, 2009). Tratava-se de uma tradição aristocrática e distinta que atravessou os tempos. Realizadas durante festivais religiosos ou políticos, as “corridas de argolas” consistiam em parte de um desafio maior: as cavalhadas. Delas participavam monarcas, príncipes, fidalgos da Casa Real e autoridades.

Desde o Brasil Colônia, não eram só os índios que corriam argolas. A participação das elites também foi uma característica de tais jogos nas conhecidas cavalhadas. Desta forma, é possível que a opção destes grupos da serra sul-rio-grandense, amantes do hipismo, por estas disputas, esteja relacionada com uma identificação com representações de ‘cavalheirismo’, ‘civilização’, ‘nobreza’.

Estes sul-rio-grandenses consistiam, predominantemente, em agricultores, os quais se aprofundavam pelas serras desbravando matas e plantando seus imensos cultivos de milho e feijão. Eles descendiam de alemães, apesar de se identificarem com os costumes do Rio Grande do Sul e competiam na criação de cavalos finos para a montaria. Também se faz importante registrar que as indumentárias presentes nas imagens que acompanham estas reportagens acerca deste tipo de eventos, mostram, tanto homens quanto mulheres, com trajés semelhantes ou típicos como aqueles que, no final da década de 1980, viriam a ser oficializados como pilchas (conjunto de vestes típicas dos antigos sul-rio-grandenses, compreendendo a bombacha, botas, lenço e chapéu) como ‘traje de honra e de uso preferencial’ no estado, deixando sua caracterização a cargo ‘dos ditames e diretrizes do Movimento Tradicionalista Gaúcho’ (OLIVEN, 1991).

Isto pode decorrer em função de que, apesar da significativa presença, no Rio Grande do Sul, de empresários e políticos de ascendência alemã e italiana, a ponto de seis governadores com sobrenomes italianos terem

exercido o poder entre 1955 (quando a imigração italiana completou oitenta anos) e 1979, o tipo social representativo permanecia sendo o 'gaúcho', idealizado pelos imigrantes e considerado superior (OLIVEN, 1991). Os fazendeiros eram a classe social com maior poderio econômico do estado. Além disso, o fundamental símbolo do sul-rio-grandense era o cavalo, animal que, na Europa, era privilégio e baliza de distinção da aristocracia rural. Ao chegarem ao Brasil, uma das primeiras providências dos colonos era adquirir esse tipo de montaria, logo que possível (WILLEMS, 1944; BASTIDE, 1964). Identificando-se com o 'gaúcho', eles experimentavam uma configuração simbólica de ascensão social. No outro extremo, as figuras do índio e do negro apresentam uma presença muito pálida nessa representação.

Desta forma, não se pode deixar de lançar um olhar sobre reportagens de jornais e revistas as quais revelam indícios de que, apesar de ultrapassar as limitações do ambiente militar, a demarcação de uma restrição do acesso à prática ainda persistia; desta vez, por meio da distinção de classe de seus praticantes, vinculados à camada com maior poder e capital econômico. Afinal, para a prática do salto hípico, a necessidade de manter cavalos, bem como os equipamentos para os mesmos (tais como sela, arreios, material de higiene, alimentação) e para o praticante (por exemplo, capacete, botas, culote – calça especialmente desenvolvida para montar a cavalo) fazia com que o investimento financeiro fosse significativo. As sociedades hípicas, assim, constituíam locais de encontro da elite e de autoridades políticas e militares, especialmente durante a realização de seus torneios hípicos.

4.6 A primeira abertura para a prática hípica entre civis

Após a compreensão da disseminação de espaços hípicos pelo estado, este subcapítulo discorre acerca da constituição do primeiro espaço, no Rio Grande do Sul, a proporcionar este acesso relativo à população civil: a Sociedade Hípica Rio-Grandense. Como abordado pelo subcapítulo anterior, contudo, esta entrada para o panorama hípico sul-rio-grandense não se apresentava como absoluta, mas sim ainda restrita a uma camada social e a uma quantidade de capital econômico possuído. Desta forma, buscou-se evidenciar que um equilíbrio conjuntural era conveniente entre militares e os

civis que correspondessem a este perfil de classe e capital. Por meio desta estabilização é que se poderiam constituir relações funcionais, mantidas entre si, para um desenvolvimento da prática do hipismo coerente aos interesses da coexistência destes grupos sociais em seu interior.

Somente a partir da década de 1920, portanto, de forma gradativa, é que o salto do hipismo passa a ter seu acesso expandido oficialmente à população civil, por meio da fundação de sociedades e clubes, como a SHR (SOCIEDADE..., 1931). Os indícios identificados nas fontes sugerem a presença de civis da elite econômica da cidade e militares dentre os fundadores de tal associação. Também há indicativos de que, à frente deste grupo que instituiu tal sociedade, encontrava-se um representante militar (UMA GRANDIOSA..., 1933). O símbolo da SHR, resumido a um cavalo entre uma ferradura, sugere que a figura do cavalo constituía o cerne de suas atividades. Alia-se o fato de que as suas atividades esportivas envolviam a participação conjunta com este animal, ou seja: dentre as práticas esportivas promovidas, encontravam-se somente aquelas de caráter equestre.

Tal fato abarca as possíveis origens de desenvolvimento deste esporte em outros lugares do mundo: o hipismo, além de apresentar seus primórdios no contexto das práticas militares associadas à cavalaria, também encontra a sua origem nas atividades aristocráticas europeias, como as caçadas e demais práticas de lazer das famílias nobres, das quais eram adeptos homens e mulheres. Os torneios de saltos, partidas de polo, volteio⁵⁵, *cross-country*⁵⁶, e o

⁵⁵ O volteio constitui uma atividade acrobática em que um grupo de volteadores, ou um volteador apenas, executam exercícios sobre um cavalo a galope (ROESSLER; RINK, 2006). Consiste em uma das mais antigas práticas equestres, podendo resumir-se o volteio a uma ginástica artística sobre o cavalo. Durante a Idade Média, era empregado como parte do treinamento de soldados para as batalhas, com a finalidade de desenvolver o equilíbrio e o entrosamento com o cavalo. Findadas as guerras, o volteio extrapolou os limites dos quartéis e, em seguida, passou a ser praticado em hípicas e pequenos centros de treinamento, espalhando-se pelo mundo. Em 1920, esta prática esportiva equestre foi agregada à programação dos Jogos da Antuérpia; porém, somente em 1983 foi reconhecida oficialmente pela Federação Equestre Internacional (FEI) (VIEIRA; FREITAS, 2007). O volteio não compõe mais os esportes equestres nos Jogos Olímpicos. Esta prática equestre, atualmente, é avaliada por critérios estéticos de forma semelhante como ocorre na dança, na ginástica rítmica e na patinação artística (ALMEIDA; WELLER, 1997).

⁵⁶ Esta competição também pode ser denominada *steeple-chase*, *rallye*, Concurso Completo de Equitação (CCE), ou ainda *Three Day Event*, uma vez que consiste em três provas diferentes (adestramento, prova de fundo e prova de saltos), as quais ocorrem em três dias consecutivos, parecendo uma prova de triatlo equestre (VIEIRA; FREITAS, 2007). As duas últimas denominações são oficializadas pela Federação Equestre Internacional (FEI). A prática tem

antigo costume que, possivelmente, consistiu em uma das origens do hipismo, a caçada à raposa, faziam parte das denominadas Temporadas Desportivas da SHR. Estes eventos costumavam integrar militares e civis em nome do esporte (SOCIEDADE..., 1931), os quais compunham o quadro de sócios desta entidade (ABERTURA..., 1931, p. 2).

Aparentemente sem sede própria, a SHR desenvolvia suas atividades e torneios em estádios de clubes de futebol (DESPORTOS, 1929, p. 35), e, principalmente, no Campo da Redenção, atual Parque Farroupilha (SOCIEDADE..., 1931; CINCO..., 1929, p. 30). Este parque foi o local onde muitas associações esportivas tiveram origem e tantas iniciativas já haviam tido lugar, como a primeira demonstração de corridas de cavalos no novo formato de pista circular, em 1872, pelo domador capitão Luiz Jácome de Abreu e Souza (ROZANO; FONSECA, 2005).

Ao encontro do que Adelman e Moraes (2008) apresentam acerca do hipismo, a participação dos cavaleiros estava fortemente condicionada ao seu pertencimento a grupos sociais de elevado poder aquisitivo, para os quais, ao contrário dos jóqueis no turfe, a prática equestre representava um momento de lazer, uma vez que possuíam recursos materiais e capital cultural que possibilitavam tal condição. Médicos, advogados, militares e outros profissionais liberais e ocupantes de cargos superiores optavam por engajarem-se em uma prática que conferia distinção, *status* de elite e honra.

Tais representações vinculadas ao hipismo assemelham-se àquelas relativas à caça à raposa, apresentadas por Elias e Dunning (1992), os quais a sugerem como uma das prováveis origens da prática do salto do hipismo, e determinantes daquilo que seria considerado o adequado esporte, isto é, aquele vinculado a um *ethos* peculiar: o das elites econômicas e sofisticadas da Inglaterra do século XVIII.

seus primórdios associados aos regimentos de cavalaria, os quais existiam em grande número nos exércitos europeus antes da mecanização das unidades hipomóveis. Consistia em parte dos exercícios rotineiros da tropa e dos oficiais, envolvendo longos percursos de estrada, exercícios sobre terrenos acidentados e largos períodos de galope pelos campos atravessados por obstáculos naturais. Tais exercícios, eventualmente, vieram a constituir disputas entre esquadrões, posteriormente entre regimentos e, mais tarde, entre equipes de cavaleiros de diferentes nacionalidades (MORGADO, 1990).

4.7 Caça à Raposa: constituição de uma configuração cultural

Este subcapítulo aborda a prática da caça à raposa, tanto como realização esportiva que originou representações de distinção social associadas ao hipismo, quanto como um espaço de apropriação cultural e plural de múltiplas relações sociais dinâmicas entre militares e civis e suas instituições no Rio Grande do Sul. Tais grupos sociais, eventualmente, posicionavam-se distintamente em função da visibilidade e meios disponíveis em diferentes momentos, propiciando a constituição de um processo de socialização neste ambiente equestre. A partir disto, buscou-se ratificar que a prática do hipismo, bem como a caça à raposa, atrelada à suas origens, constituem um domínio socializador em que coexistem grupos sociais em uma relação de interdependência.

Ao encontro desta ideia, temos o filme denominado “Caça à Raposa”, realizado em 1913, pela empresa Campos Filme, o qual foi analisado por Morettin (2005). Dirigido por Antônio Campos, o filme trata de uma expedição em plena capital paulista para a prática de uma caça à raposa. Como afirma Morettin (2005), dentre os aspectos que merecem consideração com relação ao filme, destaca-se os indicativos de alto poder aquisitivo naquele contexto, como o automóvel, os empregados, o cavalo, os trajes de hipismo e o pequeno círculo social identificado pelo modo de se portar e vestir. Ao associar a caça à raposa aos primórdios do hipismo, e tendo-se este último associado a mais de um grupo cultural de origem europeia em Porto Alegre – os quais trouxeram os influentes ideais das lutas das mulheres e apresentando novas perspectivas para as brasileiras –, identifica-se, nesta prática, a proposta de uma nova expectativa à participação social das mulheres das elites econômicas, compondo parte de sua educação (PEREIRA; SILVA; MAZO, 2011).

Conforme Melo (2009b), o hipismo fazia parte das práticas esportivas sul-rio-grandenses que, no início do século XX, eram consideradas como sinais de *status* e distinção, marcas de classe e hierarquia social. A *Revista do Globo*, por exemplo, ao publicar, na década de 1940, a divulgação da organização de uma temporada hípica, realçou que as associações esportivas que a promoveriam “[...] congregam figuras destacadas da sociedade gaúcha [...]”

(FESTA..., 1943, p. 38). Nesta medida, homens, mulheres e crianças já são vistos como protagonistas nas imagens desta prática esportiva. Inclusive, a equitação era concebida como parte da educação de mulheres jovens das elites, sendo apreciada em função de que elas deveriam desenvolver determinadas capacidades que lhes consentissem satisfazer com propriedade os novos papéis sociais esperados. Na prática equestre do hipismo, era mais trivial e mais plausível a participação das mulheres, especialmente das elites, as quais já tomavam parte ativa nas competições.

Porém, esta característica de abertura a homens e mulheres nas competições hípicas pode ser devida a uma possível dupla origem desta prática esportiva equestre. O hipismo, além de apresentar seus primórdios no contexto das práticas militares associadas à cavalaria, também encontra a sua origem nas atividades aristocráticas europeias, como as caçadas e demais práticas de lazer das famílias nobres, das quais eram adeptos homens e mulheres (ROJO, 2007). A este respeito, a prática do tênis também era realizada por mulheres desde seus primórdios na Inglaterra, apesar de, ao contrário do hipismo, existirem competições separadas para homens e mulheres. Além da origem aristocrática, ambas as práticas esportivas também se aproximam, possivelmente, pela classe nitidamente ser mais importante do que o sexo quando se tratava de um de seus praticantes.

Na caçada à raposa, podiam inscrever-se tanto cavaleiros como “senhorinhas” (O CRYSTAL..., 1929, p. 6). A raposa era representada por um (a) cavaleiro/amazona⁵⁷ e não foi identificada a presença de cães de caça.

⁵⁷ O termo “amazona”, conforme nos trazem alguns dicionários, constitui um sinônimo para “cavaleira”, ou seja, a mulher que monta a cavalo. “Amazona” é empregado com muito mais frequência no meio hípico, até mesmo nas fontes mais antigas que localizamos. Atualmente, existem, inclusive, para exemplificar, um Campeonato de Saltos Nacional de Amazonas (mais conhecido como o “Brasileiro de Amazonas”) e um Campeonato de Saltos Estadual de Amazonas (conhecido como o “Gaúcho de Amazonas”), apesar de que, em todas as outras competições de hipismo atuais com exceção destas citadas, homens e mulheres competem em iguais condições nas mesmas provas. A expressão “amazona” provém da mitologia grega, em que se refere a um membro de uma tribo de mulheres caçadoras, guerreiras e cavaleiras que teriam vivido na Europa Oriental. Desta forma, também pode referir-se a uma mulher com costumes varonis. Outro significado é o próprio traje especial para as mulheres praticarem a equitação. Tratava-se de uma roupa rigorosamente codificada cujo nome é “amazona”, exatamente como aquela que a veste, singulariza, assim, a silhueta das mulheres, tranquilizando o “pudor”, segundo os tratados de equitação do século XIX (HOUBRE, 2007). Enfim, até o cavalo era de “dama”, pois este animal era especialmente escolhido e adestrado por um mestre de equitação para esta finalidade, ou seja, a equitação feminina. Conforme

Oferecia o prazer da perseguição apenas para os espectadores participantes, mas descartava o excitamento de um jogo violento, representado, de forma mimética, pelos cães e a raposa, analisada por Elias e Dunning (1992).

Schpun (1999) adverte que a maior participação das mulheres nesse tipo de evento acontecia por ser uma prática menos competitiva, por isso “menos significativa aos olhos do grupo” (p. 57). Desta forma, além de praticarem a caça, tanto como raposas quanto como caçadoras, as mulheres participavam, também, dos momentos de sociabilidade, marcados pelo café, servido ao ar livre, em que claramente conviviam com os homens como se não existisse maior distinção de gênero, avigorando o caráter familiar do evento.

Conforme Elias (1992), o esporte, como conhecido hoje, consistiu em uma invenção inglesa cujo desenvolvimento coincidiu com o fim da guerra civil de meados do século XVII. A extinção das inimizadas diminuiu drasticamente a fonte de excitação que a batalha representava, incitando a procura por novos mecanismos desse prazer primitivo. Os esportes ganham regulamentos e um sentido de organização cujo fim é justamente alargar, no tempo, a sensação de luta, bem como Guterman (2006) exemplifica com o futebol.

Elias (1992) menciona a caça à raposa como modelo dessa alteração. O esporte civilizou-se ao coibir que os caçadores matassem a raposa (GUTERMAN, 2006). De acordo com as novas regras, somente os cães poderiam dar cabo das raposas, e isso após a superação de muitos obstáculos. O alicerce de tal modificação é, assim, basicamente lúdico, simbólico (TOLEDO, 1996-97).

A caça à raposa, assim, como um esporte pré-moderno, possibilitou a emergência do salto do hipismo, o qual, agora, é inteiramente moderno. A racionalização constitui a chave para este processo, uma vez que a atividade de caça em si iniciou como uma ocupação utilitária, evidenciando uma maior preocupação com a alimentação do que com o prazer da perseguição. Ao deslocar-se o cerne da atividade para o seu processo em detrimento de seu

Adelman (2006), o termo “amazona” sugere que as mulheres exercitavam sua competência em atividades cujos riscos e desafios supostamente descaracterizariam um sujeito feminino. No século XIX, inclusive, praticamente nenhuma cavaleira/amazona, por mais audaciosa que fosse, transgrediu uma regra absoluta: ‘montar em amazona’, ou seja, no lado esquerdo do cavalo, com as pernas juntas.

resultado, isto é, ao passar-se a valorizar a prática em si, um processo de racionalização transformou-a no hipismo. No contexto do hipismo porto-alegrense, na década de 1920, as fontes já indicam alguns indícios desta racionalização por meio de regras e regulamentações quanto à participação nas provas hípicas.

Ao considerar o processo da prática da caça à raposa em si, isto é, os percursos com obstáculos, pode-se retomar o discorrido por Elias (1992) acerca das características desta enquanto uma das prováveis origens da prática do salto. Para as classes de elite que praticavam a caça, a tensão e a excitação proporcionadas pelo prazer da perseguição à raposa a cavalo, percorrendo uma trajetória plena de obstáculos e barreiras, constituíam o elemento principal desta sua atividade de distração. Isto sugere que os saltos da prática do hipismo, restritos em uma pista, passavam a remontar a estes momentos em que os cavalos necessitavam transpor troncos, rios e diversos outros obstáculos naturais com os quais os caçadores se deparavam pelas florestas ao percorrerem terrenos de peculiaridades diversas.

A vontade de montar a cavalo para percorrer trilhas e superar os obstáculos naturais se estabeleceu de tal maneira que, mesmo em temporada de baixa estação de caça ou em tempos de inverno rigoroso, os britânicos mobilizavam-se para o treino dos saltos, expondo prováveis primitivos sinais daquela que se tornaria, posteriormente, a atividade mais contemplada do hipismo: os saltos. A apropriação de um tipo de competição que remetesse às reconhecidas caçadas, mas em um ambiente significativamente menor e com regras definidas, pode indicar aspectos da racionalização neste contexto hípico. A elaboração de obstáculos previamente armados, os quais reproduzissem aqueles naturais, normalmente encontrados, também compõe este incipiente cenário de busca pelo rendimento.

Com relação à prática que, possivelmente, originou o hipismo - a caça à raposa - é curioso observar a forma com que foi apropriada no Rio Grande do Sul, evidenciando uma racionalização semelhante à identificada em São Paulo (SCHPUN, 1999), qual seja: não existia propriamente raposa, mas sim um cavaleiro/amazona hábil, que partia anteriormente a todos e era o objeto da

caça (PEREIRA; MAZO, 2014a). A perseguição ocorria por meio do cavaleiro/amazona-raposa.

Reportagem da *Revista do Globo* demonstra a participação tanto de civis como de militares nesta prática, em Porto Alegre, no ano de 1931, promovida pela Sociedade Hípica Rio Grandense na várzea do Cristal, local onde, atualmente, situa-se o *Jockey Club* do Rio Grande do Sul (SOCIEDADE..., 1931). Esta sociedade costumava incluir a caça à raposa em sua programação de aberturas de temporadas hípicas anuais, tendo um ponto de reunião para a partida, como, por exemplo, a Praça Teresópolis (SOCIEDADE HÍPICA..., 1929, p. 5), e um ponto para a chegada, como o Restaurante Monteggio, no Bairro Vila Nova, onde, geralmente, ocorria uma festa logo a seguir.

Não era somente na abertura de temporada que a caça à raposa tinha espaço, uma vez que ao longo do ano esportivo outras caças ocorriam. O Diário de Notícias anuncia, em abril de 1929, uma caça à raposa durante a programação de uma festa hípica. O que pode ser percebido é que as caças à raposa sempre costumavam abrir a manhã de competições. A disputa iniciava com a “raposa” partindo primeiramente e os concorrentes, já previamente agrupados ao lado da igreja Menino Deus (O CRYSTAL..., 1929, p. 6), por exemplo, partiam em seguida, assim que o grito de “caça livre” era emitido pelo diretor da caçada, muitas vezes um capitão.

O percurso da caçada, que era somente do conhecimento da raposa, incorporada por um (a) cavaleiro/amazona, era geralmente composto por “[...] caminhos com diversos obstáculos [...]”, o que tornava “[...] muito interessante essa prova” (O CRYSTAL..., 1929, p.6). Este trecho da reportagem reforça a valorização conferida ao trajeto da caça, o qual era o principal promotor dos sentimentos de divertimento, desafio e excitação da prática. À chegada, geralmente no Bairro Cristal, era capturada a raposa. O cavaleiro/amazona que prendia a raposa seria, na próxima festa, o (a) escalado (a) para esta posição.

Ao analisar tal apropriação da caça à raposa no contexto porto-alegrense, podemos fazê-lo à luz de uma mudança da caça para um esporte moderno. Deste modo, a fim de que pudesse ser instituído o princípio da igualdade de condições na competição, isto é, com o intuito de eliminar as diferenças advindas do fato de que cada animal é diferente do outro, a solução,

em Porto Alegre, foi criar um animal que simbolizasse a igualdade de todos os animais. De tal modo, a racionalização da caça à raposa, em Porto Alegre, determinou que um cavaleiro/amazona, também montado (a) em um cavalo, passasse a representar a raposa, a qual deveria ser capturada por um (a) cavaleiro/amazona concorrente.

Tratava-se de uma prática da cidade, a qual existia no campo e não exigia de seus praticantes um expressivo esforço corpóreo. A prática do salto do hipismo, oriunda da caça à raposa, já é sistematizada em harmonia com um estilo de vida burguês em Porto Alegre, ou seja, das novas elites urbanas, constituindo pontes entre os distintos estratos dos grupos mais privilegiados economicamente. Tem-se uma ideia que corrobora com o que pensou Elias (1992) acerca da história de um esporte, considerando-o não puramente como a prática isolada de pessoas ou grupos, nem exclusivamente um número de alterações não padronizadas, mas um conjunto unificado de alterações no arranjo, nas normas e na conformação atualizada do próprio jogo, o qual se dirige a um estágio característico de equilíbrio de tensão.

As hípicas apresentavam-se enquanto espaços de diversão e lazer, no Rio Grande do Sul. Nestes espaços sociais, realizavam-se muitas festas contando com a presença de destacados membros da sociedade da época, ladeados por autoridades. Estes eventos contavam também com a presença de militares do Exército e da Brigada Militar, além da significativa presença das mulheres nas disputas a cavalo (FESTA..., 1932). A prática da equitação, a exemplo do que ocorria em São Paulo (SCHPUN, 1999), admitia a participação das mulheres em Porto Alegre. Especificamente na transição das décadas de 1920 a 1930, destacam-se a Sociedade Hípica Rio-Grandense, a Sociedade Hípica Porto-Alegrense e a seção hípica do Porto Alegre *Country Club*.

No princípio da década de 1930, uma associação esportiva dedicada a outro esporte passa a oferecer o salto hípico. O Porto Alegre *Country Club*, que tinha o golfe como sua principal prática, começa a proporcionar aos seus associados esta prática hípica (SOUZA, 2000). Em dezembro de 1934, ocorreu a criação do departamento hípico do clube (FERNÁNDEZ, 2009). Após a fusão com a SHR, o Porto Alegre *Country Club* passou a ser cada vez mais frequentado. O clube adquiriu uma *carrière* – pista para a prática esportiva com

equinos - e uma cancha de polo equestre. Muitas vezes, enquanto os casais jogavam golfe, os seus filhos praticavam o hipismo, orientados por um professor. Assim, muitas tardes hípicas eram promovidas por este clube, as quais também costumavam incluir caçadas à raposa.

Posteriormente, em 1939, a *Sociedade Hípica Porto-Alegrense* (SHPA) – ainda hoje vigente - é fundada e configurou como um espaço que, mais do que oferecer a prática hípica, passou a ser a principal representação do hipismo na cidade (ÁLBUM..., 2009). Muitos de seus sócios migraram do *Porto Alegre Country Club* (OSWALDO..., 2009). Seus fundadores eram grupos de amigos que organizaram a nova sociedade participando de todo o processo de criação. Arrecadavam fundos para a construção da estrutura por meio das ações da Sociedade. Destaca-se que, neste período inicial, a prática do polo era marcante nas dependências da SHPA. A seção hípica do *Porto Alegre Country Club* e a *Sociedade Hípica Porto Alegrense* foram ambientes equestres frequentados regularmente por sócios muito atuantes no cotidiano de organização do esporte hípico no estado por meio da atual Federação Gaúcha de Esportes Equestres (FGEE), a qual foi fundada, na década de 1940, como Federação Hípica Sul-Rio-Grandense (FHSRG).

4.8 Regulamentação da prática do hipismo sul-rio-grandense

Neste subcapítulo são abordados os movimentos iniciais de vinculação da prática do hipismo no Rio Grande do Sul com a política nacional do país. Enquanto um fenômeno complexo e temporalmente determinado, o atrelamento de leis ao contexto hípico e esportivo do estado apresentou peculiaridades que se refletiram na configuração dinâmica de relações entre militares e civis. Procurou-se demonstrar, assim, que, ao determinar características e ações das instituições hípicas sul-rio-grandenses, a legislação esportiva nacional também estabeleceu relações com os grupos sociais envolvidos e sua contínua interdependência entre si.

Com o início do Estado Novo (1937), as práticas esportivas passaram a desempenhar um papel relevante no contexto da política nacional brasileira. Até então, houve a propagação das associações esportivas sem um controle

mais significativo do poder público. Em 1941, foi promulgado o Decreto-Lei nº 3199, o qual buscava regulamentar o esporte nacional.

A legislação determinava a formação de federações estaduais para todos os esportes, compostas, no mínimo, por três associações. Estas federações, por sua vez, deveriam se constituir em entidades estaduais, que se subordinariam a uma confederação nacional e estas, finalmente, a um órgão máximo denominado Confederação Brasileira de Desportos (CBD).

No cumprimento da exigência legal, em 1943, era fundada a Confederação Brasileira de Hipismo (CBH), e, somente três anos mais tarde, em 1946, foi criada a Federação Hípica Sul Rio-Grandense (FHSRG), em Porto Alegre. A nova organização no hipismo abalizava reflexos da referida lei que suscitaria alterações na maneira como a prática hípica vinha desenvolvendo-se, tanto na capital como no Estado, desde sua emergência (NASCE..., 2010).

A este respeito, em reportagem do *Almanaque Esportivo do Rio Grande do Sul* (AMARO JUNIOR, 1947), encontra-se o registro de um acentuado desenvolvimento da prática do hipismo, no Estado, em 1946. Apesar de se considerar que este referido ano é o mesmo da fundação da FHSRG, o texto ainda destaca que foi somente em 1947 que esta nova entidade hípica entrou em atividade completa. Portanto, os avanços conquistados na prática do hipismo deviam-se, especialmente, ao esforço dos clubes que o promoviam, bem como de seus adeptos. Desta forma, a reportagem ainda apresenta o hipismo como “o esporte predileto do gaúcho” (AMARO JUNIOR, 1947, p.183), reforçando, assim, o incremento crescente deste esporte na década de 1940, com os clubes porto-alegrenses que o proporcionavam, destacando-se a Sociedade Hípica Porto Alegrense, o Clube Farrapos e o Clube Hípico Andrade Neves. Tal consolidação do hipismo deu-se, principalmente, por meio da regularidade com que já eram realizadas competições, as quais contavam com um número cada vez mais elevado de competidores e público. Logo, representações acerca do hipismo como um conhecimento peculiar, um sinal de habilidade e de aptidão são estabelecidas.

Pretendemos, a partir de então, tratar da construção de representações socioculturais em torno do hipismo enquanto uma prática essencialmente militar e vinculada a uma aristocracia rural no Rio Grande do Sul. Desta forma,

os grupos sociais atrelados a este cenário pressionam-se mutuamente em um jogo simbólico de socialização constituído por meio desta prática equestre. A partir disto, dirigiu-se esta narrativa no sentido de revelar que o processo de socialização resultante deste jogo simbólico no meio hípico contribuiu para o estabelecimento do hipismo tanto enquanto um espaço plural como enquanto uma configuração cultural militar e civil no estado.

Assim, tem-se que a conquista da sede da SHR representou, para uma parcela da elite e de autoridades políticas e militares, a conquista de um local de encontro durante a realização de seus torneios hípicos. A este respeito, em uma reportagem do jornal *Diário de Notícias*, encontra-se a seguinte passagem: “Realiza-se [...] mais uma das elegantes festas que a Sociedade Hippica Rio Grandense vem oferecendo aos seus sócios e à elite porto-alegrense em geral [...]” (A FESTA..., 1929, p.5).

Deste modo, há famílias que, desde aquele período até os dias atuais, envolviam-se significativamente com a prática do hipismo e cujos sobrenomes já se faziam presentes no quadro de sócios como praticantes e dirigentes. É o caso, por exemplo, das famílias Chaves Barcellos, Gerdau Johannpeter, Schapke e Chagastelles (ANDRÉ..., 2009; SOCIEDADE HIPICA..., 1929). A tradição familiar aristocrática permeou o universo hípico porto-alegrense desde sua emergência. Consequentemente, capital social simbólico e destaque são atribuídos aos detentores dos sobrenomes realçados pela participação e desempenho neste contexto equestre, em uma associação com os valores nobres e de realeza intrínsecos a este esporte dos reis desde suas origens (DEL PRIORE, 2009; VIGARELLO, 2008).

Neste cenário, a prática do salto do hipismo, paulatinamente, foi desenvolvendo-se e ocupando outros ambientes não só em Porto Alegre, como em outras cidades do Rio Grande do Sul. O esporte foi organizado a ponto de ocorrer a fundação de novas hípicas na região serrana do Estado, onde muitos imigrantes, principalmente alemães, habitavam (FESTA..., 1945).

Na década de 1960, o hipismo sul-rio-grandense apresentava-se em uma nova e importante fase de consolidação e legitimação da prática por meio, especialmente, da estabilização da Sociedade Hípica Porto Alegrense, que promovia muitas competições, além das frequentes *carrières* que eram

inauguradas no interior do Estado naquele período. Outra iniciativa que se identificava, na referida década, para melhor preparar o nível técnico dos cavalos e cavaleiros, era a presença de instrutores militares de equitação estrangeiros na mencionada sociedade hípica, especialmente provenientes da Europa (OSÓRIO, 1965). Concomitantemente, o hipismo segue a ser destacado em reportagens, como na *Revista do Globo*, como um esporte “exclusivo”, “belo e elegante” (CARNEIRO, 1966, p.10), em que apenas algumas dezenas de pessoas, praticavam aos domingos, principalmente.

Ainda na década de 1960, um importante evento hípico passou a ocorrer anualmente: o Festival Hípico Noturno (FHN). O FHN de Porto Alegre é um evento promovido pelo Quarto Regimento de Polícia Montada⁵⁸ (4º RPMon) – Regimento Bento Gonçalves (RBG), quartel este localizado em Porto Alegre. Tal festival foi criado por um grupo de oficiais de cavalaria sob o comando do Tenente Coronel Átilo Cavalheiro Escobar, os quais vislumbraram, na prática do hipismo e do adestramento ao cavalo, a busca de melhores condições para o policiamento montado, bem como realizar uma confraternização entre os homens da cavalaria.

Esta prática de conagraçamento entre os integrantes de unidades militares de cavalaria é muito forte até os dias atuais, e, possivelmente, foi um dos aspectos que motivou o grupo de oficiais da corporação a organizarem o FHN (PEREIRA; MAZO; FAGUNDES JUNIOR, 2014). O FHN ocorre anualmente desde 1960, tendo contado, desde o seu início, com integrantes da Brigada Militar, Exército Brasileiro, outras polícias coirmãs, bem como participantes da comunidade civil. Sua criação ocorreu por ocasião da inauguração da *Carrière* Noturna do 4º RPMon, com a finalidade de promover a integração dos cavalarianos da corporação (BOLETIM, 1960). Na primeira edição do evento, houve a participação de cavaleiros civis, destacando-se Jorge Gerdau Johannpeter, considerado o melhor cavaleiro civil naquela

⁵⁸ Antigo Quartel das Bananeiras, no arrabalde (bairro) Chácara das Bananeiras, onde sediava a Escolta Presidencial da Brigada Militar (MAZO et al, 2012), entidade pioneira na prática do hipismo em Porto Alegre (PEREIRA, 2012). Atualmente, o RBG apresenta, em seu quadro, 208 servidores militares, que atuam com dois esquadrões montados, em todos os bairros da capital, e um Esquadrão de Guarda que executa serviços junto ao Palácio Piratini, aos moldes da antiga Escola Presidencial. O atual comandante é o major Armin Hugo Muller Neto (GOULART, 2016).

ocasião (ENCERRADO, 1960). Com 56 edições ininterruptas até hoje, o FHN ocorre dentro dos festejos de aniversário da corporação.

Ao atingir a década de 1970, o evento envolvia os policiais militares do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Guanabara, 2ª e 3ª Brigadas de Cavalaria Mecanizada, Universidade Federal de Santa Maria, Regimento General Osório, Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPORPA), Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), Sociedade Hípica Porto Alegrense (SHPA) e Cantegril Club (ALCANÇA..., 1972). Assim, este festival reforça a ideia de uma relação de parceria entre os grupos sociais militares e civis no cenário hípico sul-rio-grandense.

Com o passar dos anos, o FHN ganhou notoriedade regional e passou também a ser conhecido internacionalmente (PEREIRA; MAZO; FAGUNDES JUNIOR, 2014). Tal concurso de saltos, idealizado pela Brigada Militar, também conta com o apoio da Federação Gaúcha dos Esportes Equestres (FGEE) e, desde 2007, tornou-se, também, uma prova válida pelo Concurso de Saltos Nacional (CSN), segundo publicação do *site* oficial da Brigada Militar (HISTÓRIA..., 2010). Atualmente, além das tradicionais entidades, o evento congrega as organizações policiais e militares dos países do Cone Sul (nome comumente dado à parte meridional da América do Sul). Assim, é comum, nos últimos anos de realização do FHN, haver participantes oriundos do Uruguai e da Argentina, o que acabou corroborando para que este evento se tornasse, no cenário do hipismo, um grande acontecimento. O FHN firmou-se no cenário nacional e internacional, configurando-se como o mais antigo evento hípico noturno do país e o segundo mais importante do hipismo sul-rio-grandense.

Isto porque há um evento hípico sul-rio-grandense de importância ainda maior: trata-se do *The Best Jump* - Concurso de Saltos Internacional Cidade de Porto Alegre, em que competem alguns dos melhores cavaleiros do mundo, configurando-se como um dos eventos mais relevantes da América Latina, válido como classificatória para a Copa do Mundo de Hipismo e para os Jogos Pan-Americanos (PEREIRA, 2012a). Ao completar 48 anos, em 2016, assim, este evento já se encontra consolidado no circuito nacional e internacional de hipismo. Foi por meio da iniciativa dos admiradores desta prática esportiva que o *The Best Jump* emergiu em 1969. O maior objetivo era divulgar o hipismo e

agregar novos adeptos. A dedicação e a competência de Alcy Resende, Hugo Cipião Ferreira, Oswaldo Lia Pires, Franco Batini, Jorge Gerdau Johannpeter e Sérgio Schapke deram início a um movimento que gerou a premiação como se conhece atualmente. Hoje, o *The Best Jump* é referência para praticantes e amantes deste esporte, principalmente por conta da melhoria técnica que proporcionou ao hipismo sul-rio-grandense por meio do intercâmbio entre cavalos e cavaleiros de distintos países.

Já no início da década de 1970, quando é estabelecido o 3º Regimento de Cavalaria de Guarda (Regimento Osório), em Porto Alegre, tem-se a concretização de mais três importantes espaços para competições municipais, estaduais e nacionais: a pista de saltos “General Osório” e um campo de polo equestre, inaugurado posteriormente, em 1975, bem como um picadeiro coberto, uma lacuna que se fazia sentir nos meios hípicas do estado, estabelecido em 1978 (HISTÓRICO..., 2014). Este picadeiro foi arquitetado dentro da mais moderna técnica do período, tendo em vista maiores e melhores oportunidades para o trabalho e manejo do cavalo. Assim, em meio às relações interdependentes entre militares e civis no hipismo sul-rio-grandense, também pode identificar-se uma dinâmica semelhante a um jogo em que, algumas vezes, primeiros passos e ações são movidos pelos militares. É possível que isto ocorra em função da já consolidada conjuntura hípica estabelecida e legitimada pelos militares anteriormente aos civis no Rio Grande do Sul. Desta forma, uma pressão e reação é gerada aos civis, a fim de reequilibrar a configuração dinâmica civil-militar constituída.

Além disto, este regimento promovia, todas as semanas, provas “internas” de salto, com a presença de convidados da Brigada Militar, por meio do Regimento Bento Gonçalves, em sua *carrière*. Eventualmente, o presidente da Federação Hípica Sul-Rio-grandense era convidado (PRESIDENTE..., 1978, p.7). Percebe-se, assim, que, apesar de caracterizarem-se predominantemente como de continuidade, eventualmente, as relações de interdependência entre civis e militares, no meio hípico, apresentavam-se como relações de ruptura. Desta forma, ao utilizar o termo “interno” para estas provas de salto, possivelmente estes grupos militares determinam outra experiência de

socialização dentro do cenário hípico sul-rio-grandense, evidenciando o quão dinâmicas estas relações podem apresentar-se.

Diante disto, já mais ao final da década de 1980, o nível do hipismo sul-rio-grandense já era considerado como bom, conforme reportagem da revista *Equusul*, enquanto que, concomitantemente, o nível do hipismo nacional era considerado médio (O NÍVEL..., 1989). Isto se devia, em grande parte, ao fato de que o hipismo do Rio Grande do Sul, naquele momento, já contava com conjuntos (cavalo e cavaleiro) participando em todos os concursos nacionais e em todas as categorias. Além disto, a presença de um conjunto sul-rio-grandense, dentre os classificados em cada competição, era frequente.

Tal desenvolvimento foi possível, especialmente, em função de um importante trabalho desenvolvido pela FHSRG em 1988: o de intensificar a interiorização do hipismo para não permanecer tão limitado à capital do Estado (O NÍVEL..., 1989). A partir de tal medida, passou-se a aproveitar o contato com cavaleiros que participam de campeonatos nacionais e internacionais, estimulando e aumentando o número de competidores neste nível.

Tais fatos, aliados ao já estabelecimento da prática no Rio de Janeiro e São Paulo, sugere um panorama de engajamento regional, nacional e internacional, ao considerar-se, também, o fato de o hipismo já estar incluído no programa olímpico desde a edição de Paris (França) em 1900, com a concretização de somente três provas. Já nas edições de Saint Louis (Estados Unidos) em 1904 e Londres (Reino Unido) em 1908, o hipismo esteve afastado; contudo, a partir da edição de 1912 em Estocolmo (Suécia) situou-se de vez na agenda da competição (VIEIRA; FREITAS, 2007).

Era comum, neste período, que em cada abertura de temporada, uma sociedade visitasse a outra. Desta forma, por exemplo, a SHPA, em comemoração à abertura da temporada de hipismo de 1943, na capital, realizou uma visita à Seção Hípica do Porto Alegre *Country Club*, em sua sede, localizada nos campos de Montserrat (FESTA..., 1943). Nesta ocasião, promoveu-se uma demonstração de hipismo, provas de saltos, corridas, etc., em que tomaram parte diversos sujeitos pertencentes a ambas as entidades. Apesar de, em um primeiro momento, este fato parecer constituir o estabelecimento de um circuito restrito ao meio civil, o que se identifica nas

fontes é a participação de militares, alguns dos quais que até mesmo pertenciam a tais sociedades hípicas, apesar de não necessariamente representá-las durante as competições.

A respeito destas disputas, destaca-se que o hipismo, em especial em Porto Alegre, na década de 1940, costumava organizar um programa em que constasse, dentre outras provas, uma grande “caçada à raposa”, bem como uma “corrida de obstáculos”, a qual costumava ser realizada nas dependências da então Associação Protetora do Turfe (FESTA..., 1943).

Assim, tem-se mais uma evidência de uma relação de interdependência entre os domínios socializadores do turfe e do hipismo, constituindo, possivelmente, um processo de socialização que compartilhava espaços físicos e, desta forma, poderia reforçar um jogo simbólico entre as representações militares e as da aristocracia rural. Fortalece-se, assim, uma configuração constante e dinâmica de relação entre os domínios socializadores destas práticas, em que se sugere que os sujeitos envolvidos procuravam equilibrar suas representações de *status* e poder favoravelmente a eles mesmos ao demonstrar este trânsito entre dois cenários hípicos distintos, mas com pontos em comum, tais como, por exemplo, algumas raças de cavalos, assistência composta por uma elite econômica, proprietários de animais presentes em ambas as práticas e instrutores militares europeus, ou brasileiros que tivessem tido a oportunidade de estar nas escolas europeias de equitação.

A prática do salto do hipismo, foi desenvolvendo-se e ocupando outros ambientes não só em Porto Alegre, como no Rio Grande do Sul como um todo. De tal modo, a necessidade de coordenação e diretoria do esporte hípico foi sendo percebida para além dos reflexos do Decreto-Lei nº 3199, que impunha, dentre outras, a necessidade de instituir federações e confederações para conduzir os esportes no país; até que, com estes fins, em 1946, na capital do Estado, era fundada a Federação Hípica Sul Rio-Grandense (FHSRG) – atual Federação Gaúcha de Esportes Equestres (FGEE). A Confederação Brasileira de Hipismo (CBH) foi criada em 1941 (ROESSLER; RINK, 2006), já como um possível reflexo do Decreto-Lei nº 3.199 de 1941.

A fundação da FHSRG, na década de 1940, assim, representa os primórdios da burocratização desta prática esportiva no Estado. Além disto,

também é possível que os reflexos da incipiente legislação esportiva brasileira tenham contribuído para o estabelecimento desta entidade hípica no Rio Grande do Sul (PEREIRA; MAZO, 2014d).

No início da década de 1950, foi estabelecido um Departamento de Hipismo do Palace Hotel, da cidade de Canela, fazendo com que o Rio Grande do Sul passasse a computar mais uma pista de saltos. Na ocasião, no ano de 1951, foram programadas atrações e festividades para este evento da instituição deste setor hípico, para as quais centenas de turistas de Porto Alegre, Caxias do Sul e outras localidades vizinhas foram atraídas e, conseqüentemente, passaram a frequentar com maior regularidade esta cidade serrana aos fins de semana (WEEK-END..., 1951). As celebrações também contaram com a presença do governador do Rio Grande do Sul na ocasião, Sr. Ernesto Dornelles, muito afeiçoado aos esportes, e dos mais destacados representantes do hipismo sul-rio-grandense e brasileiro, como o Sr. Diego Blanco, presidente da Federação Hípica Sul-Rio-Grandense, e o Sr. Armando Canongia, diretor da Federação Hípica Metropolitana do Rio de Janeiro e diretor da revista *Equitação*.

O programa das comemorações foi iniciado com uma “caçada à raposa”, assistida com o mais animado interesse pela enorme plateia presente. A Sra. Doris Coelho de Souza foi a gentil “raposa” e com suas excelentes qualidades de amazona permitiu que a prova proporcionasse momentos de grande sensação, resultando em uma caçada plena de lances emocionantes até que a “raposa”, afinal, fosse alcançada.

Além desta caçada à raposa, este dia de inauguração da nova pista do Palace Hotel de Canela proporcionou outras práticas para os esportistas sul-rio-grandenses, entre as quais um *rallye* de Porto Alegre a Canela, e diversas provas de saltos (UMA TARDE..., 1951). Houve provas para juvenis, apresentando, dentre os vencedores, sobrenomes tais como Schapke, Johannpeter, famílias pertencentes a uma elite econômica do estado e presentes no meio hípico há muitas gerações; também ocorreram provas destinadas a cavaleiros e amazonas juntos, nas quais participaram atletas do Porto Alegre *Country Club*. As reportagens a respeito sempre destacavam a “[...] intensa emoção para a grande assistência” (UMA TARDE..., 1951, p.38).

Além disto, neste período, já era comum que as amazonas, muitas vezes, obtivessem vitórias sobre os seus adversários homens.

Para além destas provas, houve outras demonstrações hípicas, como era comum. Neste evento específico em Canela, o Major Francisco Pacini, italiano e grande animador do hipismo no Rio Grande do Sul, juntamente com suas alunas (uma delas, a menina Olga Weinheber, na ocasião com seis anos de idade, o que a fazia uma das mais jovens amazonas do país naquele período), e com o Coronel Venâncio Batista, comandante da Brigada Militar, executaram excelentes amostras de alta escola. Ainda nesta ocasião, Ernesto Dornelles, então governador do Estado, concluiu as comemorações realizando aclamadas demonstrações de saltos (UMA TARDE..., 1951).

Tem-se, assim, mais um indício do espaço plural e cultural configurado entre militares e civis no contexto hípico sul-rio-grandense, agregando civis de uma elite econômica do estado e, até mesmo, militares estrangeiros vindos ao Rio Grande do Sul especialmente para disseminarem seus conhecimentos equestres. Ainda em tempo, destaca-se mais uma evidência de que o hipismo era idealizado como componente da criação de mulheres jovens destas elites.

Ainda na década de 1950, identificam-se mais indícios de uma configuração estabelecida entre turfe e hipismo; de uma forma mais geral, entre hipismo e corridas de cavalos. Em reportagem da *Revista do Globo* acerca da realização do 1º Revezamento Gaúcho, uma prova multi-esportiva ocorrida em Porto Alegre, em 1956, foi veiculado que esta abarcou oito práticas esportivas diferentes: pedestrianismo, motociclismo, automobilismo, hipismo, ciclismo, remo, natação e atletismo (1º REVEZAMENTO..., 1956). Contudo, ao analisarem-se as imagens da competição, identifica-se que o que é denominado por “hipismo” trata-se de uma corrida de cavalos ocorrida em um trajeto pelas ruas da cidade.

Este entendimento ampliado de hipismo é localizado, assim, em diferentes fontes, tais como jornais e revistas sul-rio-grandenses, e pode estar conexo com a relação de interdependência identificada entre os domínios socializadores do turfe e do hipismo, bem como de suas respectivas instituições e sujeitos, em uma coexistência que compartilhava não apenas espaços físicos, mas também raças de cavalos, assistência composta por uma

elite econômica e proprietários de animais presentes em ambas as práticas. Assim, tem-se que os domínios socializadores do turfe e do hipismo não estavam acima dos sujeitos, os quais estabeleciam seu trânsito constante e ativo no cenário de convivência constituído pelas relações de interdependência entre ambas. Esta configuração cultural entre turfe e hipismo, assim, é que pode ter dado origem ou ter sido originada, também, em função de uma compreensão ampliada de “hipismo”.

Na década de 1960, a prática do hipismo passa a ser reforçada por novas competições e novos promissores talentos do esporte. Tal processo é retratado em meio às páginas da *Revista do Globo*. Este fortalecimento proporcionado ao hipismo deu-se por conta de talentos como o da jovem amazona Bety Belmonte, que despontava nas competições de nível nacional representando a Sociedade Hípica Porto Alegrense (SHPA), associação muito frequentada pelas elites, especialmente aos finais de semana (OSÓRIO, 1965).

Esta relação militares-civis no panorama do hipismo no Rio Grande do Sul também se apresentava, por exemplo, em aulas e instruções particulares. Assim, era comum que proprietários civis de cavalos contratassem militares para ministrar-lhes aulas, uma vez mais reforçando o respeito e uma autoridade maiores conferidos aos militares, naquele período, no que se refere aos conhecimentos equestres. Como exemplo, tem-se, no final da década de 1970, a amazona Maria Helena Chaves Barcelos Ramos, pertencente a uma elite econômica e cultural porto-alegrense, e que treinava sob orientação do Coronel Cipião (MARIA..., 1978). Por meio deste fato, apresentado na publicação exclusiva do meio hípico *Panorama Equestre*, também se verifica mais um indício das relações interdependentes estabelecidas entre os domínios socializadores do turfe e do hipismo, especificamente no que se refere ao trânsito de animais entre ambos os contextos das práticas.

No final da década de 1990, ainda ocorreu o Concurso Completo Internacional (CCI) Três Estrelas⁵⁹ no Rio Grande do Sul, promovido, pela primeira vez, pela Federação Equestre Internacional (FEI), Federação Gaúcha

⁵⁹ Os níveis de eventos são indicados por Estrelas, variando de uma a quatro Estrelas. Os Concursos Completos de quatro Estrelas são aqueles que demandam o nível mais alto de treino e experiência tanto dos cavalos quanto dos atletas (REGRAS..., 2009).

de Hipismo e Fundação Parque Marechal Osório, no estado. Foi o maior evento do processo histórico do Concurso Completo de Equitação no Rio Grande do Sul. Para além do Internacional Três Estrelas, foram disputados, no Parque Histórico Marechal Manuel Luiz Osório, pertencente ao Exército Brasileiro, em Tramandaí, no litoral norte do estado, o Campeonato Brasileiro do Exército Duas Estrelas e o Gaúcho Uma Estrela (MARTINS, 1998). Reforçam-se, assim, os indícios de que, assim como a nível nacional, a prática do CCE, no Rio Grande do Sul, também permanecia atrelada essencialmente aos contornos militares, uma vez que, no Campeonato Gaúcho Uma Estrela, por exemplo, houve o registro de somente duas participações de civis (PRIMEIRO..., 1998). A composição de tal panorama de competições importantes e ao nível de rendimento, especialmente envolvendo civis e militares, futuramente, possibilitaria a emergência de atletas olímpicos.

4.9 Representação olímpica do hipismo sul-rio-grandense

Este subcapítulo aborda uma das mais significativas passagens do hipismo sul-rio-grandense ao ver-se representado, pela primeira vez, na equipe brasileira que disputaria os Jogos Olímpicos⁶⁰ de 1988 em Seul (Coreia do Sul). Anos mais tarde, a consolidação do hipismo sul-rio-grandense foi confirmada com a conquista de duas medalhas olímpicas para o Brasil, nas edições dos Jogos Olímpicos de 1996, em Atlanta (Estados Unidos), e de 2000, na cidade de Sidney (Austrália). Além disto, o que também reforça a conquista da condição atual do Estado como um dos palcos olímpicos do hipismo é o fato de Porto Alegre sediar, anualmente, como abordado no subcapítulo anterior, dois dos principais eventos do calendário nacional deste

⁶⁰ Os Jogos Olímpicos configuram-se como um evento esportivo de ampla repercussão no mundo atual, tanto por sua marca simbólica, pela reapresentação em escala planetária de uma prática que movimenta representações arquetípicas, como pela dimensão material que abarca milhões de indivíduos direta e indiretamente em seus preparativos e concretização (RUBIO, 2005). Conforme Tavares (1999), os Jogos Olímpicos representam a institucionalização de uma compreensão de práticas que transformam o esporte em uma ação educacional, ética e social, com representações para os indivíduos, as sociedades e as nações. Tal perspectiva assinala a importância e a magnitude que os Jogos Olímpicos desempenham como um fenômeno histórico que colaborou significativamente para a propagação de muitos esportes praticados mundialmente.

esporte: o Festival Hípico Noturno da Brigada Militar, o mais antigo evento hípico noturno do país⁶¹, e o *The Best Jump*⁶², evento internacional que abrange uma Copa das Nações, além de ser válido como classificatória para a Copa do Mundo de Hipismo e para os Jogos Pan-Americanos.

Desta forma, diante deste desenvolvimento do hipismo do Rio Grande do Sul, procurou-se demonstrar, mais do que uma construção, uma legitimação de sua identidade social, com base na experiência incorporada pelos sujeitos dos grupos sociais militares e civis, e também em construção contínua na forma de um *habitus*, construindo-se processual e relacionalmente. Encontrando-se o hipismo dentre os esportes praticados mundialmente que tiveram sua propagação beneficiada pela vitrine dos Jogos Olímpicos, considera-se a possibilidade de este evento ter tido alguma relação de incentivo, não somente ao estabelecimento de entidades hípicas no Rio Grande do Sul, mas também à caracterização de seus moldes estruturais, a qual culminou com a representação olímpica conferida ao estado atualmente.

Na edição dos Jogos do ano de 1952, em Helsinque (Finlândia), o Brasil contou com representantes nas provas de Salto e de CCE, assim como na edição de 1948, em Londres (Inglaterra). Excelentes resultados foram conquistados nestes Jogos, sendo dois quartos lugares por equipes e individual de saltos, com Eloy Menezes montando o cavalo Biguá. Em uma das fontes encontradas, há a informação de que o coronel da Brigada Militar Gerson Borges teria participado destes Jogos Olímpicos, na categoria Salto, apesar de o hipismo do Rio Grande do Sul não ser muito desenvolvido na década de 1950, segundo a publicação (LAÇOS..., 2010). Consta que o coronel Gerson integrava a equipe brasileira formada pelo Coronel Renyldo Ferreira, Álvaro Luciano Dias de Toledo e Eloy Massey Oliveira de Menezes. Contudo, o livro publicado pelo próprio Coronel Renyldo Ferreira registra que a presença de Gerson Borges, capitão na ocasião, limitou-se a um reforço na equipe, apenas competindo em torneios preparatórios para os Jogos Olímpicos e auxiliando no transporte dos animais pela Europa (FERREIRA, 2007).

⁶¹ Sobre este evento, consultar o estudo de Pereira, Mazo e Fagundes Junior (2014).

⁶² Sobre este evento, consultar a pesquisa de Pereira (2012a).

Em meados da década de 1960, a Sociedade Hípica Porto Alegrense renovou seu espaço, com a inauguração de novas *carrières*. Esta associação esportiva contava com instrutores militares, alguns até europeus, ministrando aulas aos iniciantes e futuros cavaleiros e amazonas, fato do qual ainda se encontram indícios até o final da década de 1970 (ESCOLINHA..., 1978).

Desta forma, tem-se que estes sujeitos componentes destas instituições hípias é que estabeleciam a contínua e intensa interdependência entre civis e militares. Os sujeitos, assim, é que se pressionavam mutuamente em um jogo simbólico de socialização no interior deste cenário. Assim, nesse período, era comum que, em termos de conhecimento teórico, prático e técnico, o equilíbrio entre estas relações pendesse para os militares, comumente respeitados em suas instruções e demonstrações.

Estas relações, aos poucos, iam contribuindo para o incremento e fortalecimento da prática do hipismo no estado, até que conjuntos sul-riograndenses passaram a apresentar resultados expressivos em competições internacionais ao nível de alto rendimento. Assim, nos Jogos Olímpicos de 1988, em Seul (Coreia do Sul), também contando somente com competidores na modalidade Saltos, o melhor resultado brasileiro foi o oitavo lugar por equipes. Nesta edição, o Rio Grande do Sul viu-se representado na equipe brasileira de Saltos por um cavaleiro e por uma amazona: André Bier Gerdau Johannpeter e Christina Harbich Johannpeter, que treinaram na Sociedade Hípica Porto Alegrense.

André Bier Gerdau Johannpeter ainda representou o Estado na equipe brasileira que conquistou a primeira medalha para o país nos Jogos de 1996, em Atlanta (Estados Unidos da América): bronze por equipes, composta por Rodrigo Pessoa e seu cavalo Tom Boy, Álvaro Miranda Neto (Doda⁶³), com o cavalo Aspen Joter, Luiz Felipe de Azevedo, com a égua Cassiana Joter, além de André Johannpeter, com o cavalo Calei Joter. Na prova individual, o melhor desempenho foi de Doda, com o oitavo lugar.

Nesta competição, a disciplina de Saltos do Hipismo brasileiro competiu com um aspecto inédito: pela primeira vez na história dos Jogos Olímpicos, a

⁶³ Doda foi cavaleiro do Centro Hípico de Santo Amaro (fundado em 1935) de São Paulo, o qual configura-se, atualmente, como um dos mais importantes clubes para a prática dos esportes equestres no Brasil.

equipe teve, em sua maioria, cavalos criados no país, mais especificamente no Rio Grande do Sul (BANDEIRA, 1996). Três dos quatro cavalos medalhistas de bronze da equipe brasileira (Aspen Joter, Calei Joter e Cassiana Joter) nasceram no Rio Grande do Sul, propriamente em Porto Alegre, no Haras Joter (BANDEIRA, 1996; ROEHE, 1996). A este respeito, André Johannpeter declarou que tal fato representou o avanço⁶⁴ do Brasil na modalidade, pois os países europeus possuem haras com até 200 anos de tradição (BANDEIRA, 1996, p.63). O intuito principal do Haras Joter é democratizar a genética de sua criação, oportunizando o acesso a animais de classe mundial, além de promover o esporte. Isto se dá por meio de leilões em que são ofertados cavalos das principais linhagens da raça de origem alemã Holsteiner, filhos de éguas conhecidas pelos resultados obtidos no esporte, valorizando estes animais propícios à prática do Salto do hipismo. Cabe destacar que o empresário Jorge Gerdau Johannpeter é o titular do Haras Joter.

Tal apoio e incentivo ao desenvolvimento de uma raça equina para a prática do hipismo já conta com registros desde, pelo menos, a organização da Sociedade Hípica Rio-Grandense. Tal entidade, em seus estatutos, publicados no jornal *A Federação*, assim sintetiza suas atribuições, no artigo 1º:

A Sociedade Hípica Rio Grandense, de caracter civil, fundada em 19 de novembro de 1925, tem por fim, sem visar lucros materiais de qualquer espécie para os seus sócios, promover o melhoramento da raça cavalar e o desenvolvimento da equitação. (ESTATUTOS..., 1933, p.7)

A família Gerdau Johannpeter está presente no cotidiano hípico, incentivando e investindo no mesmo desde, pelo menos, a década de 1930, quando o alemão naturalizado brasileiro Kurt Johannpeter chegou ao Brasil e casou-se com Helda Gerdau. A partir de então, a prática do hipismo faz parte do cotidiano desta família. A seção hípica do Porto Alegre *Country Club* e a Sociedade Hípica Porto Alegrense foram os ambientes equestres frequentados regularmente não somente pelo referido casal, mas também pelos seus filhos Klaus e Jorge Gerdau Johannpeter, bem como pelos filhos deste último,

⁶⁴ Outro aspecto apontado pelo cavaleiro André Johannpeter, na ocasião da preparação para os Jogos Olímpicos de 1996, foi a participação em concursos internacionais da modalidade, o que contribuiu muito para o aumento do nível técnico dos conjuntos brasileiros e, conseqüentemente, reforçou o desenvolvimento do hipismo brasileiro (BANDEIRA, 1996, p.63).

Carlos, André, Karina, Beatriz e Marta Johannpeter. A partir destas informações, pode-se retomar a noção de *habitus* trabalhada por Elias (2006), ao ter em conta que a família constitui o primeiro espaço social com o qual se estabelecem relações.

André Johannpeter, juntamente com Rodrigo Pessoa e o cavalo Baloubet du Rouet, Álvaro Miranda Neto (Doda) com o cavalo Aspen Joter e Luiz Felipe de Azevedo com o cavalo Ralph repetiram a conquista da medalha de bronze por equipe em 2000, nos Jogos Olímpicos de Sidney (Austrália). Além de André Johannpeter, pertencente a uma família de elite econômica que, pelo menos desde o início dos anos 1950, tem ligação com o hipismo (UMA TARDE..., 1951), seu cavalo também era de origem sul-rio-grandense, o que denota um investimento muito significativo em mais um aspecto condicionante para o esporte na cidade (ANDRÉ..., 2009).

Além dos Jogos Olímpicos, nos Jogos Pan-Americanos ocorreu a participação de sul-rio-grandenses que iniciaram a prática do hipismo em Porto Alegre. À Brigada Militar, pertenceu o primeiro representante do estado no hipismo em Jogos Pan-Americanos. Trata-se do coronel Gerson Borges, o qual competiu na Cidade do México (México), em 1975, na prova do Adestramento, conquistando uma medalha de bronze por equipe. Em San Juan (Porto Rico), no ano de 1979, esteve presente novamente, alcançando uma medalha de prata por equipe. Em 1983, nos Jogos Pan-Americanos de Caracas (Venezuela), Gerson Borges, foi o técnico da equipe (VIEIRA; FREITAS, 2007).

Depois disso o Rio Grande do Sul só se veria representado no hipismo na edição dos Jogos Pan-Americanos de 1991 em Havana (Cuba). André Johannpeter participou da conquista de uma medalha de ouro na prática dos Saltos do Hipismo por equipe. Tal feito repetiu-se nos Jogos de 1995 em Mar Del Plata (Argentina), quando André Johannpeter era integrante da equipe brasileira que conquistou mais uma medalha de ouro nos Saltos.

Quando os Jogos Pan-Americanos voltaram a ocorrer em Winnipeg (Canadá), em 1999, o Brasil, mais uma vez, conquistou uma medalha de ouro na prova de Saltos por equipes, com a atuação, novamente, de André Johannpeter. Nos Jogos de Santo Domingo (República Dominicana), em 2003, a irmã de André Johannpeter, Karina Johannpeter, participou da conquista da

medalha de bronze para o Brasil, também no Salto por equipes. Esta amazona voltaria a competir nos Jogos Pan-Americanos de 2011, em Guadalajara (México), conquistando uma medalha de prata pela equipe de Saltos.

Importa destacar o fato de que os cavalos tanto dos atletas sul-rio-grandenses, mas também de outros cavaleiros brasileiros em competições, são originários do Haras Joter, que existe há 31 anos. Este criatório de cavalos para, principalmente, a prática do Salto do Hipismo, que prepara animais nacionais com nível de desempenho internacional, representou um impulso para o hipismo não apenas no Estado, mas no cenário brasileiro.

Percebe-se, assim, conforme Pereira, Silva e Mazo (2015a), que o próprio contexto da prática hípica de Porto Alegre, e do Rio Grande do Sul, conforme foi se configurando, possibilitou alcançar a representação de atletas nos Jogos Olímpicos. Muitas características típicas de um esporte moderno já se faziam presentes, mesmo que com certas peculiaridades, no contexto hípico desde os primórdios de sua organização. Por meio de tal fato, aliado aos demais indícios, como a participação de civis e de mulheres vinculadas às elites econômicas da cidade, e também do estado, bem como o investimento financeiro de suas famílias, denota que Porto Alegre e o Rio Grande do Sul imprimiam passos sempre adiante com relação a este esporte olímpico. Por fim, a prática do hipismo, para além do meio militar, acrescentando homens e mulheres das elites econômicas sul-rio-grandenses, revela que tal esporte produziu representações de classes sociais privilegiadas economicamente no período estudado. Os vestígios localizados acerca da origem social de cavaleiros e amazonas envolvidos com o hipismo em outros lugares do Brasil sugerem uma aproximação da realidade sul-rio-grandense com a brasileira.

Nesta esteira de desenvolvimento da prática do hipismo no país, a intervenção do governo federal no setor esportivo, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, também produziu características, valores e referências nas entidades hípcas sul-rio-grandenses. É na esteira do contexto da Constituição de 1988, inclusive, que começa a ser organizada, no estado, a prática da Equoterapia, a partir da qual provêm as primeiras iniciativas vinculadas ao hipismo para-questre no Rio Grande do Sul.

4.10 A inserção do capital privado no hipismo sul-rio-grandense

Neste último subitem, há o debate acerca da inserção do capital privado na prática do hipismo e sua consequente contribuição para a dinâmica permanente das representações sociais de distinção e sociabilidades a ela vinculadas. Diante de um contexto em que o Estado atua privilegiando fundamentalmente interesses privados, após 1988 (VERONEZ, 2005) tem-se um processo de socialização em meio ao cenário do hipismo baseado em patrocínios e promoções sociais das associações hípicas em busca de resgatar os sócios e seu consequente capital. Assim, procurou-se evidenciar que estas iniciativas privadas almejavam adentrar a configuração cultural hípica do Rio Grande do Sul por meio deste jogo simbólico envolvendo grupos sociais bem específicos: uma elite militar e econômica do estado.

Nesta direção, um fato de grande importância para o hipismo sul-rio-grandense ocorrido no final da década de 1990, mais precisamente em maio de 1998, foi o contrato firmado entre a Federação Gaúcha de Hipismo (FGH) – atual Federação Gaúcha dos Esportes Equestres (FGEE) – e o Banco Crefisul⁶⁵, para o patrocínio do *Ranking* Gaúcho acoplado com o Grupo Gerdau, passando a chamar-se Copa Crefisul Gerdau. Desta forma, juntamente com a Purina - marca de rações animais que patrocinava o Campeonato da Liga das Escolas -, o Crefisul passou a ocupar um espaço de evidência em termos de apoio e incentivo ao hipismo (MARTINS, 1998). Nas publicações da imprensa mais específica do hipismo, portanto, tal como o *Jornal do Hipismo*, eram registrados reconhecimentos aos diretores destas entidades. Airton Ferrari, gerente regional do Banco Crefisul, na ocasião manifestou seu contentamento em agregar-se à “família do hipismo”, assegurando que o seu objetivo era de apoiar este esporte e ainda proporcionar todo o tipo de serviço bancário, com atendimento personalizado aos afeitos dos esportes equestres (VARGAS, 1998, p. 2).

É possível, assim, que tais empresas, por meio deste patrocínio esportivo, almejassem adentrar a configuração cultural constituída por esta

⁶⁵ O Banco Crefisul S/A, bem como o Crefisul Leasing, viriam a falir em 2002, ambos em liquidação extrajudicial (CREFISUL..., 2002).

“família do hipismo”. Além disto, como propõe Proni (1998), também poderiam ambicionar por eventos que gerassem um maior número de espectadores, espaço na mídia e, conseqüentemente, um maior número de clientes e consumidores. Contudo, em geral, o público que frequentava as competições, bem como o alcance das publicações específicas sobre o hipismo sul-rio-grandense, não atingiam um número expressivo de pessoas para além daquelas configuradas no meio hípico; para além disto, a maior parte destas pessoas pertencia a uma elite econômica e rural sul-rio-grandense.

Esta elite econômica e rural, inclusive, neste período final da década de 1990, era o alvo a ser atraído pela diretoria social da Sociedade Hípica Porto Alegrense. O clube preocupava-se com a diminuição de suas atividades direcionadas à sociabilidade de seus associados e, desta forma, passou a elaborar uma programação com o objetivo de trazer estes associados de volta ao clube. Dentre as ideias organizadas, destacaram-se a realização de um baile de debutantes, um chá em benefício da Liga Feminina de Combate ao Câncer e a criação da Diretoria Jovem na pasta social para colaborar na promoção de eventos (VARGAS, 1998). Por meio destas atividades identificadas, sugere-se que as representações vinculadas à distinção social destas elites eram reforçadas.

4.11 Apontamentos finais

Ao considerar os primeiros momentos do hipismo no Rio Grande do Sul, os quais tomaram espaço no interior de quarteis, no início do século XX, tem-se, concomitantemente, um declínio da prática das corridas de cavalos, as quais já não mais condiziam com a nova ordem que se impunha: o moderno e atual, o urbano e civilizado, a força e a energia no corpo humano e não mais o antiquado, agrário e patriarcal entretenimento representativo da força animal. Deste modo, o espaço da cavalaria da Brigada Militar é que passa a abrigar as ações e treinamentos baseados na moderna prática com representações europeias e de elite do hipismo, constituindo-se como um ambiente precursor para o desenvolvimento desta prática no contexto sul-rio-grandense.

A partir disto, são instituídas competições militares que criam e mantêm relações entre o turfe e o hipismo, uma vez que os integrantes da cavalaria do

exército eram afeiçoados a ambas as práticas equestres. Desta forma é que, paulatinamente, uma configuração cultural passa a emergir de uma dinâmica criada por esta relação. Este conjunto de forças pôde constituir uma configuração das entidades e dos sujeitos envolvidos neste cenário hípico, contribuindo, em decorrência, para a promoção e desenvolvimento de ambas as práticas equestres.

Neste contexto, gradualmente, passa a identificar-se uma abertura do espaço do hipismo sul-rio-grandense para a população civil do estado e a conseqüente relação que passa a ser constituída entre este grupo social e o grupo dos militares envolvidos com esta prática. O primeiro espaço constituído, no Rio Grande do Sul, a proporcionar este acesso relativo à população civil foi a Sociedade Hípica Rio-Grandense, em Porto Alegre. A partir da pluralidade originada desta convivência estabelecida entre ambos os grupos neste meio, portanto, é composta uma configuração cultural entre os mesmos.

Esta rede de relações, porém, não se limitou à capital e região metropolitana do estado, na medida em que se constatou a constituição de novos espaços destinados à prática do hipismo no Rio Grande do Sul. Contudo, apesar da disseminação do hipismo por diferentes regiões, tem-se que o jogo de forças de parceria entre militares e civis, um em relação ao outro, ainda assim não proporcionava a abertura plena do espaço hípico, posto que uma limitação e uma reserva do ingresso à prática foram identificadas e ainda prosseguiram, desta vez, por meio da distinção de classe de seus praticantes, atrelados ao grupo com maior poder e capital econômico.

Assim, uma vez que esta entrada para o panorama hípico sul-rio-grandense não se apresentava como absoluta, mas sim ainda restrita a uma camada social e a uma quantidade de capital econômico possuído, evidenciou-se um equilíbrio conjuntural que se mostrava conveniente entre militares e civis que correspondessem a este perfil socioeconômico. Por meio desta estabilização, então, é que se poderiam constituir relações funcionais, mantidas entre si, para um desenvolvimento da prática do hipismo coerente aos interesses da coexistência destes grupos sociais em seu interior.

Esta referida convivência destes grupos também podia ser observada na prática da caça à raposa, a qual se apresenta tanto como prática esportiva que

originou representações de distinção social associadas ao hipismo, quanto como um espaço de apropriação cultural e plural de múltiplas relações sociais dinâmicas entre militares e civis e suas instituições no Rio Grande do Sul. Tais grupos sociais, eventualmente, posicionavam-se distintamente em função da visibilidade e meios disponíveis em diferentes momentos, propiciando a constituição de um processo de socialização neste ambiente equestre.

Posteriormente, até mesmo com a aproximação e os movimentos iniciais de vinculação da prática do hipismo no Rio Grande do Sul com a política nacional do país e o resultante atrelamento de leis ao contexto hípico e esportivo do estado, as relações entre militares e civis seguiram e passaram a apresentar peculiaridades que se refletiram em sua configuração dinâmica já estabelecida. Assim, ao determinar características e ações das instituições hípicas sul-rio-grandenses, a legislação esportiva nacional também estabeleceu relações com os grupos sociais envolvidos e sua contínua interdependência entre si.

A partir destas relações, são construídas representações socioculturais em torno do hipismo enquanto uma prática essencialmente militar e vinculada a uma aristocracia rural no Rio Grande do Sul. Desta forma, os grupos sociais atrelados a este cenário pressionam-se mutuamente em um jogo simbólico de socialização constituído por meio desta prática equestre. Identifica-se que o processo de socialização resultante deste jogo simbólico no meio hípico contribuiu para o estabelecimento do hipismo tanto enquanto um espaço plural como enquanto uma configuração cultural militar e civil no estado.

Tem-se, assim, que o próprio contexto da prática hípica do Rio Grande do Sul, conforme foi se configurando, possibilitou alcançar a representação de atletas nos Jogos Olímpicos. Muitas características típicas de um esporte moderno já se faziam presentes, mesmo que com certas peculiaridades, no contexto hípico desde os primórdios de sua organização. Por meio de tal fato, aliados aos demais indícios, está a participação de, além de militares e civis, mulheres vinculadas às elites econômicas do estado, bem como o investimento financeiro de suas famílias, denotando que o Rio Grande do Sul imprimia passos sempre adiante com relação a este esporte olímpico.

Estas referidas representações sociais de distinção e sociabilidades vinculadas ao hipismo, bem como a sua dinâmica constante, foram reforçadas pela inserção do capital privado nesta prática. Em função de um panorama em que o Estado atua privilegiando fundamentalmente interesses privados, teve-se um processo de socialização em meio ao cenário do hipismo fundamentado em patrocínios e promoções sociais das associações hípicas em busca de resgatar os sócios e seu conseqüente capital. De tal modo, estes empreendimentos privados ambicionavam embrenhar-se na configuração cultural hípica do Rio Grande do Sul por meio deste jogo simbólico abarcando grupos sociais bem particulares: uma elite militar e econômica do estado.

5 UMA RELAÇÃO PERMANENTE E DINÂMICA COM O HIPISMO: A PRÁTICA DA EQUITAÇÃO TERAPÊUTICA NO ESTADO

Eu vi uma criança, que não podia andar, sobre um cavalo. Cavalgava por prados floridos que não conhecia... (DAVIES, [2000?])

5.1 Introdução

Após a compreensão de como a prática do hipismo foi sendo constituída enquanto um espaço plural entre militares e civis, este capítulo procura demonstrar que o desenvolvimento da prática do hipismo adentrou, além da esfera esportiva, o campo da saúde. Desta forma, a narrativa seguinte percorre um caminho de organização da prática da equitação terapêutica, mais conhecida por Equoterapia, no estado. Este espaço percorrido revela indícios do estabelecimento de uma relação constante e ativa entre o hipismo e a equitação terapêutica, bem como de seus sujeitos, entidades, espaços e animais envolvidos. Para tanto, conduziu-se esta narrativa com o intuito de desvelar como ocorreu a disposição da prática da Equoterapia, no Rio Grande do Sul, bem como de suas primeiras iniciativas de composição registradas, a partir das quais são estabelecidas conexões com o hipismo.

No Rio Grande do Sul, o cavalo era utilizado como meio de transporte, trabalho, lazer e, especialmente, esporte, desde sua chegada ao estado. Foi somente na década de 1990 que se passou a observar iniciativas concretas a fim de expandir sua contribuição para com o ser humano em solo sul-riograndense: o seu emprego como um recurso terapêutico. A partir disto, esta nova atividade proposta com a participação do cavalo passa a ter seus primeiros registros junto aos espaços equestres já constituídos em torno do hipismo. Assim, a prática da Equoterapia passa a incorporar características, relações e representações deste cenário hípico já organizado no estado, tais como entidades constituídas por sujeitos dos grupos militares e civis em intensa e contínua interdependência entre si.

De tal modo, ao pretender considerar esta hipótese, o presente capítulo está organizado em oito subcapítulos. Estas seções procuram expor a arguição abordando, em um primeiro momento, as demarcações iniciais da prática da

Equoterapia, bem como seus possíveis primeiros pontos de encontro com o hipismo. A seguir, tratou-se das ações primárias de construção de um panorama da prática da Equoterapia, bem como de sua interdependência entre militares e civis. Buscou-se, assim, demonstrar que os primórdios de participação do cavalo, tanto no campo esportivo como no terapêutico, no estado, estão relacionados a iniciativas que envolvem a Brigada Militar.

Em seguida, sugerindo o espaço e a ação de universidades como elemento de uma trama civil-militar hípica sul-rio-grandense de propagação da prática equoterápica, apresenta-se a organização de projetos de ensino, pesquisa e extensão em Equoterapia, em diferentes regiões do estado, bem como a promoção do primeiro curso básico de capacitação profissional e extensão universitária em Equoterapia, em Porto Alegre. A partir deste desenvolvimento assumido pela prática no Rio Grande do Sul é que emerge a solidificação de uma configuração entre militares e civis em seu cenário por meio da organização da Associação Gaúcha de Equoterapia. Desde então, um processo de expansão da prática pode ser identificado, com a constituição de novos centros, especialmente na região da capital do estado.

Destacam-se, por exemplo, o Centro de Equoterapia Porto Alegre, do qual emergiram possíveis relações com uma equitação de lazer, e o Centro de Equoterapia Cavalo Amigo, o qual materializa significativamente uma possível configuração instituída entre as práticas do hipismo e da Equoterapia. Por fim, apresentaram-se iniciativas pontuais de um ainda tímido cenário da prática esportiva paraequestre no Rio Grande do Sul, bem como uma relação de predominância do hipismo sobre este contexto.

5.2 Equitação Terapêutica ou Equoterapia

Abordamos, aqui, as acepções iniciais a respeito da Equitação Terapêutica ou Equoterapia, desenvolvidas, em um primeiro momento, ao nível nacional e que, posteriormente, adentraram o Rio Grande do Sul. Nesta mesma direção, também são tratadas algumas relações básicas entre hipismo e Equoterapia, uma vez que a própria concepção e constituição da prática equoterápica provêm dos elementos básicos de conhecimento e técnicas de uma equitação clássica atrelada ao hipismo. Buscou-se demonstrar que

noções técnico-científicas transferidas do hipismo à Equitação Terapêutica, aliadas às áreas da saúde e educação, constituiriam o embasamento que determinaria até mesmo os espaços compartilhados entre ambas as práticas.

A equitação terapêutica ou Equoterapia é um termo designado, no Brasil, pela Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-BRASIL), fundada em 1989. Esta associação refere-se à Equoterapia como uma atividade equestre realizada como recurso/método terapêutico e educacional que apresenta, no cavalo, um aliado e facilitador de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação.

Desde o final da década de 1970, os senhores General de Cavalaria Ary Carracho Horne e Coronel de Cavalaria R1 Lélío de Castro Cirillo, ambos já na Reserva do Exército, portanto já aposentados à época, vinham pesquisando e se reunindo para listar pessoas que seriam convidadas a fazer parte de uma associação para divulgar a doutrina e metodologia daquilo que ainda viria a ser denominado, em 1989, por Equoterapia. Simultaneamente, a doutora Gabriele Brigitte Walter, fisioterapeuta, psicóloga, instrutora de equitação e especialista em Equoterapia com formação na Suíça, Itália e Alemanha, também estudava e trabalhava em prol da implantação da Equoterapia no país.

Nesta direção, em 1988, um grupo de brasileiros, entre militares e civis, organizou uma viagem à Europa, com o intuito de analisar, estudar e se aprofundar sobre o assunto. De volta ao Brasil, em 10 de maio de 1989, este grupo de brasileiros, dentre eles os referidos senhores general e coronel de cavalaria, fundaram a ANDE-BRASIL, uma instituição beneficente, localizada na Granja do Torto, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, capital do país (ORTIZ, 2003; MEDEIROS; DIAS, 2008).

Os fundadores tinham experiência como instrutores de equitação, vasto conhecimento sobre cavalos e acerca dos benefícios que a equitação apresentava; concretizavam, portanto, por meio da ANDE-BRASIL, o que observavam em sua prática com pessoas com deficiência na equitação. Por meio desta associação, criada por militares e civis, a Equoterapia era institucionalizada no Brasil. Passou-se a enfrentar o desafio de formatar os embasamentos doutrinários, instituir os cursos de capacitação e habilitação e de constituir uma estratégia para definir e conscientizar profissionais das áreas

de saúde e da educação relativamente aos benefícios que a atividade equoterápica proporciona à pessoa com deficiência (CIRILLO, 2010).

A ANDE-BRASIL também atua na regulamentação da prática da Equoterapia em nível nacional, reconhecendo ou não um determinado centro de Equoterapia com base em uma série de pré-requisitos necessários em função de estar habilitado para oferecer atendimento equoterápico para pessoas com deficiência. Ao cumprir com tais exigências mínimas, um centro de Equoterapia pode filiar-se à ANDE-BRASIL e ser reconhecido por esta entidade, a fim de garantir a qualidade do seu trabalho. Assim, neste estudo, procurou-se caracterizar os centros de Equoterapia do Rio Grande do Sul como filiados⁶⁶ ou não filiados à ANDE-BRASIL. Pode-se determinar um Centro de Equoterapia como uma entidade jurídica que dispõe de instalações físicas, cavalos e equipe de profissionais habilitada com, no mínimo: fisioterapeuta, psicólogo e instrutor de equitação.

Nesta direção é que é estabelecida uma primeira relação entre a Equoterapia e o hipismo, uma vez que as técnicas desta prática terapêutica, bem como o treinamento dos cavalos para tal, os materiais de encilhamento utilizados, ou seja, toda a base de conhecimentos técnico-científicos e culturais deste método provém de uma equitação clássica vinculada ao hipismo (CIRILLO, 2006). Por meio deste capital cultural compartilhado entre ambos, portanto – hipismo e Equoterapia -, tem-se um primeiro indício de uma possível configuração cultural instituída entre os mesmos. Um grande diferencial entre estas práticas, entretanto, reside em sua essência e objetivos. Enquanto o hipismo apresenta finalidades fundamentalmente esportivas, a Equoterapia possui um intuito reabilitativo, direcionado, principalmente, ao desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência (ASSOCIAÇÃO..., 2015b).

A pessoa com deficiência⁶⁷ que pratica a Equoterapia é denominada “praticante” de Equoterapia, quando em atividades equoterápicas. Isto porque,

⁶⁶ Atualmente, no Brasil, existem 118 centros de Equoterapia filiados à ANDE-BRASIL, conforme dados do *site* da referida associação (ASSOCIAÇÃO..., 2016a). Dentre estes, 11 estão localizados no estado do Rio Grande do Sul.

⁶⁷ Termo em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 13.146, de 06/07/2015, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o qual explica que se considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais

nesta prática, o sujeito do processo participa de sua reabilitação, uma vez que interage com o cavalo. Este exercício demanda, assim, a participação do corpo inteiro, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento da força e do tônus muscular, flexibilidade, relaxamento, conscientização corporal e aprimoramento da coordenação motora e do equilíbrio. Além disto, o intercâmbio com o cavalo, abarcando os contatos iniciais, a ação de montar e o manejo final, desenvolve novas formas de socialização, autoestima e autoconfiança.

Depois de alguns anos de estudos e análises, a constatação dos resultados levou o Conselho Federal de Medicina, em sessão plenária de 09/04/1997, por meio do parecer nº06/97, a reconhecer a Equoterapia como um Método Terapêutico de Reabilitação Motora, que utiliza o cavalo em uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação (TOIGO; LEAL JÚNIOR; ÁVILA, 2008; MEDEIROS; DIAS, 2008). O cavalo, de acordo com Cirillo (2002), constitui o agente promotor de ganhos físicos, psicológicos e educacionais e o terapeuta, o agente facilitador deste método.

De tal modo, a Equoterapia foi regulamentada, também, pelo Conselho Federal de Fisioterapia, em 2008, como um recurso terapêutico da Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CONSELHO..., 2008). Aliado a tal reconhecimento do método, portanto, o emprego de práticas equestres como recurso terapêutico vem aumentando significativamente nas últimas décadas (COPETTI et al, 2007). Isto se deve, primordialmente, aos resultados satisfatórios de estudos científicos na área biológica, psíquica e social, os quais vêm sendo apresentados desde 1996 em congressos que ocorrem a cada dois anos (ALVES, 2009). Além deste, a *Revista Brasileira de Equoterapia*, da ANDE-BRASIL, ao longo de sua história, com sua primeira edição em 1998, também contribuiu com a disseminação da Equoterapia em todo o território nacional (COPETTI, 2009). Nesta direção, buscou-se compreender a experiência construída historicamente no contexto da Equoterapia, no Rio Grande do Sul, e a partir desta, apreender o processo inicial de estruturação da prática esportiva paraequestre no estado.

Isto posto, tem-se a composição da prática da Equoterapia por meio de quatro programas básicos: a hipoterapia⁶⁸, a educação/reeducação⁶⁹, o pré-esportivo⁷⁰ e a prática esportiva paraequestre, a qual apresenta o intuito de preparar pessoas com deficiência para eventos e competições paraequestres como: hipismo adaptado⁷¹, Jogos Paralímpicos⁷², Olimpíadas Especiais⁷³ e volteio equestre adaptado⁷⁴. O conceito esportivo da Equoterapia, inclusive, só se efetivou a partir de 2000, tendo Gabriele Walter como uma das precursoras na promoção de cursos e procura do apoio da Confederação Brasileira de Hipismo (CBH), que passou a regulamentar o esporte paraequestre a partir de 2002. Desta forma, inclusive para uma compreensão das primeiras iniciativas de organização de uma prática esportiva paraequestre, no Rio Grande do Sul, faz-se necessário, inicialmente, apreender-se como ocorreu a instituição da Equoterapia no estado.

⁶⁸ A hipoterapia é direcionada, sobretudo, para o campo da reabilitação, para pessoas com deficiência física ou mental, que apresentam dificuldades para permanecer sozinhas sobre o cavalo. Assim, precisam de um mediador montado ou a pé para auxiliar nos exercícios planejados (ASSOCIAÇÃO..., 2016b).

⁶⁹ A educação/reeducação constitui um programa que pode ser realizado nos campos de reabilitação e ensino. O praticante apresenta condições de desempenhar alguma atuação sobre o cavalo e conduzi-lo, dependendo em menor grau do auxiliar-guia e do auxiliar-lateral (ASSOCIAÇÃO..., 2016b).

⁷⁰ O programa pré-esportivo igualmente envolve os campos educacional e de reabilitação. O praticante apresenta qualidades próprias para agir e conduzir o cavalo, podendo praticar exercícios característicos de hipismo (ASSOCIAÇÃO..., 2016b).

⁷¹ Modalidade de competição, dentro de uma apreciação festiva, adaptada ao praticante de Equoterapia, normatizada, coordenada, em âmbito nacional, pela Associação Nacional de Desportos para Deficientes e que já realiza eventos desta prática.

⁷² Evento destinado a pessoas com deficiência física. O Hipismo, em particular o adestramento paraequestre, constitui uma das 23 práticas esportivas presentes nos Jogos Paralímpicos de verão (ALMEIDA; CARMO; RODRIGUEZ, 2012). Esta prática foi exibida em 1984 e teve sua apresentação oficial no ano de 1996 em Atlanta. O Adestramento Paraequestre é regulado pela Federação Equestre Internacional (FEI) e, no Brasil, pela Confederação Brasileira de Hipismo (CBH), em parceria com o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

⁷³ Evento destinado à participação de pessoas com deficiência mental que objetivem apenas a participação e não o alto desempenho; regulamentado pela *Special Olympics* Brasil.

⁷⁴ Exercícios realizados sobre o cavalo que se move em círculos, conduzido por um cavaleiro por intermédio de uma "guia longa". Deverá ser regulamentado pela FEI, tornando-se, conseqüentemente, mais uma prática esportiva equestre Paralímpica. O Volteio Equestre Adaptado, possivelmente, apresentará um desenvolvimento bem maior que o Adestramento Paraequestre, em razão dos seguintes motivos: poderá ser exercido individualmente, em dupla e, o mais importante, em equipe; o emprego de um mesmo cavalo por várias equipes, tornando a competição mais simples de organizar e mais econômica em relação ao Adestramento; o número de atletas favorecidos pela competição será bem maior, reforçando os conceitos de colaboração, respeito e espírito de equipe.

5.3 Primeiras iniciativas da prática da Equoterapia no Rio Grande do Sul

Neste subcapítulo são abordadas as ações iniciais de construção do cenário de implantação e desenvolvimento da Equoterapia no Rio Grande do Sul, bem como sua dependência mútua de militares e civis. A fim de melhor compreender estas primeiras relações estabelecidas, pode-se ter a metáfora de um jogo simbólico. Esta se apresenta satisfatoriamente fértil para elucidar o movimento destas relações de forças entre representações sociais de cada grupo – militares e civis – em uma configuração das entidades e dos sujeitos componentes deste panorama no estado.

No Rio Grande do Sul, a prática da Equoterapia é organizada, primeiramente, na capital Porto Alegre. Pioneiramente, esta iniciativa ocorre nas dependências da Brigada Militar, conforme reportagem do jornal *Correio do Povo* (BM RETOMA..., 2011), em janeiro de 1991, dois anos depois da fundação da ANDE-BRASIL, em Brasília. Percebe-se, assim, que a Brigada Militar pertence aos primórdios de utilização do cavalo tanto no campo esportivo como no terapêutico no estado.

Porém, a prática da Equoterapia, na Brigada Militar, até os dias atuais, não foi reconhecida pela ANDE-BRASIL. É possível que este não reconhecimento tenha ocorrido em função do não cumprimento aos requisitos mínimos exigidos de um centro. Por outro lado, também é possível que este fato seja consequência de pressões mútuas entre militares do Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar e militares do Regimento de Cavalaria de Guarda do Exército, em um jogo simbólico pela representação de pioneirismo e controle sobre a prática da Equoterapia.

Ainda delineando os contornos desta possível disputa simbólica, tem-se que, enquanto o Exército havia estado à frente da composição inicial da Equoterapia ao nível nacional, a Brigada Militar havia sido a entidade pioneira na organização da prática do hipismo no Rio Grande do Sul. Para além disto, pesa-se o aspecto de que a introdução da Equitação Terapêutica em centros hípicas das unidades do Exército apresentam um amplo aspecto positivo para a representação da entidade diante da sociedade, visto que oferece base para as atividades equoterápicas em cidades do interior do país e conduz essa

terapia para pessoas que necessitam. Vale aqui, a ressalva de que o Exército Brasileiro deixou de ser hipomóvel na década de 1970, transformando seus quartéis em tropas mecanizadas, restando, atualmente, tão-só três quartéis de cavalaria de guarda, sediados em Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Com o ofício de cultivar as tradições e conhecimentos da cavalaria hipomóvel, os quartéis dessa arma podem conservar centros hípicas em suas dependências, com a finalidade de representar essas Organizações Militares (OM) em eventos hípicas, apoio ao ensino e funcionamento de escolas para os militares e suas famílias, bem como para o público civil, podendo valer-se desses cavalos em sessões de Equoterapia, desde que esses animais apresentem condições para serem dirigidos para essa prática (GUIMARÃES, 2010).

Desta forma, podem-se considerar os primórdios oficialmente reconhecidos pela ANDE-BRASIL, no Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, no 3º Regimento de Cavalaria de Guarda do Exército – Regimento Osório (3º RCG), em janeiro de 1992. A cidade de Uruguaiana, por sua vez, foi a segunda cidade sul-rio-grandense a contar com a prática da Equoterapia oficialmente reconhecida pela ANDE-BRASIL (ORTIZ, 2003). O estado do Rio Grande do Sul, portanto, foi precursor na fundação dos dois primeiros Centros de Equoterapia fora da ANDE-BRASIL (CRUZ, 2011).

Desta forma, percebe-se que apenas poucos anos após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil/1988 é que a Equoterapia passou a ser organizada tanto ao nível nacional, quanto ao nível estadual no Rio Grande do Sul. Tal ressalva faz-se importante, uma vez que a referida Constituição elegeu, como fundamentos da república, a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988). Cresce a preocupação com métodos que auxiliem o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência. Apesar das relações do teor da Constituição de 1988, possivelmente, não terem sido exatamente o fator determinante da fundação da ANDE-BRASIL e demais centros pelo país, também devem ser consideradas enquanto parte do contexto sociocultural e político que direcionava iniciativas nas áreas da saúde e educação no país.

A participação do cavalo em práticas equestres enquanto um recurso terapêutico da Equoterapia, portanto, em entidades hípicas do Rio Grande do Sul, tem seu período inicial no fim da década de 1990. Ademais, assim como o Hipismo Clássico, a Equoterapia, também originada de uma equitação clássica, tem seus primórdios relacionados com o ambiente militar no Rio Grande do Sul. É possível que um dos motivos relacionados a este pioneirismo militar seja o fato de que o modelo de organização existente, em Brasília, era o único até então. A capital do país apresentava-se ainda como única cidade que havia instalado um centro de Equoterapia antes de Porto Alegre (PEREIRA, 2012b).

Têm-se indícios de que, desde as ações iniciais de construção da Equoterapia, no Rio Grande do Sul, sujeitos vinculados ao meio militar fizeram-se presentes e atuantes. Em um primeiro momento, esta prática passou por um processo de construção de sua identidade muito atrelada a representações marciais no estado. Contudo, também há indicativos da participação de civis nestas iniciativas primordiais de estruturação da Equoterapia.

Em Porto Alegre, as profissionais civis Vera Horne da Cruz, psicóloga, e Águeda Marques Mendes, pedagoga especial, juntamente com os Coronéis de Cavalaria R1 do Exército Miron, Paulo Rafael Azambuja e o Sargento Laerte Vaz da Silveira⁷⁵, formaram a primeira equipe de Equoterapia do Estado, pertencente ao CEO – Centro de Equoterapia Osório, filiado à ANDE-BRASIL e situado no 3º RCG. A psicóloga Vera Horne, além de uma das fundadoras do CEO, também foi dirigente deste, desde sua criação, até 1996. Vale a ressalva de que Vera Horne da Cruz, filha do general de cavalaria Ary Carracho Horne, um dos sócio-fundadores da ANDE-BRASIL, havia participado do Primeiro

⁷⁵ No ano de 2000, o cavaleiro, instrutor e sargento Laerte Vaz da Silveira, o qual compôs parte da primeira equipe de Equoterapia do Rio Grande do Sul, em 1992, inaugurou, na cidade de Osório, na região litorânea do estado, o Centro Hípico Vento Sul, em parceria com o Sindicato Rural da cidade (VENTO SUL, 2001). Nesta entidade, promovia as práticas do hipismo – salto e adestramento - e Equoterapia. Tem-se uma rede, dentre as práticas do hipismo e da Equoterapia, que se expande, por exemplo, conforme os sujeitos se deslocam e constituem novos espaços equestres. Neste caso, inclusive, tem-se um militar que desenvolve, além de um centro hípico civil, ambas as práticas simultaneamente, ao introduzi-las em uma região onde não havia registros das mesmas. Pontua-se, mais um exemplo de que os cenários de ambas as práticas não são pressionados pela forma com que são constituídas, mas sim pelos sujeitos que as compõem e que mutuamente podem disputar pelo controle e administração destas, além de contestar representações socioculturais militares e civis em um jogo simbólico.

Curso e Encontro Nacional de Equoterapia, com a Dra. Daniéle Cittério, da Itália, em agosto de 1991.

Este curso e encontro fora organizado pela ANDE-BRASIL, da qual, à época, seu pai e o Coronel de cavalaria Lélío de Castro Cirillo, eram diretores. Desta forma, Vera precisava de um local para realizar a prática que ela havia conhecido. Em sua busca, esteve em vários locais que abrigavam cavalos ou que ofereciam aulas de equitação para tentar implantar a Equoterapia.

O que Vera poderia oferecer em troca era o atendimento das pessoas que lhe fossem indicadas por eles. Apenas em dezembro de 1991, após visitas a parques de exposição, clubes hípicas e à própria Sociedade Hípica Porto Alegrense, uma entidade hípica muito consolidada no estado, resolveu partir para o que ela já conhecia, que era o quartel do 3º RCG, uma vez que seu pai havia comandado tal unidade em 1972. Somente após três reuniões com todos os integrantes do comando local teve permissão para iniciar o trabalho, desde que não cobrasse nenhum valor, e com o compromisso de acatar a solicitação do Comando quanto aos horários e à frequência da utilização do picadeiro, dos cavalos, dos auxiliares, etc.

O Coronel Miron também havia participado do referido Primeiro Curso e Encontro Nacional de Equoterapia, em Brasília, assim como o Coronel Paulo Azambuja, também instrutor de equitação e, ambos com vasta experiência, se prontificaram a auxiliar nesta iniciativa. O Sargento Laerte Vaz da Silveira foi indicado pelo Comandante do 3ºRCG no período. As demais profissionais, fisioterapeuta e pedagoga, foram selecionadas por Vera, e não tinham qualquer ligação com o quartel.

Desta forma, identifica-se uma dinâmica social que se produz na essência de um segmento do social – neste caso, o exemplo de uma família, pai e filha, já ligados à prática da Equoterapia -, o que gera disposições exclusivas semelhantes em seus integrantes. Esta ideia, assim, está atrelada a um ‘saber social incorporado’, que auxilia a compreender as formas organizativas, a partir de uma “história incorporada que implica o equilíbrio entre continuidade e mudança” (ELIAS, 1997, p.9), entre o passado e o futuro, entre uma geração e outra, a que Elias denomina *habitus*. É possível, assim, que Vera tenha optado pelo caminho profissional da Equoterapia em função

dos valores e dos fundamentos culturais associados a esta prática e que lhe deram sustentação desde sua formação inicial. Contudo, por tratar-se de uma profissional civil, ao adentrar um espaço militar, apesar mesmo de seu pai ter pertencido a este meio, Vera e as demais profissionais civis, possivelmente, identificaram que a dinâmica social no cerne deste campo equoterápico, no Rio Grande do Sul, passava a ser gerido pelas lutas em que os sujeitos militares e civis buscavam cultivar ou transformar as relações de força e a repartição das formas de poder específico.

Identifica-se, ainda, mais uma relação da Equoterapia ao encontro e comum ao cenário do hipismo no estado, em que uma configuração cultural entre militares e civis também havia sido pontuada ao longo do processo de desenvolvimento desta prática. É possível, que os processos de socialização tanto no panorama do hipismo como no da Equoterapia, no Rio Grande do Sul, tenham sido arrolados em meio a um jogo simbólico entre representações militares e civis. Ambas as práticas, hipismo e Equoterapia, enquanto domínios socializadores, podem coexistir em uma relação de interdependência no contexto sul-rio-grandense, especialmente por ocasião do compartilhamento mútuo de espaço físico, cavalos e profissionais.

Por conseguinte, o processo de organização da primeira iniciativa direcionada à Equoterapia, apresentou-se com as características de uma relação constante e ativa entre militares e civis. A constituição do CEO envolveu disputas entre os profissionais, além de compartilhar espaço físico e social com uma entidade hípica militar já existente em torno do hipismo.

A disseminação da Equoterapia seguiu em direção ao extremo ocidente do Rio Grande do Sul, junto à fronteira fluvial com a Argentina e o Uruguai, na cidade de Uruguaiana. Nesta localidade, situou-se o segundo centro de Equoterapia do estado: o Centro de Equoterapia de Uruguaiana General Fidélis. Este centro foi constituído em 21 de janeiro de 1992, desenvolvendo suas atividades nas dependências do Círculo Militar de Uruguaiana. A arquitetura deste centro foi direcionada pelo falecido General Fidélis Chaves Silveira, o qual, assim como Vera Horne da Cruz, também tomou parte, em Brasília, no Distrito Federal, na ANDE-BRASIL, do Primeiro Curso e Encontro Nacional de Equoterapia, em agosto de 1991 (HISTÓRIA, 2015).

Após sua participação neste evento, o General Fidélis liderou o estabelecimento do centro com a finalidade de proporcionar, para a comunidade de Uruguaiana, essa então atual terapia complementar que apresenta o cavalo como um aliado e proporciona numerosos benefícios terapêuticos. Este centro funcionou de modo experimental até 1994, quando foi formada a primeira diretoria, o regulamento da entidade e quando ainda passou a contar com a equipe interdisciplinar, tendo o trabalho alcançado eficácia e consistência com respaldo dos profissionais das áreas de saúde, como psicologia, fisioterapia, medicina e fonoaudiologia, educação com a pedagogia e uma educadora especial e a equitação com um professor de equitação.

Desta forma, percebe-se que a divulgação e dispersão da Equoterapia, no Rio Grande do Sul, seguiram partindo da ideia propagada pela ANDE-BRASIL com base em seu curso e encontro que divulgaram uma prática até então inédita no país. A partir dos sujeitos que frequentaram este evento é que se localizam as iniciativas primordiais de organização do cenário equoterápico no estado. Faz-se importante pontuar, também, o fato deste segundo centro de Equoterapia ter sido disposto, principalmente, pela ação de um militar e ter sido alocado, também, em um espaço militar. Contudo, assim como no caso do CEO, dentre os sócio-fundadores do centro, encontravam-se, além do general e de tenentes e subtenente de cavalaria do exército, profissionais civis das áreas de educação e saúde. Apresenta-se, assim, mais um indício da constituição da Equoterapia sul-rio-grandense enquanto um domínio socializador composto por sujeitos pertencentes basicamente a grupos sociais militares e grupos sociais civis em intensa e contínua interdependência entre si.

Os primeiros passos para a utilização do cavalo para além do trabalho e do esporte, mas também como recurso terapêutico no estado, haviam sido dados. E, assim como a vertente e o domínio socializador do hipismo clássico, a equitação terapêutica também emergia no interior do ambiente militar em pluralidade com os civis.

5.4 Projetos e Cursos em Equoterapia

O presente subcapítulo versa acerca do alinhamento de universidades sul-rio-grandenses, públicas e privadas, com uma rede de organização civil-

militar hípica no Rio Grande do Sul, que apresentava, por intuito, propagar a prática da Equoterapia. Esta expansão da Equitação Terapêutica procurava aliar seu desenvolvimento com seu fortalecimento técnico-científico. Por meio de projetos de ensino, pesquisa e, em especial, de extensão universitária, assim como através de cursos, foi que uma determinada conformação da Equoterapia foi difundida no estado: uma configuração civil e militar que assinalaria seus contornos em diferentes regiões sul-rio-grandenses.

Foi ainda em 1994 que foi iniciado o contato da prática da Equoterapia com a universidade ao nível estadual. Isto ocorreu em um contexto em que os sócio-fundadores da ANDE-BRASIL, na década de 1990, passaram a procurar instituições e órgãos que pudessem colaborar para difundir este método terapêutico e educacional, bem como desenvolvê-lo no Brasil. Neste referido ano, alguns professores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foram contatados para, junto a estes sócio-fundadores da ANDE-BRASIL, e por meio do Centro de Educação Física e Desportos, inaugurar o Projeto de Equoterapia da Universidade, na cidade de Santa Maria, na região central do estado (TV CÂMARA, 2014).

Desta feita, principalmente os sócio-fundadores militares da ANDE-BRASIL, deslocaram-se até Santa Maria e estabeleceram contato com a UFSM, com a Escola Antônio Francisco Lisboa, uma instituição com fins filantrópicos que proporciona assistência clínica e pedagógica para pessoas com deficiência, e com a Brigada Militar. Com base nisto, uniram três elementos importantes para o desenvolvimento inicial da terapia na região: a universidade, pelo seu corpo de trabalho representado pelos professores e pelo conhecimento gerado por meio de pesquisas; a Brigada Militar, entidade que proveria, além do espaço físico para a prática, os animais e o conhecimento dos militares a respeito da lida com os cavalos; e a Escola Antônio Francisco Lisboa, cujos alunos seriam os primeiros beneficiários da iniciativa. Desta forma, do seu período inicial até 1998, o Projeto Equoterapia ocorreu nas dependências da Brigada Militar (COPETTI, 2014).

Este centro, desde sua constituição, apresentou, como orientação, uma conduta interdisciplinar, composta por acadêmicos e profissionais das áreas da saúde e educação, representados pelos cursos de Fisioterapia, Educação

Especial, Educação Física, Fonoaudiologia e Psicologia, bem como da área da Equitação (UNIVERSIDADE..., 2016). Uma vez que as universidades e instituições de ensino superior têm o compromisso dos resultados do desenvolvimento científico para com a sociedade, por meio do tripé ensino-pesquisa-extensão, tais parcerias puderam proporcionar novos rumos de desenvolvimento e legitimação à prática da Equoterapia no estado.

Identifica-se, assim, uma ação de implantação, possivelmente estratégica, da Equoterapia em uma região bem centralizada e desenvolvida academicamente do estado. Para, além disto, reforçam-se evidências de que o domínio socializador da Equoterapia apresenta, no cerne de seus contornos, uma interdependência no modo como as ações e experiências entre sujeitos e espaços militares e civis se interpenetram, formando uma configuração entre os mesmos no Rio Grande do Sul. Independentemente de eventuais disputas entre ambos os grupos sociais, contudo, esta rede de relações mostrou-se funcional em seu propósito. A partir de seu estabelecimento, estas relações interdependentes contribuíram para o desenvolvimento da prática equoterápica no estado por meio de uma conexão predominantemente de coexistência em concordância e favorável à Equoterapia.

Somente em 1998 é que o Projeto Equoterapia passou a ocorrer, também, dentro do campus da UFSM, em parceria com a Associação Equestre Universitária⁷⁶, a qual estimula a prática do hipismo nesta universidade desde a sua fundação, em 1960 (MEGIER, 2013). A partir do final da década de 1990, portanto, o Projeto Equoterapia centralizou suas atividades nas dependências desta associação equestre, especialmente em função de beneficiar a formação dos alunos acadêmicos. Desta forma, a prática equoterápica passou a compartilhar espaço físico e social com o hipismo também nesta região do

⁷⁶ A Escola de Hipismo da UFSM foi fundada pelo Professor José Mariano da Rocha Filho, junto com a criação da universidade, em 1960. Mas, no ano de 2000, a escola se tornou a Associação Equestre Universitária de Santa Maria, com suas atividades no Centro de Eventos da universidade (MEGIER, 2013). Esta associação possui alunos a partir dos quatro anos de idade. Eles começam com a equitação básica e, depois, partem para o hipismo, trabalhando basicamente com o salto. A associação teve projetos aprovados no Programa de Promoção e Apoio ao Esporte de Santa Maria. Este programa visa a destinar uma verba para colocar em prática projetos esportivos. Três ações foram beneficiadas: a participação em eventos hípicas, como as competições da Liga Hípica Central, a ampliação do número de praticantes de hipismo e consequente popularização da prática, e a Copa Hípica Universitária de Santa Maria. Uma vez que a escola constitui uma associação que não visa a fins lucrativos, por meio destes projetos, é facilitada e incentivada a prática do hipismo na cidade.

estado. Identifica-se, assim, um arranjo semelhante entre ambas as práticas no estado: provêm de iniciativas militares, repartem conhecimentos técnico-científicos, cavalos, profissionais, espaços, etc.

Já na região noroeste do estado, identifica-se, desde 2003, que a Universidade de Passo Fundo (UPF) também conta com um Projeto de Extensão de Equoterapia, vinculado à Faculdade de Educação Física e Fisioterapia. As atividades deste ocorrem na Fazenda da Brigada Militar de Passo Fundo. O projeto intitula-se Educação Inclusiva Equoterapêutica e envolve alunos, professores e funcionários de diversos cursos de graduação da UPF. A iniciativa multidisciplinar possibilita que crianças e adultos com deficiência melhorem sua qualidade de vida por meio de atividades que estimulam a convivência e aproximação com o cavalo. Sugere-se que houve um equilíbrio de forças entre a rede civil-militar constituída junto às universidades, possibilitando uma interdependência funcional que permitiu uma propagação cada vez maior da prática equoterápica pelo Rio Grande do Sul.

Já no ano seguinte, em 2004, foi organizada, de forma mais concreta, uma aproximação entre a Equoterapia e a universidade na capital do estado. Por meio da iniciativa do Centro de Equoterapia de Porto Alegre (CEPA), de acordo com Ortiz (2003), em parceria com o UniRitter – Centro Universitário Ritter dos Reis - e a ANDE-BRASIL, foi promovido o primeiro Curso Básico e de Extensão em Equoterapia no Rio Grande do Sul. Esta ação, portanto, parece demarcar as primeiras proximidades oficiais da Equoterapia com universidades em Porto Alegre. Destaca-se, ainda, que as atividades práticas previstas para este curso ocorreram nas dependências do 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado do Exército, em Porto Alegre, onde as atividades do CEPA estavam ocorrendo naquele período.

Também compondo uma evidência desta relação instituída entre iniciativa civil e militar junto a uma universidade, tem-se o Centro Missioneiro de Equoterapia Santo Ângelo Custódio, o qual, desde 2007, constitui um estabelecimento que possui como sócios instituidores: a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus de Santo Ângelo; a Prefeitura Municipal de Santo Ângelo; e o Núcleo Missioneiro de Criadores de Cavalos Crioulos (KINAS; MONTEIRO, 2010). Situado na cidade de Santo

Ângelo, na região noroeste do Rio Grande do Sul, este centro conta com diversos voluntários e profissionais da área da saúde, educação e equitação, como fisioterapeuta, médico, equitador, pedagoga e a psicóloga responsável por este projeto de extensão universitária. Destaca-se, ainda, o apoio recebido pelo centro por parte da Brigada Militar. Assim, dentre as instituições e sujeitos deste entrelaçamento em torno de profissionais e professores civis, oficiais e espaços militares, bem como de ambientes acadêmicos, identificou-se um predomínio equilibrado de posicionamento entre tais elementos e recursos em função da visibilidade e desenvolvimento da Equoterapia.

Outro exemplo dessa rede civil-militar que abarcou as universidades como tática de divulgação e desenvolvimento da Equoterapia no Rio Grande do Sul passou a ocorrer desde o ano de 2011. No Centro de Equoterapia da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas – instituição conveniada com a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), passou-se a atender pessoas com deficiência e com dificuldades de aprendizagem no município de Cruz Alta, na região noroeste do estado (PERANZONI et al, 2013). Assim, o Centro de Equoterapia da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas/UNICRUZ (CEEASA) emergiu a partir de um projeto de extensão da Universidade de Cruz Alta em parceria com a iniciativa social da Escola de Sargento das Armas (EASA).

O CEEASA/UNICRUZ oferece, por escopo, a prática de Equoterapia à comunidade, identificando praticantes que se adaptem a este tipo de tratamento, procurando reconhecer os melhoramentos singulares de cada um. Da mesma forma, propicia, ainda, aos acadêmicos das áreas da saúde e educação, uma formação diferenciada por meio de atividades que primam pela integralidade do sujeito.

Tem-se, assim, mais um exemplo de uma dinâmica criada pela relação de uma rede civil-militar que passou a abarcar universidades como uma estratégia de propagação da prática da Equoterapia e, simultaneamente, como forma de desenvolvê-la e fortalecê-la cientificamente no Rio Grande do Sul. Por conseguinte, apresenta-se uma relação resultante de forças que buscam se equilibrarem tanto entre ambas as práticas – hipismo e Equoterapia – quanto entre militares e civis, a partir da experiência de socialização construída no

espaço e configuração estabelecidos. Esta configuração seria concretizada por meio do aparelhamento de uma entidade ao nível estadual, a Associação Gaúcha de Equoterapia.

5.5 A organização da Associação Gaúcha de Equoterapia

Este subcapítulo aproxima-se da consolidação de uma configuração instituída entre militares e civis representada pelo aparelhamento da Associação Gaúcha de Equoterapia (AGE/RS). A partir de um determinado contexto histórico sociocultural e político-econômico de meados da década de 1990, portanto, identificou-se a necessidade de organização de uma entidade deste caráter a fim de melhor apreender o jogo de forças que se estabelecia entre estes grupos sociais. Por meio de uma predominante relação de colaboração entre militares e civis, um em relação ao outro neste meio, procurou-se pontuar que um equilíbrio conjuntural pôde ser alcançado ao fazer-se conveniente e funcional para o desenvolvimento da prática equoterápica.

Após a fundação do CEO, no 3º RCG, conforme Ortiz (2003), as profissionais citadas anteriormente (a psicóloga Vera Horne e a pedagoga especial Águeda Mendes), juntamente com a fisioterapeuta Andréia Antunes, foram mentoras e criadoras da Associação Gaúcha de Equoterapia (AGE/RS), em 1995. Contudo, conforme Cirillo (2010), esta entidade teria sido fundada e presidida, pioneiramente, por José Torquato Severo⁷⁷, um médico neurologista, oficial da Cavalaria do Exército aposentado, o qual havia sido aluno, em sua formação militar, e amigo do general Ary Rodolpho Carracho Horne e do coronel Lélío de Castro Cirillo, dois dos fundadores da ANDE-BRASIL. O que há em comum entre as diferentes versões de cada uma destas fontes

⁷⁷ José Torquato Severo foi, inclusive, convidado pelos sócio-fundadores da ANDE-BRASIL para cooperar com a entidade. Por meio de uma série de conferências, palestras e exposições, este sul-rio-grandense, com seus conhecimentos e experiências como cavaleiro, como médico e professor, a partir de seu mestrado em educação, conseguiu, naqueles primitivos passos da ANDE-BRASIL, imprimir um embasamento consistente de dados e fundar padrões de confiabilidade a essa prática terapêutica. Ainda vale destacar sua participação na ação em que o Conselho Federal de Medicina reconheceu como método terapêutico as atividades equoterápicas. Assim, José Severo, por sua formação e conhecimento prático, é, na atualidade, no Brasil e em esfera internacional, uma das maiores autoridades do campo técnico-científico da Equoterapia (CIRILLO, 2010).

localizadas é o fato da AGE/RS ter tido sua sede estabelecida junto ao 3º RCG, onde já funcionava o CEO, um modelo de centro de Equoterapia.

Estas variantes podem dever-se à proximidade de relações profissionais que cada um dos autores das diferentes versões tem com os nomes associados à instituição da AGE/RS. Porém, independentemente da autoria da inauguração desta associação de Equoterapia ao nível estadual, identificam-se todas estas pessoas em diferentes fontes relacionadas aos momentos iniciais da Equoterapia no Rio Grande do Sul. Portanto, possivelmente, todas elas estejam, em alguma medida, relacionadas à concepção da AGE/RS. Apresentam-se, assim, outros indícios que evidenciam um processo de constituição de um panorama da Equoterapia, no estado, mediado pela coexistência destes distintos grupos sociais – militares e civis -, produtores de valores e referências culturais próprios. Estes sentidos, relações e conjunto de características e códigos são, desta forma, transferidos para o contexto desta prática equestre. Esta entidade passa, assim, a promover Cursos Básicos de Equoterapia, em parceria com a ANDE-BRASIL, cursos estes de capacitação profissional, além de Cursos de Informações Técnicas e Científicas sobre Equoterapia, sempre na sede do CEO no 3º RCG (SEVERO, 2010).

O contexto político pelo qual o Rio Grande do Sul passava, no início da década de 1990, identifica-se como um período em que começam a ser organizados novos partidos políticos após uma época militar de somente dois partidos (JÁ EDITORES, 1997). Portanto, um novo período de democratização e modernização de atividades políticas pode ter alguma relação com o incentivo para organizações de cada setor. Poder-se-ia ter, desta forma, na AGE/RS, um órgão fortalecedor de uma incipiente prática profissional, terapêutica e educacional no estado, a qual buscava, por meio de tal formalidade e oficialidade, firmar-se e desenvolver-se no estado. Para ter sido identificada a necessidade de organizar uma associação que congregasse os centros de Equoterapia de todo o Estado, possivelmente foram fundados centros em outras cidades desde 1992 até 1995, já que o próximo centro em Porto Alegre só seria criado em 1997: o Centro de Equoterapia de Porto Alegre (CEPA), também filiado à ANDE-BRASIL (MACCA, 2001).

5.6 Possíveis relações com uma equitação de lazer

Desvelamos, nesta subseção, ligações possíveis entre uma equitação de lazer e a Equoterapia ao procurar analisar uma relação de coexistência destes domínios socializadores e seus sujeitos ao compartilhar um mesmo espaço físico e social no Rio Grande do Sul. Deste modo, permite-se apreender relações singulares e particulares de uma presumível configuração de força entre sujeitos de duas instituições específicas: o Centro de Equoterapia Porto Alegre e o Centro Equestre Vento Sul.

O Centro de Equoterapia Porto Alegre (CEPA) foi organizado pela pedagoga especial Águeda Mendes, pelo instrutor de Equitação para Equoterapia Álvaro Luiz Ortiz, pela fisioterapeuta Luciana Paiva e pela fonoaudióloga Lorena Ávila (ORTIZ, 2003). Posteriormente, foram integrados, à equipe multidisciplinar, a psicóloga Ivana Blos e o médico neurologista Sérgio Medeiros (VARGAS, 1998). Deste modo, o CEPA configura-se como o primeiro centro de Equoterapia com um caráter mais civil no Rio Grande do Sul, em função de seus fundadores.

Este centro funcionou, a partir de 1998, no Centro Equestre Vento Sul, um núcleo de equitação de lazer, em Porto Alegre. Ao conformar uma prática que fomenta uma sociabilidade, a equitação de lazer, por envolver passeios e cavalgadas, institui-se, também, como um domínio socializador constituído por sujeitos em intensa e contínua interdependência entre si. Desta forma, enquanto uma cultura vivenciada no “tempo disponível” – considerando, aqui, uma noção em íntima relação com o trabalho e os demais campos de obrigação da vida social (MARCELLINO, 2007) -, esta equitação praticada nos momentos de desocupação e sem regulamentos e burocratização consistiu uma prática equestre promotora de um processo de socialização pelo lazer no Rio Grande do Sul. Nesta direção, também vale a ressalva de que a Equoterapia pode promover uma melhoria da socialização, ao integrar e unir sujeitos com déficits cognitivos ou físicos com os demais praticantes ou cavaleiros e com a equipe interdisciplinar (SILVA, 2006). Identifica-se, assim, um arranjo de relações entre os domínios socializadores de uma equitação de

lazer e a Equoterapia, a partir da experiência de socialização proporcionada por estas práticas.

Além do compartilhamento do espaço físico do centro equestre, assim, identificaram-se relações entre a equitação de lazer e a Equoterapia por meio da participação em comum de cavalos em ambas as práticas, bem como de profissionais atuando nos dois cenários. Entretanto, uma importante conexão entre ambas foi a sociabilização do ambiente, ao proporcionar contatos entre seus praticantes, bem como de seus familiares e amigos, estabelecendo uma rede interdependente. Outra relação, igualmente importante, é concebida entre a Equoterapia e o domínio socializador esportivo do hipismo: um intercâmbio de técnicas, conhecimentos e elementos técnico-científicos transferidos do hipismo à Equitação Terapêutica. Estes, incorporados aos campos da saúde e educação, comporiam o alicerce que, posteriormente, definiria, inclusive, os espaços e ambientes comuns dentre as duas práticas. Esta vinculação, assim, pode instituir uma configuração cultural.

5.7 Centro de Equoterapia Cavalos Amigo

O presente subcapítulo tem por objeto um exemplo da solidificação de uma configuração cultural constituída entre os cenários das práticas do hipismo e da Equoterapia. Trata-se do Centro de Equoterapia Cavalos Amigo, ao representar uma teia de relações interdependentes com a Sociedade Hípica Porto Alegrense. Ao compartilhar das dependências da sede desta, este referido centro adentra um espaço plural de múltiplas relações sociais dinâmicas e comunhão cultural de comportamentos e conhecimentos.

Após a fundação do CEPA, conforme o Álbum 70 Anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense (2009), é fundado o próximo centro de Equoterapia do Rio Grande do Sul filiado à ANDE-BRASIL em 2000: o Centro de Equoterapia Cavalos Amigo. Por meio de uma parceria com a Escola de Equitação da Sociedade Hípica Porto Alegrense (SHPA), passou a oferecer atendimentos em Equoterapia sob a coordenação de sua fundadora, a psicóloga Sílvia Scheffer, a qual, na ocasião, já acumulava mais de 10 anos de experiência em práticas equestres. Sílvia contou com o convite e com o apoio do empresário Jorge Gerdau Johannpeter, pertencente à tradicional família na prática do

hipismo do Rio Grande do Sul, para organizar a atividade nas dependências da Sociedade Hípica Porto Alegrense, uma associação esportiva que, como referido em capítulo anterior, pertenceu aos primórdios do hipismo no estado e, em especial, em sua capital.

Deste modo, a parceria firmada entre este centro de Equoterapia e a Escola de Equitação da SHPA constitui um primeiro elemento que salienta uma das relações de interdependência instituídas entre estas entidades, bem como entre seus sujeitos. Isto porque, a partir desta relação de colaboração criada, identifica-se o compartilhamento de cavalos entre ambas as práticas, de profissionais e de espaços, tanto sociais quanto físicos, uma vez que o centro fazia uso inteiramente das dependências da sede desta sociedade. Pontua-se aí, portanto, uma primeira condição para a coexistência do hipismo e da Equoterapia, neste ambiente, enquanto uma configuração.

Ao considerar-se que a profissional convidada a coordenar esta iniciativa, Sílvia Scheffer, possuía larga experiência e conhecimentos acerca do hipismo, tem-se mais um indício de uma relação estabelecida entre ambas as práticas. Estas evidências apontam para uma direção de predominância de relações aliadas, de união e ligação entre hipismo e Equoterapia neste contexto. O fato da incorporação da prática da Equoterapia na SHPA ter se dado por meio da intervenção de um membro de uma família com extenso histórico de vinculação ao hipismo também deve ser ressaltado como um possível indício representativo de uma legitimação de relações de continuidade entre os domínios socializadores representados por cada uma das práticas.

Por fim, ao estar localizado nas dependências da SHPA, este centro comungava de uma das melhores estruturas do país para se praticar hipismo, o que favorecia as atividades propostas, em especial aquelas relacionadas à prática pré-esportiva. Ao compor parte da Equoterapia, o programa pré-esportivo, neste centro, era direcionado a simples exercícios específicos de hipismo. Conduzidos, muitas vezes, por profissionais que também atuavam em instruções esportivas de hipismo e realizados com a participação de cavalos que, igualmente, tomavam parte nestes treinamentos hípicos, pode-se pensar acerca destes exercícios como também parte importante das relações entre os domínios do hipismo e da Equoterapia. Com base nisto é que o modelo de

configuração permite analisar estas instituições e práticas socioculturais em uma relação em constante movimento criada pelo conjunto de seus integrantes e técnicas, seus recursos e trajetórias particulares e que se interpenetram.

5.8 O hipismo e a prática esportiva paraequestre no Rio Grande do Sul

Debruçamo-nos, aqui, sobre um panorama, ainda incipiente, da prática esportiva paraequestre no Rio Grande do Sul, em que se identifica um vínculo predominante com o hipismo. O programa componente da Equoterapia denominado Prática Esportiva Paraequestre apresenta, como finalidade, preparar a pessoa com deficiência para competições paraequestres com os fins de promover o prazer pelo esporte enquanto estimulador de efeitos terapêuticos; melhorar a autoestima, segurança, autoconfiança e a qualidade de vida; inserir socialmente e preparar atletas de alto desempenho. Este programa, assim, no Rio Grande do Sul, abriu caminho para algumas competições paraequestres, tais como o hipismo adaptado e adestramento paraequestre. Identifica-se, assim, uma relação de predominância do hipismo dentre as práticas esportivas paraequestres desenvolvidas no estado, apesar de poucas iniciativas localizadas nesta direção.

Neste cenário estadual, portanto, faz-se importante destacar um dos poucos exemplos existentes de um contexto paraequestre. Trata-se de um caso em que o tratamento equoterápico de um praticante manifestou-se significativamente por meio de sua conformação esportiva - prática esportiva paraequestre -, mais especificamente para o hipismo paraequestre, e, desta forma, posteriormente, foi aberto caminho para o hipismo clássico. Este processo é relatado em reportagem do jornal *NH* acerca da trajetória do cavaleiro Ramon Jaeger, natural da cidade de Novo Hamburgo, cidade localizada na região metropolitana de Porto Alegre (EQUOTERAPIA..., 2012).

Ramon, atualmente com 32 anos, apresenta encefalopatia crônica não progressiva (popularmente conhecida como paralisia cerebral) e iniciou a prática da Equitação Terapêutica em 1996, então com 12 anos, em uma hípica em Novo Hamburgo, com o auxílio de um instrutor de equitação e uma fisioterapeuta. A prática da Equoterapia estendeu-se por quatro anos para Ramon e os primeiros desenvolvimentos que o mesmo percebeu foram o

equilíbrio e a força de membros inferiores. Somente no ano 2000 é que Ramon passou a praticar a Equitação Terapêutica no Centro Hípico Porto Palmeira, na cidade de Campo Bom, também na região metropolitana de Porto Alegre, dando continuidade ao seu tratamento, passando, assim, a estar apto a praticar seus primeiros exercícios específicos de hipismo paraequestre.

Porém, em poucos meses, iniciou aulas com um novo instrutor e estreou na prática do hipismo clássico. Adquiriu, então, seu próprio animal, chamado Farol (EQUOTERAPIA..., 2012). Assim, evidencia-se uma relação de interdependência entre as vertentes e instâncias sociais do hipismo clássico e da equitação terapêutica, uma vez que é reforçado que a prática do hipismo por Ramon foi possibilitada somente a partir da Equoterapia, a qual ele praticou por muitos anos e que propiciou, além de melhorias em âmbito físico, um aprendizado técnico já baseado no repertório gestual e biomecânico do hipismo. Contudo, um grande diferencial a ser ressaltado é o fato de que Ramon não passou a praticar o adestramento paraequestre, como seria o mais provável dentro de um processo de desenvolvimento de suas habilidades, já que o salto hípico demanda um equilíbrio ainda maior do que o adestramento.

Dentre as práticas equestres adaptadas que se encontram institucionalizadas, o adestramento paraequestre constitui a mais consolidada e legitimada em termos de burocratização (regida aos níveis estadual, nacional e internacional pelas respectivas federações e confederações correspondentes) e consequente organização de competições. A respeito de praticar um esporte não adaptado, não destinado especificamente a pessoas com deficiência, Ramon declarou, no corpo do texto da reportagem, que a sua sensação de saltar é que, sobre seu cavalo, Farol, ele é igual a qualquer um dentro de sua hípica, não apresentando diferença entre os demais praticantes que também saltam. A única diferença é que Ramon utiliza um tipo de sela que lhe proporciona um melhor equilíbrio, a sela do modelo australiano, geralmente mais empregada nas práticas campeiras e *western* (EQUOTERAPIA..., 2012).

Ramon, ao competir por todo o estado, relatou que busca sempre a posição mais alta do pódio. Como exemplo, citou que, ao estar posicionado em segundo lugar no campeonato em que estava participando, a Liga Hípica do Vale dos Sinos, pretendia ir para a ponta da tabela até o fim do *ranking*,

demonstrando que, para ele, o fator competitivo do salto hípico é que representava a sua motivação para a prática, a despeito de eventuais fatores de participação com um caráter eminentemente recreativo. Inclusive, no ano de 2005, Jaeger foi para Brasília participar de uma avaliação nacional para tornar-se atleta paralímpico.

Ao discorrer, assim, acerca das mudanças que a prática de um esporte equestre lhe proporcionou, Ramon diretamente menciona a Equoterapia como o principal e decisivo fator relacionado a este processo. Esta prática é que teria sido determinante para a mudança em sua confiança, autoestima, equilíbrio, além de proporcionar-lhe uma intensificação de sua vida social, ao estabelecer novas amizades no meio hípico. Atualmente, ele pratica o salto hípico do hipismo e participa de competições representando o Centro Hípico Manège Metzler, onde treina na cidade de Campo Bom (EQUOTERAPIA..., 2012).

A Equoterapia apresentou-se, assim, neste contexto, como condição para o exercício e continuidade do processo de desenvolvimento e socialização de pessoas com deficiência por meio do hipismo. Nesta direção, reforça-se a possibilidade de se pensar a relação entre os domínios do hipismo e da Equoterapia, bem como de seus sujeitos, com base no conceito de configuração. Busca-se, desta forma, compreender o equilíbrio de poder entre elas, possivelmente em função da interdependência entre ambas: enquanto a Equoterapia fornece o aprendizado técnico e desenvolvimento físico, psíquico e social básico para a transferência de um praticante ao hipismo, este proporciona este embasamento teórico-prático para o estabelecimento das diretrizes técnico-científicas da Equoterapia.

Outra iniciativa pontual no cenário da prática esportiva para equestre foi constituída pela realização do I Festival Paraequestre Missioneiro, cujo caráter foi de cunho festivo e integrador, realizado em Santo Ângelo, cidade ao noroeste sul-rio-grandense, a maior da região das Missões. Nesta localidade, o festival aconteceu, mais especificamente, no Centro Missioneiro de Equoterapia Santo Ângelo Custório (CMESAC) em 2014. O evento teve, por finalidade, integrar os centros de Equoterapia do estado e divulgar o trabalho concretizado por estes, afora proporcionar uma ocasião de lazer, esporte e socialização para os praticantes e equoterapeutas (LINCK, 2014).

As atividades foram organizadas em demonstrações realizadas pelos praticantes e equoterapeutas, trabalhadas e usualmente desenvolvidas nos atendimentos, percursos adaptados e figuras de adestramento, tendo espaço, também, para os alunos que realizam a prática pré-esportiva adaptada e a prática esportiva paraequestre. As provas propostas apresentaram, portanto, caráter participativo, sendo que houve premiação para os participantes. Os quatro centros que tomaram parte no evento ainda puderam preparar a sua apresentação na modalidade “estilo livre”, ou realizar o percurso estipulado pelo evento, de acordo com o regulamento (LINCK, 2014). Destaca-se que o Centro de Equoterapia EASA/UNICRUZ, referido em subcapítulo anterior, localizado aproximadamente na mesma região do estado, se fez presente no evento com a equipe técnica e três praticantes.

De tal modo, identifica-se que características constituintes de competições de hipismo faziam-se presentes no padrão de organização aplicado ao evento paraequestre, tais como: o estabelecimento de um percurso, especialmente no salto hípico; figuras de adestramento; premiação; regulamento. Estabelecem-se, desenvolvem-se e fortalecem-se, assim, relações entre grupos e instituições ligados à Equoterapia e ao hipismo. Para isto, os recursos de cada uma destas práticas, bem como de seus sujeitos, aliados aos poderes constitutivos desses espaços de socialização são responsáveis pelo equilíbrio de força identificado nessa configuração. Portanto, é em função disto que se justifica pontuar os arranjos particulares, como apontados nos exemplos apresentados neste subcapítulo, as vivências específicas de sujeitos e as práticas singulares neste panorama.

5.9 Apontamentos finais

Durante décadas o cavalo foi utilizado como meio de transporte, trabalho, lazer e, especialmente, esporte, ao longo do processo de desenvolvimento histórico do Rio Grande do Sul. Somente no início da década de 1990 é que ocorre a emergência do emprego do cavalo como recurso terapêutico da Equoterapia no estado. Tal manifestação de uma atividade distinta do cavalo pode estar relacionada com o contexto da promulgação da

Constituição Federal de 1988, a qual elegeu, como fundamento, a promoção do bem de todos sem quaisquer formas de discriminação.

Nesta direção, por meio de elementos técnico-científicos transferidos do hipismo à Equitação Terapêutica, ligados às áreas da saúde e educação, foram constituídos os fundamentos que, mais adiante, definiriam, até mesmo, os espaços comuns entre as duas práticas equestres. Assim, ao longo do processo de desenvolvimento e propagação da prática equoterápica pelo Rio Grande do Sul, pode ser identificado um equilíbrio de poder entre as forças representativas da Equoterapia e do hipismo, bem como uma retroalimentação entre ambas as práticas no que se refere ao compartilhamento de conhecimentos, técnicas, cavalos, profissionais, espaços físicos e sociais. Vale destacar também que o periódico *Jornal do Hipismo* costumava contar com reportagens e noticiar fatos do cenário equoterápico no estado, o que constitui mais um indício de relações estreitas entre ambas as práticas.

A Equoterapia, assim, no Rio Grande do Sul, foi constituída por representações de uma identidade militar ligada ao hipismo clássico no estado, além de ter sido organizada em espaços hípicas tanto militares quanto civis, em regiões centrais e urbanizadas, bem como em regiões mais periféricas sul-rio-grandenses. A participação do cavalo como recurso terapêutico da Equoterapia, portanto, no referido estado, foi iniciada por entidades militares, geralmente atreladas à excelência em conhecimentos equestres, porém em uma conjuntura aliada à participação de profissionais civis vinculados às áreas de educação e saúde, possivelmente em função de que este era o padrão por ocasião da fundação da Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-BRASIL) em Brasília, em 1989. Por meio da ideia de uma disputa simbólica, pode ser facilitada a compreensão de um movimento de relações de forças entre representações sociais de cada grupo – militares e civis - em uma configuração das entidades e dos sujeitos componentes deste panorama no estado.

A partir desta trama, identifica-se a organização da Associação Gaúcha de Equoterapia (AGE/RS), a partir da qual novos centros de Equoterapia são instituídos no Rio Grande do Sul. Esta entidade ainda representou a estabilização da configuração constituída entre militares e civis. Em uma trajetória de propagação e incremento da Equoterapia no estado, ainda

sobressai-se um alinhamento de universidades sul-rio-grandenses, públicas e privadas, com uma rede de organização civil-militar hípica no Rio Grande do Sul que apresentava, por finalidade, propagar a prática equoterápica.

Deste modo, a utilização do cavalo como recurso terapêutico da Equoterapia, no estado, emerge no contexto da promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual elegeu como fundamentos da república a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Por conseguinte, neste contexto, crescia a preocupação com métodos que auxiliassem o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência.

Dentre tais métodos, localizava-se a prática da Equoterapia, a qual, composta também por práticas esportivas paraequestres, tinha, no hipismo, a sua predominância neste programa. Contudo, no Rio Grande do Sul, o cenário de práticas associadas a este programa encontra-se organizado de forma incipiente se confrontado com a maioria das demais modalidades destinadas a pessoas com deficiência desenvolvidas no estado. Pensar-se em expandir perspectivas que promovam o aumento de oportunidades de prática e de atividades paraequestres, implica em estender uma cultura sul-rio-grandense paraesportiva, de modo a somar e valorizar o crescimento e desenvolvimento do esporte adaptado e paralímpico do Rio Grande do Sul como um todo.

É revelado, assim, mais um indício de relações entre a equitação terapêutica e o hipismo clássico; desta feita, tais domínios socializadores coexistem em uma relação de interdependência de origem, especialmente uma dependência por parte da equitação terapêutica com relação ao hipismo clássico. Desta forma, possivelmente, tanto o hipismo clássico como a equitação terapêutica, especialmente por meio da prática do adestramento paraequestre, estavam associadas a representações sociais semelhantes, estruturadas com base em uma maneira distinta de se viver, vinculada às elites, e ao treinamento militar. Enquanto manifestações oriundas da Europa e introduzidas pela iniciativa de militares no país, posteriormente incorporadas por civis, os contextos socioculturais de ambas as práticas, assim, interligam-se em uma rede de relações.

Entretanto, faz-se a ressalva de que uma importante conexão também foi pontuada entre uma equitação de lazer e a prática da Equoterapia. Ao considerar a sociabilização de um ambiente por ambas compartilhado, o qual proporcionou contatos entre seus praticantes, bem como de seus familiares e amigos, é que se sugere o estabelecimento de uma rede interdependente. As relações estabelecidas pela Equoterapia com demais práticas equestres no contexto sul-rio-grandense, portanto, apresentam suas peculiaridades.

Desde sua instituição no estado, na década de 1990, a prática da Equoterapia passou, assim, paulatinamente, a despertar um grande interesse como possibilidade de tratamento por tratar-se de uma abordagem inovadora dentro de um ambiente estimulante, visando resgatar o praticante de forma global, fisicamente, emocionalmente e socialmente. Por meio das técnicas do hipismo clássico e atividades equestres, a equitação terapêutica reabilita e educa, em especial, mas não somente, as pessoas com deficiência, podendo, inclusive, com o progresso do tratamento do praticante, proporcionar-lhe a introdução no programa equoterápico das práticas esportivas paraequestres; dentre estas, destacam-se noções do hipismo em sua constituição. Este programa, assim, no Rio Grande do Sul, abriu passagem para determinadas práticas e eventos paraequestres, envolvendo, por exemplo, elementos do salto hípico e do adestramento, manifestados, assim, por meio do hipismo adaptado e adestramento paraequestre. Instituem-se, ampliam-se e fortalecem-se, deste modo, conexões entre grupos e instituições vinculados à Equoterapia e ao hipismo no estado.

6 A EQUITAÇÃO RURAL E SUAS INTERDEPENDÊNCIAS COM O ESPORTE NO RIO GRANDE DO SUL

Era por nada um tempo ruim, quem sabe chuva... Pra os olhos mansos de um guri quase estancieiro... Com bois, ovelhas, vacas mansas e cavalos... É um sonho simples de um dia ser campeiro. (FERNANDES, 2011)

6.1 Introdução

Afora uma equitação terapêutica como apresentado de modo exemplar no capítulo anterior, e uma equitação originada do lazer, como as corridas de cavalos, há, também, uma equitação vinculada ao trabalho rural. É acerca do desenvolvimento desta vertente da equitação no Rio Grande do Sul que o presente capítulo versa, procurando identificar seus possíveis aspectos de relações enquanto um domínio socializador que coexiste em uma relação de interdependência com o esporte por meio da cultura e do mercado. Em outras palavras, o esporte – enquanto um fenômeno sociocultural – pode apresentar diferentes formas de manifestação, de acordo com o sentido e a modalidade da prática (MARQUES; ALMEIDA; GUTIERREZ, 2007).

Assim, neste capítulo, procurou-se, primeiramente, demonstrar que a técnica de trabalho campeiro de laçar um boi, no Rio Grande do Sul, apresentou duas apropriações distintas acerca do deslocamento do campo para a cidade. De um lado, encontra-se o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), o qual trata tal técnica como uma manifestação cultural sul-riograndense. E, de outro lado, está a Federação Gaúcha de Laço (FGL), a qual considera o tiro de laço enquanto uma prática essencialmente esportiva. Em seguida, procurou-se identificar outras práticas que, assim como a técnica de laçar, são inspiradas no trabalho campeiro; porém, têm uma finalidade essencialmente econômica. Focou-se, em particular, nas provas funcionais que compõem o Prêmio Freio de Ouro⁷⁸. Tais provas, apesar de também

⁷⁸ Enquanto um julgamento rígido e integral do cavalo da raça crioula, o Prêmio Freio de Ouro é dividido em duas etapas: parte 1 – Morfologia: em linhas gerais, é uma avaliação do padrão racial e do nível de enquadramento do animal aos padrões seletivos da raça. Parte 2 – Prova Funcional: segunda fase da competição, a parte funcional avalia o desempenho do animal em práticas derivadas das lidas do campo, dividindo-se em dois momentos: primeiro momento –

desenvolverem, no desenrolar do tempo, todas as propriedades de esporte moderno, não se configuraram como tal, em função de seu objetivo principal ser essencialmente voltado para o comércio do cavalo.

A partir destes dois casos – Tiro de laço e o Freio de Ouro –, buscou-se evidenciar que as práticas equestres que compõem a equitação rural sul-rio-grandense constituíram e constituem domínios socializadores que coexistem em uma relação de interdependência entre seus sujeitos, entidades e representações sociais. A partir disto, configuram uma forma constante de relação, em função, principalmente, de suas origens e técnicas semelhantes, além da utilização do mesmo tipo de cavalo.

Deste modo, ao almejar analisar esta hipótese, este capítulo encontra-se disposto em seis subcapítulos. Estas subdivisões buscam apresentar a argumentação, partindo, primeiramente, do processo sociocultural que lhe proporcionou o cenário de emergência: o trabalho campeiro e rural no Rio Grande do Sul, a partir do qual são estabelecidas relações de interdependência com o esporte, com as manifestações culturais e com o mercado.

Em seguida, ao abordar uma destas técnicas de trabalho rural, a prática do tiro de laço, bem como o seu deslocamento do campo para a cidade, tem-se, em um primeiro momento, o Movimento Tradicionalista Gaúcho valorizando-a enquanto uma manifestação cultural típica do estado. Posteriormente, propondo uma representação do tiro de laço como uma prática esportiva sul-rio-grandense, tem-se a Federação Gaúcha de Laço com uma intenção sólida de direcionar a prática do tiro de laço para uma disposição esportiva e profissional. A partir disto, identifica-se que o elemento central na configuração estabelecida entre trabalho campeiro, cultura e esporte, no cenário da prática do tiro de laço, é representado pelo cavalo da raça crioula.

Com base nisto é que emergem as competições do denominado Crioulaço, o qual, em sua própria concepção, parece contribuir para a

Andadura, Figura, Volta sobre patas e esbarrada, a Prova da Mangueira e a Prova de Campo ou Paleteada 1. Em um segundo momento, repete-se a Prova da Mangueira, ocorre a Prova Bayard-Sarmento e, por último, a Prova de Campo novamente ou Paleteada 2. Cabe mencionar, ainda, que uma possível versão para a origem da expressão “freio de ouro” estaria ligada, segundo Rink (2008), aos cavaleiros asiáticos mongóis, os quais denominavam as suas conquistas, metaforicamente, desta forma. Aos locais por eles conquistados, tais como alguns países da Europa Ocidental, era dito que recebiam o “freio de ouro”.

legitimação do cavalo crioulo enquanto elemento-chave no arranjo configuracional do tiro de laço. Um processo de esportivização, pode ainda ser identificado em outras práticas equestres relacionadas à raça crioula. Trata-se das práticas que compõem o Prêmio Freio de Ouro, as quais, porém, apresentam uma finalidade expressivamente vinculada ao mercado do agronegócio equino.

6.2 O trabalho rural e campeiro no Rio Grande do Sul

Este subcapítulo aborda o processo sociocultural que proporcionou o panorama de emergência das relações de interdependência da equitação rural sul-rio-grandense com a cultura, com o esporte e com o mercado. Conforme o contexto sociocultural e político-econômico de uma modernização que adentrava o Rio Grande do Sul, especialmente a partir da década de 1920, poucas mudanças estruturais eram identificadas neste tipo de trabalho campesino (SÁ BRITO, 1950). Assim, buscou-se demonstrar que a equitação sul-rio-grandense, enquanto um capital cultural e tradição do estado, é tratada com um significativo respeito por parte de grande parcela da população, particularmente por aqueles envolvidos com a lida diária campeira.

Um perspicaz observador dos trabalhos, costumes e culturas dos sul-rio-grandenses, João Simões Lopes Neto, já evocara em “Correr Eguada”, um de seus “Contos Gauchescos”, que no período de lutas de fronteira do estado, “tudo era aberto; as estâncias pegavam umas nas outras sem cerca nem tapumes; as divisas de cada uma estavam nos papéis das sesmarias; e lá um que outro estancieiro é que metia marcos de pedra nas linhas [...]” (LOPES NETO, 1976, p.28). De tal modo, apesar de sua exploração ter iniciado no começo do século XVI, o Rio Grande do Sul só começa a se articular às atividades econômicas do Brasil colonial mais de um século depois, com a conquista do gado xucro cujo fim era a exportação de couro para a Europa, que era realizada por meio de Buenos Aires ou Sacramento. É, contudo, no fim do século XVII que estes rebanhos recebem valor ao nível nacional, pois passam a ter um mercado interno na florescente mineração da zona das Gerais, o que estimula paulistas e lagunistas a virem apanhar o gado xucro existente no Rio Grande do Sul e a levá-lo à área de mineração (OLIVEN, 1989).

A finalidade da Coroa portuguesa era, contudo, a de povoar as regiões que iam do sul de São Vicente até a Colônia de Sacramento (constituída por ela em 1680) e, neste sentido, o Rio Grande do Sul cumpria "uma função estratégica, como ponto de apoio para a conservação do domínio luso no Prata" (PESAVENTO, 1980, p. 13). Isto fez com que, no início do século XVIII, a Coroa começasse a repartição de sesmarias aos tropeiros que se sedentarizaram e aos militares que se afazendaram, cunhando-se, assim, as estâncias de gado. Os conflitos militares em torno da Colônia de Sacramento e as disputas referentes à demarcação de fronteiras constituíram uma crescente militarização da região, que, em 1760, foi alçada à condição de capitania com a denominação de Capitania do Rio Grande de São Pedro (OLIVEN, 1989). Posteriormente, em um período de reorganização que se desenvolveu, principalmente, após a Revolução Federalista (1893-1895), emergiu, como grande reformador dos costumes e da vida sul-rio-grandense campeira, bem como para reforçar a definição de fronteiras, o alambrado⁷⁹ enquanto um elemento invasor e de desenvolvimento, que mudou os contornos internos dos campos do Rio Grande do Sul (SÁ BRITO, 1950).

Em poucos anos, assim, o aramado modificou os campos, fixando divisas. Os fazendeiros cercearam a primitiva liberdade das vastas campinas, por onde cruzavam livremente cavaleiros e animais; com o alambrado, estes campos foram divididos em piquetes, currais e bretes. Desta forma, a equitação vinculada ao trabalho neste cenário estava vinculada, desde seus primórdios, em especial, à criação de gado. Faz-se importante ter em conta que toda esta complexa tecnologia equestre utilizada neste tipo de trabalho no campo, foi exportada para as Américas a partir de seu desenvolvimento na Espanha e em Portugal, no século XVII, constituindo a base do *'know-how'* do vaqueiro argentino, mexicano, o *cowboy* estadunidense e o brasileiro (dentre este, a árdua vida campeira, aliada à audácia demandada do homem ao lidar com as forças da natureza, abalizaram a essência de um tipo social característico – o gaúcho⁸⁰) (OLIVEN, 1989; RINK, 2008).

⁷⁹ Cerca feita de fios de arame, principalmente farpado, aramado (BOSSLE, 2003).

⁸⁰ Entendeu-se o termo 'gaúcho', neste estudo, conforme o antropólogo Ruben Oliven o apresenta, constituindo o 'gaúcho' como um tipo formado pela inserção do sujeito com o meio ambiente e pela sua experiência desde muito cedo com a guerra, "[...] socialmente um produto

Aproximadamente a partir da década de 1920 é que alguns hábitos antigos, atrelados a este tipo de trabalho, vão apresentando algumas modificações e cedendo lugar à então “vida moderna”. Estes novos tempos, com outras exigências sociais e desenvolvimento, apresentam alterações, como nas exterioridades do trabalho rural e campeiro, por exemplo na indumentária utilizada, com bombachas e palas; no material de encilha dos cavalos, tais como arreios prateados e outros detalhes. Contudo, as qualidades primordiais que caracterizam este tipo de trabalho não apresentam alterações significativas (SÁ BRITO, 1950).

Possivelmente, isto esteja relacionado ao fato de que, no contexto da equitação, pode-se considerar como capital cultural a equitação de trabalho rural e campeiro sul-rio-grandense, a qual, conforme Jacques (2008), alude-se à forma de andar a cavalo desenvolvida no continente sul-americano, forma esta devida ao fato de se tratar de um povo pastor em suas origens. Refere-se a uma equitação utilitária, coloquial, em que o seu alicerce é o uso dos recursos naturais como forma de sobreviver. Nesta região, alcunhada de Pampa Platino, foi onde o cavalo crioulo se desenvolveu, como uma decorrência coerente deste complexo de circunstâncias ou de condicionantes de clima, solo e relevo.

Assim, para garantir sua sobrevivência, cultivou-se o princípio do objetivismo utilitário nas práticas, técnicas e maneiras de se fazer e trabalhar

do Pampa, como politicamente é um produto da guerra” (OLIVEN, 1992, p.11). Assim, considerou-se ‘gaúcho’ uma designação conferida às pessoas atreladas à atividade pecuária em regiões de ocorrência de campos naturais do Vale do Rio da Prata e do Sul do Brasil, notavelmente no bioma denominado ‘pampa’. Os típicos atributos do seu estilo de vida campestre teriam traçado uma cultura própria, provinda do amálgama da cultura ibérica e indígena, adaptada ao trabalho executado nas propriedades denominadas ‘estâncias’. É deste modo conhecido no Brasil, enquanto que em países de idioma espanhol, como Argentina e Uruguai, é chamado de *gaucho* (acento tônico no "a", diverso do português, cujo acento tônico é no "u"). O termo ainda é correntemente empregado como gentílico para designar os habitantes do estado do Rio Grande do Sul, o qual atribuiu esta denominação gentilícia posteriormente à Revolução Farroupilha; todavia, também existem ‘gaúchos’ espalhados por outros estados da região Sul do Brasil, como Santa Catarina e Paraná, e também outros países como Argentina e Uruguai. É em função deste entendimento mais amplo do termo que, sempre que houve a necessidade de nos referirmos a pessoas, locais, etc. especificamente do Rio Grande do Sul, empregamos o termo ‘sul-rio-grandense’, para não abrir margem para dúvidas a respeito da abrangência do termo. Além disso, a expressão “gaúcho” serve também para designar um tipo folclórico e um conjunto de tradições codificado e difundido por um movimento cultural incorporado em agremiações, instituídas com esse fim e conhecidas como Centros de Tradições Gaúchas (CTGs).

nesta labuta campeira, isto é, conservaram-se e resistiram ao tempo os modos e os costumes que eram utilitários e econômicos no que se refere ao esforço e energia empregados. Portanto, o que se apresentava como trabalhoso, provocando empenho excessivo, e não possuía um melhoramento natural, foi abandonado (JACQUES, 2008). Em função disto é que grande parte da população sul-rio-grandense, particularmente aqueles envolvidos com a lida campeira, atuam com muita consideração à tradição. Disto procede, neste caso, o condicionamento a muitos princípios e na esquematização de um legado e uma herança que se expandem aos descendentes, apoiando os pilares de uma cultura, de acordo com Jacques (2008).

Ao adentrar-se pela década de 1950, tem-se, inclusive, em reportagem de *O Momento*, de Caxias do Sul, na serra sul-rio-grandense, o registro de Longhi (1950, p.1), que relata um dia de trabalho campeiro de um peão de fazenda do Rio Grande do Sul, destacando, dentre outras tarefas, o momento de se laçar um bezerro, descrevendo brevemente a sequência tradicionalmente esquematizada desta técnica:

[...] Quando está no campo, persegue o garrote⁸¹ que foge... esporeia o pingo⁸² encilhado à gaúcha⁸³; vòa...agarra o laço dos tentos⁸⁴ e enfia-o nas aspas⁸⁵ do fugitivo, e, golpeia o animal, que cai na volteada. Um sorriso sobranceiro, um olhar de vencedor ao vencido e ao pingo, um bravo. [...] Sim, é feliz o “peão da fazenda”. (LONGHI, 1950, p.1)

Tem-se, assim, que, em um contexto de fortalecimento das manifestações de identidade sul-rio-grandense, aproximadamente a partir da década de 1950, identifica-se um movimento de valorização desta prática do tiro de laço enquanto culturalmente típica do estado, encabeçado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Todavia, será na década de 2010 que se revela um intuito claro de reconhecer o tiro de laço enquanto uma

⁸¹ Bezerro entre dois e quatro anos (BOSSLE, 2003).

⁸² Cavalos bom, vistoso, fegoso, bonito e corredor (do castelhano platino, “pingo”) (BOSSLE, 2003).

⁸³ Equivalente à “À moda sul-rio-grandense”, o que reforça que a maneira de se encilhar um cavalo também era específica e compunha parte deste saber associado ao trabalho campeiro e rural do Rio Grande do Sul.

⁸⁴ As duas tiras de couro com que se amarra o poncho ao lombilho ou se prende qualquer objeto que se queira levar à garupa do cavalo (BOSSLE, 2003).

⁸⁵ Chifres do animal (BOSSLE, 2003).

prática mais enviesada pelo caráter esportivo, por meio da fundação da Federação Gaúcha de Laço. Perante este cenário do tiro de laço no Rio Grande do Sul, detecta-se, portanto, uma teia de relações interdependentes entre os domínios socializadores da cultura e do esporte, instituindo uma configuração entre os mesmos.

Assim, nos subcapítulos abaixo, será abordado, primeiramente, o processo pelo qual a prática de trabalho campeiro de laçar um boi, no Rio Grande do Sul, passou ao apresentar duas apropriações diferentes no que se refere ao seu deslocamento do campo para a cidade. Assim, considerou-se que, por um lado, tem-se o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), o qual abordou esta prática como uma manifestação cultural sul-rio-grandense, apresentando suas finalidades centralizadas em tratar o tiro de laço como cultura, folclore, tradição e atividade social (TEIXEIRA, 2014). E, por outro lado, apresentou-se a Federação Gaúcha de Laço (FGL), a qual aprecia e interpreta o tiro de laço como uma técnica fundamentalmente esportiva.

6.3 Representação de uma manifestação cultural do tiro de laço

Neste subitem são abordados os primeiros movimentos de valorização do tiro de laço enquanto uma prática cultural tradicionalmente típica do estado, diante de uma conjuntura de fortalecimento de uma identidade regional sul-rio-grandense, expressa essencialmente por meio da concepção do MTG, na transição entre as décadas de 1940 e 1950. Contudo, desde as primeiras ações do MTG relativas à prática do laço, observam-se características competitivas atinentes à mesma e a elaboração de regulamentos, atributos estes típicos de um esporte. Assim, procurou-se evidenciar que a prática do tiro de laço passou por um processo de esportivização, no Rio Grande do Sul, desde as iniciativas primordiais de sua organização, mesmo que expostas como ações que se limitavam à sua valorização enquanto uma manifestação cultural pelo MTG.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)⁸⁶ surgiu nas cidades. Cunhado por um grupo de homens na cidade de Porto Alegre, no final da década de 1940, o “tradicionalismo⁸⁷ gaúcho”, enquanto movimento organizado, buscou uma “recuperação” de costumes e cultura de um conjecturado passado rural, instituindo práticas para serem “revividas” nas entidades designadas como Centros de Tradições Gaúchas (CTGs). Sob este viés, este movimento pode aludir à noção de ‘tradição inventada’, utilizada por Hobsbawm (1984) como um termo de amplo sentido. Desta forma, tem-se o tradicionalismo gaúcho enquanto uma ‘tradição inventada’, arquitetada e convencionalmente institucionalizada.

Assim, determinado teoricamente por artigos divulgados, principalmente, no *Diário de Notícias* nos anos 1950 e 1960, e conferências de seus fundamentais iniciadores – Paixão Côrtes, Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva -, o movimento tradicionalista⁸⁸ não se encerra em tão-só um modo de manifestação folclórica. Conforma-se como um fluxo de convergências estéticas, especialmente na música, que confluem para um mesmo estuário cultural: o regionalismo gaúcho, conforme Costa (1998).

A emergência de centros tradicionais passou a evidenciar-se com mais proeminência no período pós-guerra. Em 1948, surgiu, em Porto Alegre, o 35 CTG, primeiro centro de tradições gaúchas, cujo nome evocava a Revolução Farroupilha deflagrada em 1835. Estabelecido, sobretudo, por alunos secundários procedentes das áreas pastoris, onde se exercia a pecuária em

⁸⁶ A entidade MTG, de Porto Alegre, foi criada em 1966 e “dedica-se à preservação, resgate e desenvolvimento da cultura gaúcha, por entender que o tradicionalismo é um organismo social de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica” (MTG, 2015).

⁸⁷ Vale a ressalva de que, ao longo da concepção deste movimento, produziu-se um discurso que definiu práticas, comportamentos, condutas e sentimentos característicos tanto de homens quanto de mulheres, “peões/gaúchos” e “prendas”. Resolveu-se demarcar, assim, para as “prendas”, um espaço peculiar dentro do movimento, vinculado às atividades artísticas e culturais, como danças e culinária, práticas e técnicas que estariam em consonância com a ideia de corporeidade inferior da mulher e a sua feminilidade frágil, delicada, dócil, pacata, recatada e retraída vigentes no período (BECKER, 2011).

⁸⁸ Contudo, já em 22 de maio de 1898, havia emergido uma primeira agremiação tradicionalista, o ‘Grêmio Gaúcho de Porto Alegre’, voltado para a promoção de festas, desfiles de cavalariáneos, palestras e outras atividades ligadas ao culto das tradições (OLIVEN, 1990). Posteriormente, já em 1925, há uma chamada, no jornal ‘A Federação’, do ‘Grêmio Gaúcho’ convidando todos os sócios para assistirem à festa que seria realizada em sua sede em comemoração à batalha de Tuiuti e ao 27º aniversário de sua fundação, ocasião em que também proceder-se-ia a eleição do presidente que deveria reger os destinos daquela associação no ano seguinte (FEIO, 1925, p. 2).

ampos latifúndios, serviu de exemplo a centenas de centros semelhantes, que se alastraram pelo Rio Grande do Sul e por outros estados (OLIVEN, 1991).

Um ano antes do '35' ser instituído, os próprios jovens haviam constituído a seção de tradições gaúchas do grêmio estudantil do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, no período respeitado como colégio-padrão. Entre 7 e 20 de setembro de 1947, instituíram a primeira Ronda Gaúcha, que deu origem à atual Semana Farroupilha. À meia-noite de 7 de setembro, antes da extinção do fogo simbólico da Pira da Pátria, tomaram ali uma centelha que, conduzida para o saguão do colégio, serviu para acender a 'Chama Crioula' (no Rio Grande do Sul, usa-se a expressão "crioulo" para designar o que é nativo, original e puro, ou seja, natural do próprio estado).

No mesmo ano, a Liga de Defesa Nacional abrangeu, nos festejos da Semana da Pátria, o traslado dos restos mortais do general David Canabarro, segunda maior liderança da Revolução Farroupilha, de Santana do Livramento (onde ele fora estancieiro) para o panteão do cemitério da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre (OLIVEN, 1991). Montados em cavalos cedidos pela Brigada Militar, oito desses jovens fundaram uma guarda de honra que escoltou o trajeto dos restos do herói farroupilha. Essa passagem aparece em diversos testemunhos de tradicionalistas como um rito de passagem essencial e como mito de concepção do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

A maioria desses jovens era constituída por descendentes de pequenos proprietários rurais de áreas pastoris onde sobressaía o latifúndio, ou de estancieiros em processo de descenso social. Sua presença na capital estava vinculada aos estudos. Ainda que cultuassem valores atrelados ao latifúndio, eles não pertenciam à oligarquia rural. Além disso, o movimento procurava restaurar valores rurais do passado; no entanto, seu embasamento estava, desde a origem, na cidade.

Neste contexto emerge uma primordial organização da prática do tiro de laço nos denominados rodeios crioulos, considerados manifestações das tradições do campo. Conforme a *Cartilha para Realização de Rodeios Crioulos* (COSTA et al, 2015, p.5), "acredita-se que esses eventos se proliferaram na busca das pessoas que migraram do campo para a cidade em trazer para o cotidiano um pouco de suas vidas na querência amada". Para além de uma

manifestação cultural de uma tradição dos campos sul-rio-grandenses, as primeiras disposições do tiro de laço pelo MTG foram apresentadas nos chamados rodeios crioulos e no formato de torneios competitivos.

Não surpreende, que configurações esportivas da prática do tiro de laço tenham emergido e possam ser identificadas já neste contexto, mesmo que não sejam assim denominadas. Em Esmeralda, quando esta localidade ainda configurava um distrito de Vacaria, na década de 1950 (APPIO, 2010), foi realizado o primeiro torneio de laço no Estado, com características competitivas, e que originou os atuais rodeios em que são realizadas as provas de tiro de laço. Tais disputas fundamentam-se no que é realizado nas estâncias, quando existe a necessidade de imobilizar um boi/novilho⁸⁹ para cuidá-lo ou marcá-lo (COELHO, 2003) e, desta forma, apropriando-se de e reproduzindo tal atividade rural. Em Porto Alegre, é possível que a prática do tiro de laço, nestas configurações, tenha sido amparada e realizada, especialmente, na conjuntura do primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG), o "35 CTG", constituído em 1948 (PEREIRA; SILVA; MAZO, 2015b).

As práticas e técnicas de rodeio, assim, cristalizam, na configuração de um jogo com elementos esportivos, práticas corporais e representações sociais construídas como técnicas e métodos de trabalho rural e campeiro (PIMENTEL, 2006). Possivelmente, em Porto Alegre, esta prática tenha seus primórdios atrelados ao primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG) organizado na cidade, o 35 CTG (FERREIRA, 1987), apesar de não se localizar abertamente o objetivo de um aparelhamento esportivo desta prática neste tipo de entidade, uma vez que, de acordo com Orreda (1999), este tipo de centro foi criado com o propósito de se difundir a cultura local, visando tanto a preservação e divulgação de práticas campeiras quanto os jogos artísticos tradicionais e shows populares no Rio Grande do Sul.

Não se identificam, assim, dentre as finalidades destes centros, a propagação esportiva ou processo de esportivização de qualquer das práticas campeiras e artísticas tradicionais. Apesar disto, o que se observa é uma paulatina incorporação de representações mais universais e assimiláveis ao grande público junto à prática do laço. É possível que, em função disto, ou seja,

⁸⁹ "Novilho" é um dos termos utilizados para o boi na idade entre um e seis meses.

com um processo de propagação de elementos globais e locais, a referência particular das práticas corporais e representações sociais construídas apenas como procedimentos de trabalho campeiro tenha sido esvaziada. Intensificam-se, por outro lado, por exemplo, os deslocamentos de significado quanto ao rodeio, abarcando as suas primordiais codificações esportivas, embora este fim não se encontre aparente nestas primeiras iniciativas associadas a um movimento de valorização da cultura, identidade e tradições do estado.

Conforme Guazzelli (2010), as manifestações de “identidade” sul-rio-grandense tinham que ser arquitetadas em esferas diferentes das políticas. Não por acaso, concomitantemente à mudança das remotas propriedades pecuárias – constituição por excelência da cultura do sul-rio-grandense – em enormes plantações mecanizadas, existiu, a partir da década de 1970, uma grande revalorização do folclore e das tradições culturais, com festivais de música “nativa” emergindo no estado. O afastamento do sul-rio-grandense e do ‘gaúcho’⁹⁰ era acompanhado de “nostalgia” deste ‘gaúcho’, produzindo “identidade” a uma população basicamente urbana que apresentava raras afinidades com o ancestral estilo de ser dos habitantes do campo.

Em função disto, por exemplo, é que o MTG faz um comparativo entre os rodeios *country*⁹¹ e o crioulo. Ao considerar, assim, o rodeio *country* como espaço de esportes competitivos que têm em vista a premiação, o MTG faz um contraponto com o rodeio crioulo, o qual, diferentemente, significaria uma

⁹⁰ A respeito do uso das palavras “rio-grandense” e “gaúcho”, Gomes (2008) apresenta uma discussão pertinente, ao conduzir, o processo histórico da constituição simbólica do habitante característico do estado do Rio Grande do Sul, por meio da ressemantização de seus dois adjetivos gentílicos fundamentais, operado pela literatura local. Assim, a autora mostra que o termo “gaúcho” possui acepções socioculturais características que classificam e abalizam um grupo social, e que, ao expandir-se até ser tomado como “apelido regional” em substituição ao patronímico “rio-grandense”, necessitou percorrer um longo caminho pelo imaginário sociocultural até alcançar diferentes definições que comportassem sua adoção na sociedade sul-rio-grandense. Contudo, reiteramos que, neste estudo, optou-se por considerar ‘gaúcho’ como uma denominação atribuída às pessoas vinculadas à atividade pecuária em regiões de ocorrência de campos naturais do Vale do Rio da Prata e do Sul do Brasil, notavelmente no bioma designado ‘pampa’. É em função deste entendimento mais amplo do termo que, sempre que houve a necessidade de fazermos menção a pessoas, localidades, etc. designadamente do Rio Grande do Sul, aplicou-se o termo ‘sul-rio-grandense’, para não abrir margem para ambiguidades a respeito da compreensão do termo.

⁹¹ O rodeio *country* teve sua origem nos Estados Unidos da América, quando, em meados de 1800, os colonos estadunidenses, após vencerem a guerra contra o México, adotaram tradições de raízes espanholas, entre elas os festivais mexicanos e a doma de animais, constituindo, como resultado da união destas duas atividades, o rodeio. A primeira prova oficial ocorreu em 1869, na cidade de Colorado, no Texas.

manifestação das tradições do campo (COSTA et al., 2015). Sua finalidade fundamental, assim, estaria em permitir uma convivência periódica entre os amantes dos costumes dos pagos, para reviver aquela infinidade de particularidades que tão bem determinariam o princípio de vida na querência⁹², bem como as manifestações culturais tradicionalistas gaúchas, como música, dança, gastronomia e jogos.

Apesar disto, alguns elementos comuns ao esporte também são identificados na prática do tiro de laço promovida pelo MTG. A própria denominação de “prova” de tiro de laço dentre as “provas campeiras” componentes dos rodeios crioulos já denota uma ideia de avaliação e competição. Para além deste aspecto, o tiro de laço também é submetido a um regulamento detalhado, categorias e uma competição, com as fases classificatória e final (COSTA et al, 2015). Desta forma, poder-se-ia interpretar o tiro de laço proposto pelo MTG como uma prática que, além de compor uma manifestação cultural, apresenta elementos de esportivização. Porém, ao ter-se em conta que, assim como em outras manifestações culturais, uma prática esportiva apresenta ampla elasticidade semântica e proporciona disponibilidade para usos diversos (MARQUES; ALMEIDA; GUTIERREZ, 2007), considera-se que as representações do tiro de laço, enquanto uma manifestação cultural, não são opostas ou antagônicas às suas representações como um esporte, mas, sim, podem mostrar-se como aliadas para uma compreensão mais ampla da prática em si.

6.4 Organização da Federação Gaúcha de Laço

O presente subcapítulo versa acerca de um intuito concreto de direcionar a prática do tiro de laço para um arranjo esportivo. Na década de 2010 é que se identificaria uma intenção clara e concreta de legitimar o tiro de laço como um esporte equestre sul-rio-grandense por meio da organização da Federação Gaúcha de Laço, passando, assim, a conformar a prática, inclusive, à legislação esportiva brasileira, a qual preconiza que as federações, filiadas às confederações, é que são os órgãos de direção dos desportos em cada uma

⁹² Lugar ou paradeiro onde o gado habitualmente pasta ou come sal, ou onde foi criado (OLIVEIRA, 2005).

das unidades territoriais do país (Distrito Federal, Estados, Territórios) (BRASIL, 1941). Ter-se-ia, assim, uma regularização plena e profissional desta prática como um esporte, já que, apesar do tiro de laço estar sob um regulamento até então – a *Cartilha para Realização de Rodeios Crioulos*, do MTG -, este se mostrava sob uma representação de manifestação cultural, ao mesmo tempo em que provinha de uma entidade não direcionada a fins esportivos. Assim, procurou-se demonstrar que, entre estes domínios socializadores – trabalho, manifestação cultural e esporte -, constituídos por sujeitos e entidades em intensa e contínua interdependência entre si e criando uma configuração entre os mesmos, é que são estabelecidos elementos de esportivização associados à prática do tiro de laço.

Assim, as provas de tiro de laço, ao consistirem em disputas que se fundamentam no trabalho rural e campeiro que é realizado nas estâncias, quando existe a necessidade de imobilizar um boi/novilho para cuidá-lo ou marcá-lo (COELHO, 2003), passam a ocorrer com a regulamentação de utilização do cavalo e uma corda de couro para perseguir e laçar uma rês por uma pista de 100 metros de distância. O tiro de laço, assim, ao apresentar seus primórdios vinculados a uma equitação acoplada ao trabalho, em especial à criação de gado, exemplifica a transformação de uma cultura que, conforme passa por este processo, tem certos movimentos sustentados sob a configuração de jogos, compondo certo conhecimento e memória corporal. Desta forma, diante de um processo de esportivização do tiro de laço e do rodeio - o torneio em que ocorriam estas disputas -, os praticantes locais ressignificam a prática de laçar a partir de categorias nativas do trabalho campeiro sul-rio-grandense (PIMENTEL, 2006).

Assim, em meio ao desenvolvimento de seus elementos de esportivização, a prática do tiro de laço desenvolveu um importante passo de consolidação, enquanto um esporte, ao passar por um processo de agenciamento⁹³ a partir da organização da Federação Gaúcha de Laço (FGL). Assim, no dia 11 de junho de 2013, no Parque Harmonia, em Porto Alegre, foi

⁹³ Neste estudo, compartilhamos do entendimento de Damo (2005) acerca da noção de agenciamento, compreendendo-o enquanto a incorporação de uma prática esportiva por uma agência (clubes, federações, Estado), a qual gerencia, organiza e controla política, administrativa e economicamente tal prática.

criada a entidade, com a finalidade de “[...] organizar, fortalecer, respeitar, assessorar, financiar e, principalmente, ser parceira daqueles que façam e fazer desse esporte uma união entre o poder público e privado” (VIEIRA, 2013b). De tal modo, em seguida de sua constituição, a entidade já passou a buscar por mais adesões e adeptos para fortalecer-se (GRIZOTTI, 2013). Em função disto, o presidente, Cléber Vieira, como uma de suas primeiras medidas, passou a participar de reuniões em diferentes cidades por várias regiões do estado. Uma importante ideia nesta direção era, também, a organização de um torneio com etapas e rodeios por todo o Rio Grande do Sul.

Apesar de Pimentel (2006) apresentar o rodeio, em especial o internacionalizado, enquanto uma prática que manifesta o recíproco desenvolvimento entre o global e o local, em que se firma o seu aspecto esportivo mais evidente, o rodeio crioulo – denominação específica em que ocorrem as disputas de laço -, constitui uma das formas habituais de rodeios brasileiros, na qual também já há uma revelação de um perfil esportivo. Desta forma, tem-se que, em uma ação de codificação esportiva do rodeio, identifica-se uma prática lúdica de domínio sobre animais campeiros, em que está presente uma (re)memorização gestual do trabalho pecuário. Um rodeio⁹⁴, assim, pode mostrar uma ambiguidade e imprecisão, uma vez que sua procedência cunha-se no trabalho pecuário, o qual, porém, produz vazão a momentos lúdicos de disputa entre peões.

A prática do tiro de laço em uma configuração esportiva, assim, paulatinamente foi desenvolvendo-se e ocupando diferentes ambientes no Rio Grande do Sul. De tal modo, a coordenação e diretoria deste esporte equestre foi adquirindo forças e legitimidade perante os sujeitos envolvidos na prática, além dos reflexos do atual Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013, que, dentre as suas normas gerais instituídas para o desporto, segue preconizando a existência de federações estaduais na estrutura administrativa nacional (cf. BRASIL, 2013). Por conseguinte, tem-se um incremento da prática do tiro de

⁹⁴ Desde o Brasil Colônia, com atributos particulares de cada região, os rodeios estiveram presentes nas cidades durante festivais e, mais tardiamente, em arenas de tourada (PIMENTEL, 2006).

laço, no Rio Grande do Sul, desde as associações pioneiras até a formação da Federação, e mesmo após a instauração desta.

Nesta direção, com o estabelecimento de trocas entre campo/cidade, essa memória e tradição rituais (dos gestos comuns à interação com o gado e que se deslocam do cenário do trabalho para serem incorporadas como lazer e esporte) acabaram por serem recriadas ao relacionarem-se com diferentes acervos característicos sobre como é rememorada ou mesmo idealizada e concebida a realidade campeira. Assim, simultaneamente à maior espetacularização do rodeio, aproximadamente a partir dos anos 1990, conforme Pimentel (2006) foram intensificados os processos de regulamentação dessa festa em um esporte formal. A prática do tiro de laço em uma nova configuração, pouco a pouco, foi desenvolvendo-se e ampliando sua ocupação em distintos espaços do Rio Grande do Sul.

Uma das primeiras regiões de difusão do ideário e das ações da Federação Gaúcha de Laço foi a região da Campanha, no sudoeste do estado, abrangendo cidades como Bagé e Santana do Livramento. Nestas localidades, os integrantes dos piquetes⁹⁵ demonstraram uma significativa adesão à entidade, incluindo-se no projeto de institucionalizar o tiro de laço como um esporte e, portanto, apoiando a constituição da FGL (VIEIRA, 2013a). É possível que a opção por iniciar o trabalho de divulgação desta instituição pela região da Campanha justifique-se por este espaço configurar-se como uma das origens do tipo social vinculado à pecuária, oriundo do pampa: o gaúcho.

Conforme Oliven (1992) registrou na obra *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*, o padrão que é arquitetado quando se abordam as tradições e conhecimentos relativos ao Rio Grande do Sul está predominantemente calcado no campo. Mais especificamente, na região da Campanha (localizada no sudoeste do estado, e demarcando fronteira com a Argentina e o Uruguai) e na figura do “gaúcho⁹⁶”, enquanto um homem livre e

⁹⁵ Entidades tradicionalistas que são dedicadas às atividades campeiras (BOSSLE, 2003).

⁹⁶ A tradição, a memória e a historiografia regional tendem a representar e conceber seu habitante por meio de um único e singular tipo social: o gaúcho. Ainda que brasileiro, ele seria muito distinto de outros tipos sociais do país, conservando, às vezes, mais proximidade com seu homônimo da Argentina e do Uruguai. Na constituição social da identidade do gaúcho brasileiro, portanto, existe uma referência e uma alusão constantes a elementos que evocam um passado glorioso no qual se forjou e se teceu sua figura, cuja essência seria abalizada pela

errante que vagueia soberano sobre seu cavalo. Acrescente-se a este cenário a interlocução privilegiada da natureza, como ela se descortina nas vastas planícies dessa área pastoril. Em função disto, é que, possivelmente, tenha se dado a escolha por iniciar um trabalho de sensibilização à causa do tiro de laço enquanto um esporte por uma região de sul-rio-grandenses produtores da tradição do laço em seu espaço de origem, isto é, no campo e na pecuária.

O cenário atual desta atividade de criação e tratamento de gado, inclusive, pode auxiliar a proporcionar-nos indícios de um contexto que também pode ter propiciado a ideia e a concretização da legitimação do tiro de laço enquanto uma prática esportiva por meio da fundação da FGL. O Brasil constitui um dos países em que o agronegócio do cavalo é um segmento importante da sociedade. O complexo da pecuária e do agronegócio equino, no país, movimenta, atualmente, cerca de R\$7,5 bilhões e gera cerca de 3,2 milhões de empregos diretos e indiretos (ALMEIDA; SILVA, 2010). Desta forma, desde a segunda metade do século XX, sobressaem-se, no agronegócio equino, os vários fornecedores de insumos, produtos e serviços para a criação, como medicamentos, rações, selas e acessórios, ferrageamento, veterinários e treinadores, transporte de equinos, ensino e pesquisa.

Nesta direção, uma vez que o segmento de equinos utilizados em diversas atividades esportivas movimenta valores da ordem de R\$ 705 milhões e emprega cerca de 20.500 pessoas, com a participação estimada de 50 mil atletas (LIMA; SHIROTA; BARROS, 2006), no complexo agropecuário, é possível que este panorama tenha motivado, também, o processo de transformação do tiro de laço em uma prática esportiva. Por meio desta configuração enquanto um esporte, assim, diferentes fontes de investimento financeiro, tais como apoios e financiamentos amparados pela legislação esportiva, por exemplo, poderiam passar a adentrar o espaço de organização

vida em amplos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a coragem do homem ao afrontar o inimigo ou as forças da natureza, a fidelidade, a reputação etc. (OLIVEN, 1992). As representações sobre o gaúcho, portanto, já agregadas ao senso comum, se fazem notar desde os relatos de viajantes estrangeiros como Saint-Hilaire e Arsène Isabelle (SAINT-HILAIRE, 2002; ISABELLE, 1983). Elas ainda estão presentes em uma ampla tradição literária que apresenta, como matriz, o livro "O Gaúcho", publicado em 1870, no auge do romantismo, por José de Alencar, autor que, nunca tendo estado no Rio Grande do Sul, arquitetou e mitificou este tipo social denominando-o "centauro dos pampas".

do tiro de laço. Por conseguinte, uma intensificação no movimento e um acirramento de eventuais disputas arquitetadas no jogo simbólico entre representações socioculturais mais afeitas à configuração do laço enquanto uma tradição restrita ao trabalho ou à sua configuração esportiva poderiam ser identificados neste meio.

Além disto, o agronegócio, ao apresentar um canal recreativo, por meio das mostras agropecuárias, bem como as festas e brincadeiras de peão, implanta e cultiva uma condição de espetáculo, a qual, gradualmente, também foi hibridizando o rodeio crioulo com alguns elementos esportivos universais. De tal modo, este poderia configurar-se como mais um indício do contexto nacional mais amplo o qual também pode estar relacionado em intensa e contínua interdependência com o caminho de transformação optado pelos sujeitos que compõem as instituições ligadas à prática do tiro de laço ao manifestar seu processo de esportivização.

Assim, seguindo o intuito de propagação do laço como um esporte, a região centro oriental do estado também foi abordada pelos componentes da FGL. Uma das cidades alcançadas, nesta região, foi Pantano Grande, onde a receptividade predominante manifestou-se pelo planejamento, por parte da prefeitura, de um projeto para a construção de um parque de provas para o município. De tal modo, seria possível concretizar uma etapa do almejado Circuito do Laço nesta cidade (VIEIRA, 2013d).

Outro município que aderiu à proposta esportiva da FGL foi Guaíba, na região metropolitana de Porto Alegre. Especialmente por meio da prefeitura e da secretaria de turismo, juntamente com o sindicato rural da cidade, também se passou a almejar a realização de um rodeio do Circuito de Laço, enquanto uma ação da FGL para propagar a prática do tiro de laço enquanto um esporte por todo o estado (VIEIRA, 2013c). Desta forma, é possível identificar que as ações da FGL, como previsto em suas determinações, deram-se, de forma inicial, predominantemente por meio do poder público. Estas, portanto, constituíram-se em uma das principais formas de o domínio socializador do esporte atuar, por meio de um jogo simbólico, em torno de uma socialização no contexto da prática do laço. Este domínio era representado, neste caso, pelos atos da FGL, a qual é constituída por sujeitos que vislumbravam a

transformação do laço em esporte como o melhor processo de desenvolvimento para esta prática, pressionando-se mutuamente com os sujeitos que não faziam parte desta entidade e que conjecturavam o laço apenas como prática utilitária de labor e de tradição cultural do Rio Grande do Sul, isto é, os integrantes e afeiçoados ao MTG.

Assim, diante de uma eventual polêmica entre MTG e a Federação Gaúcha de Laço, identificada por Teixeira (2014), esta questão, possivelmente, seja muito mais encadeada em função de uma disputa pelo poder diante da prática, bem como por gerenciá-la, organizá-la e controlá-la política, administrativa e economicamente, do que de um jogo simbólico pela predominância de representações diferentes. Além disto, independentemente de representação enquanto uma manifestação cultural ou como um esporte, as disputas de tiro de laço, no Rio Grande do Sul, apresentam, como seu cerne, a sua realização predominantemente com cavalos crioulos, já que os animais desta raça possuem a peculiaridade de acompanharem os sul-rio-grandenses em seus trabalhos habituais de lida campeira.

6.5 Um elemento-chave nas interdependências entre trabalho campeiro, cultura e esporte: o cavalo crioulo

Este subcapítulo aborda um elemento central na configuração estabelecida entre trabalho campeiro, cultura e esporte por meio da prática do tiro de laço: o cavalo da raça crioula. As disputas de tiro de laço, no Rio Grande do Sul, são realizadas, geralmente, com estes animais. A própria denominação do torneio em que ocorrem estas disputas – rodeio crioulo -, além de estar associada ao significado daquilo que é nativo, original e puro, ou seja, natural do próprio estado (OLIVEN, 1991), também pode remeter ao imaginário⁹⁷ relacionado à raça crioula de cavalos. Desta forma, buscou-se evidenciar que estes cavalos desempenham uma função importante na cultura do Rio Grande do Sul por apreender-se que são, legitimamente, originados na região dos Pampas (GIANLUPPI et al, 2009) do Cone Sul (nome comumente relacionado à parte meridional da América do Sul).

⁹⁷ Compartilhou-se, aqui, do entendimento de imaginário de Pesavento (2008), a qual o compreende como um sistema de ideias e imagens de representação coletiva.

Conforme reportagem publicada no jornal *Correio do Povo* de 1912, “o cavalo crioulo é forte, é ágil, é de uma rusticidade a toda prova” (II EXPOSIÇÃO..., 1912, p.25). Ao considerarem-se tais características destes animais, tem-se que configuravam a raça equina mais adequada para o serviço campeiro. Possivelmente, os cavalos crioulos foram selecionados, ao longo do tempo, para tal fim, tornando-se a sua criação indispensável nas estâncias.

Seus primórdios remontam a um processo ao longo do tempo, em que os cavalos que fugiram dos primeiros bandos trazidos pelos espanhóis, no século XVI, começaram a se reproduzir livre e naturalmente nos campos argentinos, uruguaios e sul-rio-grandenses (OLIVEIRA, 2009). Essa nova raça selvagem acabou se constituindo como uma combinação das raças europeias e árabes, notadamente evoluída com a resistência ao ambiente característico da geografia local. De tal modo, emerge a raça crioula, animal símbolo do Rio Grande do Sul, reconhecido por lei.

Trata-se da Lei nº 11.826, sancionada em 2002, a qual passou a reconhecer este animal como símbolo cultural do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2002), reforçando a representação cultural que o cavalo crioulo tem para o Estado. Por meio do deputado estadual, agrônomo e ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul Frederico Antunes, o cavalo crioulo é incluído, juntamente com a ave Quero-Quero, como animal símbolo do Rio Grande do Sul, reconhecido e reiterado oficialmente como patrimônio do Estado. Tal iniciativa, pode representar, para além de um incentivo ao cavalo crioulo como um capital cultural, uma tentativa de impulsionar esta raça equina economicamente, evidenciando seu valor para o trabalho de lida campeira e lugar de realce no panorama mundial dos esportes equestres, valorizando-o, também, como capital econômico.

Em entrevista realizada com 1.200 sul-rio-grandenses, como parte de uma pesquisa de opinião pública executada pelo Segmento Pesquisas de Marketing (POSTAIS..., 2010), 55% dos entrevistados, ao responderem à pergunta “Se o Rio Grande do Sul fosse um animal, qual seria?”, mencionaram o cavalo. Ao justificarem sua opção, em geral, as características pertencentes ao cavalo predominantemente apontadas por tais indivíduos remontam à representação histórica deste animal para o Estado junto às conquistas

territoriais, guerras e trabalho de lida campeira, tais como “garra”, “força”, e, especialmente, “acompanhar o gaúcho”⁹⁸ como símbolo de tradição” (p. 99). Percebe-se que, mesmo recentemente, o imaginário ligado ao cavalo crioulo no Rio Grande do Sul ainda estabelece articulações com os primórdios da utilização deste animal ligados a batalhas e ao labor campeiro, apesar do emprego desta raça equina já ter se expandido para práticas com elementos de esportivização, conforme Sarmiento (2011).

Esse era o cavalo empregado pelos povos dos pampas sul-riograndenses. Com base nisto é que, provavelmente, foi instituído o Crioulaço, uma prova de tiro de laço com regulamento específico para uma disputa somente entre cavalos crioulos.

6.6 Crioulaço: o reforço de uma identidade na prática do tiro de laço

O presente subcapítulo versa acerca da competição denominada Crioulaço, a qual, em sua própria concepção, parece contribuir para a legitimação do cavalo crioulo enquanto elemento-chave no arranjo configuracional do tiro de laço. Procurou-se revelar que, ao conceber este formato de competição de laço, em que são permitidos apenas éguas e cavalos confirmados da raça crioula, a Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos (ABCCC) também passa a adentrar, juntamente com o MTG e a FGL, em uma disputa de poder e um jogo simbólico sobre esta prática.

A primeira prova do Crioulaço foi realizada, oficialmente, em 1992, na cidade de Cacequi, na região centro-ocidental do Rio Grande do Sul. Ambas as provas (Tiro de Laço e Crioulaço) fundamentam-se no que é realizado nas

⁹⁸ A figura do gaúcho, tal como se reconhece, passou por um extenso processo de elaboração cultural até apresentar o contemporâneo sentido gentílico de habitante do estado do Rio Grande do Sul (OLIVEN, 1992). Abalizando uma história da expressão “gaúcho”, Augusto Meyer mostrou que ela não encerrou sempre o significado heroico que adquiriu na literatura e na historiografia regional. No período colonial, o habitante do Rio Grande do Sul era chamado de “guasca” e, posteriormente, de “gaudério”; este último termo tendo um significado pejorativo e acenando aos aventureiros paulistas que tinham desertado das tropas regulares e abraçado a existência rude dos coureadores e ladrões de gado. Tratava-se de nômades errantes e contrabandistas de gado em uma região onde a fronteira era bastante instável em função dos conflitos entre Portugal e Espanha. No final do século XVIII, eles são apelidados de “gaúchos”, palavra que traz a mesma conotação pejorativa até meados do século XIX quando, com a organização da estância, passa a constituir o peão e o guerreiro com um significado de louvor (MEYER, 1957).

estâncias, quando existe a necessidade de imobilizar um boi para cuidá-lo ou marcá-lo (COELHO, 2003). O grande diferencial do Crioulaço é que esta prova, além de contar com a participação apenas de cavalos crioulos registrados na ABCCC, é disputada somente em duplas, e não individualmente, como uma das categorias existentes no Tiro de Laço. Apesar de uma interdependência entre práticas tão semelhantes quanto o Tiro de Laço e o Crioulaço, passa-se a identificar a elaboração de aspectos diferenciais que, diante da movimentação contínua e intensa de relações entre os sujeitos, entidades e animais envolvidos em ambas as práticas, acaba por estabelecer pressões entre os mesmos. Conseqüentemente, tais forças, bem como um eventual equilíbrio momentâneo entre as mesmas, passam a abalizar um jogo simbólico presente e determinante em um processo de socialização no cenário destas práticas.

Desta forma, ao longo do tempo, o Crioulaço conquistou numerosos praticantes e, atualmente, na grande final da prova realizada anualmente no mês de janeiro na cidade de Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre, o número de participantes ultrapassa 600 competidores, todos devidamente qualificados nas provas de suas regiões. Tais características e o tipo de prática conseqüentemente cristalizado, assim, na configuração de jogo esportivo, conformam o Crioulaço também como uma prática com representações sociais produzidas como técnicas de lida campesina, conforme Pimentel (2006), porém sem um fim utilitário em sua configuração competitiva. Portanto, esta já antiga lida equestre de imobilizar um boi originou as práticas equestres esportivas do Tiro de Laço e do Crioulaço.

Destarte, tanto as provas de Tiro de Laço como as do Crioulaço, desempenhadas sem um fim utilitário e pelo prazer em si na prática, são originadas da equitação sul-rio-grandense campeira e utilitária. A partir disto, a ABCCC instituiu regras características para esta competição entre conjuntos envolvendo cavalos crioulos pelo puro prazer do momento de laçar a rês. Para a prática, também se serve de uma cancha de 100 metros onde o cavaleiro espera, com seu laço preparado, o boi ser solto do brete. A partir disto, é preciso, então, laçar o animal pelos chifres antes da cancha acabar. Vence a dupla que alcançar o maior número de laçadas. Ou seja, laça-se a rês sem um fim utilitário, mas sim pelo simples prazer da atividade em si. Observam-se,

assim, tanto no Tiro de Laço como no Crioulaço, algumas das manifestações de características essenciais a uma noção de esporte. Pode-se identificar uma interdependência entre ambas estas práticas do laço a partir da qual as ações e experiências específicas de cada uma se interpenetram e formam um tipo de configuração. Esta reforça uma identidade sul-rio-grandense e do cavalo crioulo, simultaneamente atreladas ao laço, mesmo que atualmente este seja praticado em forma de disputa em praticamente todos os estados da federação. Para além disto, cabe a ressalva de que, enquanto uma associação destinada a “congregar os criadores da Raça Crioula” em torno da seleção e mercado destes cavalos (ESTATUTO..., 2011, p.2), é provável que um dos objetivos da ABCCC, ao regulamentar esta prática, estivesse pautado pelas intenções mercadológicas.

Não foram apenas as práticas do tiro de laço e do Crioulaço que desenvolveram atributos esportivos. Outras práticas, também relacionadas à raça crioula e ao trabalho campeiro sul-rio-grandense, da mesma maneira estenderam seus possíveis significados e passaram a evidenciar um intuito distinto daquele até então relacionado aos afazeres da lida rural.

6.7 Elementos de esportivização com um fim utilitário: o Freio de Ouro

O presente subcapítulo versa acerca da emergência de elementos de esportivização associados às práticas que compõem o prêmio Freio de Ouro. Tais elementos manifestam-se em um contexto em que os domínios socializadores do trabalho e do esporte passam a ser constituídos por sujeitos em intensa e contínua interdependência entre si. Contudo, tais práticas equestres, também relacionadas à raça crioula e presentes no trabalho campeiro dos pampas sul-rio-grandenses desde, pelo menos, o século XVI (TEIXEIRA, 2011), para além de seus elementos de esportivização, em determinado momento, passam a assumir, em um contexto estabelecido, uma finalidade utilitária distinta daquela até então constituída de um trabalho campeiro: um intuito significativamente atrelado ao mercado.

Tratam-se das práticas que compõem o Prêmio Freio de Ouro, conhecido como “a maior e principal competição da raça de cavalos crioulos no país” (PEREIRA, 2015, p.6), o qual já é promovido há mais de 30 anos pela

Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos (ABCCC), organizada em 1932. Tais práticas desenvolveram, no desenrolar do tempo, todas as propriedades de esporte moderno, adquirindo-as em meados do século XX, a partir de quando se destacam, no aspecto social do agronegócio equino no Brasil, as atividades de esportes e lazer (LIMA et al, 2006).

A procedência desta, que é a prova da ABCCC mais importante, encontra-se na cidade de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, no extremo sul do país e fronteira ao Uruguai, durante a década de 1970. Até este período, ocorriam somente exposições morfológicas. Uma vez preocupados com a funcionalidade do cavalo crioulo, alguns criadores da cidade estabeleceram a 1ª Exposição Funcional. As instalações eram simples e o número de participantes era limitado. O sucesso do evento, nos anos seguintes, chamou a atenção da ABCCC, pois esta nova prova combinava funcionalidade e morfologia (COELHO, 2012).

A partir disto é que se pode começar a identificar um desígnio utilitário e prático para estas provas, as quais apresentavam objetivos para além do prazer em si pela prática, conforme preconizado por Elias e Dunning (1992) na composição de um esporte moderno. Deste modo, as provas que constituem o Prêmio Freio de Ouro têm por objetivo, além de difundir, promover e valorizar a raça crioula de equinos servir-se das mesmas como um instrumento de seleção de animais (GIANLUPPI et al, 2009). Nesta triagem, são avaliadas a morfologia, por meio da verificação do enquadramento do cavalo nos modelos da raça, e a sua funcionalidade, por meio da avaliação da atuação do conjunto ginete e cavalo em práticas que reproduzem os serviços de campo.

Trata-se de provas que são mais direcionadas à avaliação do animal e visam ao melhoramento da raça equestre específica, valorizando a reprodução daqueles animais com maior destaque em sua atuação nestas disputas. Não são realizadas apenas pelo prazer em si na prática e nem com o objetivo do trabalho campeiro. Ainda assim, as práticas equestres que compõem o Freio de Ouro apresentam a característica de estarem mais ligadas à população predominantemente rural, de vida campesina e de lida campeira.

As práticas que compõem o Freio de Ouro apresentam características de um esporte moderno; contudo, não possuem, como propósito básico, um

aspecto fundamental proposto por Elias e Dunning (1992) para a caracterização de um esporte moderno: a busca pelo prazer por meio da prática em si. Em detrimento disto, o que se identifica é um fim utilitário, a saber, o julgamento dos cavalos da raça crioula com o intuito de aperfeiçoá-la. Outro indício que reitera tal interpretação e consequente classificação é o fato das reportagens acerca do Freio de Ouro, quando presentes no jornal *Zero Hora*, por exemplo, estarem alocadas, quase que em sua totalidade, no interior do caderno Campo e Lavoura, uma seção dedicada às notícias sobre o agronegócio, e não no caderno destinado aos esportes. Por conseguinte, considera-se, neste estudo, que as práticas que constituem o Prêmio Freio de Ouro não se configuram como práticas esportivas, mas sim como práticas equestres com elementos de esportivização.

Outra competição semelhante existente é do Bocal de Ouro, o qual se configura como a mais importante classificatória para a grande decisão do Freio de Ouro, apresentando as revelações da raça crioula (PEREIRA, 2015). O Bocal de Ouro consiste em uma competição de conjuntos inéditos que ocorre na cidade de Esteio, no Parque de Exposições Assis Brasil, a qual pode mostrar favoritos para a final do Freio de Ouro. Como uma das etapas mais concorridas para alcançar o grande título, é a mais almejada pelos criadores.

Participam desta etapa quase 100 conjuntos estreantes nas pistas, metade deles composta por machos e a outra metade por fêmeas, os quais são definidos após sete meses de disputas em credenciadoras realizadas pelo Brasil. Para o atual presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos (ABCCC), José Luiz Laitano, a cada ano que passa, a competição cresce tanto em volume de participantes quanto na qualidade e preparo dos animais, demonstrando uma evolução da raça crioula. Conforme Vinícius Guedes Freitas, que é um dos responsáveis pelo julgamento dos machos, todos os anos o nível dos competidores que vão para o Bocal de Ouro impressiona os jurados e espectadores, tanto no nível morfológico quanto no nível funcional. A opinião também é compartilhada por Eduardo Mógliã Suñe, que é um dos jurados das fêmeas, e que avalia que o crescimento técnico dos animais inéditos é sentido a cada ano que passa e garante uma

competitividade muito forte ao evento (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAVALOS CRIoulos, 2015).

Para o grupo social envolvido com tais competições, a raça crioula representa, como nas palavras do atual presidente da ABCCC, José Luiz Laitano, “mais que uma raça, um estilo de vida” (LAITANO, 2015, p.2). Assim, é possível que a coexistência dos distintos domínios do trabalho e esporte, aliada a um fim econômico construído nos meandros da raça equina crioula, tenha produzido valores, referências e representações culturais específicas deste grupo social. Estas, provavelmente, desmembrar-se-iam, essencialmente, conforme as distintas práticas associadas à raça.

Desde o estabelecimento da ABCCC, em 1932, está colocada, em seu regulamento, a missão de preservar e difundir a raça crioula, o que se tornou a direção que conduziu os atos de todos os que, de alguma forma, trabalharam pelo seu melhoramento. Por determinado período, a sua preservação significou a proteção da cocheira e a divulgação se dava pouco além da cerca, restringindo o seu desenvolvimento. Somente após alguns anos é que foi percebida a peça que se tinha em mãos a ser lapidada, segundo Laitano (2015). Também era necessária uma vitrine onde os seus atributos recebessem visibilidade. Atualmente, em função do trabalho de gestores que se sucederam na gerência da entidade com este intuito de difusão da raça, segue-se buscando o mesmo fim; contudo, de forma bem mais abrangente.

O Freio de Ouro, cunhado em 1982, colocou um marco na história da ABCCC, confirmando-se como um importante instrumento de seleção morfológica e funcional, assim como fundamental acontecimento da Exposição Internacional de Animais (Expointer)⁹⁹ (LAITANO, 2015). Nos últimos anos, inclusive, o cavalo crioulo vem conduzindo o alto faturamento das vendas de animais na feira. E isso se deve não apenas à sua inserção social, identificação

⁹⁹ A tradição do Estado em feiras agropecuárias remonta de 1901. A primeira aconteceu em 24 de fevereiro, em pavilhões fechados no Campo da Redenção (atual área do Parque Farroupilha) e do campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, denominada 1ª Exposição de Produtos do Estado. Nesta feira, foram expostos bovinos, equinos, suínos, produtos agrícolas e industriais, além de artesanato. Foi calculada a participação de 2.200 expositores e público de 67 mil pessoas, dados significativos para o período. Emergia, assim, a Exposição Estadual, embrião do que 71 anos depois seria a Exposição Internacional de Animais (Expointer) (UMA HISTÓRIA..., 2015).

cultural e exibição nos meios de comunicação social, mas, ainda, e especialmente, à sua elevada qualidade para as práticas equestres para as quais é destinado. Têm-se, assim, indícios que reiteram a coexistência do domínio socializador do esporte em uma relação de interdependência com o contexto sociocultural mais amplo, em uma forma permanente e dinâmica em tal afinidade. Apesar disto, um domínio e uma instância socializadora, baseado no entendimento de Elias (1994), não está acima dos sujeitos, o que pode sugerir que, essencialmente, tal dinamicidade de relações estivesse atrelada à movimentação destes indivíduos por entre espaços esportivos, socioculturais e midiáticos vinculados ao cavalo crioulo e suas práticas.

Portanto, a potencialidade da raça estabeleceu pilares que, atualmente, amparam outras importantes ações. Com investimento constante em qualidade e profissionalismo, tanto na gerência dos procedimentos internos quanto na gestão dos eventos e sistemas de avaliação, a associação conquistou confiabilidade e ampliou o alcance da raça. Atualmente, de acordo com Laitano (2015), a ABCCC é responsável por mais de mil eventos por ano no país, aumentando cada vez mais o número de criadores e proprietários.

Em um período de inconstância financeira, assim, no qual o agronegócio se impõe como importante apoio econômico do Brasil, o cavalo crioulo é apresentado como oportunidade atraente de comércio. Apreciada pela seleção e distinguida pelas suas virtudes, a raça tem conquistado o “[...] novo usuário do cavalo, estabelecendo-se como ativo de mercado e como animal de companhia” (LAITANO, 2015, p.2). Percebe-se, de tal modo, a inversão de significado e representações ao passar-se de praticante de um esporte equestre para um “usuário” de uma “mercadoria”, reforçando o cerne da relação com o cavalo crioulo como uma chance de negócio neste cenário do Freio de Ouro e auxiliando na compreensão das provas que compõem tal prêmio não como esportes, mas como práticas equestres que apresentam elementos de esportivização.

Desta forma, embora o trabalho no campo esteja no cerne dos primórdios das práticas junto ao crioulo, este serviço campeiro já não representa mais o uso exclusivo que se atribui a esse animal (LAITANO, 2015). Apesar da lida no campo ser o alicerce do seu melhoramento, as pistas

esportivas e trilhas de cavalgadas, por exemplo, abriram-lhe os caminhos do desenvolvimento, estabelecendo espaços nos quais a sua versatilidade como animal de sela foi avaliada e confirmada.

Atualmente, conforme Laitano (2015), o cavalo crioulo faz parte da família e proporciona um movimento no qual ele é o cerne e, em seu entorno, multiplicam-se amizades e boas relações. A partir disto, remete-se à noção de *ethos*, enquanto um princípio profundamente ligado ao de *habitus* (ELIAS, 1997) e que, portanto, permite auxiliar a compreender a adesão aos valores compartilhados pelo grupo social vinculado ao cavalo crioulo, pondo estes sujeitos (famílias, amigos, profissionais do meio equestre desta raça) em ação para produzir ação, podendo constituir, entre todos estes sujeitos, inclusive, conforme termos utilizados em reportagens, uma nova “família”: a do cavalo crioulo. Tem-se, a base da constituição de uma configuração cultural composta a partir deste tipo de cavalo, construindo identidades de um grupo social que comunga dos mesmos valores, referências e códigos culturais. Estes elementos culturais, assim, por meio do arranjo configuracional que compõem, arquitetam um processo de socialização ancorado nas técnicas, na cultura e na memória corporal desenvolvidas no cotidiano do trabalho campeiro.

As palavras do atual presidente da ABCCC de “Tem-se orgulho de sermos do cavalo” (LAITANO, 2015, p.2) estabelecem uma identidade de um grupo vinculado entre si sob a participação do panorama das atividades e práticas relacionadas a esta raça equina específica. Isto sugere a constituição, portanto, de um jogo simbólico entre representações socioculturais de sujeitos que não pertencem ao grupo “do cavalo” e aqueles que pertencem; dentre estes, ainda é construída uma disputa simbólica dentre os sujeitos e entidades envolvidos nas diferentes práticas associadas ao cavalo crioulo.

Pelos registros de reportagens, portanto, identifica-se que o desafio atual da associação é sustentar a produtividade desse cenário constituído – em que as origens do cavalo crioulo são fortalecidas, especialmente, por meio de representações socioculturais a ele vinculadas – e ampliar as possibilidades de adentrar novas práticas equestres e novos mercados, com perspectivas de se poder difundir muito mais ainda a raça. Afinal, a despeito de novos destinos e

aberturas de espaços a serem conhecidos e percorridos, preservar e propagar o cavalo crioulo segue constituindo o encargo principal desta entidade.

6.8 Apontamentos finais

Ao considerar uma equitação rural sul-rio-grandense tem-se uma apropriação do trabalho campeiro por seguimentos culturais e, sobretudo, esportivos. Determinadas práticas desta lida do campo passam a ser configuradas com objetivos distintos do fim utilitário do trabalho, proporcionando um espaço de pressões mútuas entre seus sujeitos. Este ambiente, propiciou um jogo simbólico de socialização por meio de uma (re)significação do trabalho campeiro sul-rio-grandense.

A esportivização de certas práticas equestres emerge do que é desenvolvido dentro de um contexto de uso geral do cavalo em atividades de trabalho campesino. O tiro de laço é um exemplo muito representativo deste processo. No caso das práticas que compõem o Prêmio Freio de Ouro, por outro lado, apesar de possuir todas as características de um esporte moderno, ainda envolvem o elemento da seleção de animais e um consequente intuito principal vinculado ao mercado do agronegócio equino.

A utilização do cavalo acompanhava o processo de desenvolvimento do estado, adaptando-se não somente às novas condições impostas pela paulatina urbanização, mas também aos novos sentidos atribuídos às práticas equestres. Se, em um determinado período, o cavalo representou, para o sul-rio-grandense, um auxílio/arma de guerra e duelos por conquistas de territórios, em outro momento, este animal passava a simbolizar a possibilidade de trabalhar nos campos com o gado bovino. Uma prática equestre que representava momentos de lazer, como o tiro de laço, ao relacionar-se com o contexto sociocultural e político-econômico, passa a incorporar elementos de esportivização. O Freio de Ouro, apesar de também sustentar representações de oportunidades de diversão e lazer, especialmente para a assistência, é composto de um importante elemento econômico e mercadológico para esta prática; percebe-se, assim, que entre o tiro de laço e o Freio de Ouro há tanto rupturas como também continuidades.

As provas de Tiro de Laço e Crioulaço são desempenhadas, sobretudo, pelo prazer em si na prática, além de serem realizadas com cavalos crioulos. Estes cavalos desempenham uma função importante na cultura do Rio Grande do Sul por apreender-se que são, legitimamente, originados na região dos Pampas do Cone Sul. Tais disputas, ao fundamentarem-se no que é realizado nas estâncias, quando existe a necessidade de imobilizar um boi/novilho para cuidá-lo ou marcá-lo, são originadas da equitação sul-rio-grandense campeira e utilitária. Por conseguinte, a antiga lida equestre de imobilizar um boi originou as práticas equestres esportivas do Tiro de Laço e o Crioulaço.

A prática do tiro de laço passou por um processo de esportivização, desde as ações primordiais de seu aparelhamento, ainda que apresentadas como iniciativas que se restringiam à sua valorização enquanto uma manifestação cultural pelo MTG. Poder-se-ia considerar o tiro de laço apresentado pelo MTG como uma prática que, afora conformar-se como uma manifestação cultural, expõe elementos de esportivização. Ao ponderar-se o fato de que uma prática esportiva proporciona vasta amplitude de significados e, portanto, oferece disposição para empregos distintos, analisa-se que as representações do tiro de laço, enquanto uma manifestação cultural, não são contrapostas ou adversas às suas representações como um esporte; ao contrário, podem revelar-se de forma vinculada, sem a exclusão mútua umas das outras, para uma apreensão mais ampla da prática em si.

Dentre os domínios socializadores do trabalho, manifestação cultural e esporte, compostos por sujeitos e entidades, em clara e ininterrupta interdependência entre si e instituindo uma configuração entre os mesmos, é que são constituídos elementos de esportivização vinculados à prática do tiro de laço. Perante uma eventual disputa entre MTG e a FGL, tal questão, provavelmente, esteja muito mais travada em virtude de uma contestação pelo poder ante a prática, isto é, pelo seu gerenciamento, coordenação e influência política, administrativa e econômica, do que a um jogo simbólico pela predominância de representações diversas.

No caminho de construção destas diferentes representações, é possível identificar que, diante de um deslocamento da prática do tiro de laço entre o trabalho do campo e a cidade, apresentam-se, essencialmente dois

movimentos que avançam em sentidos opostos. Por um lado, para ser (re)apropriada do campo para a cidade, o MTG propõe um direcionamento desta prática de lida campeira para uma prática de manifestação cultural, isto é, uma transferência de um trabalho rural para uma cultura na cidade. Por outro lado, também se apresenta uma (re)apropriação no sentido da cidade para o campo, por meio da atuação da FGL, a qual sugere um rumo em sentido oposto ao do MTG, ou seja, de uma prática esportiva para uma prática vinculada aos elementos culturais, bem como de uma passagem de um esporte para uma prática complementada por noções culturais atreladas ao campo.

Em outras práticas equestres relacionadas à raça crioula também pode ser identificado um processo semelhante. Presentes no trabalho campeiro dos pampas sul-rio-grandenses desde, pelo menos, o século XVI, tais práticas, em determinado momento, passam a assumir, em um contexto estabelecido, uma finalidade utilitária distinta daquela até então constituída de um trabalho campeiro. Tratam-se das práticas que compõem o Prêmio Freio de Ouro, as quais desenvolveram, no desenrolar do tempo, propriedades de esporte moderno, adquirindo-as em meados do século XX. No entanto, estas não exibem a característica fundamental proposta por Elias e Dunning (1992): a busca pelo prazer por meio da prática em si como elemento fundamental e principal. Em detrimento disto, o que se identifica é um fim utilitário, a saber, o julgamento dos cavalos da raça crioula com o intuito de aperfeiçoá-la e, conseqüentemente, tem-se uma equitação rural sul-rio-grandense estabelecendo relações e uma interdependência, assim, com o mercado. Por conseguinte, considera-se que as práticas que constituem o Prêmio Freio de Ouro não se configuram como práticas esportivas, mas sim como práticas equestres com elementos de esportivização.

Ademais, os próprios nativos deste contexto não consideram o prêmio propriamente como um esporte, apesar de reconhecerem que o treino de cavalos e ginetes seja tão intenso como o de atletas de alto rendimento. Finalmente, a prática equestre envolvendo o laço e baseada no uso de cavalos crioulos apresenta objetivos mais próximos de uma noção recreativa, em um primeiro momento, até que os elementos iniciais de esportivização comecem a manifestar-se em meados da década de 1950.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Quando pensei chegar no fim
de todos os corredores,
esta porta se abriu: sei que estás ali
a desenhar paisagens novas
plantar árvores e deitar rios
onde eu imaginava haver sabedoria
e um corpo apaziguado,
nada mais.
(LUFT, 2001, p. 85)*

Ao recuperar a leitura de Lya Luft, neste momento final, busca-se contemplar um propósito bastante evidente perante a teoria histórica e sociocultural que amparou a organização deste estudo: enfatizar um significado de relações sucessivas e mutáveis que lhe é inerente. Assim, ao iniciar esta tese, quando ainda se apresentava enquanto um projeto de pesquisa, o intuito era explorar e responder a uma série de questões, levantadas no capítulo introdutório, as quais auxiliaram para a criação de uma gama de conhecimentos sobre como se configuraram as práticas equestres esportivas no contexto histórico e sociocultural do Rio Grande do Sul, no século XX. Ao ter em conta, portanto, que toda investigação histórica inclui algo de reflexão e especulação, a proposta, explorada nesta tese, de compreensão a respeito da peculiaridade do processo de desenvolvimento de uma configuração no cenário equestre sul-rio-grandense sublinha uma reconstrução da variada e heterogênea rede de interdependências entre as corridas de cavalos, o hipismo, a Equoterapia e o Tiro de Laço.

Como tal, muitos desenhos diferentes, assim como distintos sentidos, poderiam ter sido delineados à “paisagem” a qual se propôs a atravessar. De tal modo, ao analisar as práticas equestres esportivas no contexto histórico e sociocultural do Rio Grande do Sul, este estudo argumentou que são conformadas configurações entre estas, uma vez que é estabelecida uma teia de relações interdependentes dentre as mesmas. Para tal, sem perder de vista a evidência, optou-se por uma perspectiva de análise que procurou resgatar uma abordagem dos processos de construção das representações socioculturais por meio de uma rede de relações e interações entre esses domínios de socialização. Logo, neste capítulo final, reuniram-se os principais

temas e argumentos deste estudo em relação às suas perguntas originais, e são apresentadas considerações conceituais e empíricas da investigação, apontando algumas vias para futuras pesquisas.

Identificou-se que os campos da Saúde e da Educação são os que mais operam com o termo 'equitação' na modalidade de dissertações e teses como divulgação científica. Desta forma, tem-se o estabelecimento de uma relação mais próxima com as ciências biológicas. Esta tese, assim, contribui para preencher uma lacuna do conhecimento relativo à análise da prática da equitação vinculada às ciências humanas e sociais, bem como à Educação Física e às ciências do esporte em geral.

Deste modo, uma vez que pesquisar envolve fazer escolhas, as quais, muitas vezes, conduzem a caminhos ainda incógnitos, os reinícios são concebidos como inevitáveis neste processo, já que podem ser apreendidos tanto como pontos de partida quanto como de chegada. Ao embeber-se, assim, do significado processual do conhecimento histórico, os referidos reinícios podem ser entendidos como as ocasiões do "tornar-se", isto é, aqueles que regem a contextura histórica a um universo inacabável de possibilidades, opções e combinações imensamente ricas e distintas. Assim, um dos intuitos constituiu em apresentar princípios fundamentais que apontam para uma noção de configuração entre práticas equestres esportivas, tendo como motivação a possibilidade de se compreender um novo campo mais amplo de interações e intercâmbios entre as práticas esportivas em geral enquanto domínios socializadores.

A fim de contemplar este objetivo, trabalhou-se com a ideia de esporte moderno (ELIAS; DUNNING, 1992), juntamente com os conceitos de distinção social, *ethos*, *habitus* (ELIAS, 1997) e configuração (ELIAS, 1992) como uma forma de interpretar e compreender como uma prática esportiva pode estabelecer e ser estabelecida por relações entre grupos sociais, instituições, bem como entre os contextos socioculturais e político-econômicos. Em seguida, ao apontar elementos que estão presentes nestes espaços, deu-se ênfase a transformações ocorridas no contexto das práticas equestres esportivas ao longo do tempo, o que permitiu perceber que grande parte destas transformações deriva das relações de interdependência entre esses domínios

– corridas de cavalos, hipismo, Equoterapia e tiro de laço – e as esferas de classe, lazer, saúde, tradição, mercado, esporte, reabilitação, cultura e trabalho. Desta forma, primeiramente, a partir da apreensão das práticas esportivas equestres no Rio Grande do Sul, almejou-se desvelar e contribuir com um possível entendimento daquilo que se delineaia como ‘equitação’.

Sugere-se, considerar, primeiramente, que a equitação engloba uma reunião e um grupo de práticas as quais, essencialmente, como argumentado nos capítulos empíricos, são constituídas em relação ao contexto sociocultural mais amplo que as circunda. Desta feita, a proposição de definição para ‘equitação’ resultante do esforço interpretativo e reflexivo proporcionado por esta tese apresenta-a como um conjunto de práticas socioculturais desenvolvidas pelo conjunto ser humano/cavalo, sempre que o primeiro estiver sobre o dorso do segundo. Nesta direção, com o intuito de aclarar ainda mais o abalçamento da demarcação de ‘equitação’ proposto, ainda buscou-se confluir com o entendimento de ‘conjunto’ de Roessler e Votre (2002), considerando-o, assim como os referidos autores, como o (a) cavaleiro/amazona e seu cavalo, e acrescentando a ideia desta união dar-se por ocasião do desenvolvimento de uma das práticas da equitação.

Nas primeiras décadas do século XX, inclusive, o entendimento de hipismo passa a abarcar algumas práticas equestres no Estado, dentre estas as corridas de cavalos. É assim que até mesmo o turfe estava abarcado dentro deste entendimento da palavra “hipismo”. Possivelmente, isto se deu, dentre outros fatores, em função da compreensão mais ampla que já se teve deste termo, o qual, inclusive, é apresentado em dicionários de língua portuguesa até os dias de hoje, em geral, considerando-o como o esporte hípico que compreende a equitação, as corridas de cavalos, polo, etc., a partir do radical grego “hipo”, o qual pode expressar e estar associado a “cavalo”, “hipódromo”, “hípico”, “hipismo”.

Contudo, pela leitura deste estudo, pôde-se depreender que se abordou e se tratou da “equitação” enquanto uma noção mais ampla da relação homem/cavalo, a qual abarcaria a compreensão das práticas das corridas de cavalo, polo, hipismo, entre outras. Identifica-se, assim, um incipiente aspecto de relação entre as práticas do hipismo e do turfe, a partir de uma

compreensão e designação primária que já foi comum em seu termo e conceito na imprensa sul-rio-grandense. Ao longo dos anos, a concepção de equitação não apenas passa a abarcar algumas práticas equestres, mas também a diferenciá-las em quatro vertentes - a equitação de lazer, o hipismo clássico, o hipismo rural e a equitação terapêutica - como proposto por Roessler e Rink no *Atlas do Esporte no Brasil*. Conforme os capítulos propostos, estas vertentes, ao serem identificadas no Rio Grande do Sul, apresentaram suas particularidades e apropriações características à constituição sociocultural do panorama do estado.

A equitação no Rio Grande do Sul, assim, constituiu-se em uma configuração de redes de interdependência entre suas práticas constituintes. Para defender este argumento, portanto, cunhou-se a noção de domínios socializadores como um instrumento que permitiria revelar como as práticas equestres esportivas poderiam coexistir por meio de uma perspectiva fundamentada em uma relação de interdependência. Ao configurar uma forma permanente e dinâmica de relação com instituições, as quais são organizadas por sujeitos, o processo de desenvolvimento destas práticas pode reunir uma multiplicidade de narrativas para redefinir a relação entre esporte e conjuntura sociocultural e histórica. Por conseguinte, a abordagem histórica proposta permitiu observar mais atentamente a variedade de configurações dos domínios socializadores responsáveis pela produção de representações sociais identitárias, ao mesmo tempo em que tais domínios também são produzidos pelas mesmas. Para tanto, analisou-se quando ocorreram as primeiras manifestações e a difusão da equitação no Rio Grande do Sul, bem como quais as suas características/atributos e relações de interdependência estabelecidas.

Esta tese, portanto, traz subsídios empíricos importantes para os estudos de História do Esporte por meio de seu foco a respeito da relação cultural e esportiva homem/cavalo no estado sul-rio-grandense, acerca da qual ainda não há pesquisa suficiente. A partir disto, e tendo-se em conta que a fonte não discursa por si só, mas é examinada e desdobrada minuciosamente, com base em intervenções teóricas e metodológicas, identificou-se que as esferas de classe, lazer, saúde, tradição, mercado, esporte, reabilitação, cultura e trabalho podem ser consideradas como redes de interdependência

constituídas por relações socioculturais específicas. Com base nisto, é que emergem, enquanto produções e domínios socializadores desta interação, as manifestações e práticas equestres esportivas no Rio Grande do Sul (corridas de cavalos, hipismo, Equoterapia, tiro de laço), assim como os sujeitos a estas atrelados (praticantes, instrutores, assistência, dirigentes, etc.), e suas opções.

Estas produções e domínios socializadores, deste modo, podem ser compreendidos como o resultado de uma maior ou menor ruptura e/ou continuidade e sequência entre as referidas esferas. Então, foi explorada a constituição destas práticas equestres esportivas, bem como das práticas esportivas em geral, enquanto produtos e domínios que se manifestam em relação à conjuntura sociocultural e político-econômica mais ampla.

Ao considerar a História do Esporte, precisa-se permanecer vigilante a este aspecto, uma vez que existem muitos dados circulando, produzidos em esferas distintas, as quais apresentam pontos de encontro, confluência e diálogo. Faz-se indispensável, então, enquanto prática metodológica, estabelecer configurações particulares, combinações peculiares entre uma pluralidade de circunscrições contextuais gerais e os domínios socializadores.

No âmbito desse espectro tão amplo, as atitudes investigativas que foram adotadas perante as fontes coletadas ao longo do processo conduziram ao encontro de uma equitação sul-rio-grandense polissêmica e dinâmica, vinculada à criação e arquitetura de atos políticos, culturais, econômicos e sociais de seu período analisado. Finalmente, portanto, desdobraram-se e analisaram-se as características das práticas equestres esportivas, no Rio Grande do Sul, no século XX, para, posteriormente, identificar suas relações de interdependência neste período.

Compete recordar, assim, que as acenadas práticas equestres esportivas, no recorte temporal estudado, aludem a momentos e espaços históricos que produziram um nexos de movimento característico da sociedade sul-rio-grandense e brasileira. Concomitantemente, estas práticas foram estabelecidas por meio de teias de relações interdependentes, especialmente entre as diferentes esferas e vertentes que as compunham. Esta tese, assim, responde a demandas recentes entre os estudiosos da História do Esporte, ao apresentar uma possibilidade de contribuir efetivamente com a Educação

Física brasileira. Isto pôde dar-se ao comportar interpretações de processos, ações e caminhos de práticas esportivas no transcorrer do tempo, lançando luz em algumas discussões atuais.

Nesta direção, buscou-se uma especificidade de atuação, ao optar-se por pressupostos teóricos vinculados à perspectiva dos estudos históricos e socioculturais (BURKE, 2005; ELIAS, DUNNING, 1986) e, assim, alinhar-se a um trabalho com noções dos paradigmas da história social e da história cultural, como um modo de harmonizar os princípios modernos da história social e as assimilações e identificações pós-modernas da história cultural. A partir disto, também se procurou uma demarcação de espaço, definindo-o pelas práticas esportivas equestres nos contornos locais e regionais do estado do Rio Grande do Sul. Por meio desta atenção, ainda se almejou uma competência e confiabilidade que viessem a contribuir para a eliminação da concepção de que todo aglomerado de datas, épocas, fatos e passagens, simplesmente postos em algum momento e período, pudessem ser denominados de pesquisa histórica.

Esta pesquisa constitui um estudo específico acerca da importância das práticas equestres esportivas para a formação do Rio Grande do Sul, em particular suas contribuições socioculturais. No entanto, também fornece alguns *insights* importantes para o estudo de práticas equestres esportivas em outros contextos e com abordagens históricas e socioculturais, e ilumina uma série de áreas potenciais para a pesquisa em um contexto mais amplo da História do Esporte. São descritas abaixo, brevemente, algumas das maneiras em que os *insights* deste estudo poderiam avançar, com implicações para futuros pesquisadores acadêmicos.

Em primeiro lugar, futuros estudos poderiam abranger outras fontes, de diferentes naturezas, tais como fontes imagéticas e orais, a fim de proporcionar, durante os procedimentos de análise, um cruzamento entre as informações das mesmas e, deste modo, propor, até mesmo, uma abertura de novas referências teóricas. Ainda em tempo, ao ter em conta que o foco deste estudo é representado por uma relação cultural e esportiva homem/cavalo no estado sul-rio-grandense, pesquisas futuras poderiam assumir uma abordagem mais ampla, comparativa entre práticas equestres esportivas do Rio Grande do

Sul e de outras regiões geográficas e culturais, compreendidas em uma noção mais ampla do termo 'gaúcho'¹⁰⁰, para além das delimitações sul-rio-grandenses; também seria uma direção frutífera para futuras pesquisas. Estes estudos podem examinar, por exemplo, se houve relações interdependentes estabelecidas, os tipos destas conexões e possíveis trocas socioculturais de conhecimentos, saberes, técnicas, cavalos, cavaleiros, amazonas, treinadores, veterinários e produtos entre essas regiões geográficas e culturais, auxiliando a compreensão e delimitação de uma equitação sul-rio-grandense e de uma equitação gaúcha, em seu sentido mais amplo.

Um segundo caminho importante para pesquisas futuras seria explorar os espaços plurais estabelecidos por múltiplas relações sociais dinâmicas de instituições e sujeitos entre práticas equestres esportivas e práticas equestres não esportivas. Nesta tese, argumenta-se que as primeiras práticas equestres que manifestaram vestígios de esportivização situavam-se em uma conjuntura em que a organização esportiva estruturava-se de forma associativa na capital do estado, nas primeiras décadas do século XX. Ao cumprir uma função essencial na expressão das identidades culturais dos imigrantes e seus descendentes, como também no contorno do espaço sociocultural no Rio Grande do Sul, estas práticas equestres esportivas, assim, enquanto parte do associativismo esportivo, ainda no início do século XX, sobressaíam-se, principalmente em Porto Alegre.

Com base em tais considerações, novas investigações poderiam explorar por que determinadas práticas equestres passaram por um processo de esportivização e outras não, e quais são estas práticas que tomam um caminho distinto do esportivo, tais como as cavalhadas, por exemplo, bem como suas origens, praticantes e locais de ocorrência. Nesta direção, pesquisas futuras poderiam também especular, com mais profundidade, se houve um intercâmbio de conhecimentos, técnicas e animais entre estas práticas, bem como entre diferentes cidades onde se identificou sua ocorrência.

¹⁰⁰ O termo 'gaúcho' é compreendido, aqui, enquanto uma denominação direcionada àquilo e àquele que se encontra vinculado à atividade pecuária em regiões de ocorrência de campos naturais do vale do rio da Prata, notadamente Argentina e Uruguai, e do Rio Grande do Sul, notavelmente no bioma denominado pampa, bem como Santa Catarina e Paraná.

Estes estudos certamente contribuiriam para uma compreensão de como práticas equestres podem ser mutáveis e reconfiguradas ao longo do tempo.

Em terceiro lugar, estudos futuros podem analisar, com mais profundidade, domínios socializadores representados também por outras práticas esportivas e que coexistam em uma relação de interdependência com as práticas equestres esportivas exploradas nesta tese. Tal pesquisa poderia, por exemplo, rastrear de que forma estes domínios configuram possíveis relações, se são permanentes ou mutáveis, dinâmicas ou estáticas. Estudos ao longo dessa linha também seriam importantes para uma melhor compreensão dos sujeitos e suas possíveis interdependências entre si.

Esta tese revela que as práticas equestres esportivas, no contexto histórico e sociocultural do Rio Grande do Sul, no século XX, configuraram-se em uma teia de relações interdependentes. Assim, esta série de conexões constituiu um movimento de um conjunto de práticas socioculturais e esportivas que se sucederam e mudaram no decorrer de seu processo histórico de desenvolvimento. Desta forma, como a movimentação de um caleidoscópio, as pressões mútuas entre os sujeitos envolvidos nas diferentes práticas determinaram um jogo simbólico de representações socioculturais que foram se alternando em sua predominância.

Nesta direção, um processo de socialização foi proporcionado como parte do desenvolvimento das práticas esportivas equestres, bem como das configurações culturais que emergiram entre as mesmas. As diferentes práticas equestres esportivas, portanto, separadamente e em conjunto, podem representar elementos multifacetados de um processo de construção de identidades. Este processo deve considerar sua mediação por meio da coexistência destes distintos domínios socializadores e produtores de valores e referências culturais no cenário equestre do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

I COPA de Hipismo Cel. Gerson Borges. **Equusul**. Porto Alegre: DNR Ltda., ano 1, n. 1, ago. 1989.

II EXPOSIÇÃO Agro-Pecuária. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 04 maio. 1912. p. 25.

1º REVEZAMENTO Gaúcho. 11 fev. 1956. N. 657, p. 61. In: MAZO, Janice Zarpellon. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004. 1 CD-ROM.

4º RPMON. **Livro Histórico**. Edição Única Porto Alegre: Livro Manuscrito, a partir de 1916.

4º RPMON, da Brigada Militar, comemora 93 anos. **PM5-Imprensa/BM**. 22 jan. 2009. Disponível em:
<http://www.ssp.rs.gov.br/portal/principal.php?action=imp_noticias&cod_noticia=12498>. Acesso em: 09 maio 2011.

7 DE SETEMBRO. **Semanário Turfista**, Porto Alegre, 1930. p.2.

ABERTURA de temporada do corrente anno. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 16 jun. 1931. Seção Vida Desportiva. Hippiismo. Sociedade Hippica Rio-Grandense. p. 2.

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **Pesquisa e análise documental**. 2008. Disponível em:
<<http://www.unievangelica.edu.br/gc/imagens/noticias/1817/file/01.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2011.

_____. Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 01, p. 11-29, jan./abr. 2006. Disponível em:
<<http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2889/1525>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

ADELMAN, Miriam; MORAES, Fernanda Azeredo de. Tomando as rédeas: um estudo etnográfico da participação feminina e das relações de gênero no turfe brasileiro. **Esporte e Sociedade**, Niterói, ano 3, n. 9, p. 1-29, jul./out. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es903.pdf>> Acesso em: 05 jul. 2011.

A FESTA de amanhã. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 6 jul. 1929. Seção Vida Desportiva. Hippiismo. Sociedade Hippica Rio-Grandense. p. 5.

A GRANDE corrida de domingo. 1929. N.21, p.30. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004. 1 CD-ROM.

ÁLBUM 70 Anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense. DCS, jul. 2009.

ALCANÇA êxito o festival hípico do R. B. Bento Gonçalves. **Correio do Povo**, Porto Alegre. Nov. 1972.

ALMEIDA, Fernando Queiroz de; SILVA, Vinicius Pimentel. Progresso científico em equideocultura na 1ª década do século XXI. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v.39, supl. especial, p.119-129, 2010. Disponível em: <<http://www.sbz.org.br/revista/artigos/8814.pdf>>. Acesso em: 01 maio. 2016.

ALMEIDA, José Júlio Gavião de; CARMO, Isadora Augusta Carneiro da Fontoura do; RODRIGUEZ, Joyce Jamile Hiar. Hipismo. In: MELLO, Marco Túlio de; WINCKLER, Ciro. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Editora Atheneu, 2012. p. 149-160.

ALMEIDA, José Júlio Gavião de; WELLER, Mirja Jaksch. A história do volteio. In: **Coletânea do V Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física**. Maceió, 1997.

ALVES, Eveli Maluf Rodrigues. **Prática em Equoterapia: uma abordagem fisioterápica**. São Paulo: Atheneu Editora, 2009.

AMÁDIO, José. Ao tranquilo no mais... 22 jun. 1946. N. 413, p. 29-31; 67. In: MAZO, Janice Zarpellon. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, 1 CD-ROM.

AMARO JUNIOR, José Ferreira. Marcante progresso obteve o hipismo no Rio Grande do Sul, no ano de 1946. In: _____. **Almanaque Esportivo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Centro: 1947. p. 183-185.

ANDRÉ Bier Johannpeter. **Álbum 70 anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense**. Porto Alegre: DCS, 2009.

APPIO, Francisco. **Tiro de laço**. Vacaria: Câmara dos Deputados, 2010.

AQUISIÇÃO do Jockey Club. **Diário Popular**, Pelotas, 08 maio. 1954. p. 8.

ARCHETTI, Eduardo P. **El potrero, la pista y el ring: las patrias del deporte argentino**. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

A SEMANA do cavallo de guerra. 16 jan. 1932. N. 78, p. 33. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004, 1CD-ROM.

ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. As *Schützenvereine* – Sociedades de Atiradores – de Santa Cruz do Sul: um tiro certo na história do esporte no Rio Grande do Sul. **Esporte e Sociedade**, Niterói, ano 7, n. 20,

p.122-153, set. 2012,. Disponível em:
<<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es2006.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAVALOS CRIoulos. Bocal de Ouro apresenta revelações da raça Crioula. Disponível em: <<http://cavalocrioulo.org.br/busca?q=bocal+de+ouro>>. Acesso em: 15 out. 2015a.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Equoterapia [homepage na Internet]. Brasília: ANDE - Brasil. Disponível em: <<http://www.equoterapia.org.br/site/>>. Acesso em: 06 Abr. 2015b.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Equoterapia [homepage na internet]. Busca de Centros. Brasília: ANDE-Brasil. Disponível em: <http://equoterapia.org.br/submit_forms/index/miid/148/a/us/sfid/3>. Acesso em: 24 jun. 2016a.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Equoterapia [homepage na internet]. Equoterapia. Brasília: ANDE-Brasil. Disponível em: <http://equoterapia.org.br/articles/index/articles_list/138/81/0>. Acesso em: 24 jun. 2016b.

BANDEIRA, C. André Johannpeter tenta vaga na Europa. **Zero Hora**, Porto Alegre, 5 maio. 1996.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BASTIDE, Roger. O cavalo e o pampa. In: **Brasil Terra de Contrastes**. São Paulo, DIFEL, 1964.

BECKER, Gabriela Liedtke. **Prendas e peões em um mundo em transição?** A participação feminina nas práticas equestres do *laço comprido*. 2011. 91f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <<https://petsociaisufpr.files.wordpress.com/2010/06/gabriela-liedtke-becker-monografia-2011.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

BENTO, Taciane Ruas. **Remanescentes do turfe na cidade de Porto Alegre**. 2002. Monografia (Especialização em Pedagogias do Corpo e da Saúde) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BISSÓN, Carlos Augusto. **Moinhos de Vento**: histórias de um bairro de elite de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Cidade: Secretaria Municipal da Cultura: Instituto Estadual do Livro, 2008.

BM RETOMA atividades em Equoterapia. **Correio do Povo**, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.crefito5.org.br/noticias/bm-retoma-atividades-em-equoterapia.html>> Acesso em: 05 Jul. 2011.

BOLETIM Regimental nº 269 do 4º RPMon, 28 nov. 1960.

BOOTH, Douglas. História do Esporte: Abordagens em Mutações. **Recorde**: Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-40, jun. 2011. Disponível em: <http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV4N1_2011_13.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BOSSLE, Batista. **Dicionário gaúcho brasileiro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios Editora, 2003.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm>. Acesso em: 24 jun. 2016.

_____. Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 05 nov.2015.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CALLAGE, Roque. O cavalo e o homem. **Revista do Globo**, Porto Alegre, ano 1, n. 11, 1929.

CAMPEONATO Nacional de Cavalo D'armas. 23 nov. 1935. N. 172, p. 40. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

CANCELLA, Karina Barbosa. **O esporte e as forças armadas na Primeira República**: das atividades *gymnásticas* às participações em eventos esportivos internacionais (1890-1922). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

CANTEIRO, Oscar. **Ata da 1ª Sessão Preparatória**. Porto Alegre, 07 set. 1907.

CANTO, Alberto. A Brigada de ontem e de hoje. 01 mar. 1952. N. 555, p. 41-48; 70; 75. In: MAZO, Janice Zarpellon. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004. 1 CD-ROM.

CARMONA, Eduardo Klein; ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. Indícios da profissionalização do voleibol masculino no Rio Grande do Sul: o caso da equipe do Banco Sulbrasileiro. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, ano 18, n. 185, oct. 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd185/indicios-da-profissionalizacao-do-voleibol.htm>>. Acesso em: 22 maio. 2014.

CARNEIRO, Paulo. Bento Gonçalves 65. 01 dez. 1965. N. 912, p. 10-14. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004. 1CD-ROM.

CARREIRAS de cavalos em cancha reta agora são Patrimônio Histórico do RS. **Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul**. 16 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2014/02/carreiras-de-cavalos-em-cancha-reta-agora-sao-patrimonio-historico-do-rs/>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1973/1112>>. Acesso em: 03 fev.2014.

CINCO aspectos do último torneio da Sociedade Hippica Rio Grandense. 17 ago. 1929. N. 15, p. 30. In: MAZO, Janice Zarpellon. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004. 1CD-ROM.

CIRILLO, Lélío de Castro. Fundamentos doutrinários da Equoterapia no Brasil. In: **Coletânea de Trabalhos do II Congresso Brasileiro de Equoterapia**. São Paulo, 2002.

_____. **O Cavalo e a Equitação**: Conhecimentos Fundamentais. Brasília: Associação Nacional de Equoterapia, 2006.

_____. Prefácio. In: SEVERO, José Torquato. **Equoterapia**: equitação, saúde e educação. São Paulo: Editora Senac, 2010.

COELHO, Diogo Osório. História do Tiro de Laço. **Raça Crioula**, Pelotas, n. 68, p. 37-48. 2003

COMISSÃO pró-construção hipódromo. Pequenos anúncios. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 01 fev. 1950. p. 11.

CONCURSO Internacional de Hipismo. 30 out. 1937. N. 216, p. 12. In: MAZO, Janice Zarpellon. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

CONSELHO Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Dispõe sobre o reconhecimento da Equoterapia como recurso terapêutico da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional e dá outras providências. Resolução nº. 348, de 27 de março de 2008. **DOU** nº. 63, Seção 1, em 02 abr. 2008, página 150. Disponível em: <<http://www.crefito5.org.br/wp-content/uploads/2011/06/CREFITO-FINAL-NUMERADO1.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

COPETTI, Fernando. Convite aos colaboradores. **Revista Brasileira de Equoterapia**, Brasília, n. 19, p. 3, jun. 2009.

COPPETI, Fernando; MOTA, Carlos Boli; GRAUP, Susane; MENEZES, Karla Mendonça; VENTURINI, Estefânia Bertoldo. Comportamento angular do andar de crianças com Síndrome de Down após intervenção com Equoterapia. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 6, p. 503-507, nov./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n6/v11n6a13.pdf>>. Acesso em: 06 Abr 2016.

COSTA, Elmar Bonnes (Ed.) **História ilustrada de Porto Alegre**. Porto Alegre: Já Editores, 1997.

_____ (Ed.) **História ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 1998.

COSTA, Luís Augusto Gonçalves; DARGEN, Ângela Cati dos Santos Souza; LEVE, Cassiana da; BORGES, Élio Francisco Finger; OSÓRIO, Fernanda Aparecida Antunes. **Cartilha para a realização de rodeios crioulos**. 2 ed. Vacaria: Ministério Público/RS, 2015.

COSTA, Vera Lúcia. **Esporte de aventura e risco na montanha: uma trajetória de jogo com limites e incertezas**. 1999. 265f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro. 1999.

CRAVETE foi embarcado para o “Princesa”. Pequenos anúncios. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 01 fev. 1950. p. 11.

REFISUL: decretada falência do banco e da leasing. **O Estado de São Paulo (Estadão)**, São Paulo, 25 out. 2002. Economia. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,refisul-decretada-falencia-do-banco-e-da-leasing,20021025p13634>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

CRUZ, Vera Horne da. **Material História Equoterapia Porto Alegre** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ester_lp@yahoo.com.br> em 03 nov. 2011.

CURRY, Graham; DUNNING, Eric. Escolas públicas, rivalidade social e o desenvolvimento do futebol. In: **Ensaio sobre história e sociologia nos esportes**. GEBARA, Ademir; PILATTI, Luiz A. (orgs.). Jundiaí: Fontoura, 2006.

DACOSTA, Lamartine. (org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

DAMO, Arlei Sander. A Emergência do Associativismo Esportivo e do Futebol. In: _____. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p.16-32.

_____. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. 2005. 435f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DAVIES, John Anthony. **I saw a horse**. [S.l.] [2000?]. Disponível em: <<http://www.equo.org.br/fotos.html>>. Acesso em 27/06/2016.

DAWKINS, Richard. Os memes. In: _____. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.325-343.

DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: _____. **A Escrita da História**. Paris: Gallimard, 1975. p.63-120.

DEL PRIORE, Mary. “Jogos de cavalheiros”: as atividades físicas antes da chegada do esporte. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (Orgs). **História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.13-33.

DESPORTOS. 12 out. 1929. N. 19, p. 35. In: MAZO, Janice Zarpellon. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

ESPINILLO. De vuelta al trillo. **Revista Plan Agropecuario**, Montevideu, n. 95, enero. 2001. Disponível em: <http://www.planagropecuario.org.uy/publicaciones/revista/R95/R95_59.htm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

DÍEZ, Andoni Fernández. Los Orígenes del “sport” en Logroño. Notas para uma historia del deporte em La Rioja. **Berceo**, Logroño, n.146, p. 221-236, 2004. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1112901>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro**. 4. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

DUNNING, Eric. A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992. p. 299-325.

ELIAS, Norbert. A gênese social do desporto: um problema sociológico. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992. p. 187-221.

_____. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa: EDIÇÕES 70, 1980.

_____. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Tradução: Ruy Jungmann. Revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Volume I

_____. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2 vols.

_____. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

_____. **Deporte y ocio en el proceso de la civilización**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Tradução do posfácio à edição alemã: Pedro Sússekind. Apresentação e revisão técnica: Federico Neiburg. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENCERRADO sábado à noite com grande brilhantismo, I Festival Hípico promovido pelo Regimento Bento Gonçalves. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 19 dez. 1960. Folha Esportiva. p. 3.

EQUOTERAPIA: a cura com a ajuda do cavalo. Mundo Pet. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, out. 2012. p. 4-5.

ESCOLINHA da Sociedade Hípica Porto Alegrense. **Panorama Equestre**, Porto Alegre, ano I, n. 2, jul. 1978.

ESTATUTO da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos. **Cavalo Crioulo**. 19 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.cavalocrioulo.org.br/institucional/estatuto>>. Acesso em: 06 maio 2016.

ESTATUTOS da Sociedade Hipica Rio Grandense. **A Federação**, Porto Alegre, 1933.

FAGUNDES JUNIOR, Jesus Delcy Gonçalves. **Festival Hípico Noturno de Porto Alegre**: os primórdios de um evento equestre na cidade. 2010. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27736/000766490.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

FAZ, Amparo Quiles. Caballos, Regatas y Borricos. El deporte en la Málaga del siglo XIX. **Materiales para el estudio de la historia del deporte en Andalucía**, Andalucia, n. 3, p. 131-148. 2005. Disponível em: <http://www.juntadeandalucia.es/culturaydeporte/web/html/sites/consejeria/iad/Galerias/adjuntos/materiales_deporte/Materiales_III.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2014.

FEBVRE, Lucien. **La Terre et l'évolution humaine, Introduction géographique à l'histoire**. Paris: Albin Michel, [1922] 1949.

FECHAMENTO e reabertura. **Jockey Club de Pelotas**. [Homepage da internet]. Disponível em: <<http://www.jcpelotas.com.br/index.php/o-clube/hipodromo>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

FEIO, Ramiro Barcellos. Gremio Gaucho. **A Federação**, Porto Alegre, 19 maio. 1925. p.2.

FEIX, Eneida. **Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX**: a institucionalização da recreação pública. 2003. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2781/000376336.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

FERNANDES, Denise Bicca. **Introdução ao Natural Horsemanship**. Porto Alegre, 2014.

FERNANDES, Jairo “Lambari”. Romance de chuva mansa. **XIX Tertúlia**. Musical Nativista de Santa Maria (Vários intérpretes). Santa Maria, 2011. 1 CD. Faixa 6.

FERNÁNDEZ, Elias. **Porto Alegre Country Club (1930-1960)**: uma tacada da elite na prática do golfe em Porto Alegre. 2009. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERREIRA, Cyro Dutra. **35-CTG: O pioneiro do Movimento Tradicionalista Gaúcho** – MTG. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

FERREIRA, Renyldo. **O Hipismo Brasileiro**. São Paulo: M10, 2007.

FESTA Hípica no *Country Club*. 29 maio 1943. N. 340, p. 38. In: MAZO, Janice Zarpellon. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

FESTA na serra: 10 mar. 1945. In: MAZO, Janice Zarpellon. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

FLAGRANTES da magnífica tarde hípica no Country Club. 28 maio. 1938. N. 229, p. 39. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

FRANCO, Sergio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. 3 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

_____. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GASTALDO, Édison. Esporte, Violência e Civilização: uma entrevista com Eric Dunning. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 223-231, jul./dez. 2008.

GIANLUPPI, L.D.F.; BORTOLI, E.C. de; SCHVARZ SOBRINHO, R.; FALCÃO, T.F.; SILVA, T.N. Agregação de valor em equinos da raça crioula: um estudo de caso. **Archivos de Zootecnia**, Córdoba, v. 58, n. 223, p. 471-474. 2009. Disponível em: <<http://scielo.isciii.es/pdf/azoo/v58n223/art19.pdf>>. Acesso em: 06 Abr 2012.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

G.P. BENTO GONÇALVES: a sua disputa durante três decênios – reminiscências e curiosidades. **Canter** – Semanário de Turfe, Porto Alegre, Ed. Banco Nacional do Comércio, 04 nov. 1939. p. 81-94.

GOIS JÚNIOR, Edivaldo. O esporte e a modernidade em São Paulo: práticas corporais no fim do século XIX e início do XX. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 04, p. 95-117, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/37530>>. Acesso em: 15 dez. 2015

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **De Rio-Grandense a Gaúcho**: o Triunfo do Aveso. 2008. 356f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto

de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11154/000604511.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 set. 2015.

GOULART, Antônio. Os cem anos do Regimento Bento Gonçalves. Almanaque Gaúcho. **Zero Hora**, Porto Alegre, 25 jan. 2016. p. 44.

G.P.PRINCESA do Sul. Noticiário. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 07 fev. 1950. p. 12.

GRIZOTTI, Giovani. Rodeio. Federação de laçadores busca adesões. **G1 Globo**, 25 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/reporter-farroupilha/platb/>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Futebol em tempos de ditadura: o Rio Grande contra o Brasil. **Aurora**, São Paulo, n. 9, p. 84-102. 2010. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/3756/2456>>. Acesso em: 22 maio. 2014.

GUIMARÃES, William Henrique. **Equitação terapêutica em uma organização militar do exército brasileiro**: condições legais para implantação. 2010. 73f. Monografia (Especialização em Equitação) – Escola de Equitação do Exército, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.eseqex.ensino.eb.br/wp-content/uploads/2013/04/EQUITAO-TERAPUTICA-EM-UMA-ORGANIZAO-MILITAR-DO-EXRCITO-BRASILEIRO-CONDIES-LEGAIS-PARA-IMPLANTAO-2.pdf>>. Acesso em: 15 maio. 2016.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil**: o caso da Copa de 70. 2006. 155f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2834>. Acesso em: 13 jan. 2014.

HESSEL, Lothar. **O Município de Estrela**: história e crônica. Porto Alegre: EST edições, 2004.

HISTÓRIA. Centro de Equoterapia de Uruguaiana General Fidélis. Disponível em: <<http://www.equogenfidelis.org.br/historia/>>. Acesso em: 22 de nov. 2015.

HISTÓRIA do Festival Hípico Noturno. Rio Grande do Sul (Estado). **Brigada Militar**. [citado 1 nov. 2010]. Disponível em: <www.brigadamilitar.rs.gov.br/fhn>. Acesso em: 19 abr. 2016.

HISTÓRICO RGT Osório: síntese histórica do Regimento Osório. **3º Regimento de Cavalaria de Guarda**. Regimento Osório. [citado 15 jul. 2014]. Disponível em: <<http://www.lw135349918050acc497.hospedagemdesites.ws/site/index>>.

php?option=com_content&task=view&id=42&Itemid=60>. Acesso em: 19 abr.2016.

HOBBSAWN, Eric. Introdução. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOUBRE, Gabrielle. Graciosa ou viril? A postura das amazonas no século XIX. **Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 13-26, 1º sem. 2007. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/139/84>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

INAUGURAÇÃO do Hippodromo. **Gazeta de Porto Alegre**, Porto Alegre, 13 maio. 1880. p.1.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1983.

JÁ EDITORES, Equipe. **História ilustrada de Porto Alegre**. Projeto enquadrado na Lei Estadual 10.846, de estímulo à produção cultural. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, 1997.

JACQUES, Bayard Bretanha. **Registros da eficiência da equitação gaúcha: primeiros escritos**. Jaguarão: Autor, 2008.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, SP/RJ, v. 13, n. 23. 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2086/1225>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

JÓQUEI virou carroceiro. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 maio. 2008. p.29.

KILPP, Cecília. **Kriegerverein: a constituição da Sociedade de Guerreiros e das primeiras associações Teutônia/Estrela (1874/1950)**. 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. **O Turnen e o esporte nas associações teuto-brasileiras de Estrela/Rio Grande do Sul**. 2012. 97f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61129/000863628.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

KINAS, Rovana; MONTEIRO, Mariliane Adriana. Estudante de psicologia na Equoterapia: um relato de experiência. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, Erechim, v. 6, n. 11, p. 35-40, out. 2010. Disponível em: <http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_011/artigos/artigos_vivencias_11/n11_5.pdf>. Acesso em: 16 maio. 2016.

LAITANO, José Luiz. Campo e Lavoura. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 ago. 2015. Opinião, p. 1-8.

LALAGUNA, Eduardo Beotas. Síntesis de la historia de la arquitectura para el deporte en España. **It**, Madrid, n. 66, p. 12-19. 2004. Disponível em: <http://www.ciccp.es/revistait/textos/pdf/02.%20E.Beotas_66.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2014.

LAÇOS de família: recordar é viver. **Santo Amaro a Galope**, ano 2, n. 3, p. 30-32, jan. 2010. Disponível em: <<http://chsa.com.br/home/wp-content/uploads/2012/04/revista-03-c%C3%B3pia-c%C3%B3pia.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

LECOMPTE, Mary Lou. The Hispanic Influence on the History of Rodeo, 1823-1922. **Journal of Sport History**, Champaign, v. 12, n. 1, p.21-38, spring/1985. Disponível em: <http://doczine.com/bigdata/2/1366780690_d5a1e6dae7/jsh1201d.pdf>. Acesso em: 14/02/2014.

LEMONS, Antenor; CARVALHO, Edmundo. (Orgs). **Álbum d'O Rio Grande do Sul Sportivo**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919.

LÉON, Miguel Ángel Betancor; AGUIAR, Antonio S. Almeida. Anotaciones a la historia de la educación física y el deporte em Canarias em el siglo XIX. **Boletín Millares Carlo**, Las Palmas de Gran Canaria, n. 18, p. 107-123. 1999. Disponível em: <<http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/bolmc/id/154>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

LIMA, Roberto Arruda de Souza; SHIROTA, Ricardo; BARROS, Geraldo Santana de Camargo. **Estudo do complexo do agronegócio cavalo**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2006.

LINCK, Vera Lucia. **Regulamento I Festival Paraequestre Missioneiro**. Santo Ângelo, 2014.

LLOSA, Mário Vargas. **La verdade de las mentiras**. Madrid: Alfaguara, 2002.

LONGHI, Ary. Peão da fazenda. **O Momento**, Caxias do Sul, 11 fev. 1950. N.878. p.1.

LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos**. 9. ed., Porto Alegre: Globo, 1976. (Col. Província).

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas: Autores Associados, 2001.

LUFT, Lya. **Secreta Mirada**. 6. ed. São Paulo: Mandarim, 2001.

MACCA, Marcelo. **Cuidados pela vida**: um olhar sobre saúde e cidadania no Brasil. São Paulo: Terra Virgem Editora, 2001.

MACEDO, Francisco Riopardense. **Porto Alegre**: história e vida de uma cidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1973.

MAGEDANZ, Ariberto. **Linha Clara, Teutônia e os 180 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Teutônia: Edição do autor, 2004.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Física e esportes).

_____. **Lazer e educação**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2007.

MARIA Helena com nova montada. **Panorama Equestre**, Porto Alegre, ano I, n. 2, jul. 1978.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; ALMEIDA, Marco Antonio Bettini de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 03, p. 225-242, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3580/1975>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

MARITAIN, Meulen, Ouroforte, Bonsol e Aboukir são os grandes azes que disputarão amanhã na raia dos Moinhos de Vento, o Derby rio-grandense. **Suplemento**, Porto Alegre, 04 nov. 1939. p. 8-9.

MAZERON, Gaston Hasslocher. Reminiscências de Porto Alegre. **Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 55, n. 115, 14 fev. 1950.

MAZO, Janice Zarpellon. **A emergência e a expansão do associativismo desportivo em Porto Alegre (1867-1945)**: espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. 2003. 366f. Tese (Doutorado em Ciência do Desporto) – Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto, Porto - Portugal, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/18673>>. Acesso em: 22 maio. 2014.

_____. **Catálogo do Esporte e da Educação Física na Revista do Globo**. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

_____. Bolão. In: DACOSTA, Lamartine (org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. Disponível em: <<http://www.atlasesportebrazil.org.br/textos/219.pdf>>. Acesso em: 10 agosto. 2016.

MAZO, Janice Zarpellon et al. **Associações Esportivas no Rio Grande do Sul**: lugares e memórias. Novo Hamburgo: Feevale, 2012.

MAZO, Janice; REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo. (Orgs.). **Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul**: atlas do esporte, educação física e atividades de saúde e lazer no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CREF2/RS, 2005.

MAZO, Janice; PEREIRA, Ester; SILVA, Carolina. Futebol no Rio Grande do Sul: conflitos entre clubes e entidades dirigentes. **Espaço Plural**, ano 14, n.29, 2ºsem.2013, p.45-66. Disponível em: < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/10418/7517>>. Acesso em: 10 agosto. 2016.

MAZO; Janice; MADURO, Paula; PEREIRA, Ester. A prática do atletismo nas associações desportivas da cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX: primeiros indícios. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.42-56, jul./dez.2010. Disponível em: < <https://revista.eefd.ufrj.br/EEFD/article/view/92/115>>. Acesso em: 10 agosto. 2016.

MEDEIROS, Mylena; DIAS, Emília. **Equoterapia**: noções elementares e aspectos neurocientíficos. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2008.

MEGIER, Taís. Notícias – Escola de Hipismo da UFSM. Santa Maria, 2013. Disponível em: <<http://www.praticadapesquisa.com.br/2011/01/como-apresento-referencia-de-um-video.html>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

MELLO, Marco Túlio de; OLIVEIRA FILHO, Ciro Winckler de. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Editora Atheneu, 2012.

MELO, Victor Andrade de. **Cidade sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2001.

_____. Corpos, bicicletas e automóveis: a transição dos séculos XIX e XX. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (Orgs.). **História do Esporte no Brasil**: do império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009a. p. 71-105.

_____. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (Orgs.). **História do Esporte no Brasil**: do império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009b. p. 35-70.

_____. **Dicionário do Esporte no Brasil no final do século XIX e início do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2007a.

_____. O mar e o remo no Rio de Janeiro do século XIX. **Estudos Históricos**, São Paulo, v. 13, n. 23, 1999, p.41-71. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/289>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 127-152. 2007b. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/263/26305410.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

_____. Possíveis representações sobre o turfe na sociedade carioca do século XIX. **Lecturas, Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, ano 3, n. 9, p. 91-91, marzo. 1998. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd9/turf91p.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

_____. Remo, Modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas públicas de esporte no Brasil. **Esporte e Sociedade**, Niterói, n. 3, jul./out. 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es305.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

_____. “Temos apaixonados para o mar e para a terra”: representações do esporte nos folhetins (Rio de Janeiro; 1851-1855). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 553-566, dez. 2013.

MELO, Victor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo. Uma história do esporte para um país esportivo. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 34, p. 1-4, dossiê jan.–jun. 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2013/06/v17n34a01.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. História do esporte: panorama e perspectivas. **Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/1180/724>>. Acesso em: 15 set.2015.

MELO, Victor Andrade de; MAIA, Paola. Turfe. In: DACOSTA, Lamartine. (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 365-366.

MENEGHETI, Glaucio. Fiscalização avança a galope. **Correio do Povo Rural**. **Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 30, n. 1541, 10 fev. 2013.

MEYER, Augusto. **Gaúcho, História de uma Palavra**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957.

MILLER, Robert; LAMB, Rick. **The revolution in horsemanship: and what it means to mankind**. Connecticut: The Lyons Press, 2014.

MINAYO, Maria Cecília. O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petropólis: Vozes, 1995.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Dimensões históricas do documentário brasileiro no período silencioso. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 49,

p.125-152. 2005. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v25n49/a07v2549.pdf>>. Acesso em: 13/01/2014.

MORGADO, Félix. **Adestramento do cavalo**. São Paulo: Nobel, 1990.

MORIN, Edgar. A Hominização (A Antropossociogênese). In: **O Enigma do Homem**: para uma nova antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 57-97.

MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho. O que é MTG. Disponível em:
<http://www.mtg.org.br/pag_oqueemtg.php>. Acesso em: 27 abr. 2015.

NAS CORRIDAS da Protectora do Turf. 20 abr. 1929. N.7, p.33. In: MAZO, Janice Zarpellon. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

NASCE a Confederação Brasileira de Hipismo. **Confederação Brasileira de Hipismo**. [citado 13 abr. 2010]. Disponível em:
<http://www.cbh.org.br/site/cbh_historico.php>. Acesso em: 19 abr.2016.

NOVOS rumos tomará o hipismo nacional. Hipismo. **Equi**. Rio de Janeiro, p. 20-24, 1938.

O CRYSTAL foi o local escolhido para a festa de amanhã. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 28 abr. 1929. Seção Vida Desportiva. Hippiismo. Sociedade Hippica Rio Grandense, p. 6.

O JOCKEY Club. **Diário Popular**, Pelotas, 11 dez. 1936, p. 7.

O NÍVEL do Sul. **Equusul**. Porto Alegre: DNR, ago.1989.

OLIVEIRA, Alberto Juvenal de. **Dicionário gaúcho**. 3. ed. Porto Alegre: AGE, 2005.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**: A diversidade cultural no Brasil nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 15, 1991. Disponível em:
<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=222:rbc-15&catid=69:rbc&Itemid=399>. Acesso em: 23 fev. 2014.

_____. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controversa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.3, n.9, fev. 1989. Disponível em:
<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=222:rbc-09&catid=69:rbc&Itemid=399>. Acesso em: 25 abr. 2016.

ORREDA, José Maria. MTG e CTG's, Movimento Tradicionalista Gaúcho e Centro de Tradições Gaúchas. **Revista História em Debate**, Irati, 1999.

ORTIZ, Álvaro Luiz Messias. **Histórico e a implantação da Equoterapia no mundo e no Brasil**: uma trajetória de práticas e teoria. 2003. Monografia (Especialização em Equoterapia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

OSÓRIO, Luís. Hipismo também é show. 01 jul. 1965. N.902, p.40-41. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

OSWALDO de Lia Pires. Álbum 70 anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense. p. 3, 2009.

PERANZONI, Vaneza Cauduro; COSTA, Lia da Porciuncula Dias da; VIEIRA, Flávia Rodrigues; ANTUNES, Vera Soares. Equoterapia: parceria EASA e Unicruz. **Cataventos**, Cruz Alta, ano 5, n. 01, p. 261-276, 2013. Disponível em: <<http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/Cataventos/article/view/221/206>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

PEREIRA, Cleidi. Campeões estreantes. **Zero Hora**, Porto Alegre, 31 ago. 2015. p. 6-7

PEREIRA, Ester Liberato. **As práticas equestres em Porto Alegre**: percorrendo o processo da esportivização. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012a. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000861427&loc=2012&l=d78f3c8f7d03f59a>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

_____. **A prática do turfe em Porto Alegre (1875/1910)**: alguns tropeços em meio a um vitorioso galope. 2008. Porto Alegre. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

_____. **O cavalo como recurso terapêutico da Equoterapia em entidades hípias de Porto Alegre**. 2012. 16f. Monografia (Especialização em Equoterapia) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012b. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2013/02/O-CAVALO-COMO-RECURSO-TERAPEUTICO.pdf>>. Acesso em: 05 nov.2015.

PEREIRA, Ester; MAZO, Janice; BALBINOTTI, Carlos. Federação Rio-Grandense de Tênis: mudanças impostas pelo decreto-lei nº 3.199 de 1941. **Recorde**: Revista de História do Esporte, v.3, n.2, p.1-27, dez.2010. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/735/678>>. Acesso em: 10 agosto. 2016.

PEREIRA, Ester; MAZO, Janice; LYRA, Vanessa. Corridas de cavalo em cancha reta em Porto Alegre (1852/1877): uma prática cultural-esportiva sul-rio-grandense. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 21, n. 4, p. 655-666, 4. trim. 2010. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/viewFile/8164/6770>>

. Acesso em: 06 maio. 2011.

_____. As práticas equestres e o lazer dos porto-alegrenses (décadas de 1920 a 1940). **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.4, p.32-60, dez/2014c. Disponível em: <https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/licere/article/view/801/650>. Acesso em: 24 out. 2014.

PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon; FAGUNDES JUNIOR, Jesus Delcy Gonçalves. Festival Hípico Noturno de Porto Alegre: os primórdios de um evento equestre. **Revista Didática Sistêmica**, Rio Grande, v. 16, n. 1, p. 32-44, 2014. Disponível em:

<<http://www.seer.furg.br/redsis/article/viewFile/5114/3161>>. Acesso em: 22 out. 2015.

PEREIRA, Ester Liberato; SILVA, Carolina Fernandes; MAZO, Janice Zarpellon. As primeiras participações de atletas do hipismo sul-rio-grandense em Jogos Olímpicos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 47-64, jan.- mar. 2015a. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v29n1/1807-5509-rbefe-29-01-00047.pdf>>.

Acesso em: 05 out. 2015.

_____. Os primeiros vestígios da esportivização das práticas equestres em Porto Alegre. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Taguatinga, v. 22, n. 2, p. 121-132. 2014. Disponível em:

<<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/4175/3216>>.

Acesso em: 05 out.2015.

_____. O turfe em Porto Alegre/Rio Grande do Sul: aspectos históricos de uma prática cultural esportiva. **Lecturas, Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, ano 15, n. 150, nov. 2010. Disponível em: <

<http://www.efdeportes.com/efd150/o-turfe-aspectos-historicos-de-uma-practica-esportiva.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

_____. Revista do Globo: as mulheres porto-alegrenses nas práticas equestres. **Motriz**, Rio Claro, v.17, n. 2, p. 292-302, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/motriz/v17n2/08.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

_____. The Sportization Process of the Equestrian Practices in Porto Alegre, Brazil. **Athens Journal of Sports**, Atenas, v. 2, n. 3, Sept. 2015b. Disponível em: <<http://www.athensjournals.gr/sports/2015-2-3-2-Pereira.pdf>> Acesso em: 14 out. 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. **História & História Cultural**. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1945. Volume 1.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Localismo e Globalizou na Esportivização do Rodeio. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 91-104, set. 2006. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/viewArticle/40>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

PINSKY, Carla. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

PRESIDENTE da Federação visita Regimento Osório. **Panorama Equestre**, Porto Alegre, ano I, n. 2, jul. 1978.

PONTES, Vanessa Silva; PEREIRA; Erik Giuseppe Barbosa. Sob rédeas curtas, de cabelos longos: reflexões sobre mulheres no hipismo. **Ensaio**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p.1197-1222, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/42789/31606>>. Acesso em: 02 out. 2015.

POSTAIS do Rio Grande do Sul: um olhar sobre o Estado com a razão e a emoção dos gaúchos. **DCS**, n.2, 2010.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. **Memória dos bairros**: Cristal. Porto Alegre: Unidade editorial, 2003.

PRIMEIRO Concurso Completo Internacional reuniu 67 conjuntos no Parque Osório. **Jornal do Hipismo**, Porto Alegre, 31 maio. 1998. N. 48, p. 6-7.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. 1998. 275f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em: <[http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/094547_Proni%20\(D\)%20-%20Esporte-Espet%C3%A1culo%20e%20Futebol-Empresa.pdf](http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/094547_Proni%20(D)%20-%20Esporte-Espet%C3%A1culo%20e%20Futebol-Empresa.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2016.

QUINZENA Desportiva. 16 dez. 1939. N. 265, p. 48. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

REGRAS para o Concurso Completo de Equitação FEI. **Federação Equestre Internacional**, Suíça, n. 23, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.cbh.org.br/arquivos/Regulamento%20CCE%20-%20FEI%202009%20Traduzido.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

REVISTA **SPORTIVA**, Porto Alegre, nov. 1907.

RIBEIRO, Cel. Aldo Ladeira. **Esboço Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul**: Volume II – Agosto de 1918 a Setembro de 1930. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Brigada Militar, 1953.

RIBEIRO, Mario. **História da construção do Hipódromo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional: 1944.

RIFLE aprontou ontem, impressionando vivamente. Noticiário. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 10 fev. 1950. p.10.

RINK, Bjarke. Assim nasce o Centauro. **Revista Horse Business**, São Paulo, n. 72, maio. 2003.

_____. **Desvendando o enigma do centauro**: como a união homem-cavalo acelerou a história e transformou o mundo. São Paulo: Equus Brasil, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.826, de 26 de agosto de 2002. Inclui o Cavalo Crioulo como animal-símbolo reconhecendo-o, juntamente com o Quero-quero, como o patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre/RS. nº 164, de 27 de agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.826.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

RODRIGUES, Marilita. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade**: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). 2006. 338f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ROEHE, C. Equipe de hipismo leva cavalos brasileiros. **Zero Hora**, Porto Alegre, 9 jul. 1996.

ROESSLER, Martha; RINK, Bjarke. Esportes Hípicos. In: DACOSTA, Lamartine. (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

ROESSLER, Martha; VOTRE, Sebastião. O estado da arte dos esportes equestres no Brasil. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, 2002, Ponta Grossa. **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2002. v.1.

ROJO, Luiz Fernando. Relações de gênero no hipismo: um olhar comparativo entre Rio de Janeiro e Montevidéu. Artigo elaborado a partir da **Exposição no curso de Antropologia**. Universidad de La República, Montevidéu, ago. 2007. Disponível em:

<http://www.unesco.org.uy/shs/fileadmin/templates/shs/archivos/anuario2007/articulo_12.pdf>. Acesso em: 28 out. 2011.

ROZANO, Mário; FONSECA, Ricardo da. (Orgs.). **História de Porto Alegre**: Jockey Club. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

RUBIO, Katia. Os Jogos Olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento. **Scripta Nova**, Barcelona, v. IX, n.194, ago. 2005.

SÁ BRITO, Severino de. **Trabalhos e costumes dos gaúchos**. [S.l.]: Editora Erus, 1950.

SACCHITIELLO, Barbara. Circulação dos cinco grandes jornais cresce. **Meio & Mensagem**, São Paulo, 26 maio. 2015. Disponível em:

<<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2015/05/26/Circulacao-dos-cinco-grandes-jornais-.html>>. Acesso em: 23 de nov.2015.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2002.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Entre o corpo e a técnica: antigas e novas concepções. **Motrivivência**, Florianópolis, ano XI, n. 15, 2000. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/5585/5373>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

SANTIAGO, Leonel et al. **Código de Corridas**. Associação Protectora do Turfe. Porto Alegre: Oficinas graphics d' "A Federação", 1925.

SARMENTO, Manuel Luis Benevenga. Uma época para celebrar e registrar na história. In: TEIXEIRA, Ana Lúcia. **Cavalo Crioulo**: o símbolo do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Viver no Campo, 2011.

SCHERER, Emanuele Amanda. **Carreiras no Vale do Taquari**: as corridas de cavalo em cancha reta. 2014. 111f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2014. Disponível em:

<<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/622/1/2014EmanueleAmandaScherer.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Beleza em Jogo**: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: SENAC, 1999.

SERÃO iniciadas dentro de 25 dias as obras do novo hipódromo. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 28 jan. 1950. Noticiário, p. 9.

SEVERO, José Torquato (Org.). **Equoterapia**: equitação, saúde e educação. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

SILVA, Carolina Fernandes da. **O remo e a história de Porto Alegre, Rio Grande do Sul**: mosaico de identidades culturais no longo século XIX. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32722/000788024.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

SILVA, Melissa Cristina. **A percepção das mães de crianças atendidas em Equoterapia**. 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006. Disponível em: <<http://patastherapeutas.org/wp-content/uploads/2015/07/Tese-percepa%CC%81%E2%88%86o-materna-e-equoterapia.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

SLATTA, Richard W. The Demise of the Gaucho and the Rise of Equestrian Sport in Argentina. **Journal of Sport History**, Champaign, v. 13, n. 2, p. 97-110, summer. 1986. Disponível em: <<http://library.la84.org/SportsLibrary/JSH/JSH1986/JSH1302/jsh1302c.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

SOARES, Carmen Lúcia. Notas sobre a educação no corpo. **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 43-60, set. 2000.

SOCIEDADE Híppica Rio Grandense. 18 jul. 1931. N. 66, p.21. In: MAZO, J. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1CD-ROM.

SOCIEDADE HÍPICA Rio Grandense. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 5 maio. 1929. Seção Vida Desportiva. Híppismo, p. 5.

SOUZA, Giane Ferreira de (Coord.). **Porto Alegre Country Club**: 70 anos. Porto Alegre: Nova Prova, 2000.

STÉDILE, Miguel Enrique. Da fábrica à várzea: clubes de futebol operário em Porto Alegre (1931-1937). **EFDeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, año 15, n. 51, dic. 2010. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd151/da-fabrica-a-varzea-clubes-de-futebol-operario.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida**: um estudo etnográfico. Campinas: Autores Associados, 2002. (Coleção Educação Física e esportes).

STRUNA, Nancy. Social History and Sport. In: COAKLEY, Jay; DUNNING, Eric (Ed.). **Handbook of Sports Studies**. London: Sage, 2000, p. 187-203.

TALHA, Juliano. Moinhos de Vento: o Epsom de Porto Alegre. 22 jul. 1939. N. 256, p.36. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

TAVARES, Otavio. Referenciais teóricos para o conceito de Olimpismo. In: TAVARES, Otavio; DACOSTA, Lamartine. (Ed.). **Estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Gama Filho; 1999.

TEIXEIRA, Ana Lúcia. **Cavalo crioulo: o símbolo do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Viver no Campo, 2011.

TEIXEIRA, Ely. Nosso pensamento. **Panorama Equestre**, Porto Alegre, ano I, n. 2, jul. 1978.

TEIXEIRA, Manuela. Cultura ou esporte? Tiro de laço é alvo de polêmica envolvendo MTG e Federação Gaúcha de Laço. **Pioneiro**, Caxias do Sul, 08 abr. 2014. Caderno Cidades. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2014/04/cultura-ou-esporte-tiro-de-laco-e-alvo-de-polemica-envolvendo-mtg-e-federacao-gaucha-de-laco-4468678.html>>. Acesso em: 06 maio. 2016.

TOIGO, Tiago; LEAL JÚNIOR, Ernesto César Pinto; ÁVILA, Simone Nunes. O uso da Equoterapia como recurso terapêutico para melhora do equilíbrio estático em indivíduos da terceira idade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Caxias do Sul, v. 11, n. 3, p. 391-403. 2008. Disponível em: <http://www.crde-unati.uerj.br/img_tse/v11n3/capitulo7.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2016.

TOLEDO, Luiz Henrique de. Identidades e conflitos em campo: a “guerra do Pacaembu”. **Revista USP**, São Paulo, v. 38, p. 108-117, dez.-fev. 1996-1997. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/32/08-luiz.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

TRANSPORTE internacional de animais de corrida. Noticiário. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 09 fev. 1950. p.11.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUAN, Juan Carlos Fernández; ORTHOUS, Marie-Helene. El Juego de Cañas em España. **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.1-23, jun. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/705/648>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

TURF. 08 jul. 1939. N. 255, p.36. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

TV CÂMARA Santa Maria. **Mundo Acadêmico – Equoterapia**. Santa Maria, 2014. Vídeo on line. 24m03s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tjoEjVb9lcU>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

UMA GRANDIOSA e louvável aspiração da Sociedade Hipica Rio Grandense. **A Federação**, Porto Alegre, 2 set. 1933. p.3.

UMA HISTÓRIA de sucesso. **Expointer**. Porto Alegre. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.expointer.rs.gov.br/conteudo/935/uma-historia-de-sucesso>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

UMA TARDE Hípica. 31 mar. 1951. N. 531, p. 38. In: MAZO, Janice. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo**: Catálogo 1929-1967. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

UNIVERSIDADE Federal de Santa Maria. **O Projeto Equoterapia**. 2004. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/equoterapia>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

VÃO ser afastados dos programas do Jóquei Clube os animais mestiços. Noticiário. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 02 fev. 1950. p.13.

VARGAS, Leticia. Banco Crefisul apoiando o hipismo gaúcho. Lances do Hipismo. **Jornal do Hipismo**, Porto Alegre, ano V, n. 48, 31 maio. 1998.

VEM CORRER o “G.P. Bento Gonçalves”: o derrubador de records. **Suplemento**. Porto Alegre, 20 set. 1939. p.11.

VENTO SUL. **Jornal do Hipismo**, Porto Alegre, ano VII, n. 67, 31 mar. 2001. p. 3.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000366711>> Acesso em: 22 abr. 2016.

VICARI, Paulo. **Futebol de Salão no Rio Grande do Sul**: apontamentos históricos sobre o esporte. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116148/000964663.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 agosto. 2016.

VIEIRA, Cleber. Bagé e Santana do Livramento. **Federação Gaúcha de Laço**. 29/06/2013a. Disponível em: <<http://www.federacaogauchadelaco.com.br/Home>>. Acesso em: 01 maio. 2016.

_____. Foi com este objetivo que fundamos a Federação Gaúcha de Laço. **Federação Gaúcha de Laço**. Junho/2013b. Disponível em: <<http://www.federacaogauchadelaco.com.br/Home>>. Acesso em 01 maio. 2016.

_____. Guaíba. **Federação Gaúcha de Laço**. 03/07/2013c. Disponível em: <<http://www.federacaogauchadelaco.com.br/Home>>. Acesso em: 02 maio. 2016.

_____. Pantano Grande. **Federação Gaúcha de Laço**. 03/07/2013d. Disponível em: <<http://www.federacaogauchadelaco.com.br/Home>>. Acesso em: 01 maio. 2016.

VIEIRA, Silvia; FREITAS, Armando. **O que é hipismo**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

VIGARELLO, Georges. Exercitar-se, jogar. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Ed.). **História do corpo**: da Renascença às Luzes. Petrópolis: Vozes, 2008.

VITORIOSAS as démarches nesse sentido do presidente rio-grandino Fúlvio Gáudio. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 02 fev. 1950. p. 13.

WEEK-END na serra. 31 mar. 1951. N. 531, p. 37. In: MAZO, J. **O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967**. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

WHITE, Hayden. El texto histórico como artefacto literario. In: _____. **El texto histórico como artefacto literário y otros escritos**. Buenos Aires: Paidós, 2003. p. 107-139.

WILLEMS, Emílio. Acculturation and the horse complex among German-Brazilians. **American Anthropologist**, Arlington, v. 46, n.2, Apr.-June. 1944. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1944.46.2.02a00010/epdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

XAVIER, João Francisco Santana; FREITAS, Gustavo da Silva; RIGO, Luiz Carlos. Dos aplausos às ruínas: uma construção das memórias do Turfe no hipódromo da cidade do Rio Grande/RS. **Licere**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 165-191, jun. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/582/471>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

APÊNDICE – QUADROS DE PUBLICAÇÕES DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

Quadro 1 – Resultado numérico da busca por artigos científicos relacionados à temática “História do Esporte” em periódicos da Educação Física

Periódico	Qualis	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Movimento	A2	0	2	1	3	3	1	2	3	3	5	1
Motriz	B1	1	0	1	3	6	1	2	2	1	0	0
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (SP)	B1	2	1	0	0	1	2	1	3	0	0	5
Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE)	B1	0	0	0	3	0	2	0	3	0	2	9
Revista da Educação Física UEM	B2	0	0	0	0	1	2	3	2	1	2	2
Licere	B2	0	0	0	0	0	3	0	2	1	3	0

Quadro 2 – Resultado numérico da busca por artigos científicos relacionados à temática “História do Esporte” em periódicos da História¹⁰¹

Periódico	Qualis	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Revista Brasileira de História (ANPUH)	A1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Estudos Históricos (RJ)	A1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0
História Questões e Debates	A2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0

¹⁰¹ O *Qualis* destacado é relativo à área da História. Para a área da Educação Física, os periódicos citados enquadram-se na qualificação: A1 (Interdisciplinar); A2 (Interdisciplinar) e B3 (Educação Física), respectivamente.

Quadro 3 – Resultado numérico da busca por artigos científicos relacionados à temática “História do Esporte” em periódicos da História do Esporte¹⁰²

Periódico	Qualis	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Recorde: Revista de História do Esporte ¹⁰³	B4	-	-	-	-	-	18	15	13	15	19	0
<i>Journal of Sport History</i>	A2	10	8	9	8	6	6	6	2	0	0	3
<i>International Journal of the History of Sport</i>	B4	39	34	56	62	84	99	126	138	151	141	90

¹⁰² O *Qualis* destacado é relativo à área da Educação Física. Para a área da Educação Física, os periódicos citados enquadram-se na qualificação: B4 (Educação Física); A2 (Interdisciplinar); B4 (Educação Física), respectivamente.

¹⁰³ A revista Recorde: Revista de História do Esporte passou a existir em 2008.